

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS DE ARAGUAÍNA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE CULTURA  
E TERRITÓRIO

**SÚSIE FERNANDES SANTOS SILVA**

**A RETERRITORIALIZAÇÃO DOS BARQUEIROS DE  
BABAÇULÂNDIA (TO) ATINGIDOS PELA USINA  
HIDRELÉTRICA DE ESTREITO (MA)**

ARAGUAÍNA

2017

**SÚSIE FERNANDES SANTOS SILVA**

**A RETERRITORIALIZAÇÃO DOS BARQUEIROS DE  
BABAÇULÂNDIA (TO) ATINGIDOS PELA USINA  
HIDRELÉTRICA DE ESTREITO (MA)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT), da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus de Araguaína, como requisito parcial e final para a obtenção do título de Mestre em Estudo de Cultura e Território.

**Linha de pesquisa:** Natureza, Poder e Territorialidades.

**Orientador:** Prof. Dr. Airton Sieben

ARAGUAÍNA

2017

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

S586r Silva, Súsie Fernandes Santos.

A reterritorialização dos barqueiros de Babaçulândia (TO) atingidos pela Usina Hidrelétrica de Estreito (MA). / Súsie Fernandes Santos Silva. – Araguaína, TO, 2017.

196 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Estudo de Cultura e Território, 2017.

Orientador: Airton Sieben

1. Território. 2. Atingidos por barragens. 3. Rio Tocantins. 4. Barqueiros. I. Título

**CDD 306**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

**SÚSIE FERNANDES SANTOS SILVA**

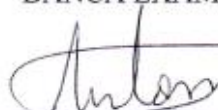
**A RETERRITORIZAÇÃO DOS BARQUEIROS DE  
BABAÇULÂNDIA (TO) ATINGIDOS PELA USINA  
HIDRELÉTRICA DE ESTREITO (MA)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudo de Cultura e Território, da Universidade Federal do Tocantins, para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Airton Sieben

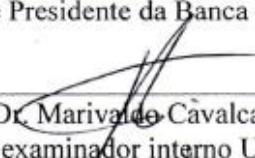
Aprovada em 12/09/2017.

**BANCA EXAMINADORA**



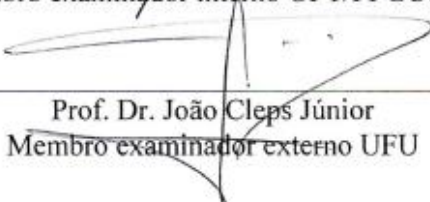
---

Prof. Dr. Airton Sieben  
Orientador e Presidente da Banca – UFT/PPGCULT



---

Prof. Dr. Marivaldo Cavalcante da Silva  
Membro examinador interno UFT/PPGCULT



---

Prof. Dr. João Cleps Júnior  
Membro examinador externo UFU

## AGRADECIMENTOS

A Universidade Federal do Tocantins (UFT), pela oferta do curso.

Ao Programa de Mestrado PPGCULT pela oferta do curso.

Ao Laboratório de Cartografia e Estudos do Território (LCET).

Ao meu orientador, Professor Dr. Airton Sieben pelos momentos de diálogo, orientações, visitas de campo e acompanhamento da escrita da dissertação.

Ao Professor Dr. Marivaldo Cavalcante da Silva, professor do PPGCULT, pela indicação de informações que foram úteis para esta pesquisa.

Aos colegas do mestrado que direta ou indiretamente contribuíram com informações, principalmente ao Amarildo Silva Araújo, companheiro de orientações por pesquisar tema semelhante, pelo fornecimento de algumas informações técnicas relacionadas à área da Geografia.

Ao Professor Dr. Miguel Pacífico Filho, colegiado de Gestão de Cooperativas, pela orientação no TCC do curso de Tecnólogo em Gestão de Cooperativas e no aprofundamento da pesquisa sobre atingidos por barragens.

Ao Professor Cleiton Milagres, colegiado de Gestão de Cooperativas, pela indicação e empréstimo de livros sobre a temática de impactos causados por barragens.

Aos colegas do curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas, UFT, que participaram comigo da primeira visita técnica a Associação dos Barqueiros de Babaçulândia (TO): Elenilda Vieira, Élia Martins, Marthus Stalin e Maria Raimunda.

Ao curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas, UFT, através da disciplina Estudo de casos em Gestão de Cooperativas, na qual conheci a Associação dos Barqueiros de Babaçulândia (TO).

Ao Professor Dr. Rumeninng Abrantes dos Santos, pois durante suas aulas deparei-me com a necessidade de conhecer o funcionamento de uma cooperativa e, tive a oportunidade de conhecer a associação que deu origem a esta pesquisa.

À Professora Ana Daisy Araújo Zagallo, colegiado de Turismo, UFT, pelo apoio na disponibilização de algumas informações necessárias para a composição do referencial teórico e algumas viagens a campo durante suas entrevistas para a tese do doutorado.

Ao meu marido Rubens Martins da Silva, pelo apoio psicológico, físico e acompanhamento durante algumas das pesquisas de campo.

Aos meus filhos Renato e Suzana que compreenderam minhas ausências e os poucos momentos juntos devido às necessidades de pesquisas e leituras.

Aos meus pais pelos esforços nunca medidos em me propiciar meios para estudar.

Ao meu sogro, Raimundo Ferreira da Silva, pela paciência e dedicação em estar comigo em algumas visitas aos barqueiros.

Aos presidentes da Associação dos Barqueiros: senhores Adelsimon Paz de Oliveira, Sebastião de Sousa Neto e Deusélio Pereira Rocha que prontamente me atenderam, forneceram informações e me direcionaram aos demais associados.

Ao Samuel Oliveira Alves, filho de Babaçulândia (TO) e testemunha ocular das modificações no território, pelo fornecimento de algumas fotografias da praia nos anos de 2009 e 2010.

À Deline Martins pelo fornecimento de informações referentes ao número de universitários que em moram Babaçulândia e viajam diariamente para Araguaína.

Ao Dr. Tulio Barbosa pela participação na banca de qualificação desta pesquisa.

Aos membros da Associação dos Barqueiros de Babaçulândia (TO) pela disponibilidade, prontidão e paciência em relatar suas vivências, anseios e situação atual.

A Deus pelo dom da vida e permissão para toda e qualquer ação!

## Epígrafe

### A GRANDE MUDANÇA

Antonio Brito Sousa, 56 anos. Morador de Babaçulândia.  
Escrito em 23 de junho de 2009.

A mudança tá chegando,  
O desassossego também  
Todo mundo tá mudando,  
Carregando o pouco que há,  
Só resta à lembrança  
Quando a represa chegar

A mudança começou,  
Com o povo a se mudar  
Desmontando suas casas,  
Era seu lugar de morar  
Tudo fica diferente,  
Quando a represa chegar.

Os vizinhos que de antes,  
Hoje não se sabe mais,  
Cada um para seu canto,  
Cuidando de seus animais,  
Acaba esta amizade,  
Quando a represa chegar.

O que mais lhe pertencia,  
Hoje não lhe pertence mais,  
Só nos resta o sentimento,  
Saudade e nada mais,  
Tudo começa de novo  
Quando a represa chegar.

Os filhos do meu vizinho,  
Vão ter que se acostumar,  
Pois vivia entre nós,  
Sem ter que se preocupar,  
Hoje só fica na lembrança,  
Quando a represa chegar.

Suas terras que de antes,  
Eram tão boas de plantar,  
Hoje fica submersa,  
Na imensidão desse mar,  
Tudo fica diferente,  
Quando a represa chegar.

Hoje modificaram tudo,  
O lugar de nós morar,  
Some baixada e grotas,  
E não seio onde ficar,  
Tudo isso tá previsto,  
Quando a represa chegar.

A mudança que veremos,  
É para sempre nos lamentar,  
Corre o pobre lavrador,  
Do seu lugar de morar,  
Sobe o morro e espera,  
Quando a represa chegar.

O vaqueiro não tem mais,  
A fazenda de vaquerar,  
A terra do fazendeiro,  
Vai sumir deste lugar,  
Fica ele desempregado,  
Quando a represa chegar.

A estrada que passava  
Por ali e acolá,  
Foi toda modificada,  
Para a água se abrigar,  
Por isso não me acostumo,  
Quando a represa chegar.

## RESUMO

A construção da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA) causou impactos sociais, ambientais e econômicos aos moradores de 2 municípios maranhenses e 10 municípios tocaninenses. Dentre os impactos, a modificação no território, causada pelas migrações compulsórias que interferiram nas relações sociais, econômicas e políticas dos moradores do município de Babaçulândia (TO), alterando a maneira tradicional de produzir e viver. Partindo dessa informação, este estudo revela indicadores relacionados à observação e descrição do panorama da construção da Usina Hidrelétrica de Energia Estreito (UHEE), no período de 2007 a 2011, localizada no Rio Tocantins, na divisa entre os estados do Maranhão e Tocantins. Esta pesquisa apresenta os impactos desse empreendimento no território e na realização das atividades de autossustento dos barqueiros associados à Associação dos Barqueiros de Babaçulândia (TO), bem como a apresentação de relatos sobre como aconteceu a desterritorialização, o processo de negociação das indenizações e a reterritorialização do grupo pesquisado, composto por 15 homens. Metodologicamente, o estudo foi desenvolvido com base na pesquisa qualitativa. Aplicou-se o roteiro de entrevistas com questões abertas e fechadas sobre: identificação do participante da pesquisa, memória do trabalho e do lugar impactado, produção e rendimento, impactos do empreendimento que englobaram desde o processo de desapropriação até a definição de um novo local de moradia e sobre as medidas compensatórias coletivas. O roteiro de entrevista foi aplicado nos meses de abril e maio de 2017. Os instrumentos metodológicos em história oral, visitas de campo, fotografias e participação em assembleias da Associação dos Barqueiros de Babaçulândia (TO) foram utilizados para a composição dos dados. A categoria atingidos por barragens e barqueiros e a suas relações com o território e a paisagem sustentaram a pesquisa nos termos teóricos. Durante a pesquisa compreendeu-se que na desestabilização do território dos barqueiros, ocorreram as indenizações, com valores recebidos individualmente; e como associação – através das medidas compensatórias - com a construção de um galpão sede com alguns equipamentos e mobília para a associação e um barco catamarã, também equipado com utensílios de cozinha e lazer. Constatou-se algumas dificuldades para os reassentados na zona rural, como falta de água potável para consumo humano e animal. Outras dificuldades dizem respeito à falta de trabalho devido não existirem mais as praias na margem maranhense nem moradores ribeirinhos para serem transportados, situação que impossibilita a continuidade do trabalho de barqueiro e a falta de outros tipos de trabalho nos quais os barqueiros possam ser inseridos. Diante do exposto, observa-se também, que apesar do recebimento das medidas compensatórias para a associação, os barqueiros não estão realizando trabalhos capazes de suprir suas necessidades de produção de rendas em prol de seus sustentos familiares. Para tanto, sugere-se a realização de eventos no barco catamarã ancorado na orla, como por exemplo, a venda de comidas e bebidas durante determinados dias da semana à noite. E para utilização do galpão, sugere-se a realização de momentos em que os associados possam comercializar produtos e serviços produzidos por seus grupos familiares.

**Palavras-chave:** Território; Atingidos por barragem; rio Tocantins; barqueiros.



## ABSTRACT

The construction of the Estreito Hydroelectric Power Plant (MA) caused social, environmental and economic impacts to the residents of 2 municipalities of Maranhão and 10 municipalities of Tocantins. Among the impacts, the alteration in the territory, caused by the compulsory migrations that interfered in the social, economic and political relations of the inhabitants of the city of Babaçulândia (TO), altering the traditional way of producing and living. Based on this information, this study reveals indicators related to the observation and description of the panorama of the construction of the Estreito Energy Hydroelectric Plant (UHEE), from 2007 to 2011, located in the Tocantins River, on the border between the states of Maranhão and Tocantins. This research presents the impacts of this enterprise in the territory and in the accomplishment of the self-support activities of the boatmen associated to the Association of Boatmen of Babaçulândia (TO), as well as the presentation of reports on how the deterritorialization happened, the process of negotiation of the indemnifications and the reterritorialization of the studied group, composed of 15 men. Methodologically, the study was developed based on qualitative research. The interview script have open and closed questions about the identification of the research participant, the memory of the work and the place impacted, production and income, the impacts of the enterprise from the expropriation process to the definition of a new location were applied. housing and collective compensatory measures. The interview script was applied in April and May 2017. The methodological tools in oral history, field visits, photographs and participation in assemblies of the Association of Boatmen of Babaçulândia (TO) were used to compose the data. The category reached by dams and boatmen and their relations with the territory and the landscape sustained the research in the theoretical terms. During the survey it was understood that in the destabilization of the boatmen's territory, the indemnities occurred, with values received individually; and as an association - through compensatory measures - with the construction of a headquarters shed with some equipment and furniture for the association and a catamaran boat, also equipped with cooking and leisure utensils. There were some difficulties for those resettled in rural areas, such as lack of drinking water for human and animal consumption. Other difficulties are related to the lack of work due to the fact that there are no beaches on the Maranhão margin or river dwellers to be transported, a situation that makes it impossible to continue working as a boatman and the lack of other types of work in which boatmen can be inserted. In view of the above, it is also observed that, despite the receipt of the compensatory measures for the association, the boatmen are not carrying out works capable of supplying their needs for the production of incomes in favor of their family support. To do so, it is suggested to hold events on the catamaran anchored in the waterfront, such as the sale of food and beverages during certain days of the week at night. And for the use of the shed, it is suggested to realize moments in which the members can commercialize products and services produced by their family groups.

**Keywords:** Territory; Affected by dam; Tocantins river; boatmen

# LISTA DE ILUSTRAÇÕES

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização do município de Babaçulândia no contexto brasileiro .....	21
Mapa 2 – Localização dos barqueiros de Babaçulândia (TO) após a reterritorialização .....	173

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 A e B – Praia do Coco no Maranhão: em frente à cidade de Babaçulândia (TO) ..	24
Fotografia 2 – Barco ancorado em banco de areia na época da estiagem no rio Tocantins .....	25
Fotografia 3 – Praia do Coco: margem maranhense do rio Tocantins .....	61
Fotografia 4 – Praia do Coco localizada na margem maranhense do rio Tocantins .....	62
Fotografia 5 A e B - Praia do Coco: antes e depois da supressão da vegetação .....	80
Fotografia 6 – Área de construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA) .....	82
Fotografia 7 A e B – Doações do CESTE a Babaçulândia: creche e conselho tutelar .....	94
Fotografia 8 - Obra doada pelo CESTE ao município de Babaçulândia: rádio comunitária .....	95
Fotografia 9 – Sede da colônia dos pescadores de Babaçulândia (TO) .....	97
Fotografia 10 – Sede Associação dos Barqueiros e barco catamarã .....	98
Fotografia 11 A e B – Atual praia do Coco: estrutura da praia permanente em 2016 .....	100
Fotografia 12 – Orla do lago em Babaçulândia (TO) .....	101
Fotografia 13 A e B – Edificações na orla de Babaçulândia: playground e quiosques .....	102
Fotografia 14 – Babaçulândia (TO): rampa de acesso para a praia do Coco .....	105
Fotografia 15 A e B – Formação do lago: falta de local adequado à ancoragem dos barcos ....	107
Fotografia 16 – Mudanças na paisagem: vista parcial da formação do lago em Babaçulândia .	110
Fotografia 17 A e B – O lago em Babaçulândia (TO): modificações da paisagem em 1 ano ..	111
Fotografia 18 – Diminuição do volume das águas do lago em 2017: mudança na paisagem ..	112
Fotografia 19 – Canoa de madeira fabricada por um dos barqueiros .....	124
Fotografia 20 – Procissão pelo dia de São José: lago em Babaçulândia (TO) .....	136
Fotografia 21 – Barco sem uso em propriedade rural após a formação do lago da UHEE .....	138
Fotografia 22 – Barco sem funcionamento em Babaçulândia (TO) após a formação do lago ..	139
Fotografia 23 – Produção de farinha em propriedade rural no município de Carolina (MA) ...	144
Fotografia 24 – Guichês de venda de passagens de Babaçulândia (TO) para a praia do Coco .	150
Fotografia 25 A e B – Sede da Associação dos Barqueiros de Babaçulândia (TO) .....	160
Fotografia 26 – Medida compensatória para a associação dos barqueiros: barco catamarã .....	161
Fotografia 27 – Novo local de moradia de impactado pela UHEE .....	169
Fotografia 28 – Estrada para chácara na zona urbana em Babaçulândia (TO) .....	170
Fotografia 29 – Base do reservatório de água em reassentamento rural Babaçulândia (TO) ....	171

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Supressão da vegetação para formação do lago da UHEE .....	79
Figura 2 – Municípios atingidos pela barragem da UHEE .....	84

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Ocupação principal dos associados em 27/04/2003 .....	56
Tabela 2 – População urbana afetada pela UHE Estreito – projeção 2001 .....	87
Tabela 3 – Número de pessoas que dependiam financeiramente do barqueiro .....	126

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Local de moradia dos barqueiros em 2003 .....	54
Gráfico 2 – Número de associados desde a constituição da associação .....	59
Gráfico 3 - Idade dos barqueiros na época da pesquisa .....	123
Gráfico 4 – Fonte de renda dos participantes da pesquisa em 2017 .....	124
Gráfico 5 – Destinação da embarcação após a formação do lago da UHEE .....	137
Gráfico 6 – Do que os barqueiros sentem falta após a formação do lago da UHEE .....	141
Gráfico 7 - Valor da renda dos barqueiros em R\$ na temporada da praia do Coco .....	147
Gráfico 8 - Orientações sobre indenizações aos barqueiros de Babaçulândia (TO) .....	151
Gráfico 9 – Proposta e negociação de indenizações com os barqueiros .....	155
Gráfico 10 – O que falta para o exercício das atividades dos barqueiros após a UHEE .....	164
Gráfico 11 – Motivo da escolha do novo local de moradia pelos barqueiros impactados .....	166

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Os participantes da pesquisa e vínculo com a associação .....	120
--	-----

## **LISTA DE ABREVIATURAS E DE SIGLAS**

ABBT – Associação dos Barqueiros de Babaçulândia Tocantins

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

BA – Bahia

CAAE – Certificado de Apresentação para Apreciação Ética

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

CNEC Engenharia S.A – empresa responsável pelo EIA/RIMA da UHE Estreito

CESTE – Consórcio Estreito Energia

CIT – Centro de Informações Turísticas

EIA – Estudos de Impactos Ambientais

EPE – Empresa de Pesquisa Energética

GPS – Sistema de Posicionamento Global (em Inglês *Global Positioning System*)

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

LCET – Laboratório de Cartografia e Estudos do Território

LFP – Levantamento Físico da Propriedade

LI – Licença de Instalação

MA – Maranhão

MME – Ministério das Minas e Energia

MW – “Megawatt” (unidade de medir potência elétrica)

NATURATINS – Instituto Natureza do Tocantins

PA – Pará

PBA – Projeto Básico Ambiental

PPGCULT – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas

SEPLAN – Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente

SIN – Sistema Interligado Nacional

TCLE – Termo de Consentimento Livre Esclarecido

TCM – Termo de Compromisso Mútuo

TO – Tocantins

UFT – Universidade Federal do Tocantins

UHEE – Usina Hidrelétrica de Energia Estreito

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>1- OS BARQUEIROS E A TRAJETÓRIA DA PESQUISA</b> .....	20
1.1 – O local da pesquisa e a utilização do rio Tocantins pelos barqueiros .....	21
1.2 - O município de Babaçulândia: caracterização socioeconômica e ambiental .....	26
1.3 – Procedimentos e os caminhos da pesquisa .....	31
1.4 - O teórico e o empírico na pesquisa com a ABBT .....	39
1.5 - Procedimentos e etapas da pesquisa com a Associação dos Barqueiros .....	43
1.6 – A constituição e histórico da Associação dos Barqueiros de Babaçulândia (TO) .....	49
1.7 – O conceito de atingidos e o medo da desterritorialização .....	64
<b>2 - ESTADO E HIDRELÉTRICA: EFEITOS NOS BARQUEIROS</b> .....	70
2.1 – O setor energético brasileiro e sua importância para o país .....	71
2.2 – A legislação ambiental e a construção da UHEE .....	76
2.3 - A usina Hidrelétrica de Estreito e os municípios impactados .....	81
2.4 – A desterritorialização e a utilização do trabalho dos impactados.....	88
2.5 – Medidas compensatórias para o município de Babaçulândia (TO).....	93
2.6 – A paisagem das águas no caminho da territorialidade dos barqueiros .....	103
2.7 – Território e cultura: identidade e o modo de vida tradicional dos barqueiros .....	113
<b>3 – A (DES)RETERRITORIALIZAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES</b> .....	119
3.1 – Identificação dos participantes da pesquisa e caracterização do trabalho.....	120
3.2 – Migrações compulsórias e as buscas por um novo território .....	128
3.3 – Os barqueiros e as memórias do trabalho e do lugar .....	132
3.4 – Produção e rendimento do trabalho de barqueiro antes do lago da UHEE .....	146
3.5 – Indenizações individuais: orientações, valores e utilização .....	151
3.6 - Medidas compensatórias para a Associação dos Barqueiros de Babaçulândia (TO).....	158
3.7 – A reterritorialização dos barqueiros de Babaçulândia (TO) .....	166
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	176
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	182
APÊNDICE 1 - Roteiro de entrevistas com questões abertas e fechadas .....	188
APÊNDICE 2 – Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE .....	192
ANEXO 1 - Parecer Consubstanciado do CEP.....	194

## INTRODUÇÃO

A necessidade da expansão da energia elétrica para o atendimento de setores como indústrias, comércios, residências e o setor rural, de forma geral, tem sido um dos principais motivos para a construção de usinas hidrelétricas no mundo e no Brasil. Porém, a busca em aumentar a capacidade de produção da energia elétrica sempre gerou impactos negativos na vida das populações ribeirinhas, moradoras das áreas impactadas pelos lagos dos empreendimentos geradores de energia elétrica.

No Brasil, a prática das construções e utilizações de usinas hidrelétricas tem sido representativa em razão das condições propícias dos rios e incentivos governamentais aos empreendimentos que atuam na área. Ao mesmo tempo em que desconsideram-se atividades tradicionais realizadas pelos moradores ribeirinhos que sobrevivem da pesca, do cultivo de gêneros alimentícios nas vazantes durante a época de estiagem das águas, utilizam o rios como via de acesso para diversos tipos de transporte.

Compreende-se que a matriz energética brasileira faz parte do grupo de países em que a produção de eletricidade é maciçamente proveniente de usinas hidrelétricas. Essas usinas correspondem à maioria da potência instalada no país, gerando a energia elétrica requerida no Sistema Interligado Nacional (SIN), o qual é formado por empresas das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e parte da região Norte.

Na região amazônica, o principal destaque é dado à construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (PA), instalada no rio Tocantins. Essa hidrelétrica teve os estudos preliminares para construção iniciados em 1957 e a construção realizada em duas etapas; a primeira, concluída em 1992 e a segunda iniciada em 1998 e concluída em 2006.

Com a expansão da capacidade geradora de energia elétrica utilizando rios da região Norte, a concessão para a construção da Usina Hidrelétrica de Energia Estreito (UHEE), instalada no rio Tocantins, foi adquirida a partir de licitação realizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em junho de 2002, no Rio de Janeiro, pelo Consórcio Estreito Energia (CESTE), o qual era formado pelas empresas GDF SUEZ S.A., francesa (energia), a Vale, brasileira (mineradora), a Alcoa, brasileira (alumínio) e, a Camargo Corrêa Energia, brasileira (engenharia, construção e energia).

O CESTE solicitou, em 2005, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) a Licença de Instalação (LI), a qual foi concluída e liberada no ano de 2006, pelo IBAMA, a partir da análise do Projeto Básico Ambiental (PBA). Em fevereiro de 2007 iniciaram as obras de construção da casa de forças, barragem, vertedouro e demais obras civis. No mesmo ano

foi inaugurado o escritório do CESTE na cidade de Babaçulândia (TO) com a finalidade de negociar o remanejamento da população atingida da área da formação do reservatório. A usina foi inaugurada em 17 de outubro de 2012.

À luz do progresso, uma escolha que aparenta ser apenas para ampliação da capacidade de geração de energia e expansão da capacidade de exploração econômica, provoca grandes impactos ambientais e sociais. A opção por essa fonte de energia, mais barata, torna-se um problema para a população impactada, a qual recebe a denominação de atingidos<sup>1</sup> ou inundados, pois a partir do impacto precisam ser remanejados dos seus locais de moradia e trabalho.

Desde quando foi iniciado o processo de licenciamento para a construção da barragem da UHEE a população de dez municípios tocantinenses e dois municípios maranhenses, áreas atingidas pelo empreendimento, viveu momentos de incertezas quanto à nova moradia e novas possibilidades de sobrevivência financeira.

O município de Babaçulândia (TO), localizado a aproximadamente 100 km a montante da barragem foi um dos mais atingidos, pois teve inundado o centro comercial, o bairro Palmatuba por completo, a Ilha de São José, várias propriedades rurais, além das praias localizadas na margem maranhense, que eram o principal atrativo turístico do município de Babaçulândia (TO) e fonte de renda para hotéis, pescadores, barraqueiros e barqueiros. Estes últimos compõem o foco de estudo desta pesquisa.

A contextualização, ora referenciada, indica que esta pesquisa teve como foco conhecer e descrever as condições que envolveram e envolvem a Associação dos Barqueiros de Babaçulândia (TO) antes, durante e depois da construção da barragem e formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA). Além disso, discute-se as dificuldades de manutenção e sustento financeiro desses trabalhadores e suas famílias após a reterritorialização, ou seja, mudança para outro local, o qual não representa as mesmas condições de produção de renda à qual esses trabalhadores estavam habituados.

A Associação dos Barqueiros de Babaçulândia Tocantins (ABBT) foi constituída em 20 de abril de 2001 por um grupo de 32 homens donos de barcos que usavam a embarcação na exploração do transporte de gêneros alimentícios das vazantes às margens do rio Tocantins até o cais da cidade. Os barqueiros transportavam passageiros, animais, e na temporada de praia, que compreendia o período de final de junho a meados de agosto, os turistas para as praias localizadas na margem maranhense do rio Tocantins.

---

<sup>1</sup> Para Vainer (2008) a noção de atingido diz respeito, de fato, ao reconhecimento e legitimação, de direitos e de seus detentores.



Esclarece-se que uma associação é definida como sociedade civil, sem fins lucrativos, criada com o objetivo de promover e implementar a defesa dos interesses dos seus associados, incentivar a melhoria técnica, profissional e cultural dos mesmos. A ABBT foi criada com o objetivo de organizar os trabalhos e evitar que pessoas não associadas explorassem o território, principalmente transportando passageiros durante a temporada de praias.

O campo de estudo desta pesquisa está localizado no município de Babaçulândia (TO), trata-se da Associação dos Barqueiros, porém, ao explorar o tema reterritorialização foi necessária a visita ao local da nova moradia dos pesquisados. Dessa forma, o deslocamento ultrapassou as fronteiras do referido município e adentrou aos municípios de Filadélfia (TO) e Carolina (MA).

Dados observáveis da realidade do município de Babaçulândia (TO) mostram que os barqueiros receberam algumas medidas compensatórias em razão dos impactos sofridos. Dentre elas, um galpão e um barco tipo catamarã<sup>2</sup> para os associados continuassem prestando serviços de turismo. Porém, foi necessário analisar se esses benefícios: o galpão e o barco foram ou são suficientes para a continuidade do trabalho e sustento das famílias dos barqueiros associados. Além de questionar se há possibilidades da continuidade do trabalho de barqueiro dentro das condições naturais atuais.

Levantou-se, à luz dos questionamentos apresentados, as afirmativas de que, com base nos diálogos e histórias/relatos contados pelos próprios barqueiros, os atuais associados não estão obtendo recursos financeiros suficientes para manter, de forma digna, o sustento da família como sustentavam antes da construção da barragem, ou seja, antes do impacto provocado pela construção do empreendimento hidrelétrico.

Além do exposto, há a premissa de que os barqueiros atingidos não teriam condições de manter seu associativismo nas águas do lago pela falta das condições a que estavam acostumados, e pela migração para outro território. Entende-se, portanto, que os barqueiros não prosseguiram no trabalho por não conseguirem adaptação das embarcações às novas oportunidades de trabalho surgidas após a desterritorialização. Essas novas oportunidades de trabalho podem ser entendidas como a criação e a utilização de espaços turísticos nas águas do lago para a realização de passeios oferecidos aos turistas, estudantes e pesquisadores.

Conforme o exposto, o objetivo geral da presente pesquisa é compreender o processo de reterritorialização dos barqueiros de Babaçulândia (TO) atingidos pela construção da

---

<sup>2</sup> Embarcação leve formada por dois cascos independentes e paralelos, ligados entre si por peças transversais, formando estrutura sobre a qual se monta uma plataforma que pode conter uma cabine; pode ser a vela ou a motor.

UHEE, a fim de identificar as mudanças ocorridas na vida e no trabalho dos associados que exploravam o rio Tocantins na região de Babaçulândia (TO). Os barqueiros sobreviviam do transporte sazonal de turistas durante as temporadas de praias, transporte permanente de passageiros entre a Ilha de São José e o município de Babaçulândia, de Babaçulândia (TO) até à cidade de Carolina (MA), dentre outras localidades ribeirinhas.

Os objetivos específicos são: 1) apresentar a trajetória da pesquisa e os seus participantes, o lugar e a paisagem; 2) discutir o papel do Estado diante da implantação e construção da UHEE; 3) descrever o processo de migração compulsória, as indenizações e a reterritorialização dos barqueiros associados.

Na perspectiva dos objetivos descritos, a proposta é responder aos seguintes questionamentos: em que proporção os impactos causados pela construção da UHEE atingiram o associativismo constituído pelos barqueiros em torno do rio Tocantins no município de Babaçulândia (TO)? Decorridos sete anos da formação do lago, onde moram e o que fazem os barqueiros para sobreviver e sustentar suas famílias? Houve algum processo de readaptação à outra profissão? Se houve, como isso aconteceu? Quais benefícios foram constituídos em novas profissões ou postos de trabalho?

Como forma de responder os objetivos específicos propostos, este trabalho foi estruturado em três capítulos. Nestes, estão reunidas as análises teóricas, metodológicas e as observações de campo para respaldar o objeto de estudo. Além disso, mostram os caminhos da pesquisa, a atuação do Estado na concretização da construção do empreendimento e a situação enfrentada pelos barqueiros associados.

O capítulo 1 refere-se à metodologia. Este tem por finalidade proporcionar e evidenciar a trajetória da pesquisa no que diz respeito às indagações constituintes deste trabalho, e às peculiaridades do local e dos participantes da pesquisa. A isso, perguntou-se: por que estudar a associação e os barqueiros? Como e qual foi o caminho percorrido?

Neste capítulo apresenta-se a área e o grupo estudado, os aspectos socioeconômicos e ambientais do município, os procedimentos para a construção do caminho da pesquisa. São apresentados os procedimentos e as etapas da pesquisa com a associação dos barqueiros e discutidos os traços territoriais e culturais do modo de vidas dos pesquisados. Para tanto, apresentou-se e discutiu-se o conceito de atingidos por barragens como sendo a legitimação de direitos de algum tipo de ressarcimento ou de indenização aos impactados da área de construção de hidrelétricas.

O capítulo 2 discute o poder do Estado representado pelos órgãos ambientais e pelo consórcio responsável pelo empreendimento, bem como os efeitos da construção da

hidrelétrica sobre o território dos barqueiros. Nesse sentido, questionou-se: qual a importância do setor energético para o país? De que forma o empreendimento afetou o território, a paisagem, a cultura, a identidade e o modo de viver dos participantes da pesquisa?

Este capítulo mostra o histórico da política energética brasileira afunilando-se para a discussão do impacto da UHEE no local de estudo; a legislação ambiental para a construção de uma usina hidrelétrica; a desterritorialização e a utilização do trabalho dos impactados; a apresentação de informações sobre as medidas compensatória, entregues pelo consórcio construtor, ao município, aos barqueiros e outras instituições que utilizavam o rio como fonte de renda; bem como relatos de algumas modificações na paisagem do lugar utilizado pelos barqueiros.

O capítulo 3 é utilizado para a apresentação e discussão das informações resultantes das entrevistas com os barqueiros. Para tanto, buscou-se responder: como aconteceu o processo de desterritorialização? Quais as formas de indenização? Onde estão reterritorializados os barqueiros pesquisados? Como sobrevivem financeiramente?

Este capítulo, escrito após a aplicação dos roteiros de entrevista, que aconteceu nos meses de abril e maio de 2017, está embasado no referencial teórico e apresenta informações e discussões sobre a desterritorialização e a reterritorialização dos participantes da pesquisa. Identifica quem são os barqueiros e seus vínculos com a associação, a caracterização do trabalho desenvolvido por eles. Apresentam-se memórias sobre o trabalho e o lugar, bem como valores dos rendimentos financeiros antes da construção da hidrelétrica.

Relata-se, no capítulo 3, como aconteceram as migrações compulsórias, o recebimento das indenizações, tanto em dinheiro quanto em reassentamento urbano e rural. Em seguida é apresentada a discussão de informações sobre a impossibilidade de atuação dos barqueiros no lago. Como estão sendo utilizados, pela associação, os bens recebidos coletivamente como medida compensatória. Aborda-se, também, sobre a descrição e discussão sobre a atual ocupação dos barqueiros, bem como a apresentação e mapeamento da localização geográfica das propriedades.

## 1- OS BARQUEIROS E A TRAJETÓRIA DA PESQUISA

Neste capítulo apresenta-se e contextualiza-se a forma de vida tradicional dos barqueiros de Babaçulândia (TO) antes da formação do lago da Usina Hidrelétrica de Energia Estreito (UHEE), a qual impactou significativamente a comunidade e a vida de cada um dos participantes da pesquisa. Para esclarecimentos caracterizou-se a área de atuação, apresentou-se a definição de associativismo e do grupo pesquisado através da descrição constitutiva da associação e de sua trajetória.

A apresentação de mapas e a descrição da Geografia local foram necessárias para explicar, com o auxílio de teóricos, a desterritorialização desses trabalhadores tradicionais. Serviu também para a localização do município no mapa do estado do Tocantins e no mapa do Brasil, mostrando os limites do estado com outras Unidades da Federação, bem como a localização dos outros onze municípios impactados na área do reservatório do lago.

São apresentados dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a criação e emancipação do município, informações sobre a população, área territorial, densidade demográfica, rendas, incidência de pobreza, Índice de Gini, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), principais cereais cultivados. Além de informações sobre o clima, relevo, declive, erodibilidade, vegetação e potencialidade de uso da terra, a partir de informações da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente do Tocantins (SEPLAN).

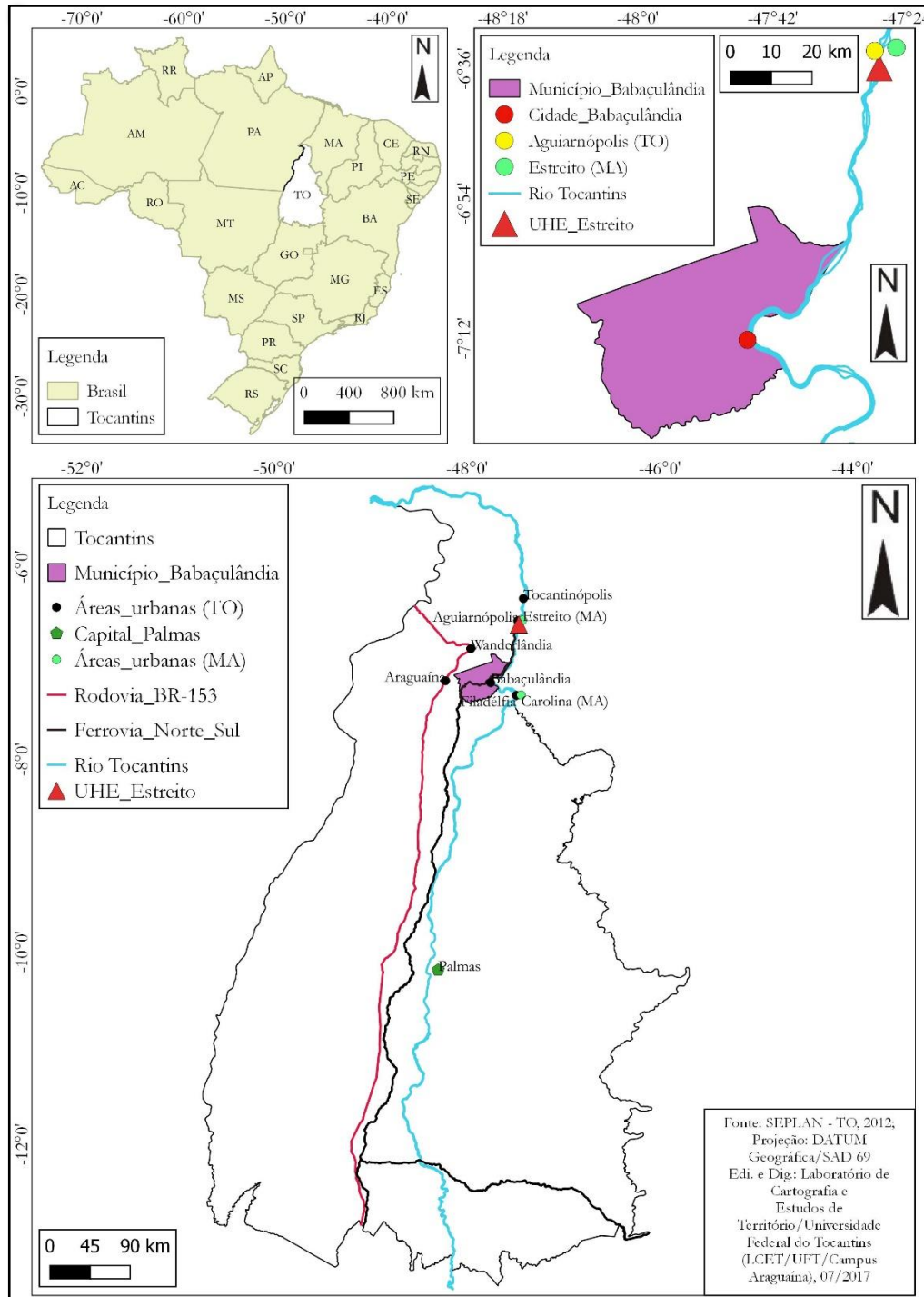
Como suporte para a trajetória da pesquisa apoiou-se em teóricos que respaldam a pesquisa qualitativa com um conjunto de referências teóricas orientadas para a pesquisa exploratória oral utilizando-se roteiros de entrevistas, com a finalidade de subsidiar a representação e análise posterior. Tudo isso permitiu a busca de apoio científico para explicitar os direcionamentos da pesquisa e estabelecer o motivo da mesma com o grupo de barqueiros.

Para a realização das entrevistas foi utilizado o roteiro de entrevistas, conforme o apêndice 1, o qual é composto por 36 perguntas variando entre abertas e fechadas, distribuídas em quatro tópicos. As perguntas versam sobre a identificação e vida pessoal de cada participante da pesquisa, as quais abordam memórias do trabalho e do lugar; informações sobre a renda obtida durante o trabalho nas temporadas de praias; sobre os impactos da hidrelétrica, processos de desapropriação e definição de um novo local de moradia e trabalho, bem como a assessoria prestada, pelo empreendedor, aos barqueiros e; informações sobre as medidas compensatórias entregues para a associação dos barqueiros e suas utilidades para continuidade daquela organização.

### 1.1 – O local da pesquisa e a utilização do rio Tocantins pelos barqueiros

O município de Babaçulândia faz parte do estado do Tocantins, o mais novo da federação, o qual está localizado na região Norte do país, pertencente à Amazônia Legal. O estado do Tocantins, conforme Mapa 1, faz divisa com os estados de Goiás (sul), Mato Grosso (sudoeste), Pará (oeste), Maranhão (leste e nordeste), Piauí (leste) e Bahia (sudeste).

Mapa 1 – Localização do município de Babaçulândia no contexto brasileiro



Fonte: SEPLAN – TO. Elaboração cartográfica: Lab. Cart. Est. Território (LCET) 07/2017

No Mapa 1, o quadrado localizado no lado superior direito apresenta uma área destacada em lilás, a qual representa a localização do município de Babaçulândia. A parte urbana está representada por um círculo na cor vermelha. A identificação do local da UHEE está sinalizada com um triângulo na cor vermelha. A UHEE está instalada no município de Estreito (MA), o qual tem como área urbana o local identificado com um círculo na cor verde claro. A área urbana de Aguiarnópolis (TO), situada em frente a município de Estreito (MA) está indicada com círculo na cor amarela.

Na parte inferior central do mapa 1, mostra-se o estado do Tocantins, no qual estão representados: o rio Tocantins, por uma linha azul que corta o estado de sul a norte; a Ferrovia Norte Sul, representada por uma linha preta; e a rodovia BR-153, representada por uma linha vermelha. As áreas urbanas dos municípios tocantinenses estão indicadas por um círculo na cor preta. Palmas, capital do estado, está representada por um pentágono na cor verde.

O município de Babaçulândia (TO), conforme (IBGE 2015), tem 1.788 km<sup>2</sup> de área territorial, e está à cerca de 450 km de distância de Palmas, capital do estado. O município de Babaçulândia faz divisa com os municípios tocantinenses de Filadélfia (sul), Araguaína (oeste), Darcinópolis (noroeste), Wanderlândia (norte) e, divisa com o município maranhense de Carolina (sudeste) representada, apenas a área urbana, por um círculo na cor verde claro.

Conforme Nolasco (2014) o rio Tocantins propiciou a formação das cidades impactadas no que se refere às possibilidades de utilizá-lo como fonte para o abastecimento de água, na agricultura em vazantes, meio de comunicação, transporte de mercadorias e pessoas via navegação. Dessa forma, foram elaboradas algumas formas de apropriação do rio, modos de vida, saberes e tradições.

Em um período em que não havia estradas que pudessem aproximar os centros urbanos, o rio Tocantins cumpriu um papel importante como canal de comunicação entre os núcleos populacionais estabelecidos ao longo de suas margens no transporte de mercadorias, animais e pessoas. Teve um papel importante no processo de urbanização e povoamento por não indígenas do antigo norte goiano e sudoeste do Maranhão. Esse rio possibilitou a fundação de cidades como as atuais Carolina e Estreito, no estado do Maranhão, e Filadélfia, Itaporatins (*sic*), Tupiratins, Barra do Ouro, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins, Aguiarnópolis e Babaçulândia, no estado do Tocantins. (NOLASCO, 2014, p. 178).

Esses municípios formados às margens do rio Tocantins transformaram-se em entrepostos comerciais e pontos de parada para viajantes utilizando embarcações, em direção a Belém (PA) para a aquisição de produtos, os quais eram destinados à revenda nos municípios citados e muitos outros lugarejos e comunidades ribeirinhas.

O rio Tocantins, na área alagada pela UHEE, era territorializado como espaço múltiplo de lazer em praias, chácaras, fazendas, e acampamentos de pescas, pela população local e por turistas, a partir do aproveitamento dos atrativos naturais e das praias formadas pelos bancos de areia que ficavam expostos durante o período em que o nível das águas baixava, ou seja, a partir do mês de junho até meados de agosto, anualmente.

Entre esses atrativos naturais, estavam as praias de Filadélfia, da Ilha Cabral em Aguiarnópolis, do Pedral em Palmeiras do Tocantins, do Coco em Babaçulândia, da Raposa em Tupiratins e da Ilha dos Botes em Carolina. Com o enchimento do lago da UHE Estreito, esse patrimônio natural foi transformado, criando novas paisagens e formas de interações. [...], tendo em vista que essas praias foram submersas pelo lago e deixaram de emergir no período de estiagem. (NOLASCO, 2014, p. 181).

É nesse contexto de uso dos atrativos naturais locais, formado pelas praias sazonais e da utilização do meio de transporte fluvial, feito com barcos e canoas, que surge a necessidade dos trabalhadores com embarcações se associarem, fortalecendo o grupo e delimitando seus territórios de atuação com os quais estabelecem profundas relações e interações, além ser meio de subsistência através da obtenção de recursos financeiros para o sustento das famílias.

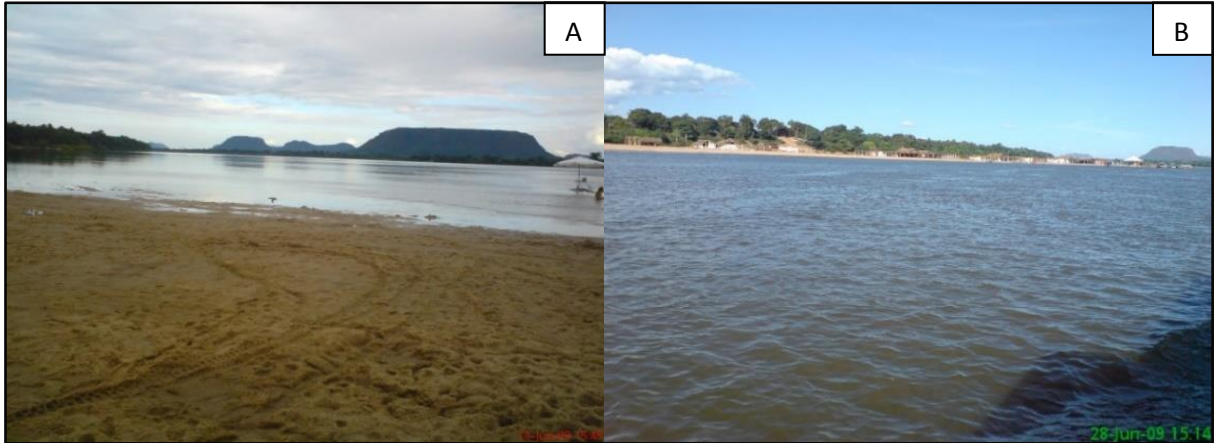
Os recursos disponíveis e as condições de trocas estabelecidas entre os usuários das embarcações e os barqueiros, proporcionaram as rendas adicionais para a categoria pesquisada, ou seja, foi possível utilizar as facilidades econômicas apresentadas por Sen (2010, p. 59), pois segundo ele “As facilidades econômicas são as oportunidades que os indivíduos têm para utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção ou troca”. Entende-se como recursos econômicos, os meios materiais, praias, águas e embarcações utilizadas na prestação dos serviços dos barqueiros que, em contrapartida, supriam parte de suas necessidades financeiras.

A localização dos bancos de areia que formavam as praias ocasionalmente, de ano para ano, mudava de lugar. Às vezes ficavam localizados, em linha reta, à direita e acima da rampa, ou seja, do local de onde saíam e retornavam as embarcações com os usuários das praias, localizada no município de Babaçulândia (TO) e em outros anos ficavam localizados à esquerda da rampa, ou seja, abaixo.

Era hábito dos usuários da praia lavarem utensílios domésticos nas proximidades dos locais de banho devido à pouca estrutura para bombeamento de águas do rio e armazenamento em caixas d'água, bem como a falta de um local público que disponibilizasse acesso para a higienização de utensílios domésticos, como por exemplo, a instalação de locais com pias e torneiras.

Na lateral direita, parte superior da fotografia 1 “A” é possível visualizar um guarda-sol sobre uma estrutura de madeira que era utilizada como suporte para lavar vasilhas e utensílios domésticos usados no preparo das refeições, principalmente pelas pessoas que utilizavam as áreas de acampamento e preparavam os próprios alimentos.

Fotografia 1 A e B – Praia do Coco no Maranhão: em frente à cidade de Babaçulândia (TO)



Fonte: SILVA, 06/2009

A fotografia 1 “A” foi registrada na praia do Coco, a qual estava localizada na margem direita do rio Tocantins, portanto no estado do Maranhão. Observa-se na parte inferior e no centro da fotografia a areia que compunha o ambiente utilizado pelos banhistas, as quais estão marcadas pelos rastros de pneus de motocicletas e pequenos tratores utilizados para fazer as coletas dos resíduos gerados no local.

No centro da fotografia 1 “A” e na parte superior estão enfatizadas as belezas e tranquilidade da praia, representadas pela areia grossa e limpa, pelas águas rasas e cristalinas, utilizadas para diversão, principalmente pelas crianças; além da visão ímpar das serras a montante do rio.

Outro ponto que chamava à atenção nas temporadas de praias era formado pelas árvores nativas, imagem localizada no canto superior esquerdo da fotografia 1 “B”, as quais eram utilizadas como ponto de apoio durante os horários mais quentes do dia, pois eram utilizadas para armar redes para descansar.

A fotografia 1 “B” foi registrada durante a travessia do rio, momento no qual foi possível visualizar o movimento das águas formado a partir da passagem do barco, o chamado banzeiro<sup>3</sup>, pelos ribeirinhos e barqueiros. Em toda a parte superior da fotografia visualiza-se a área da praia oficial na alta temporada, com barracões nos quais funcionavam os bares e

<sup>3</sup> Pequenas e contínuas ondas formadas pelos ventos.



lanchonetes, que também ofereciam aos seus clientes, estruturas que podiam ser colocadas dentro do rio, como mesas e cadeiras de plástico e guarda-sol.

Neste cenário atuava a Associação dos Barqueiros de Babaçulândia (TO), formada por um grupo de homens donos de embarcações de pequeno porte (cinco passageiros) e médio porte (até 35 passageiros), moradores da região. Esses barqueiros tinham como principal função o transporte de turistas para as praias localizadas na margem maranhense do rio Tocantins durante o tempo seco na região, meses de junho a meados de agosto, época em que diminuía a chuva e, conseqüentemente, o volume das águas, ocasionando o aparecimento dos bancos de areia que formavam as praias.

A fotografia 2 mostra um dos bancos de areia formado pela estiagem das águas. A imagem foi registrada na margem maranhense do rio Tocantins, bem próximo à praia do Coco. No local apresentado as águas estão mais profundas e essa situação é utilizada como propícia para ancoragem dos barcos maiores. A areia era grossa e limpa, margeada pela vegetação alta composta por árvores diversas e palmeiras de babaçu. Neste local, as águas eram calmas e transparentes.

Fotografia 2 – Barco ancorado em banco de areia na época da estiagem no rio Tocantins



Fonte: SILVA, 07/2009

A embarcação mostrada na fotografia 2 é considerada de médio porte, pois transportava até 35 passageiros. A embarcação era fabricada em madeira, coberta por estrutura de zinco sobre a madeira, a qual impedia a entrada das águas das chuvas, com grades laterais para a proteção dos passageiros e tapetes de plástico que podiam ser levantados ou

baixadas conforme as condições de tempo no momento da viagem. Os pneus presos aos lados da embarcação serviam como amortecedores no momento de estacionar junto aos demais barcos e dessa forma não causar dano no casco das embarcações.

Dentro da embarcação as pessoas se acomodavam em duas tábuas de madeiras dispostas nas laterais e mais outras três colocadas atravessadas dentro da embarcação, ou seja, uma ponta da tábua na direita e a outra na esquerda da embarcação. Quando esses assentos não eram suficientes, os demais passageiros ficavam em pé. Todos os passageiros usavam coletes salva-vidas, conforme orientações da Marinha do Brasil, durante as travessias do rio Tocantins.

Observa-se que a embarcação apresenta pintura branca, sem desgastes e com detalhes em tom de marrom na parte do casco. Na parte mais próxima da água a cor é vermelha com detalhe na cor branca. Conforme informações dos barqueiros entrevistados, as embarcações passavam por manutenção e pinturas, nos meses que antecediam a temporada de praias, a fim de ficarem mais bonitas e oferecer serviços com melhor qualidade.

O espaço para o piloto da embarcação, conforme é visualizado na Fotografia 2, era coberto com tábuas de madeiras, tinha um cabo do leme que servia para direcionar a embarcação. Logo à frente do leme, na parte interna do barco, ficava localizado o motor utilizado para movimentar a embarcação. O motor era movido a combustível diesel devido ser estacionário, ou seja, fixo na embarcação por ser grande e pesado.

Como o último ponto de acesso à praia, através do transporte terrestre, era a cidade de Babaçulândia (TO), fazia-se necessário o transporte fluvial. É nesse cenário, com a existência de muitos moradores utilizando barcos como meio de transporte, que foi criada a Associação dos Barqueiros de Babaçulândia Tocantins (ABBT) tendo como principal objetivo a autoproteção dos associados como meio de garantir rendas no período das praias e o fortalecimento da economia local.

## **1.2 - O município de Babaçulândia: caracterização socioeconômica e ambiental**

O município de Babaçulândia não tem fábricas ou empresas de produção capazes de empregar os moradores locais. As únicas fontes de renda são o emprego público, alguns pequenos comércios e o trabalho rural de subsistência, representado pela criação de poucos animais, pelo cultivo de cereais e frutas para o consumo próprio, além da venda dentro do próprio município. Neste sentido, concorda-se com Leandro (2008, p. 16) quando afirma que “[...] diante de tal realidade se os moradores fossem esperar investimentos públicos

condizentes com o surto de desenvolvimento que a cidade experimentava, sem dúvida ela paralisaria”.

O município de Babaçulândia (TO) está localizado na região nordeste do estado do Tocantins, divisa com o estado do Maranhão, tendo como marco divisório entre os estados, o rio Tocantins, o qual não dispõe de ponte ou acesso que possibilite continuar o percurso terrestre de um estado para o outro. Porém, é possível, a partir de Babaçulândia (TO), utilizando estradas sem asfalto, apenas cascalhadas, chegar até à cidade de Filadélfia (TO) e partir de lá seguir para o estado do Maranhão atravessando o rio por meio de balsa<sup>4</sup>. O município de Babaçulândia, também possibilita, por estradas asfaltadas, acesso à cidade de Wanderlândia (TO).

O município de Babaçulândia (TO) possui apenas agricultura de subsistência e parte destinada para a venda local. Os alimentos produzidos, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2007, eram arroz (*Oryza sativa*), feijão (*Phaseolus vulgaris*) e milho (*Zea mays*). Porém os moradores também produziam farinha de mandioca, produto muito utilizado na alimentação. A fonte de renda do município era baseada no turismo local, propiciado pelas praias, localizadas nas margens do rio Tocantins, pertencentes ao estado do Maranhão.

Conforme dados do IBGE (2007), o povoado Babaçulândia, surgiu em junho de 1926, quando Henrique Brito fixou-se no local com um pequeno estabelecimento comercial. Em divisão administrativa de 1933, o povoado aparece como distrito de Boa Vista do Tocantins, atual Tocantinópolis. O povoado começou a crescer em torno do babaçu (*Orbignya phalerata*), nativo e abundante na região. O lugarejo recebeu o nome de "Nova Aurora do Coco" porque assinalava o esplendor da fonte de riqueza do Babaçul no extremo norte.

Em 1933, conforme dados do IBGE (2007), o povoado torna-se distrito de Boa Vista do Tocantins, atual Tocantinópolis. Em 30 de março de 1938, pelo Decreto-Lei Estadual nº 557, recebe o nome de "Babaçulândia", terra do "babaçu" abundante na região. Em divisão territorial datada de 1/07/1950, o distrito de Babassulândia, faz parte do município de Tocantinópolis. A ratificação de grafia Babassulândia para Babaçulândia foi alterada pelo Decreto-Lei Estadual nº 8305, de 31/12/1943. O distrito foi elevado à categoria de município com a denominação de Babaçulândia, pela Lei Estadual nº 741, de 23/06/1953, complementada pela Lei nº 1247, de 14/12/1953, desmembrado de Tocantinópolis.

---

<sup>4</sup> Embarcação de ferro, com proteções laterais, movida a motor por outra embarcação menor, utilizada para o transporte de veículos e passageiros de uma margem à outra margem do rio.

Babaçulândia passou a ser chamada assim a partir de 1938 e não apenas por uma coincidência de nome ou uma simples homenagem ao coco abundante na região. Teve tudo a ver com o que representou a amêndoa da palmeira na história da cidade e na vida de seus habitantes. (LEANDRO, 2008, p.71).

O censo do IBGE em 2007 registrou uma população de 10.372 habitantes. Já em informações referentes a 2010, a projeção era de uma população estimada em 10.424 habitantes, sendo composta por 5.540 homens e 4.884 mulheres. Para 2016 a projeção da população estimada era 10.744 habitantes. O município possui área territorial de 1.788,461 Km<sup>2</sup>, com a densidade demográfica de 5,83 hab./Km<sup>2</sup>.

No ano de 2012, o número de estudantes era composto de cerca de 232 pessoas matriculadas no pré-escolar, 1.636 matriculadas no Ensino Fundamental e 422 matriculadas no Ensino Médio. Aponta ainda que a população alfabetizada totalizava 7.443 pessoas e o total de pessoas frequentando creche ou escola totalizava 3.247. Para o ano de 2015 a informação sobre a quantidade de pessoas estudando era de que 200 estavam matriculadas no pré-escolar, 1.391 matriculadas no Ensino Fundamental e 367 estavam matriculadas no Ensino Médio. (IBGE, 2015).

Após concluírem o Ensino Médio, as pessoas que querem cursar nível superior precisam se deslocar diariamente para a cidade de Araguaína (TO) ou mudar-se para outras localidades. No início do ano de 2017, conforme informações de uma estudante moradora do município que utiliza o transporte até Araguaína, aproximadamente 89 estudantes, diariamente, faziam o percurso entre esses dois municípios para poder cursar ensino superior. Uma turma viaja no turno matutino e outra no noturno. A segunda viagem iniciava por volta das 17h e demorava cerca de uma hora para percorrer os 60km. O retorno dos estudantes às suas casas acontecia por volta da meia noite.

Os estudantes que faziam o trajeto citado para cursar o ensino superior em Araguaína estavam matriculados em seis instituições privadas e uma pública. Os estudantes frequentavam os cursos de: Sistema de Informação, Administração, Direito, Turismo, Gestão de Cooperativas, Odontologia, Enfermagem, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia de Alimentos, Pedagogia, Química, Radiologia, Matemática, Educação Física, Agronomia, Gestão Hospitalar, Biologia e Farmácia. A prefeitura municipal de Babaçulândia fornecia o transporte gratuito, de ida e volta, no percurso entre Babaçulândia e Araguaína.

O valor do rendimento nominal mediano mensal *per capita* dos domicílios particulares permanentes rurais era R\$ 204,00 e dos domicílios particulares permanentes urbanos era R\$ 325,50. O valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios rurais particulares

permanentes com rendimento era R\$ 1.047,42 e dos urbanos o valor era R\$ 1.651,32. (IBGE, 2007).

Babaçulândia, comparada aos outros 138 municípios que compõem o estado do Tocantins, apresentou em 2003, incidência da pobreza que representava 31,74%. A incidência de pobreza subjetiva, ou seja, quando o indivíduo não tem o suficiente para viver era de 40,78%. Dessa forma, entende-se que foi mais fácil para os representantes do empreendimento efetuar as desapropriações. O Índice de Gini<sup>5</sup> 0,42 indica haver concentração de renda, nas mãos de poucos, dentro do município. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>6</sup>, em 2000 era 0,61 conforme informações do Ranking do IDH dos municípios do Brasil 2003. (IBGE, 2007).

Entende-se, a partir dos índices apresentados pelo IBGE, que parte da população local dispunha de recursos financeiros escassos, portando seguiam uma cultura que os fazia ter um modo de vida que reproduzia práticas aprendidas com os mais idosos e familiares, no que se refere à coleta, beneficiamento e utilização das amêndoas dos cocos babaçus (*Orbignya phalerata*). Entre os conceitos de cultura listados por GEERTZ (1989) está a orientação para problemas recorrentes, no caso dos barqueiros, sanados com a utilização dos recursos naturais disponíveis. Bem como apresenta outros conceitos de cultura que podem ser contextualizados com a pesquisa.

[...] (1) “modo de vida global de um povo”; (2) “o legado social que um indivíduo adquire do seu grupo”; [...] (7) “um conjunto de orientações padronizadas para os problemas recorrentes”; (8) “comportamento aprendido”; [...] (10) “um conjunto de técnicas para se ajustar tanto ao ambiente externo como em relação aos outros homens”. (GEERTZ, 1989, p. 4).

A aprendizagem para utilização de diversos aspectos da natureza e seus produtos, repassada pelos mais velhos aos mais novos proporcionou a formação da cultura e da territorialidade para os participantes da pesquisa, o que Little (2002, p. 3) define como “[...] esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma

---

<sup>5</sup> O Índice de Gini foi criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos.

<sup>6</sup> O IDH – Índice de Desenvolvimento Humano é elaborado anualmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) através do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) com base em três pilares (Saúde, Educação e Renda) que são medidos da seguinte forma: Uma vida longa e saudável (Saúde): expectativa de vida ao nascer. O acesso ao conhecimento (Educação): média de anos de estudo (adultos) e anos esperados de escolaridade (crianças); um padrão de vida decente (Renda): medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) com base na Paridade de Poder de Compra (PPC) por habitante.

parcela específica de seu ambiente físico, convertendo-a assim em seu ‘território’”. Essa cultura baseada em aspectos da natureza se mostrou presente na observação da época ideal para o cultivo de alguns alimentos, pescas e coletas de frutos.

Dentre os frutos de coleta destaca-se o coco do babaçu que era utilizado para a extração do azeite, produto bem aceito na região, consumido na alimentação e o excedente era comercializado para complementação do sustento financeiro familiar. O leite do coco também era muito utilizado na alimentação, principalmente para usar no preparo de peixes ao molho. Enquanto isso, as cascas serviam como fonte de energia (carvão) para o cozimento dos alimentos. A utilização do coco babaçu teve influência na definição do nome do lugar (cidade e praia).

Entende-se o lugar como domínio limitado familiar. Conforme afirma Hall (2014, p. 41), “O ‘lugar’ é específico, concreto, conhecido, familiar, delimitado: o ponto de práticas sociais específicas que nos moldaram e nos formaram e com as quais nossas identidades estão estreitamente ligadas”. A partir dessa afirmação, compreende-se o lugar como sendo uma teia formada por fatores diversos e delimitados, mas capaz de firmar ligações com os seus habitantes.

Um exemplo dessa ligação era o fato dos barqueiros desenvolverem outras atividades laborais no decorrer do ano, mas na temporada de praia estavam todos atuando como barqueiros. Essa atuação resultou numa espécie de enraizamento. “*Raízes e enraizamento: a partir da experiência cotidiana, lugar é muitas vezes entendido como o lugar onde se tem nossas raízes, o que surge uma profunda associação e pertencimento, mas também imobilidade*”. (RELPH, 2012, p. 24, grifo do autor).

O lugar forma algumas das identidades, pois é nele que a vida tem significado e marca o cotidiano das pessoas que o utilizam. Isso é respaldado por Tuan (2013, p.14) quando afirma que “O lugar é uma classe especial de objeto. É uma concreção de valor, embora não seja uma coisa valiosa, que possa ser facilmente manipulada ou levada de um lugar para outro; é um objeto no qual se pode morar”. Portanto, compreende-se que o lugar é familiar e está nas pessoas já que permite práticas em comunidade, e consequentemente, em associações.

Alguns aspectos ambientais colaboravam para as práticas laborais dos participantes da pesquisa. Conforme Tocantins (2008) o clima de Babaçulândia é úmido com moderada deficiência hídrica no inverno, evapotranspiração potencial apresentando uma variação média anual entre 1.400 e 1.700 mm. A temperatura média anual é de 28°C, mas no verão ela é mais elevada durante, aproximadamente, três meses consecutivos, junho, julho e agosto.

A declividade, antes da formação do reservatório, estava entre maior que 10% e igual ou inferior a 15%, com predominância de áreas inclinadas ou colinosas, onde o escoamento superficial é rápido na maior parte dos solos. A não ser que o declive seja muito complexo, a maior parte das máquinas agrícolas podem ser usadas. Solos desta classe são facilmente erodíveis, exceto aqueles muito permeáveis e não muito arenosos, como alguns latossolos. Em todas estas situações, práticas de conservação do solo são recomendadas e necessárias (TOCANTINS, 2008).

Quanto à erodibilidade potencial dos solos Tocantins (2008) caracteriza o município na categoria especial, ou seja, a condição da maioria dos solos referidos a essa classe vai de imperfeitamente drenados a muito mal drenados, com o nível do lençol freático normalmente elevado.

A ecodinâmica da paisagem é instável e de transição. Os processos envolvidos são de escoamento concentrado ao longo da drenagem, remobilização e deposição de sedimentos finos, bem como escoamento difuso e lento nas planícies, terraços fluviais e margens de lagos, além de eventuais inundações.

A potencialidade de uso da terra está classificada, conforme Tocantins (2008), como áreas de baixa intensidade para a produção, classe III. Dessa forma, está mais apropriada para o uso da pecuária extensiva, apresentando cobertura e uso da terra de vegetação de cerrado: campo, campo cerrado, cerradão e campo parque e ainda apresenta áreas de pastagem plantada e/ou natural.

Esta dinâmica de interação entre os barqueiros e condições ambientais propiciou modificações na paisagem e constituiu elementos importantes para a atual estruturação física do local que foi marcante e importante na vida da população ao relacionar a facilidade das pessoas se fixarem às margens do rio e sua relação com a terra/natureza, como por exemplo, na produção de alimentos nas vazantes. Essa prática era possível quando as águas do rio baixavam e nas margens ficavam expostas as porções de terra com condições propícias para o plantio e cultivo de alguns frutos como melancias, melões, pepinos, abóboras, dentre outros.

### **1.3 – Procedimentos e os caminhos da pesquisa**

A proposta de verificação das condições de vida dos barqueiros do município de Babaçulândia (TO) após a construção da barragem e formação do lago da Usina Hidrelétrica de Estreito e, conseqüentemente, após a desterritorialização, surgiu a partir de observações

que ensejaram a necessidade de entender como estão sobrevivendo financeira e profissionalmente, nesses mais de sete anos, após terem sido impactados pela construção da hidrelétrica e da formação do lago da barragem.

O tema sobre os impactos causados pela Usina Hidrelétrica de Estreito (MA) aos barqueiros de Babaçulândia (TO) surgiu no segundo semestre do ano de 2012, a partir de uma aula da disciplina Estudos de Casos em Gestão de Cooperativas, do curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas, Universidade Federal do Tocantins (UFT), Câmpus de Araguaína. A partir da realização de visita técnica na Associação dos Barqueiros de Babaçulândia buscou-se conhecer o seu funcionamento antes, durante e depois da formação do lago, bem como conhecer as dificuldades para permanecer na profissão.

A escolha da Associação dos Barqueiros de Babaçulândia (TO) só foi possível em razão da grande quantidade de estudantes que deveriam fazer a visita técnica a uma cooperativa e na cidade de Araguaína, local do curso, não havia cooperativas suficientes para as visitas de todos e não seria possível essa ação por mais de um grupo de estudantes à mesma cooperativa. A partir dessa limitação foi possível direcionar a pesquisa a outros municípios e às associações, que são instituições equiparadas às cooperativas em sua maneira de gerir.

Como um dos municípios próximos ao local do curso era Babaçulândia (TO), cerca de 60km, a pesquisa foi direcionada à Associação dos Barqueiros. Assim, a partir dos diálogos com o presidente de associação e com alguns associados, que relataram suas vivências antes da construção do empreendimento e suas dificuldades depois da formação do lago, houve curiosidade e interesse pelo modo de vida tradicional desses trabalhadores organizados coletivamente.

A partir da visita técnica, em 2012, a situação observada e relatada pelo gestor da associação durante as conversas, chamou atenção para o cenário da extinção do território de atuação desses trabalhadores e as interferências nas relações sociais, econômicas e políticas da sociedade local e dos associados, as quais modificaram a maneira tradicional de trabalhar dos barqueiros no desafio de viver e produzir o sustento financeiro.

Na realização desta pesquisa, para conhecimento de informações teóricas preliminares, buscou-se conhecer e contextualizar o tema em materiais bibliográficos diversos, além de dissertações e teses, capazes de fornecer o caminho para as informações e respostas adequadas à solução do problema proposto. Com isso, houve a possibilidade de avaliação crítica em conhecer, comparar e contextualizar as diversas fontes secundárias a partir dos resultados das pesquisas, das características, formações dos autores e de suas abordagens.



Partindo da afirmação de Goldemberg (2009) de que o pesquisador precisa apresentar as características do grupo pesquisado, as quais foram determinantes para sua escolha, apresenta-se neste trabalho a definição de associativismo e reforça-se que a escolha dos trabalhadores barqueiros foi definida a partir de pesquisa de campo realizada em 2012. Nesta pesquisa de campo surgiram dúvidas sobre as possibilidades de continuidade desse tipo de trabalho após a formação do lago. Os termos utilizados para identificar os participantes da pesquisa são: pesquisados, atingidos, impactados, barqueiros e entrevistados, trabalhadores com barcos.

[...] o pesquisador deve apresentar claramente as características do indivíduo, organização ou grupo, que foram determinantes para sua escolha, de tal forma que o leitor possa tirar suas próprias conclusões sobre os resultados e a sua possível aplicação em outros grupos ou indivíduos em situações similares. (GOLDENBERG, 2009, p. 58).

Seguindo as orientações de Goldemberg (2009), utilizou-se, em primeiro momento, a aproximação com o grupo pesquisado, através da entrevista informal que, segundo Vasconcelos (2002, p. 220) “[...] constitui o tipo menos estruturado e mais próximo da conversação informal”, mas é utilizado como forma de obter informações sobre o que as pessoas do grupo pesquisado – barqueiros – sabem, acreditam, esperam, sentem, fizeram e desejam fazer. Por isso, os registros com as informações obtidas dos pesquisados foram feitos através de anotações, gravações de áudio e fotografias.

Realizou-se a leitura do material bibliográfico e fichamento por autor a partir de textos de teóricos relevantes sobre território, paisagem, metodologia da pesquisa, lugar, hidrelétricas, barragens, atingidos, associativismo, energia elétrica, cultura, modo de vida, dentre outros assuntos e temas. Já na leitura dos artigos, foram feitas as impressões dos textos disponíveis em revistas, internet, periódicos, a partir de marcações, fichamentos das partes consideradas mais relevantes para a teorização da pesquisa, esclarecimentos e definições de alguns termos.

[...] parte das anotações para a redação para o trabalho. [...] procedimento que é considerado desnecessário por muito pesquisadores, mas que, quando bem conduzido, reverte-se em ganho de tempo e qualidade. [...] para fins de pesquisa, recomenda-se a utilização de uma ficha especial de apontamentos que incorpora elementos de outras fichas. [...]. Para que sejam funcionais, essas fichas devem apresentar três campos: cabeçalho, referência e texto. (GIL, 2010, p. 61).

Seguindo as instruções de Gil (2010), as anotações sobre as partes de textos importantes para a construção deste trabalho foram anotadas em caderno, com as devidas informações sobre autor, título da obra, referências e página obedecendo a normatização da

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e posteriormente, assim que julgado adequadas ao capítulo ou tópico, foram inseridas no texto da pesquisa.

A busca de informações ocorreu através da integração das pesquisas quantitativa e qualitativa, pois para Goldemberg (2009, p. 63) “[...] a pesquisa qualitativa é útil para identificar conceitos e variáveis relevantes de situações que podem ser estudadas quantitativamente”. Isto permite o cruzamento de conclusões que reforcem maior confiança nos dados.

A integração da pesquisa quantitativa e qualitativa permite que o pesquisador faça um cruzamento de suas conclusões de modo a ter maior confiança que seus dados não são produtos de um procedimento específico ou de alguma situação particular. Ele não limita o que pode ser coletado em uma entrevista: pode entrevistar repetidamente, pode aplicar questionários, pode investigar diferentes questões em diferentes ocasiões, pode utilizar fontes documentais e dados estatísticos. (GOLDEMBERG, 2009, p. 62).

Para o conhecimento das informações sobre o tema pesquisado e obtenção de respostas específicas, esta pesquisa utilizou como fontes documentais os dados estatísticos apresentados pelo IBGE, pelos movimentos sociais ligados aos atingidos por barragens e por fontes ligadas ao consórcio responsáveis pela construção do empreendimento nos assuntos referentes à barragem.

Essas informações nortearam a formulação do roteiro de entrevistas (Apêndice 1), o qual é composto por perguntas semiestruturadas que foram aplicadas aos barqueiros após a liberação pelo Conselho de Ética em Pesquisas com Seres Humanos (CEP) UFT (Anexo 2), para a obtenção de informações sobre a maneira como foram impactados pelo empreendimento hidrelétrico.

Fundamentado nos diálogos preliminares e observações na Associação dos Barqueiros de Babaçulândia (TO), um fator que chamou a atenção foi a impossibilidade da continuidade do trabalho individual e coletivo dos barqueiros. Desde então, o olhar se direcionou para a desterritorialização desse grupo constituído e a conhecer como ocorreu o processo de reterritorialização.

Para o suporte da análise dos dados, foram utilizadas fotografias que explicam algumas situações vivenciadas pelo grupo e mostram o desdobramento do processo de desterritorialização e reterritorialização. “Uma vantagem do testemunho de imagens é a de que elas comunicam rápido e claramente os detalhes de um processo complexo como o da impressão, por exemplo, o que um texto leva muito mais tempo para descrever de forma mais vaga”. (BURKE, 2004, p. 101).

Direcionando-se pela afirmação expressa na citação acima, utilizou-se fotografias, porém atendendo a orientação da afirmação de Burke (2004, p. 36) de que “[...] as fotografias não são reflexos puros da realidade”. Dessa forma, as fotografias foram explicadas de forma detalhada embasadas nas conversas com os participantes da pesquisa e dos direcionamentos de entendimento obtidos durante as entrevistas. A partir da utilização da imagem, conforme Martins (2009, p. 27) “O invisível se torna visível na própria evidência visual e fotográfica contida nas coisas que restaram, de quem lá esteve e já não está”. Os relatos dos barqueiros juntamente com as fotografias tornam o entendimento mais claro.

Para Martins (2009, p. 26) a imagem fotográfica “[...] é um recurso que, em diferentes campos, amplia e enriquece a variedade de informações de que o pesquisador pode dispor para reconstituir e interpretar determinada realidade social”. Burke (2004, p. 43) complementa que “[...] imagens são feitas para comunicar [...]”. Portanto, utilizou-se algumas fotografias como forma de mostrar fatos ocorridos antes, durante e depois da formação do lago, bem como sobre as atividades dos pesquisados, pois conforme Burke (2004, p. 234), “[...] as imagens são testemunhas dos arranjos sociais passados e acima de tudo das maneiras de ver e pensar do passado”.

[...] os testemunhos sobre o passado oferecidos pelas imagens são de valor real, suplementando, bem como apoiando, as evidências dos documentos escritos. [...] as imagens têm algo a acrescentar. [...] seu testemunho é parcialmente valioso em casos em que os textos disponíveis são poucos e ralos, o caso da economia informal, por exemplo [...]. (BURKE, 2004, p. 233).

O testemunho das imagens foi utilizado para evidenciar informações e descrições dos locais de atuação dos participantes da pesquisa, das embarcações que utilizavam como ferramenta de trabalho, das instalações e estrutura da praia, da paisagem que observavam durante a realização do trabalho e dos locais de moradia atual, ou seja, da reterritorialização, bem como das condições de trabalho que foram observadas durante as visitas para aplicação dos roteiros de entrevistas.

Seguindo orientações de Bosi (2003, p. 59) ao afirmar que “antes do encontro com o depoente, convém recolher o máximo de informações sobre o assunto em pauta para formular questões que o estimulem a responder”, utilizou-se como fonte para busca de informações preliminares, as pesquisas de campo, através de pré-entrevistas realizadas com alguns dos associados, moradores da zona urbana, observações das conversas dos associados durante algumas reuniões e audições nas assembleias da Associação dos Barqueiros.

A pré-entrevista, que a metodologia chama “estudo exploratório”, é essencial, não só porque ela nos ensina a fazer e a refazer o futuro roteiro da entrevista. Desse encontro prévio é que se podem extrair questões na linguagem usual do depoente, detectando temas promissores. A pré-entrevista abre caminhos insuspeitos para a investigação. (BOSI, 2003, p. 60).

Utilizou-se a fenomenologia como análise na construção desta pesquisa, em razão da particularidade da área de estudo e dos objetivos propostos não serem explicáveis com um único método, pois, conforme Sokoloswski (2012, p. 23) “A fenomenologia reconhece a realidade e a verdade dos fenômenos, as coisas que aparecem”. Isso leva em consideração a situação de que os participantes da pesquisa passaram por perdas e mudanças em nível econômico, social, cultura e simbólico, bem como pelo fato da pesquisa trabalhar o lugar e a relação de pertencimento.

O *contexto* cultural onde se apresentam os fenômenos permite, através da interpretação deles, estabelecer questionamentos, discussões dos pressupostos e uma busca de significados da intencionalidade do sujeito frente à realidade. Desta maneira, o conhecer depende do mundo cultural do sujeito. (TRIVIÑOS, 2009, p.48, grifo do autor).

A fenomenologia mostrou-se presente na fala dos participantes da pesquisa em momentos que remeteram à memória sobre a situação de desterritorialização ocorrida em suas vidas, na antecipação representada pela esperança de terem a Associação dos Barqueiros funcionando e, assim, exercerem a continuidade do trabalho para a obtenção de recursos financeiros e estarem sempre próximos às águas do rio Tocantins.

Como forma de conhecer a realidade antes e após a formação do reservatório do lago, vivenciada por esses profissionais, foram realizadas pesquisas exploratórias descritivas, com entrevistas semiestruturadas contendo questões abertas e fechadas de múltipla escolha, as quais foram direcionadas aos associados. Conforme Sokoloswski (2012, p. 13) “[...] além de ver e ouvir coisas, nós também nos recordamos, antecipamos e fantasiamos, e assim fazendo vivemos uma vida consciente e particular, e até secreta”. Para obtenção de algumas respostas, seguiu-se o conceito de metodologia da pesquisa de Minayo (2012).

Entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade). (MINAYO, 2012, p. 14).

Partindo-se dessas informações buscou-se identificar a realidade através de diálogos, com a comunidade local, para conhecer fatos referentes à situação vivida pelos barqueiros e,

ao mesmo tempo, definir algumas formas de abordar os pesquisados para a obtenção das informações necessárias para a elucidação do problema apresentado nesta pesquisa. Porém, levando em consideração que “[...] a atividade perceptiva ‘dispõe de certos vazios, certas fissuras, figuras e fundos, uns em cima e outros embaixo’: é acima de tudo um *poder de articulação* e de diferenciação” (BONOMI, 2001, p. 10, grifos do autor).

O levantamento das informações teóricas foi possível, utilizando a pesquisa qualitativa, que para Minayo (2012, p. 21) “[...] é o tipo de pesquisa que se ocupa com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado [...]”, pois trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes.

A pesquisa qualitativa aliou-se à utilização da fenomenologia, quando buscou estabelecer o foco de “[...] uma relação direta com o objeto de conhecimento e o sujeito conhecedor acreditando na visão de ser humano que se dedica a voltar às coisas mesmas” (SILVA e ERTZOGUE, 2015, p. 13). Assim, possibilitando perceber o sujeito como agente multideterminado: psíquico, social, histórico e cultural.

Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos. (MINAYO 2012, p. 21).

Este estudo, a princípio, utilizou como base o ciclo da pesquisa qualitativa, pois contempla suas três fases, ou seja, na primeira fase ou fase exploratória houve a escrita do projeto de pesquisa com a descrição de todos os procedimentos necessários para a entrada em campo, como a definição, delimitação do objeto, a descrição dos instrumentos de operacionalização, o cronograma e o espaço da escolha da amostra.

A segunda fase é o trabalho de campo, o qual segundo Minayo (2001, p. 26) “[...] consiste em levar para a prática empírica a construção teórica elaborada na primeira etapa”. Dessa forma, combina instrumentos de observação, entrevistas ou outras modalidades de comunicação e diálogos com os entrevistados, como por exemplo, a história oral. Pois, segundo Goldemberg (2009, p. 62) “[...] é o processo da pesquisa que qualifica as técnicas e os procedimentos necessários para as respostas que se quer alcançar”.

Em seguida, a terceira etapa, análise e interpretação do material empírico e documental, a qual se concretiza no conjunto de procedimentos que valorizam, compreendem e interpretam os dados de forma articulada com a teoria que fundamentou o projeto. Minayo

(2012, p. 27) subdivide esse momento em “Três tipos de procedimentos: (a) ordenação dos dados; (b) classificação dos dados; e (c) análise propriamente dita”. Porém deixa claro que o ciclo da pesquisa não se fecha, pois, toda pesquisa produz conhecimento e gera novas indagações.

O papel da teoria é estabelecer um universo de representações nas quais a teoria, o ponto de vista do pesquisador e objeto compreendem os procedimentos de análise. Nessa perspectiva, a teoria é o caminho para conhecer e compreender os sujeitos, o contexto e as suas representações. (MENDES e PESSÔA, 2009, p. 521).

Portanto, buscou-se inicialmente, informações sobre a expansão da energia elétrica como projeto de desenvolvimento nacional, através da construção de hidrelétricas e seus impactos; informações sobre a região; indicadores sobre os ganhos ou perdas desta categoria de atingidos pela barragem, no município de Babaçulândia (TO), além de pesquisas no site do CESTE sobre ações realizadas pelo consórcio, as quais teriam como objetivo amenizar os impactos causados pela construção da barragem, que provocou a remoção de parte dos barqueiros para outras localidades.

Nesse contexto, surgiu a necessidade de entender como esses profissionais estão trabalhando, como estão vivendo profissionalmente depois da extinção do território de produção, o qual é definido por Saquet (2007, p. 110) como “[...] ligação ao chão, enraizamento, anexação, fixação”. Assim, esta pesquisa questiona: Quais desdobramentos práticos são possíveis observar em termos de impacto da barragem sobre os barqueiros de Babaçulândia (TO)?

A partir desse questionamento, buscou-se informações sobre a Associação dos Barqueiros de Babaçulândia (TO), primeiramente, com o presidente, para uma melhor compreensão da situação vivida pelos barqueiros e seus familiares desde o início da construção da Usina Hidrelétrica de Estreito.

A obtenção desses dados está respaldada na afirmação de Goldemberg (2009, p. 87), ao ponderar que “[...] no caso da entrevista, é importante a apresentação do pesquisador por uma pessoa de confiança do pesquisado”. Para tanto, contou-se com o apoio do presidente da associação e de alguns barqueiros que já haviam sido entrevistados anteriormente e acompanharam a realização de novas entrevistas.

Em seguida, a busca de informações concentrou-se no diálogo com alguns dos associados moradores da cidade, obtendo-se depoimentos sobre falta de trabalho nas temporadas de praias, indenizações recebidas por residências e/ou por posses que estavam localizadas às margens do rio Tocantins. Além de relatar, com certa tristeza, sobre o que

fizeram dos barcos que utilizavam como meio de sobrevivência. Pois conforme Sokolowski (2012, p. 80) “A memória opera com a crença. As memórias que evocamos, ou que se intrometem em nós, são o que verdadeiramente aconteceu e o que experienciamos e fizemos”.

#### **1.4 - O teórico e o empírico na pesquisa com a ABBT**

Em cada capítulo buscou-se o referencial teórico como forma de dar embasamento ao início das discussões teóricas. Utilizou-se algumas matrizes teóricas e metodológicas fundamentadas nos principais teóricos sobre os assuntos para discussão, conforme a oportunidade e indispensabilidade dos temas, dos tópicos ou capítulos, conforme o surgimento das informações.

[...] não basta seguir um método e aplicar técnicas para se completar o entendimento do procedimento geral da ciência. Esse procedimento precisa ainda referir-se a um fundamento epistemológico que sustenta e justifica a própria metodologia praticada. É que a ciência é sempre o enlace de uma malha teórica com dados empíricos, é sempre uma articulação do lógico com o real, do teórico com o empírico, do ideal com o real. (SEVERINO, 2007, p. 100).

Compreende-se que a modalidade de conhecimento aqui apresentada implica uma condição que antecede a pesquisa, através da concepção relacionada aos participantes da pesquisa e não apenas expressão da subjetividade. Para tanto, utilizou-se o método científico, que para Severino (2007, p. 100) é “[...] elemento fundamental do processo de conhecimento realizado pela ciência para diferenciá-la não só do senso comum, mas também das demais modalidades de expressão da subjetividade humana [...]”.

A necessidade de conhecer cientificamente o objeto de pesquisa, através da compreensão de fatos sobre a realidade dos barqueiros antes, durante e depois da formação do lago da UHEE, conduziu a pesquisa para a busca de um corpo teórico capaz de orientar a indagação empírica e contextualizada das informações, que conforme Mendes e Pessoa (2009) o trabalho intelectual tem a teoria como alicerce de sua prática. Nesse sentido, buscou-se nos caminhos teóricos e práticos embasamentos para a ação da pesquisa.

Considerando os recursos materiais, temporais e pessoais disponíveis para lidar com uma determinada pergunta científica, colocou-se para o pesquisador e para sua equipe a tarefa de encontrar e usar a abordagem teórico-metodológica que permita, num mínimo de tempo, chegar a um resultado que melhor contribua para a compreensão do fenômeno e para o avanço do bem-estar social. (GÜNTHER, 2006, p. 207).

Portanto, a pesquisa exploratória buscou suporte na pesquisa bibliográfica, realizada a partir dos registros disponíveis, decorrentes de pesquisa anteriores, informações sobre os impactos sociais, ambientais e territoriais causados por usinas hidrelétricas, em documentos impressos e/ou *on-line*, como livros, revistas, artigos, dissertações e teses.

Utilizou-se categorias teóricas e dados já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados, além da utilização de fotografias, pois a imagem traz à lembrança situações diversas. Reconhecer por imagens, conforme a afirmação de Halbwachs (2003, p. 55) “[...] é lidar com a imagem (vista ou evocada) de um objeto ou outras imagens que forma com elas um conjunto e uma espécie de quadro, é reencontrar as ligações desse objeto com outros que pode ser também pensamento ou sentimento”.

O percebido não se dá nunca em si mesmo, mas em um contexto relacional: a figura (enquanto *individuum* da visão) é sempre figura-sobre-fundo e, como tal, é dotada de um horizonte interno e de um horizonte externo, é indefinidamente explicável na multiplicidade de suas “propriedades” constitutivas e na multiplicidade de suas relações com o que a circunda. (BONOMI, 2001, p. 10).

Dessa forma, a utilização de fotografias retratando alguns dos aspectos do território dos barqueiros, representado pela região utilizada, tem como objetivo acrescentar informações que não foram possíveis apenas com a descrição escrita, pois conforme Burke (2004, p. 234) “No caso da história social ou econômica, as imagens oferecem evidências particularmente valiosas e práticas [...]”. Ratifica-se que as fotografias utilizadas foram descritas e discutidas dentro do contexto apresentado, a partir das informações apresentadas pelos entrevistados.

A maior parte do que precisamos para compreender um acontecimento particular, um ritual, um costume, uma idéia, ou o que quer que seja está insinuado como informação de fundo antes da coisa em si mesma ser examinada diretamente. (GEERTZ, 1989, p. 7).

Como forma de compreender algumas situações e fatos relacionados à pesquisa, utilizou-se mapas, gráficos e tabelas, nos quais são apresentados localizações e limites. Seguiu-se também o uso de resumos de informações descritas em documentos utilizados durante a pesquisa exploratória, como por exemplo, a sintetização de dados obtidos nos registros de atas da Associação dos Barqueiros. Conforme Raffestin (1993, p. 167) “O mapa é o instrumento ideal para definir, delimitar e demarcar a fronteira. [...]. A demarcação [...] permite o exercício das funções legal, de controle e fiscal”. Tabelas e gráficos são formas não discursivas de apresentar informações numéricas como informações centrais.

O banco de dados pode consistir em materiais que podem ser postos em tabelas, tanto coletados no local que está sendo estudado ou criados pela



equipe de pesquisa. Esse material também necessita ser organizado e armazenado de forma que possa ser recuperado posteriormente. (YIN, 2005, p. 131).

Para compreender o acontecimento da construção da barragem e as migrações compulsórias, buscou-se trabalhar a partir das contribuições dos textos de outros autores, tendo como fonte documentos no sentido amplo, representados pelos textos de jornais, fotografias, artigos, dissertações e teses. Utilizou-se do filme *Narradores de Javé*, que apresenta a situação de forma cômica, mas com traços da realidade vivenciada por atingidos de hidrelétricas, conforme gravações de áudios de entrevistas, relatos das reuniões nas atas da associação dos barqueiros e outros documentos.

Deve ater-se à questão ligada, especificamente, à problemática da essência das coisas, dos objetos, o que remete à complexidade que envolve o fazer ciência e o apelo à seriedade, à responsabilidade, ao compromisso e à ética, que devem orientar a prática dos pesquisadores. O conhecimento é aplicado a objetos reais e ideais, e não se pode atingir a certeza do conhecimento de sua essência última. (MENDES e PESSÔA, 2009, p. 511).

A pesquisa objetivou mostrar que a realidade dos barqueiros, após seis anos da formação do lago e dez anos após o início da construção da hidrelétrica, se faz conhecer a partir da observação de fatos apresentados pelos pesquisados e sequenciados pelos relatos sobre a cultura de seus trabalhos, ao que Severino (2007, p. 115) afirma “A realidade humana só se faz conhecer na trama da cultura, malha simbólica responsável pela especificidade de existir dos homens, tanto individual quanto coletivamente”.

Nos relatos dos participantes da pesquisa, buscou-se a resposta para a indagação sobre como ocorreu a desterritorialização e a reterritorialização dos associados e como está a tessitura da “malha simbólica” representada pelo trabalho individual e coletivo após a reterritorialização e recebimento das medidas compensatórias coletivas.

A partir da observação casual e espontânea durante passeios e viagens em barcos desses trabalhadores, fotografaram-se algumas partes da região percorrida, com registros de fatos ocorridos antes e durante a construção da UHEE, ou seja, na época da formação do reservatório do lago e inundação da região. Porém, fatos registrados nas fotografias não se explicam por si só, mas são importantes no processo de reflexão e compreensão das situações vivenciadas pelos barqueiros, antes e durante o processo de construção da UHEE e formação do lago.

[...] auxiliar o pensar por si mesmo, com o intuito de responder ao desafio da complexidade dos problemas e, assim, permitir a verificação ou a refutação das hipóteses e propiciar a produção do conhecimento. O método científico

incorpora os instrumentos responsáveis pela materialização das ideias formuladas por meio dos procedimentos metodológicos (técnicas). (MENDES e PESSÔA, 2009, p. 513).

Na relação estabelecida entre método e objeto, entende-se que a problematização desses fatos se afunilou a partir de outras observações, seguidas de informações, já no ano de 2012 e mais recentemente em 2015 quando se deu a possibilidade de pesquisar sobre a constituição do território dos barqueiros antes da formação do lago e a necessidade de conhecer as condições de desterritorialização, ou seja, a migração compulsória dos pesquisados e a sua reterritorialização em outras localidades, sejam elas urbanas, rurais ou em reassentamentos, buscando, através de documentos e entrevistas, informações sobre como esses processos ocorreram.

As pesquisas qualitativas iniciaram principalmente na antropologia e na sociologia. Posteriormente, ciências como a geografia utilizaram metodologias dessas ciências para explicar seu objeto de estudo. No âmbito da pesquisa qualitativa, o uso de instrumento e metodologia é diverso. (SIEBEN e CLEPS JUNIOR, 2013, p. 241).

Para análise, seleção e interpretação das informações obtidas, utilizou-se um conjunto de técnicas de análise de comunicação, as quais conforme Severino (2007, p. 121) podem estar “[...] sob forma de discursos pronunciados em diferentes linguagens: escritos, orais, imagens, gestos”. Isso permite compreender criticamente o sentido manifesto ou oculto das comunicações, as quais têm como objetivo relatar o modo de vida e trabalho antes, durante e depois da construção da usina e formação do lago da UHEE.

Utilizou-se a história oral para a obtenção de informações sobre o objeto de pesquisa. Para tanto, levou-se em consideração que o termo história oral representa um recurso para a elaboração de documentos a partir de estudos referentes a experiência social do grupo pesquisado. Meihy (2005, p. 27) afirma que “História oral é também conhecida como ‘história viva’ pois é sempre a história do tempo presente”. A partir dessa afirmação, entende-se que utilizando a história oral é possível estudar o grupo pesquisado por meio das respostas obtidas durante as entrevistas.

Como registro de experiências de pessoas vivas, expressão legítima do “tempo presente”, a história oral deve responder a um sentido de utilidade prática, pública e imediata. Isso não quer dizer que ela se esgote no momento de sua apreensão e da eventual análise das entrevistas, ou mesmo do estabelecimento de um texto. (MEIHY, 2005, p. 18).

Segundo Meihy (2005) os três elementos que compõem a história oral, e um não faz sentido sem o outro, são o entrevistador, o entrevistado e aparelhagem de gravação. Levando-

se em consideração que os entrevistados, pessoas ouvidas individualmente em um projeto, devem ser reconhecidos como colaboradores da pesquisa, há o entendimento da história oral como a percepção do passado dos barqueiros e algo que tem continuidade no processo histórico dos participantes da pesquisa.

Pode-se afirmar que na história oral a utilização de meios eletrônicos é fundamental, assim como o contato pessoal com os entrevistados, pois não há história oral sem a participação humana direta, tanto por parte do pesquisador quanto por parte dos entrevistados. “Entrevistados são as pessoas ouvidas em um projeto e devem ser conhecidas como colaboradores. As escolhas e também todos os procedimentos de contato e condução das entrevistas devem ser feitos de acordo com o projeto”. (MEIHY, 2005, p. 19).

Meihy (2005, p. 57), complementa que “[...] a história oral se apresenta como forma de captação de experiências de pessoas dispostas a falar sobre aspectos e sua vida – quanto mais elas contarem ao seu modo, mais eficiente será seu depoimento”. Ao que Triviños (2009, p. 47, grifos do autor) complementa “A fenomenologia exalta a *interpretação* do mundo que surge *intencionalmente* à nossa consciência”.

Os procedimentos de contato e condução das entrevistas estão descritos no tópico Caminhos da pesquisa, no qual se busca evidenciar os caminhos traçados desde o início do projeto, até a obtenção das informações de esclarecimentos, diretamente com os barqueiros participantes da pesquisa e os presidentes da associação que disponibilizaram documentos como atas e Estatuto Social.

## **1.5 - Procedimentos e etapas da pesquisa com a Associação dos Barqueiros**

O projeto de pesquisa, juntamente com toda a documentação que compõe o protocolo, foi enviada inicialmente em 10/10/2016, ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal do Tocantins (UFT) o qual está localizado na cidade de Palmas TO, com endereço na 109 Norte Av. NS-15, ALCNO-14, Plano Diretor Norte, Palmas TO, prédio do almoxarifado, sala do CEP, telefone (63) 3232-8023, *e-mail* cep\_uft@mail.uft.edu.br. Após devolução e correção das pendências, a documentação foi submetida para análise em 21/12/2016.

O Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) está registrado sob número 63262316.2.0000.5519 e o Parecer Consubstanciado (Anexo 1), registrado sob número 1.942.947, emitido em 24 de fevereiro de 2017, teve como parecer final a aprovação do referido projeto de pesquisa e as documentações anexas, sem pendências ou inadequações.

Para a submissão do projeto de pesquisa ao CEP/UFT foi necessário fazer o cadastro da pesquisadora na Plataforma Brasil e preencher todas as informações exigidas, inclusive anexar todo o projeto de pesquisa dentro dos padrões requeridos pela plataforma. Também foi necessário preparar e anexar a seguinte documentação: informações básicas do projeto, projeto detalhado, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, Termo de Fiel Depositário, Carta de Apresentação, Declaração do Orientador, Declaração da Pesquisa em Fase Inicial, Orçamento Financeiro detalhado, Cronograma de Execução da Pesquisa e a Autorização para Pesquisa, emitida pelo presidente da Associação dos Barqueiros de Babaçulândia (TO).

Durante a organização da documentação necessária para a submissão da pesquisa ao CEP/UFT, houve necessidade de intensificação da comunicação com a Associação dos Barqueiros de Babaçulândia (TO), através do presidente, para a solicitação da autorização para a pesquisa e obtenção de informações gerais sobre fatos relatados durante as reuniões administrativas como Assembleia Geral e extraordinárias. A partir das leituras do livro de registro de atas foi possível compreender alguns dos anseios e lutas desses trabalhadores para o recebimento das indenizações e medidas compensatórias que contribuiriam para o beneficiamento do grupo.

O roteiro de entrevista foi aplicado entre os dias 02/04/2017 a 13/05/2017, nas residências dos pesquisados. Os quais estão morando dentro da sede do município de Babaçulândia (TO) e zona rural dos municípios de Babaçulândia (TO), Carolina (MA) e Filadélfia (TO). A entrevista foi direcionada, em primeiro momento, ao presidente da associação e a outros dois ex-presidentes, para a obtenção de informações que caracterizam e descrevem a associação, o trabalho dos associados, informações sobre o funcionamento financeiro através das contribuições individuais e outras informações contidas no Estatuto Social e nas atas das assembleias.

Sieben e Cleps Junior (2012, p. 243) afirmam que “[...] na pesquisa, não há verdades absolutas, todas as conclusões são passíveis de erros e mudanças no decorrer do processo da história de vida do pesquisador e do pesquisado”. Por esse motivo a busca de informação, através das entrevistas, foi concentrada no maior número possível de associados. Esse processo levou em consideração o fato de que os participantes da pesquisa desenvolviam a mesma atividade e receberam medidas compensatórias para a associação, mas a situação de moradia, indenização e reterritorialização foram tratadas de formas individuais e únicas observando-se as condições de cada propriedade.

Para Goldemberg (2009, p. 62) “[...] cada pesquisador deve estabelecer os procedimentos de coleta de dados que sejam mais adequados para o seu objeto particular”.

Dessa forma, compreende-se que o levantamento de informações preliminares sobre a associação foi fundamental para compreender a situação coletiva dos participantes da pesquisa, que foi apresentada durante as entrevistas individuais.

A partir da realização da pesquisa exploratória, que conforme Mendes e Pessôa (2009) tem como objetivo preparar o pesquisador para as atividades de campo, obteve-se informações importantes que foram utilizadas na formulação do roteiro de entrevistas. Assim, o levantamento das informações primordiais sobre a Associação dos Barqueiros e a problemática que a envolveu juntamente com seus associados, pontuam-se no roteiro de entrevistas como questões centrais que nortearam as entrevistas.

Informações secundárias tornaram-se de conhecimento desta pesquisa a partir de diálogos com os presidentes da associação e com o acesso ao Estatuto Social da organização, no qual consta denominação, finalidades e objetivos, poderes, quem podia se associar, categorias de sócios, direitos e deveres, normas gerais, patrimônio, composição da diretoria e descrição da atribuição de cada membro eleito, composição e atribuições do Conselho Fiscal, forma de dissolução da associação e disposições gerais.

No livro de registro de atas constam informações sobre a constituição da associação, assuntos discutidos nas Assembleias Gerais ordinárias, reuniões extraordinárias, admissão e demissão de sócios, eleição de diretorias, reuniões para discussão sobre a organização e os preços de passagens durante as temporadas de praias, relatos de conversas com representantes do consórcio construtor da hidrelétrica, sobre a impossibilidade de continuidade do trabalho dos barqueiros, valores das indenizações e as medidas compensatórias para o grupo.

Durante as leituras dos registros das reuniões e assembleias foi possível fazer anotações sobre os locais em que aconteciam essas discussões, informação descrita logo no início do registro do encontro, e durante aproximadamente quanto tempo as reuniões ocorreram em locais cedidos. Por não terem uma sede para se reunirem, os associados tiveram como ponto de encontro para tomada de decisões, locais diversos como: salão paroquial, hotel Beira Rio, casas dos presidentes, peixaria, quadra comunitária, câmara municipal e clube recreativo municipal.

Outro fator observado durante as leituras do livro de atas é a rotatividade de presidentes. Apesar de algumas eleições não estarem registrada no livro, percebe-se a mudança de presidente durante os registros da ata quando há menção à fala do “senhor presidente” e cita-se o nome da pessoa que está à frente da associação. Fica claro a pouca participação dos associados, não apenas nas reuniões, em que sempre há registros da palavra

dos presidentes, solicitando maior participação nas reuniões e comprometimento para com a instituição, mas também na cobrança das contribuições financeiras de cinco reais mensais.

O número de associados em 2016 era de 15 homens, os quais foram entrevistados em 2017, após a liberação da pesquisa pelo CEP/UFT. Esse número representa o universo amostral de 100%. Aplicou-se o roteiro de entrevistas semiestruturado para todos os participantes da pesquisa moradores na zona urbana e/ou na rural, durante visita de campo. A busca por entrevistar todos os pesquisados aconteceu a partir do alerta de Turato (2003).

Nas pesquisas em que seres humanos são os alvos de estudo, é imprescindível, por motivos práticos, abordar todos os sujeitos que compõem o grupo de interesse do pesquisador, salvo quando o recorte do objeto de estudo compreenda comunidades numericamente tão restritas que o pesquisador tem condições temporais de conhecer cada um e condições intelectuais de apreender todos em seu trabalho. (TURATO, 2003, p. 351).

Para a aplicação do roteiro de entrevistas e obtenção das informações sobre a reterritorialização foram realizadas visitas de campo às propriedades rurais dos participantes da pesquisa. Para tanto, houve a necessidade de deslocamento utilizando os meios de transporte possíveis de chegar até ao local da reterritorialização. Para chegar até à propriedade no município de Carolina (MA) o trajeto foi realizado de barco, partindo da cidade de Babaçulândia (TO). O caminho da margem do rio Tocantins até à moradia foi realizado a pé.

Para realizar as entrevistas nas zonas rurais dos municípios de Filadélfia e Babaçulândia (TO), o trajeto foi realizado de carro. Em algumas visitas utilizou-se o veículo da pesquisadora, em outras visitas mais distantes e com situações de estradas menos conservadas foi locado um veículo apropriado para trajetos na zona rural, bem como o auxílio de um motorista que conhecia as estradas da localidade.

Durante as pesquisas de campo anotou-se a localização geográfica de cada moradia rural, com a utilização de Sistema de Posicionamento Global (GPS), marca/modelo GARMIN Montana 650. O objetivo foi mapear o local da nova moradia de cada participante da pesquisa e apresentar um mapa da reterritorialização desses trabalhadores. Posteriormente, essas informações foram utilizadas na organização do mapa que mostra a localização dos barqueiros de Babaçulândia (TO) após a reterritorialização.

Os moradores da zona urbana de Babaçulândia (TO) não tiveram suas localizações geográficas anotadas. Apenas a localização geográfica da sede da Associação dos Barqueiros foi registrada como ponto de referência entre a associação e as moradias dos participantes da pesquisa que residem na zona rural.

Foram necessários alguns registros fotográficos, todos com a autorização do participante da pesquisa, para contextualizar as condições apresentadas/descritas da moradia anterior e as atuais condições no que se refere à proximidade ao rio Tocantins, acesso à água, condições de meios de transporte, produção de gêneros alimentícios, dentre outros aspectos.

O diálogo para a obtenção das respostas aconteceu diretamente com os barqueiros associados, buscando sempre que possível, manter a informalidade na aplicabilidade do roteiro de entrevistas. Porém, houve necessidade de algumas informações serem escritas durante as entrevistas, logo no início, em razão da primordialidade de fornecimento de informações contendo as iniciais do nome do entrevistado, idade, quanto tempo exerceu a função de barqueiro e grau de instrução. Esse processo seguiu a orientação de Goldemberg (2009, p. 56) ao afirmar que “[...] o pesquisador deve estabelecer um difícil equilíbrio para não ir além do que pode perguntar, mas, também, não ficar aquém do possível”.

Antes do início da entrevista foram apresentados o título da pesquisa e os motivos pelos quais se estava em busca de informações, pois conforme Goldemberg (2009, p. 87) “O indivíduo pesquisado precisa ser convencido da importância de sua resposta para o sucesso da pesquisa”. Para tanto, todas as visitas foram realizadas com a presença de outro participante da pesquisa que já havia sido entrevistado e era do ciclo de amizades no novo entrevistado.

Em seguida, lia-se o TCLE (Apêndice 2), no qual constam informações sobre a pesquisa e contatos da coordenação do mestrado, do CEP/UFT e da pesquisadora. Na sequência, a pesquisadora e o participante da pesquisa assinavam duas vias, de igual teor, do TCLE e cada um ficava com uma via. A conversa que antecedia a entrevista durava em torno de 1 h. Após a entrevista alguns dos participantes da pesquisa mostravam a propriedade rural, momento em que era solicitada autorização para fotografar alguns aspectos do lugar.

O roteiro de entrevistas, composto por questões abertas e fechadas (apêndice 1), foi subdividido em quatro tópicos. Porém, considerando entrevista a partir do conceito de Severino (2007, p. 124) como sendo a “[...] técnica de coleta de informações sobre um determinado assunto, diretamente solicitadas aos sujeitos pesquisados. Trata-se, portanto, de uma interação entre pesquisador e pesquisado”, entende-se que esses são momentos em que o pesquisador busca apreender o que os participantes da pesquisa pensam, sabem, fazem e argumentam sobre a desterritorialização, reterritorialização e condições de vida a partir do impacto da hidrelétrica.

O primeiro tópico apresenta perguntas que remetem a identificação das memórias do trabalho e do lugar. Este tópico apresenta perguntas sobre o local de nascimento, início das atividades de barqueiro, local de moradia antes do impacto da barragem, constituição do

grupo familiar, dependência financeira, descrição do terreno/moradia impactada, manejo de agricultura de subsistência, percepção de algum progresso no município de Babaçulândia (TO) após a construção da hidrelétrica e que mais faz falta ao entrevistado.

No segundo tópico, buscou-se informações sobre a renda média obtida pelo barqueiro durante a temporada de praias, sua suficiência para a manutenção das despesas familiares, o nome do barco, a quem homenageava com o nome da embarcação, descrição do trabalho do barqueiro, utilização dos serviços desses profissionais pela construtora do empreendimento, destinação do barco/canoa após o fim do território de atuação (praias), condições de trabalho atual, dentre outras informações necessárias para que o entendimento da situação seja claro e responda o objetivo da pesquisa.

Os impactos do empreendimento, processo de desapropriação, definição do novo local de moradia e trabalho são os questionamentos apresentados no terceiro tópico do roteiro de entrevistas. Este tópico teve por objetivo conhecer informações sobre a assessoria aos atingidos durante o processo de desterritorialização e reterritorialização, tanto por parte do grupo construtor como por movimentos como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), ou grupos organizados pelos próprios impactados. Busca identificar, também, informações em documentos como cartas de crédito e outros documentos que comprovem o recebimento de valores indenizatórios pelos entrevistados.

Buscou-se ainda informações sobre o novo local de moradia, o motivo da escolha pelo local atual, sua localização, condições de trabalho e produção de rendas. Foram questionadas situações como as condições de sobrevivência do lugar, água, estradas, possibilidade de transporte de mercadorias, acesso à educação, possibilidades de trabalho para os que foram reterritorializados na zona urbana ou na zona rural.

O último tópico apresentou questões que serviram para conhecer as medidas compensatórias recebidas pelos barqueiros coletivamente, ou seja, para a associação enquanto órgão representativo da classe. Para tanto, buscou-se informações sobre a frequência e a participação dos associados nas assembleias, nas reuniões decisivas para os novos rumos da associação, dentre elas o desenvolvimento do projeto para o recebimento das medidas compensatórias.

As questões do último tópico buscaram conhecer a utilidade coletiva dos bens recebidos como medidas compensatórias pela associação; indenizações individuais pelo tempo de serviço que ainda teriam no decorrer de suas vidas; bem como outras informações necessárias para a descrição e o entendimento da situação vivida pelos pesquisados durante a construção da hidrelétrica, a formação do lago e a saída do lugar de atuação.



A pesquisa de campo abordou a desterritorialização e reterritorialização dos barqueiros de forma contextualizada, pois a obtenção das informações foi realizada buscando conhecer as condições em que os fatos ocorreram e de que forma a atual situação de trabalho e sobrevivência dos pesquisados está acontecendo. Assim, os levantamentos foram direcionados para o conhecimento da situação vivida pelos entrevistados.

As informações obtidas sobre a história de vida de cada barqueiro expressa a trajetória pessoal de cada entrevistado no que se refere às condições de trabalho individual e coletivamente, sustento financeiro da família, observações sobre a paisagem do território de trabalho, anseios e perspectivas em relação às mudanças compulsórias em suas vidas ocasionadas pela construção da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA) a partir da formação do reservatório do lago, bem como sobre as atuais condições de moradia e trabalho.

As transcrições das entrevistas foram realizadas seguindo a orientação de Sieben (2012, *apud* Whitaker, 2002) no que se refere à preservação do conteúdo do discurso e evitando-se caricaturização da fala, pois “[...] os transcritores julgam produzir uma pronúncia original, usando erros ortográficos. Quando um sujeito fala, ele está falando, não está escrevendo. Não está, assim, cometendo erros ortográficos”. Portanto, foram mantidas as pronúncias das palavras dos entrevistados durante as conversas.

## **1.6 – A constituição e histórico da Associação dos Barqueiros de Babaçulândia (TO)**

O associativismo é uma forma de organização que tem por propósito obter benefícios comuns para seus associados, através de ações coletivas. Os objetivos geralmente são em torno do fortalecimento dos laços de amizade e solidariedade, reivindicações de melhorias para a classe, defesa dos interesses do grupo, desenvolvimento de trabalhos coletivos, produção e comercialização de forma coletiva, melhoria da qualidade de vida, participação no desenvolvimento da região na qual a associação está inserida.

Toda associação é uma sociedade civil sem fins lucrativos, criada com os objetivos de promover a implementação e a defesa dos interesses dos associados, incentivar a melhoria técnica, profissional e cultural dos associados, deve ser formada com o mínimo de duas pessoas. O associativismo é amparado legalmente pelo artigo 5º da Constituição Federal de 1988, pois “[...] é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”. (BRASIL, 1988, p. 18).

Associação, em um sentido amplo, é qualquer iniciativa formal ou informal que reúne pessoas físicas ou outras sociedades jurídicas com objetivos

comuns, visando superar dificuldades e gerar benefícios para os seus associados. É uma forma jurídica de legalizar a união de pessoas em torno de seus interesses. Sua constituição permite a construção de melhores condições do que aquelas que os indivíduos teriam isoladamente para a realização dos seus objetivos. [...] tem por finalidade a defesa de interesses da classe [...] é adequada para o desenvolvimento de uma atividade social. (SEBRAE, 2009, p. 8).

A associação não possui capital social, ou seja, seu patrimônio deve ser formado por doações, fundos e reservas. Os dirigentes não são remunerados pelo exercício de suas funções. A escrituração contábil é simplificada e objetiva. A dissolução é definida pela Assembleia Geral e os bens remanescentes na dissolução deverão ser destinados, por decisão da Assembleia, a entidades afins. No caso da Associação dos Barqueiros de Babaçulândia (TO), o Estatuto Social estabelece que a dissolução seja “[...] por deliberação da Assembleia Geral, especialmente convocada para esse fim e mediante a aprovação de 2/3 dos sócios em situação regular”. (AABT, 2003, p. 10).

Os barqueiros já estavam, de certa forma, organizados, antes mesmo da constituição formal da associação, pois haviam locais específicos para o embarque e o desembarque de passageiros e cargas. Durante as temporadas de praias havia local específico para o embarque e desembarque dos turistas, bem como o respeito à ordem de saída de cada embarcação. A constituição legal foi uma forma de buscar melhores condições de trabalho, autoproteção e melhorias para o grupo e, conseqüentemente, de aumento de rendas financeiras para os associados.

Compreende-se que o associativismo é uma tendência ou movimento dos trabalhadores de se congregarem em associações ou representações (órgãos de classe, sindicatos, etc.), para a defesa de seus interesses, conforme procederam os barqueiros de Babaçulândia (TO) em busca do fortalecimento da classe trabalhadora com barcos e do fortalecimento financeiro do grupo de associados.

A facilidade de constituição de associações se deve ao fato da não exigência de capital social como nas organizações capitalistas, ou cotas partes como nas cooperativas. Dessa forma, é viável a constituição de associações como maneira de documentar a união de determinado grupo de pessoas em prol de um objetivo comum. No caso da associação pesquisada o objetivo comum era a exploração do transporte fluvial em torno das praias formadas sazonalmente no rio Tocantins, nas proximidades de Babaçulândia (TO).

Compreende-se que associação é uma organização impulsionada pelo sentimento de defesa de um bem comum o qual necessita de uma ação coletiva, na qual as relações diretas

personalizadas ultrapassam o contrato entre pessoas, para englobá-lo na busca de fins comuns. Sendo assim, o papel do Estado consiste em garantir, a todo cidadão a copropriedade dos meios de trabalho que se tornaram propriedade coletiva.

Entende-se que o bem coletivo, defendido pelos trabalhadores com barcos, moradores do município de Babaçulândia (TO) e de outras localidades próximas, era o território da exploração do transporte de turistas durante os períodos de praias. O fim comum era a limitação da quantidade de barqueiros moradores do município e/ou localidades próximas. Esse fator aumentaria, conseqüentemente, a garantia de trabalho para todos e a obtenção de rendas suficientes para a manutenção das despesas familiares. A partir de então, se formou o grupo, com critérios definidos pela maioria, para constituir a associação, pois conforme Bourdieu (1998) o grupo passa a ter uma visão única de sua identidade.

O poder sobre o grupo que se trata de trazer à existência enquanto grupo é, a um tempo, um poder de fazer o grupo impondo-lhe princípios de visão e de divisão comuns, portanto, uma visão única da sua identidade, e uma visão idêntica da sua unidade. (BOURDIEU, 1998, p. 117).

Com base nos relatos sobre a situação criada, através da associação dos barqueiros, e das ações vivenciadas pelos participantes da pesquisa, compreende-se a existência do poder sobre o grupo na pessoa do presidente da associação, apesar da imposição dos princípios de visão e de divisão serem criados e aprovados pelas práticas diárias no trabalho dos pesquisados. Um exemplo era a formação da ordem de saída de cada embarcação com passageiros para a travessia do rio em direção às praias, maneira criada para que nenhum dos barqueiros que estivessem trabalhando no dia ficasse sem sua remuneração.

Durante entrevistas com o presidente da associação, da época da construção da hidrelétrica e formação do lago, constatou-se a partir de sua fala que a maior parte no empenho para a busca de melhores valores nas indenizações, bem como a organização de projetos para o recebimento das medidas compensatórias para a associação ficou sob a sua responsabilidade, motivo pelo qual ele foi eleito em assembleia geral para representar os demais associados durante diálogos com o empreendedor no que se referia à associação.

Compreende-se que o papel do Estado, em garantir a copropriedade era executado pela prefeitura municipal, que organizava toda a estrutura logística da praia e em contrapartida cobrava uma taxa sobre os serviços de cada barqueiro, a qual era paga pelo turista no momento em que adquiria a passagem para a travessia do rio.

A Associação dos Barqueiros de Babaçulândia Tocantins – ABBT, conforme registrado na Ata de fundação, foi constituída em 20/04/2001, por 3 donos de barcos que

moravam no município e já exploravam esse tipo de trabalho de forma individualizada. Os associados presentes na reunião de fundação foram denominados, conforme a Ata de fundação, de sócios fundadores. Após a constituição da associação, só transportava passageiros na temporada de praia quem fosse barqueiro associado.

A finalidade de organizar o trabalho dos barqueiros, em associação, partiu da observação de que até então, qualquer pessoa que tivesse um barco e quisesse, poderia, na temporada de praia, transportar passageiros e cobrar pelo serviço. Dessa forma, os barqueiros da cidade, proprietários de pequenas embarcações como canoas que comportavam cinco passageiros e as barcas que comportavam vinte passageiros, eram prejudicados financeiramente.

O Estatuto Social da associação foi criado no ano de 2003 e trata dos direitos e deveres dos associados, bem como das finalidades e objetivos de existência da associação, estrutura, categorias de sócios, requisitos exigidos para concorrer a cargos eletivos, competências de cada cargo, dentre outras informações. Os direitos dos associados estão contemplados e descritos nos itens.

- a) Usufruir todos os serviços e benefícios existentes e que venham a ser estabelecidos;
- b) Participar de reuniões da Assembleia Geral, tomar parte dos debates e votar nos assuntos decididos por votação;
- c) Fiscalizar e exigir o cumprimento deste Estatuto;
- d) Requerer, por escrito, esclarecimentos, documentos, prestação de contas e quaisquer outras informações à associação;
- e) Pedir desligamento do quadro social, desde que esteja em situação regular e conseqüentemente, quite com a tesouraria. (ABBT, 2003, p. 4).

Os serviços prestados pelos barqueiros associados ocorriam através do transporte de passageiros durante a temporada de praias, de gêneros alimentícios das fazendas localizadas nas margens do rio para vender na feira da cidade, de madeira, de animais, de mudanças, de aposentados ribeirinhos e moradores de Babaçulândia para receberem benefícios do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) em Carolina (MA), de passageiros da Ilha de São José até a cidade de Babaçulândia (TO), local mais próximo para se recorrer aos serviços de saúde, correios, telefonia e outros.

Conforme registro nas Atas da Associação, antes do início da temporada de praia, o prefeito municipal se reunia com os barqueiros para apresentar o orçamento dos gastos com os investimentos na estrutura da praia e decidir sobre os valores das passagens de travessias, bem como sobre os valores percentuais que deveriam ser destinados à Prefeitura Municipal como participação para a organização da praia.

Nos registros da ata de 21/06/2001, após apresentação de gastos de investimentos na praia no valor de R\$ 48.000,00 foi decidido que o valor da passagem seria R\$ 1,00 e o equivalente a trinta por cento do valor de cada passagem seria destinado para a organização da praia, ou seja, setenta centavos seriam do barqueiro e trinta centavos seriam para a prefeitura que era a responsável pela organização da praia.

A ata de 19/08/2001, realizada apenas com a participação dos associados, relata a reunião para prestação de contas sobre arrecadações e gastos da associação, além da tomada de decisão sobre o valor fixo de R\$ 5,00 pagos mensalmente até o dia dez de cada mês, a título de mensalidade para a manutenção das despesas básicas da associação.

Em 02/06/2002, conforme registrado no livro de atas, a associação recebeu mais nove associados, todos do sexo masculino, os mesmos foram denominados de sócios contribuintes, pois para a inclusão na organização precisaram contribuir com a quantia de R\$ 30,00. Na ata de 16/06/2002 há registro de relato do presidente da associação aos demais associados sobre a visita realizada por engenheiros representantes das empresas responsáveis pelo levantamento do impacto ambiental da barragem da UHEE.

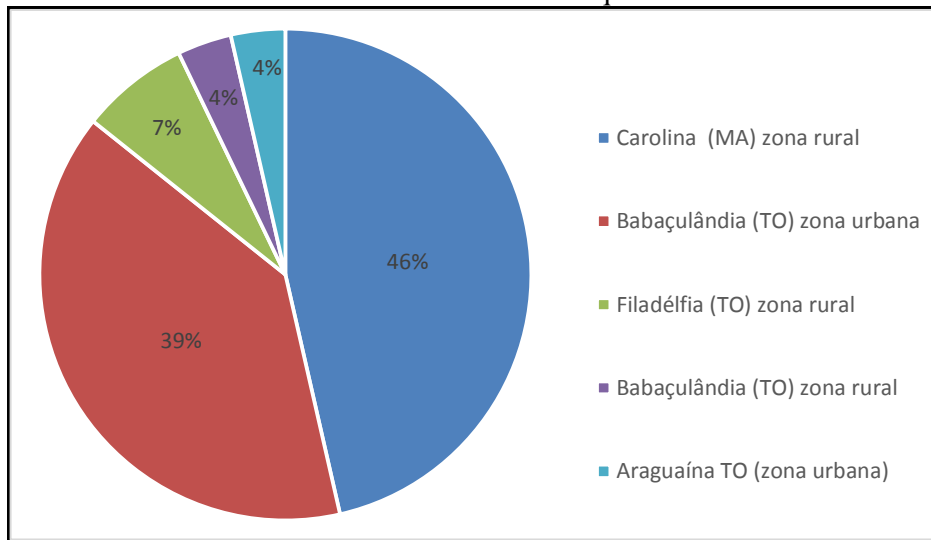
A ata de 19/11/2002 relata que “[...] o tesoureiro falou sobre a barragem e sobre a situação dos barcos, pois os mesmos não poderão mais trafegar no lago” (ABBT, 2002, p. 13). Na mesma reunião, os associados discutiram a forma de estabelecer parcerias com a prefeitura e outras entidades, como por exemplo, com o SEBRAE, do qual havia uma representante na reunião que reforçou sobre a importância do associativismo em participação, conjunto, união, poder de barganha, competição, eliminação de intermediários e acesso ao crédito.

Em 27/04/2003, conforme registrado em ata, os associados, com um quórum de 27 pessoas presentes, se reuniram em Assembleia Geral para fazer a adequação do Estatuto Social e criar o Regimento Interno da ABBT. O objeto do Regimento Interno foi definido como “[...] a prestação de quaisquer serviços que possam contribuir para promover o desenvolvimento e defender, perante os poderes públicos e onde quer que se façam necessários dos direitos, interesses e reivindicações de seus associados” (ABBT, 2003, p. 17). Foram indicados 28 associados como representantes dos demais.

Compreende-se que os participantes da pesquisa, ao adequarem o Estatuto Social, buscavam meios de desenvolver suas atividades com mais eficiência, primando pelo bom atendimento aos visitantes que aumentaram depois da pavimentação asfáltica da TO 424, estrada que interliga os municípios de Araguaína (TO) a Babaçulândia (TO). Na Assembleia Geral de 27/04/2003, para discussão e adequação do Estatuto Social, houve atualização cadastral dos 28 associados indicados para essa finalidade, no que se refere às informações

sobre estado civil, ocupação principal e endereço completo. Os locais de moradias são apresentados no gráfico 1.

Gráfico 1 – Local de moradia dos barqueiros em 2003



Elaborado por SILVA, 11/2016.

Fonte: Livro de Atas da Associação.

O local de moradia dos barqueiros declarado na ata da Assembleia Geral é especificado individualmente e mostra, conforme gráfico 1, que a maior parte dos associados morava na zona rural do município de Carolina (MA), ou seja, do outro lado do rio, em frente ao município de Babaçulândia (TO); outra parte morava na cidade de Babaçulândia, uma parte dos associados morava na zona rural do município de Filadélfia (TO), um na zona rural de Babaçulândia (TO) e outro na cidade de Araguaína (TO). Vale ressaltar que alguns dos associados no ano de 2003 não são participantes desta pesquisa, devido ter sido desvinculado da associação.

Observa-se no gráfico 1 que a maioria dos associados, em 2003, era composta por moradores da zona rural, sendo 46% moradores na zona rural de Carolina (MA), 7% moradores na zona rural de Filadélfia (TO) e 4% morador na zona rural de Babaçulândia (TO) totalizando a porcentagem de moradores da zona rural em 57%, ou seja, devido à falta de meios de transporte por vias terrestres, esses associados utilizavam a via de acesso disponível – águas – para fazer as viagens de transporte de cargas, alimentos, passageiros e, anualmente de junho a agosto, o transporte de turistas para as praias.

A distância territorial de moradia dos associados dificultava a realização das assembleias e reuniões em um local fixo. Mais de dois anos após sua constituição, a associação dos barqueiros ainda não tinha um local-sede no qual os associados pudessem se reunir para realizar as assembleias e outros eventos referentes à classe.

Devido as reuniões sempre acontecerem em locais diversos, como o salão paroquial, o hotel Beira Rio, casas dos presidentes, peixaria, quadra comunitária, Câmara Municipal, clube recreativo municipal e até na praia do Coco, na assembleia ordinária de 14/06/2003, discutiu-se e definiu-se um responsável para procurar um local que pudesse ser adquirido para ser a sede da associação. A primeira reunião na sede própria, conforme registros nas atas, aconteceu dia 28/10/2005.

Verifica-se, nas leituras das atas, a preocupação de 28 associados em oferecer serviços de qualidade aos usuários do transporte. Na época todos os associados eram do sexo masculino, residentes nas zonas urbana e rural de Babaçulândia (TO), zona rural de Carolina (MA), zona rural de Filadélfia (TO) e na cidade de Araguaína (TO). Com o asfaltamento da TO 424, uma das vias de acesso à cidade de Babaçulândia, houve aumento do fluxo de pessoas utilizando a praia do Coco.

O aumento do número de turistas levou a associação dos barqueiros a realizar uma reunião extraordinária para decidir sobre a travessia de passageiros nos dias de *shows* artísticos, com cantores, durante a temporada de praia. A reunião ocorreu no dia 02/05/2003 e conforme registro “Ficou decidido que nos finais de semana que fossem haver *shows* que se contratasse a balsa do sr. Pedro Iran<sup>7</sup>” (ABBT, 2003, p. 18).

Na autodeclaração sobre a principal ocupação, nas quais a maioria dos associados estava vinculada diretamente ao solo/terra e ao potencial hídrico da área das margens do rio Tocantins, como por exemplo, lavrador que atuava nas propriedades ribeirinhas e vazantes, barqueiro e pescador, percebe-se que “Há uma diversidade de combinações entre as formas de apropriação e uso dos demais recursos (hídricos, florestais e solo), que levam os agentes sociais a se verem a si mesmos como distintos daqueles que os circundam” (ALMEIDA, 2008, p. 75).

A diversidade de combinação na apropriação e uso dos recursos naturais está representada na atuação dos participantes da pesquisa em atividades variadas, como o cultivo de gêneros alimentícios nas vazantes, a criação de animais para consumo familiar e em algumas situações para vendas ou trocas, as atividades de pesca artesanal, a coleta de frutos, dentre outras como, por exemplo, o serviço braçal.

A partir da informação dos associados sobre a principal ocupação e da adesão e permanência na associação dos barqueiros, assumindo mais uma ocupação, mesmo que

---

<sup>7</sup> Pedro Iran é um empresário que atua no rio Tocantins com balsas, através da concessão pública, para o transporte de veículos, passageiros e cargas. Sua empresa é denominada PIPES (Pedro Iran Pereira do Espírito Santo).

sazonal, compreende-se que a utilização dos recursos naturais solo, águas e florestas fazia parte do cotidiano daqueles homens que buscavam na utilização dos recursos naturais citados as fontes financeiras para o sustento familiar. A informação sobre a principal ocupação dos associados, no primeiro semestre ano de 2003, é apresentada na tabela 1.

Tabela 1 – Ocupação principal dos associados em 27/04/2003

<b>Atividade</b>	<b>Quantidade</b>
Funcionário público	2
Barqueiro	3
Lavrador	16
Pedreiro	1
Militar aposentado	1
Pescador	2
Estudante	1
Não declarou	2

Autora: SILVA, 11/2016.

Fonte: livro de Atas da Associação.

Observa-se, na tabela 1, que a maioria dos associados declarou como ocupação principal atividades que exerciam juntamente com a ocupação de barqueiros, porém em maior proporcionalidade de tempo. Há, portanto, a informação de que exerciam a função de funcionário público, barqueiro, lavrador, pescador, militar aposentado, estudante e outros não declaram ocupação. Vale ressaltar que os 28 associados foram indicados pelos demais, como representantes, para discussão e adequação do Estatuto Social.

No que se refere a autodeclaração sobre a atividade principal desenvolvida pelos participantes da pesquisa, há 16 que se autodeclararam lavradores. Em conversar com os participantes da pesquisa compreendeu-se que a autodeclaração de lavrador se deu pelo fato desse quantitativo ser morador da zona rural e na maior parte do ano exercer atividades relacionadas ao cultivo da terra, mesmo que fosse em vazantes. Não se autodeclararam barqueiros porque entenderam que a atividade intensa como barqueiro era desenvolvida durante apenas 3 meses do ano.

Na ata de 06/12/2003, há relatos sobre a construção da hidrelétrica, quando no início da reunião ordinária o presidente informa que “[...] o pessoal da barragem o procurou querendo saber quantas associações tem no município e se a ABBT está cadastrada” (ABBT, 2003, p. 20). Na reunião extraordinária de 22/11/2005, os pesquisados discutem a preocupação com o impacto que seria causado pela formação do lago da usina hidrelétrica.

[...] as atividades de barqueiro será extinta com a formação do lago, porque a praia, a Ilha de São José, o comércio de compra e venda de cereais nos ribeirinhos serão extintos com a barragem como também sumirá os contratos com a prefeitura para o transporte de alunos e feirantes e demais associações. (ABBT, 2005, p. 26).



Na mesma reunião de 22/11/2005, conforme registrado na ata, após discussões, os associados decidiram cobrar do empreendedor, como forma de compensação pela perda das atividades, a importância de R\$ 100.000,00 para cada sócio. Essa importância poderia ser em forma de dinheiro, carta de crédito, barco que pudesse trafegar no lago, casa na cidade ou no financiamento de uma nova atividade.

Na reunião ordinária de 14/05/2008, conforme registro no livro de atas, os barqueiros discutiram sobre as indenizações e a participação de um representante deles para a reunião do comitê de cogestão. Após o cálculo do faturamento anual de cada sócio, chegou-se a média de R\$ 7.000,00 por ano, esse valor foi multiplicado por trinta anos de concessão da barragem e chegou-se ao valor total de R\$ 210.000,00, montante que deveria ser o valor da indenização de cada associado. A partir desses valores calculados, pelos participantes da pesquisa, para recebimento das indenizações, houve especulação imobiliária na zona urbana e na zona rural do município de Babaçulândia (TO).

No entanto, conforme registros da reunião de 21/06/2008, não houve acordo com o empreendedor da hidrelétrica e houve necessidade dos participantes da pesquisa se articularem e procurarem intervenção da justiça através de advogados constituídos para defender os interesses dos barqueiros no que se refere ao recebimento de indenizações.

A ata de 21/08/2008 registra a reunião entre barqueiros, empresas representantes do consórcio construtor da hidrelétrica, como CNEC Engenharia, CESTE, empresas responsáveis pelo levantamento turístico da região. Propõe-se que os barqueiros façam projetos, mas eles afirmam que “[...] não vivem de projetos e sim, de coisa concreta”. Um dos barqueiros, conforme registrado em ata expressou-se dizendo que “[...] o barco dele é o centro da sua vida, pois ele disse que o barco é tudo na vida dele” (ABBT, 2008, p. 35). No final da reunião os barqueiros concluíram que a conversa com as empresas representantes do empreendimento foi negativa.

Em 29/11/2010, conforme registrado em ata houve mais uma reunião com os representantes do CESTE, na qual falaram sobre a obra da UHEE, prontidão do empreendedor para pagar as indenizações em dinheiro. Para tanto, foi agendada conversa individual com os barqueiros para a negociação dos valores, situação que Reis (2012) classifica como uma das estratégias básicas para a desapropriação e deslocamento das populações da área impactada.

[...] em relação às providências relativas à desapropriação e deslocamento das populações ocupantes das áreas destinadas à implantação das hidrelétricas, as subsidiárias da Eletrobrás atuavam de modo semelhante, através de três estratégias básicas: a desinformação, a perspectiva territorial patrimonialista, e a negociação individual. (REIS, 2012, p. 107).

Compreende-se a partir dos relatos dos participantes da pesquisa, registrado em atas, e do argumento teórico de Reis (2012) observado em outra localidade impactada por construção de empreendimento hidrelétrico, que o empreendedor tem interesse em tratar do valor da indenização de forma individualizada para adquirir o terreno, através da desapropriação, com o menor custo financeiro possível e valores variados. Caso houvesse consideração do valor médio calculado pelos participantes da pesquisa e multiplicado pelos anos de concessão da hidrelétrica, os benefícios aos barqueiros associados teriam indenizações semelhantes.

Em reunião, dia 19/02/2011, conforme registrado em ata, os sócios discutiram informações sobre a alegação do CESTE de que a atividade de barqueiro não era formal e por isso oferecia indenização com valor muito abaixo do calculado pelos barqueiros. Após as discussões e votação, os participantes da pesquisa, decidiram aceitar o valor oferecido pelo empreendedor. Na oportunidade o presidente da associação apresenta o projeto que beneficiaria a associação com o recebimento das medidas compensatórias, representadas pela construção de um galpão para a sede da associação e a entrega de um barco modelo catamarã.

Os valores das indenizações oferecidas aos barqueiros não foram apresentados na ata da reunião, mas conforme informações durante a aplicação dos roteiros de entrevistas, variaram conforme o tamanho da embarcação, capacidade de passageiros, e das condições de conservação em que se encontrava. Ressalta-se que os valores das indenizações para os barqueiros foram discutidos com cada barqueiro.

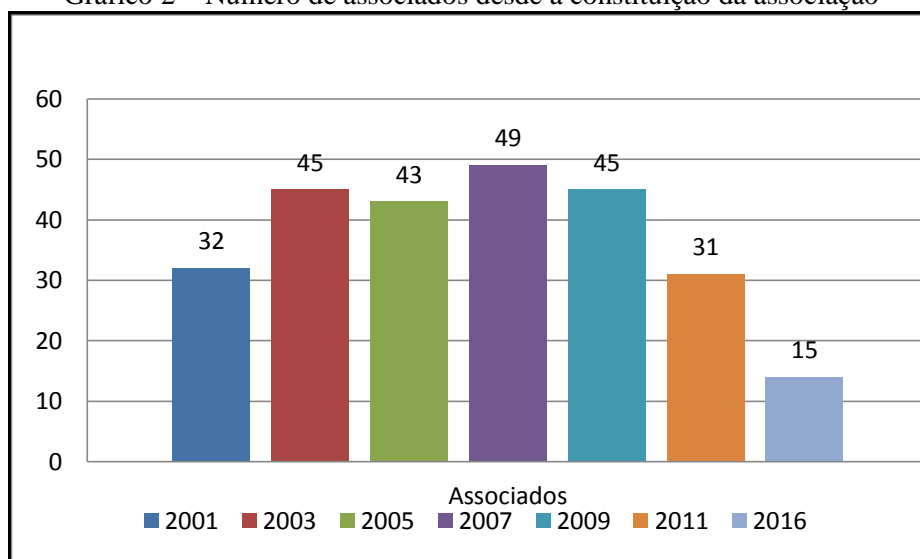
Com as informações sobre a impossibilidade da continuidade do trabalho, a partir da não existência de praias e de moradores ribeirinhos, conforme registrado na ata de 21/05/2011, alguns dos associados tomaram a decisão de se desvincular da associação. Então, a partir de deliberação em Assembleia Geral, o advogado da associação preparou um documento de desligamento no qual a associação se isentaria de ônus futuros. Dessa forma, o dinheiro que havia em caixa, total de R\$ 14.823,00 foi dividido entre os treze associados que saíram voluntariamente e entre os que permaneceram, quarenta associados no total, cabendo a cada um a quantia de R\$ 350,00.

Desde a sua constituição, por 32 homens, até a data desta pesquisa, a associação dos barqueiros de Babaçulândia (TO) teve o quantitativo de associados composto por homens e com a presença de apenas uma mulher, porém nas atas das assembleias não há menção de quando a mulher foi desvinculada da associação.

A partir de 09/09/2007, conforme registrado em ata dessa mesma data, os associados decidiram não admitir novos sócios. Antes dessa data o quadro de associados variava

anualmente em admissão e desvínculo, mas a partir dessa decisão, aconteceram apenas desvínculos, conforme apresentado no gráfico 2.

Gráfico 2 – Número de associados desde a constituição da associação



Autora: SILVA, 11/2016.

Fonte: Atas da Associação dos barqueiros.

O gráfico 2 foi organizado numa escala de dois em dois anos, utilizando-se anos ímpares devido a constituição ter acontecido no ano ímpar 2001. Os dados sobre o número de associados foram apresentados como forma de facilitar a observação do quantitativo de associados em cada ano. Observa-se que houve um intervalo entre 2011 e 2016 devido 2011 ter sido o ano do impacto e 2016 ser o ano de início da pesquisa, não havendo necessidade de mostrar saída de associados entre o intervalo desses anos. Porém o número de participantes da pesquisa foi apenas os que continuaram associados em 2016, ou seja, 15 homens.

O número de associados, conforme apresentado no gráfico 2, mostra a variação desde a constituição da associação em 2001, tendo aumento do número de associados nos anos seguintes até 2007, data na qual os associados decidiram que não seria mais possível admissão de novos sócios.

No ano de 2009 a saída de alguns sócios foi devido ao descumprimento de normas fixadas no estatuto social. Em 2011, houve a saída dos treze sócios por desvínculo espontâneo após o recebimento do rateio do saldo, além da exclusão de um dos sócios por decisão da Assembleia Geral. Em 2016, período do início desta pesquisa, havia o total de 15 barqueiros associados e todos eles foram entrevistados.

Com o desvínculo de associados e a falta de trabalho para os barqueiros as contribuições financeiras mensais diminuiriam ainda mais. Em 2014, conforme registro da ata de 30/04, por não haver mais contribuições e a associação estar em dificuldades financeiras

foi proposto pelos sócios uma parceria com a Prefeitura municipal que se responsabilizaria pelas despesas com internet, água, energia, telefone e pelo pagamento de uma pessoa para auxiliar a diretoria da associação. Em contrapartida a associação cederia o prédio de sua sede para o funcionamento do Centro de Informações Turísticas (CIT). A referida parceria foi desfeita em 2015.

Do início da constituição da associação até a data de formação do lago, os associados contribuíam mensalmente com a quantia de R\$ 5,00 para manutenção da associação e, durante a temporada de praias, contribuíam com mais 10% do faturamento obtido com o transporte de passageiros.

Após a conclusão da construção da barragem e a incerteza de trabalho depois da formação do reservatório do lago, alguns dos barqueiros associados resolveram se desligar da associação para procurar meios de sobrevivência em outros lugares, pois não acreditavam que a associação continuaria a existir.

Observa-se, além dos barqueiros, que outros trabalhadores também retiravam parte dos seus sustentos dos trabalhos realizados durante a temporada das praias. Com constante utilização do espaço turístico formado pelos bancos de areia, expostos nas temporadas de baixa das águas, a população local e os turistas, moradores de outros municípios circunvizinhos e até de outros estados, estavam habituados às condições logísticas das praias e seus atrativos.

Era comum que após a travessia do rio Tocantins para a margem maranhense, o turista se hospedasse em cômodos construídos em madeira e cobertos de palha de babaçu. Outra forma de hospedagem na área da praia era com a utilização de barracas na área destinada a acampamento.

As áreas destinadas a acampamentos com barracas eram localizadas sempre atrás das barracas que vendiam alimentos e bebidas, pois facilitava o acesso a esses serviços. A separação dos locais de acampamento era feita com a utilização de cordas amarradas em tornos de madeira demarcando os limites de cada área. As barracas eram levadas, montadas, cuidadas e vigiadas pelos próprios usuários dos locais, não ficando nenhuma responsabilidade para os barraqueiros próximos.

Na fotografia 3 observa-se parte da estrutura logística construída pela Prefeitura de Babaçulândia (TO) na praia do Coko, localizada na margem maranhense do rio Tocantins. A estrutura favorecia que os turistas e trabalhadores tivessem mais conforto na realização das atividades de trabalho e de lazer. No centro da fotografia, de baixo para cima, visualiza-se a

frente das barracas que forneciam alimentação e bebidas. O local era bem iluminado durante a noite, pois mostra a disposição dos postes de energia elétrica com as luminárias.

Fotografia 3 – Praia do Coco: margem maranhense do rio Tocantins



Fonte: Conexão Tocantins/2009.

Na lateral superior esquerda da fotografia 3 visualiza-se uma edificação na qual está escrito “Praia do Coco”, em seguida percebe-se a disposição dos guarda-sóis na margem do rio. Na lateral direita da fotografia estão localizadas as áreas dos comércios de alimentos e bebidas nas quais os frequentadores do local eram atendidos e servidos. Geralmente no horário mais quente do dia, por volta das 11 horas até às 14 horas, os usuários da praia utilizavam essas áreas cobertas para se alimentarem e descansarem na sombra.

A estrutura básica da praia era custeada pela prefeitura municipal, porém os barqueiros contribuíam “[...] com dinheiro” para a manutenção do policiamento durante a temporada da praia (Ata de 22/06/2007, p. 29). Essa situação era acordada, anualmente, em reunião com a prefeitura, representante da polícia e os barqueiros associados.

As pessoas que acampavam em barracas utilizavam os mesmos serviços básicos da estrutura da praia, como os banheiros públicos, serviços de saúde, acessos ao rio e coleta de lixo. Destaca-se que o lixo produzido pelos acampantes deveria ser recolhido pelos próprios usuários e depositados em locais pré-identificados para o recolhimento posterior pela organização da praia, através do serviço de coleta.

A estrutura englobava o trabalho de instalação de postes e cabos para o fornecimento da energia elétrica, a qual era distribuída a partir da cidade de Babaçulândia (TO) até à praia do Coco, localizada na outra margem do rio. Conforme notícia divulgada no *site* Conexão Tocantins (2009) “A prefeitura municipal, que organiza o evento, montou estrutura no rio Tocantins para recepcionar cerca de 10 mil turistas na abertura”.

Posto de saúde, Polícia e Bombeiros (salva-vidas) [...] a atenção com o turista começará logo à entrada da cidade, no posto de recepção, quando o visitante receberá orientação de uma equipe da prefeitura e um informativo com instruções de hospedagem, roteiro até o rio e estrutura de funcionamento da praia. (CONEXÃO TOCANTINS, 2009).

O investimento na infraestrutura e o bom atendimento ao turista, conforme apresentado no informativo *online* Conexão Tocantins (2009), foi reforçado pela afirmação do Secretário de Obras e Infraestrutura de Babaçulândia (TO) que “Quando o turista é bem recepcionado, ele se torna um aliado na divulgação das maravilhas de nossa praia. Essa é a maior publicidade”.

A partir da afirmação do Secretário de Obras e Infraestrutura do município, fica claro que a primazia pelo bom atendimento aos usuários da praia, por parte de todos que trabalhavam durante a temporada, faziam a diferença, a partir da forma acolhedora com que esses usuários eram recebidos, e se encarregavam de fazer a divulgação sobre o bom atendimento e sobre as atratividades e belezas naturais. Mostra-se parte da estrutura na fotografia 4.

Fotografia 4 – Praia do Coco localizada na margem maranhense do rio Tocantins



Fonte: ALVES, 07/2009

A fotografia 4 mostra parte da estrutura da praia do Coco durante o mês de julho de 2009. Portanto, três anos antes da formação do lago e funcionamento da usina hidrelétrica. A areia branca e limpa era o diferencial da localidade, seguida da facilidade de estar em contato com a vegetação e as águas azuis claras. Ratifica-se que a referida praia era localizada na margem maranhense do rio Tocantins, localizada em frente à cidade de Babaçulândia (TO).

Na fotografia 4 observa-se parte da praia do Coco, localizada na margem maranhense do rio Tocantins em frente à cidade de Babaçulândia (TO), vista a partir da embarcação que chegava ao porto para desembarque. É possível visualizar na parte central da fotografia, uma edificação maior, nas cores branca e azul, com a identificação na parte superior “Praia do Coco”. Essa edificação é o palco, local em que aconteciam as apresentações musicais. Nas laterais, visualiza-se os banheiros químicos que eram utilizados pelos participantes das programações.

Na parte superior da fotografia 4, logo após o palco, observa-se a vegetação composta por árvores de grande porte e o telhado, na lateral esquerda, da construção da residência de um dos moradores ribeirinhos, na margem do rio Tocantins. Na frente do palco, observa-se, de uma lateral à outra da fotografia, as barracas com cobertura de palhas, utilizadas pelos comerciantes, aqui denominados de barraqueiros.

À frente das barracas, já dentro da água, observa-se os guarda-sóis, mesas e cadeiras, disponibilizados por cada barraca, aos seus clientes. Da parte central da fotografia 4 até à lateral inferior observa-se o movimento das águas claras do rio Tocantins, agitadas pelo trânsito das embarcações que se moviam de uma margem do rio à outra levando os turistas.

Destaca-se que a prefeitura de Babaçulândia também era responsável pelos serviços de coleta de lixo, instalação de banheiros, definição dos locais de cada barraca de alimentação para os barraqueiros cadastrados, hospedagem, construção de palcos para a realização de festas, shows e contratação dos artistas.

O local se transformava em uma minicidade, contando inclusive com policiamento. A praia do Coco era muito frequentada e reconhecida regionalmente como umas das melhores devido à qualidade da areia e a limpeza das águas, ou seja, eram reconhecidas a partir do enunciado dos usuários.

[...] qualquer enunciado sobre a região funciona como um argumento que contribui – tanto mais largamente quanto mais largamente é reconhecido – para favorecer ou desfavorecer o acesso da região ao reconhecimento e, por este meio, à existência. (BOURDIEU, 1989, p. 120).

A divulgação feita pelos usuários da praia já era motivo suficiente para que outras pessoas a visitasse, ou seja, o valor simbólico da praia desenvolvia a região de Babaçulândia (TO) nas épocas de temporada de praia, pois com o crescimento do número de turistas o comércio local era aquecido através do aumento do volume de trabalho dos barqueiros e dos demais profissionais que retiravam seus sustentos financeiros a partir dos trabalhos oferecidos aos banhistas.

O conjunto constituído pela estrutura física construída na praia, os passageiros/turistas, as águas do rio, além do instrumento de trabalho, representado pelo barco, era de certa forma, o local em que os barqueiros construíram seu território e passaram a modificá-lo em função da atividade realizada, demonstrando relações de poder dos associados sobre os barqueiros não associados. Pois, conforme Saquet, é a sociedade quem organiza o território.

[...] o território é organizado pela sociedade, que transforma (*humaniza*) a natureza, controla certas áreas e atividades, política e economicamente; significa relações sociais e complementaridade; processualidade histórica e relacional. (SAQUET, 2007, p.51, grifo do autor).

Raffestin (1993, p. 60) afirma que “[...] o território é o espaço político por excelência, o campo de ação dos trunfos”. Ou seja, o território não é menos importante que a população e os recursos. Pois o território é a cena do poder e o lugar de todas as relações, o qual necessita das pessoas para que se possam determinar os rumos possíveis das ações e dos recursos para que se condicione o alcance da ação.

### **1.7 – O conceito de atingidos e o medo da desterritorialização**

Informações apresentadas no “Dossiê Ditadura contra as populações atingidas por barragens aumenta a pobreza do povo brasileiro” elaborado pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB, 2004) afirmam que existem no Brasil aproximadamente duas mil barragens, as quais são responsáveis por expulsar mais de um milhão de pessoas de suas terras, totalizando um número estimado de trezentas mil famílias.

O MAB, no dossiê produzido em 2004, aponta que não houve melhora no nível de vida das pessoas das regiões atingidas, pois a cada cem famílias deslocadas de suas terras, setenta não recebem nenhum tipo de indenização e a aceleração do comércio local proporcionada pela chegada de milhares de trabalhadores à região atingida teve seu enfraquecimento com o término das obras.

Como as barragens não melhoram o nível de vida das pessoas da região (causam violência; tráfico de drogas; Corrupção; desemprego; prostituição; etc) as empresas recorrem à propaganda enganosa, envenenam as fontes de opinião pública, cooptam prefeitos, vereadores, fazem doações sutis a algumas entidades, fornecem outros materiais didáticos para serem utilizados em escolas e universidades. Todo trabalho de propaganda fica em função de evitar que a população da região perceba as verdadeiras consequências das barragens. (MAB, 2004, p. 4).

Localizadas em todas as regiões do Brasil, as barragens, através dos diversos impactos causados nas populações, que os atingem de maneira direta ou indiretamente fizeram surgir,



de acordo com recentes discussões acadêmicas, um conceito capaz de fazer menção às características comuns a essas comunidades privadas de muitos de seus hábitos socioculturais, ou seja, aos denominados “atingidos”.

Rocha (2013, p. 58) alerta que “É preciso ter em vista que a condição de atingido por barragem é uma construção que se dá a partir das relações de poder entre os diferentes agentes sociais envolvidos em cada caso”. Compreende-se que entre essas relações de poder está de um lado o empreendedor com a certeza de que a construção da hidrelétrica será realizada e, do outro lado, o morador impactado, com a certeza de que deverá sair da área atingida.

[...] a condição de atingido não é conferida automaticamente às pessoas que habitam o local da instalação de uma hidrelétrica. Ao contrário, esta condição vai sendo construída ao longo de um processo social amplo que envolve todas as hidrelétricas instaladas e que tendem a se reconfigurar em cada novo projeto. (ROCHA, 2013, p. 60).

Para Vainer (2008) o termo atingido remete à noção econômico-financeira e representa uma categoria social em disputa, que varia no tempo e espaço, dependendo dos contextos políticos e culturais. Por isso, opõe diversos atores econômicos, bem como identifica outra concepção denominada hídrica<sup>8</sup>, a qual significa atingido e inundado, e conseqüentemente o atingido e inundado é obrigado a se deslocar de maneira compulsória, também chamada de reassentamento involuntário.

[...] a noção de atingidos diz respeito, de fato, ao reconhecimento, leia-se legitimação, de direitos e de seus detentores. Em outras palavras, estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por determinado empreendimento significa reconhecer como legítimo – e, em alguns casos, como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação não pecuniária. (VAINER, 2008, p. 1).

Conforme Brasil (2010), através do Decreto nº 7.342 publicado no Diário Oficial da União de 20/10/2012, no artigo 2º caracteriza como atingidos por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica os integrantes da população sujeitos aos seguintes impactos:

[...]  
IV- perdas de fontes de renda e trabalho das quais os atingidos dependem economicamente, em virtude da ruptura de vínculo com áreas do polígono do empreendimento;  
[...]  
VII- prejuízos comprovados às atividades produtivas locais a jusante e a montante do reservatório, afetando a renda, a subsistência e o modo de vida de populações.  
(BRASIL, 2010, p. 2)

---

<sup>8</sup> Concepção hídrica – tende a circunscrever espacialmente os efeitos do empreendimento estritamente à área a ser inundada.

Compreende-se que para ser caracterizado como atingido é necessário residir no local impactado pelo empreendimento, ter as atividades produtivas afetadas de forma que o modo de subsistência ou os ganhos financeiros sejam prejudicados ou até mesmo extintos. Essa situação precisa ser comprovada por representantes do empreendedor através de visitas e cálculos que possibilitem a desapropriação e indenização dos atingidos. A respeito dessa caracterização, Rocha (2013) afirma que a condição de atingido é uma construção.

[...] é preciso entender que a condição de atingido é uma construção a partir de relações de poder entre os diferentes agentes sociais no sentido de homologar juridicamente – e de forma amigável ou litigiosa – as variáveis que concedem às populações seus direitos decorrentes da instalação da hidrelétrica. (ROCHA, 2013, p. 61, grifos da autora).

Para o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) deve-se considerar que é necessário englobar no conceito de atingidos algumas situações de perdas culturais às sociedades, grupo e/ou comunidades da área do empreendimento, ou seja, as modificações e alterações ocorridas na localidade, as quais tenham como causa a imposição de rupturas em diversas dimensões.

Devem ser consideradas como perdas as alterações impostas a circuitos e redes de sociabilidade, sempre que implicarem na ruptura de relações importantes para a reprodução social, consideradas as dimensões culturais e a identidade dos grupos, comunidades e famílias atingidas. (MAB, 2011, p.1).

O MAB também deixa claro que algumas condições ou situações dos moradores das regiões atingidas, tais como documentos legais, não devem servir de empecilhos capazes de descaracterizar esses moradores do conceito de atingidos e deixá-los sem direitos às indenizações e compensações a que têm direitos.

Proprietários e não proprietários, pequenos meeiros, parceiros, posseiros (de terras públicas ou privadas), empregados, autônomos, trabalhadores informais, pequenos empresários e outros poderão ser considerados atingidos. A ausência de título legal de propriedade, de vínculo legal de emprego ou de formalização da ocupação ou atividade não será tomada como critério para excluir grupos, comunidades, famílias ou indivíduos do adequado reconhecimento como atingido. (MAB, 2011, p. 1).

Rothman (2008) afirma, a partir de sua vasta experiência no assessoramento aos atingidos por barragens em Minas Gerais, que os atingidos devem receber orientação técnica de profissionais a fim de que o impacto da mudança não seja tão traumático. Acrescenta informações que definem o campo de trabalho dos profissionais que assessoram os atingidos.

[...] esse campo é assimetricamente estruturado, de forma que as comunidades atingidas encontrem condições desiguais e estejam em posição de desvantagem na defesa dos seus interesses e, sobretudo, de seu direito ao meio ambiente. [...] o campo é configurado, do lado dominante, pelos órgãos ambientais do Estado, empresas estatais e privadas geradoras e distribuidoras de energia elétrica, empresas construtoras e empresas de consultoria ambiental, enquanto no polo oposto, estão os atingidos pelas barragens, entidades ambientalistas, entidades de assessoria ligadas à universidade, igreja e ONG's. (ROTHMAN 2008, p. 123-124).

Essas afirmações são comprovadas através dos relatos de fatos vivenciados pelos moradores de Babaçulândia (TO), atingidos pelo lago da UHEE, quando informam os valores das indenizações, a forma como tiveram de sair da sua moradia, o tratamento recebido nos reassentamentos rurais e a adaptação ao novo local de moradia, sendo ele urbano ou rural. Compreende-se, a partir de relatos durante conversas informais sobre os impactos do empreendimento na região, que os moradores não tiveram outras opções além das que foram propostas pelo empreendedor.

É importante compreender que a riqueza de bacias hidrográficas no Brasil e crescente necessidade de aumentar a produção de energia, capaz de agilizar processos de produção industrial, bem como proporcionar melhores condições de vida à população brasileira. Através de utilização da energia como força de trabalho têm sido feitos investimentos na construção de barragens a implantação de usinas hidrelétricas. Porém, essas hidrelétricas têm produzido os grupos de desabrigados denominados atingidos por barragens.

Todas as bacias hidrográficas brasileiras são utilizadas e/ou visadas para a construção de barragens. Assim, é possível encontrarmos desabrigados em todo o Brasil; os atingidos são uma população complexa e heterogênea em consequência da própria definição do termo que engloba situações diversas. As barragens são também os pontos de partida de migrações múltiplas e complexas destes excluídos. (LETURCQ, 2009, p. 2).

A quantidade de famílias atingidas por barragens é bem maior do que o número noticiado pela imprensa ou registrado nos documentos das empresas responsáveis pelos empreendimentos. Isso se dá devido os moradores das áreas atingidas serem desencorajados a lutar pelo seu patrimônio e terem de vender pelo preço que lhes foi ofertado pelos representantes dos empreendimentos hidrelétricos.

As populações afetadas de uma maneira ou outra pela construção de uma usina hidroelétrica e sua barragem são reconhecidas no Brasil sob o termo de atingidos. Eles são os expulsos dos lugares por causa das obras e das terras inundadas ou aqueles que vão sofrer perdas indiretas diversas ou, ainda, aqueles que vão integrar o grupo de novos ocupantes em um município. (LETURCQ, 2009, p. 6).

Os atingidos, conforme Leturcq (2009), são classificados em dois grupos: a) os atingidos diretos: aqueles que vão sofrer uma migração e podem escolher entre diversas soluções de indenizações compensatórias, como: permanecer na borda do lago e assim não deixar o seu lugar de vida; acordo para recebimento de dinheiro que poderá ser utilizado da maneira que o atingido quiser; reassentamento individual ou carta de crédito; ou reassentamento coletivo em meio rural; e b) atingidos indiretos: não são submetidos à migração, mas que são afetados pela construção da barragem.

Os atingidos indiretos, conforme Leturcq (2009), não vão alterar a localização nem o lugar de residência, mas sofrerão com a chegada dos migrantes. É fato que os migrantes individuais, aqueles que foram indenizados com dinheiros ou reassentamentos individuais, "produzirão" poucos atingidos indiretos, porque a sua influência sobre o seu novo território será fraca e não perturbará as situações estabelecidas.

O remanejamento da população atingida, seja ela urbano rural, aconteceu a partir do levantamento físico da propriedade/imóvel realizado através de visitas periódicas de assistentes sociais que tinham como objetivo analisar a veracidade de dados colhidos no cadastro socioeconômico, o qual foi feito anteriormente por técnicos e advogados do empreendedor durante entrevistas com os atingidos nas quais foram obtidas informações sobre o histórico de ocupação, bem como a situação de registro os imóveis.

O empreendedor, por intermédio do assistente social, mantém contato direto com as famílias atingidas, visitando-as periodicamente durante a implantação do empreendimento, a fim de analisar os dados colhidos no cadastro socioeconômico. Técnicos e advogados do empreendedor fazem um levantamento, a partir das entrevistas com os atingidos, do histórico de ocupação e da situação cartorial da documentação das propriedades, enquanto outra equipe técnica irá avaliar a propriedade conforme as normas da ABNT, constituindo o levantamento físico da propriedade (LFP). (ROCHA, 2013, p. 253).

Os participantes da pesquisa passaram por situação semelhante à descrita por Rocha (2013), pois receberam visitas de representantes do empreendedor na Associação dos Barqueiros de Babaçulândia (TO), situação descrita em várias atas. A pressão para que os barqueiros aceitem a oferta do empreendedor é relatada na reunião da associação dos barqueiros realizada em 29/11/2010.

[...] chega os representantes do CESTE, a assenhora Cassandra se apresenta e faz a apresentação dos demais companheiros e a mesma fala sobre a obra da UHE e fala também sobre a questão dos barqueiros que o CESTE está pronto para passar um benefício ou seja um valor em dinheiro no mais rápido possível [...] (ATA DA ASSOCIAÇÃO, 2010, p. 39).

Na data de 29/11/2010, conforme registro em ata da Associação dos Barqueiros de Babaçulândia (TO), a equipe do CESTE começou a fazer o agendamento individual com os barqueiros, ou seja, a conversa com cada associado foi individualizada. A partir de então foram apresentados os valores, calculado pelo empreendedor, para a embarcação, tempo de serviço e moradia localizada na área atingida pela construção da hidrelétrica e formação do reservatório do lago. Percebe-se a intenção do empreendedor em minimizar os valores das indenizações a partir do diálogo individualizado e da perda de forças de discussão do atingido que não entrará em disputa judicial isoladamente.

As abordagens deste capítulo revelam a trajetória da pesquisa e da atual situação dos associados da ABBT, na condição de atingidos pela UHEE. Visando uma percepção mais clara dessa situação, as discussões do capítulo 2 a seguir, evidenciam como o Estado se organiza para a construção da hidrelétrica, através dos seus órgãos como Instituto Brasileiro do meio Ambiente (IBAMA) e NATURATINS). Além disso, observa-se a atuação do Consórcio construtor através dos representantes, no caso da usina hidrelétrica de Estreito (MA), quando da apresentação de informações sobre a legislação para a construção e o impacto nos municípios tocantinenses e maranhenses.

## **2 - ESTADO E HIDRELÉTRICA: EFEITOS NOS BARQUEIROS**

No capítulo sobre o papel do Estado e do CESTE, neste caso representado pelo Ministério das Minas e Energia e outros órgãos responsáveis pelo licenciamento do empreendimento, procura-se esclarecer a atuação da participação destes agentes nas decisões dos processos de definição sobre os locais de construção de usinas hidrelétricas no país e mais especificamente, na Usina Hidrelétrica de Energia Estreito (MA).

Discute-se o poder e o papel do empreendedor, CESTE, para a concretização da construção do empreendimento e, conseqüentemente, o aumento da oferta de energia elétrica no Brasil e a melhoria no atendimento das necessidades de consumo da população, principalmente através do aumento da produção de bens e serviços. Embora pareça positivo, esses fatores causam a desapropriação de ribeirinhos para a exploração do recurso água, situação que se torna objeto da relação de poder e está no centro das estratégias múltiplas, integrando técnicas que evoluem constantemente.

Apresenta-se informações sobre a legislação brasileira no que se refere aos licenciamentos definidos pelo IBAMA, o qual rege os licenciamentos para instalação de hidrelétricas, bem como as informações presentes no Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) do empreendimento, além de informações sobre os municípios impactados e suas localizações dentro da região atingida.

Apresenta-se, a partir de informações do consórcio construtor, indicadores sobre as medidas compensatórias revertidas ao município, em forma de edificações e mobiliário, em substituição àqueles que estavam localizados na região impactada e necessitavam de demolição, como escolas, igrejas e outros imóveis públicos.

Apresenta-se e discute-se sobre a situação dos barqueiros que, conforme informações obtidas durante as entrevistas, desde o início da construção do empreendimento e ao longo da formação do reservatório do lago, alguns dos participantes da pesquisa, prestaram serviços às empresas empreiteiras, transportando trabalhadores, alimentos dentre outros serviços.

Finalmente é possível fazer uma analogia entre as situações de construções de usinas hidrelétricas a partir da imposição do agente que detém o poder de decisão sobre os moradores impactados e a situação apresentada no enredo do filme *Narradores de Javé*. A analogia é percebida nos aspectos de que por mais que houvesse argumentos e fatos importantes apresentados pelos moradores locais para a não construção do empreendimento, ainda assim ele foi construído. Restando aos impactados, apenas relatar suas memórias e viver das lembranças.

## 2.1 – O setor energético brasileiro e sua importância para o país

O setor energético brasileiro, representado pelo Ministério das Minas e Energia (MME), conforme Brasil (2007b), apresenta informações e instrumentos para simular diferentes cenários de mercado e avaliar seus efeitos: gargalos de infraestrutura, vulnerabilidades sistêmicas, riscos ambientais, oportunidades de negócios, impactos e políticas públicas. E como gargalo de infraestrutura, o Plano Nacional de Energia 2030 apresentado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), relata a necessidade de aumentar a potência instalada em usinas hidrelétricas.

No Brasil, em particular, entre 1974 e 2005, a potência instalada em usinas hidrelétricas foi acrescida de 57.134 MW, evoluindo de 13.724 MW para quase 70.900 MW, entre os dois anos indicados. Essa evolução esteve concentrada no início da década dos anos 80, quando o mundo sofria as consequências dos choques no preço do petróleo ocorridos na década anterior e se instalavam no país grandes indústrias eletro-intensivas. Em contraposição, no final dos anos 90, apesar de nominalmente elevada, a expansão hidrelétrica foi relativamente pequena, se comparada com a expansão da oferta interna total de energia, refletindo as incertezas provocadas pelas alterações institucionais empreendidas na tentativa de enfrentar as dificuldades no financiamento dos investimentos. Uma consequência da expansão modesta nesses anos foi o racionamento vivenciado em 2001-2002 por grande parte do sistema elétrico interligado. (BRASIL, 2007b, p. 145).

As informações apresentadas por Brasil (2007b, p. 146) deixam claro que é nos biomas cerrado e Amazônia que se encontram 70% do potencial hídrico brasileiro e alerta que “Quando se tem em conta que dois terços do território nacional estão cobertos por dois biomas de alto interesse do ponto-de-vista ambiental [...] pode-se antever dificuldades para a expansão da oferta hidrelétrica”. Essas dificuldades são representadas pela concepção de que os projetos hidrelétricos provocam impactos socioambientais que dificultam a preservação dos meios naturais.

Informações de Brasil (2007b, p. 146) argumentam que “[...] muitas áreas no entorno de vários reservatórios já instalados no país estão entre as mais bem conservadas, inclusive com relação à biodiversidade”. Alguns programas de salvamento da flora e da fauna (e também de sítios arqueológicos), desenvolvidos quando da implantação da barragem, são, muitas vezes, a garantia de conservação de elementos chave do bioma atingido. Isso se dá no aspecto socioeconômico em torno dos quais os núcleos urbanos apresentam índices de desenvolvimento humano, pois são, geralmente, superiores aos da região na qual se inserem. Nos processos socioambientais também se enquadram aspectos sociais e políticos.

[...] parte dos projetos governamentais de desenvolvimento voltados para a disponibilidade de infraestrutura, entre as quais a instalação de hidrelétricas, desencadeiam processos socioambientais de extrema complexidade, compreendendo tanto aspectos técnicos quanto sociais e políticos. (REIS, 2012, p. 98).

A construção de uma usina hidrelétrica depende de grande quantidade de mão de obra especializada e de capital. A mão de obra é representada pelos trabalhadores técnicos e de infraestrutura, podendo absorver parte da população local como foi o caso do trabalho desenvolvido por alguns dos barqueiros para as empresas construtoras. O capital é representado por instituições financeiras nacionais e internacionais; os consórcios públicos e privados responsáveis pelo projeto; as instituições estatais responsáveis pelas questões regulatórias e ambientais; as empresas de consultoria, dentre outros agentes.

A luta pelo uso do espaço coloca em posição ativa as empresas gigantes e reserva às demais uma posição passiva, subordinada. Essa é uma situação de conflito, a ser mantida, atenuada, suprimida, segundo as circunstâncias, mas, em todo caso, regulada. (SANTOS, 2009, p. 335).

O espaço que era ocupado, desde muitos anos, pelos barqueiros e suas famílias, ou seja, as margens e águas do rio Tocantins, era o lugar em que sempre produziram alimentos para subsistência, criavam animais de pequeno porte, e desenvolviam atividades mercantis capazes de garantir rendas que serviam de complementação financeira. Esse espaço foi delimitado pelo Estado, a partir da necessidade de construção do empreendimento, situação que para Raffestin (1993) indica preocupações em demarcar.

A região não está ausente das preocupações do Estado, ao contrário: ele corta, subdivide, delimita, quadricula, encerra... o mapa, mas não o território que deve permanecer essa cera, prestes a receber todos os selos conforme as necessidades do poder central. (RAFFESTIN, 1993, p. 182).

Com a necessidade de expansão da energia elétrica partindo da construção da hidrelétrica em discussão e a decisão governamental, a partir de observações realizadas pelas empresas e organizações encarregadas pelos estudos de viabilidade, juntamente com os órgãos responsáveis pela liberação dos licenciamentos, o consórcio empreiteiro dá início à construção do empreendimento. Todavia o controle e gestão do Estado sobre o empreendimento e, principalmente, sobre o uso das águas é discutido por Reis (2012) ao afirmar que:

[...] a gestão e controle do Estado sobre o uso das águas para diferentes fins, inclusive para a produção de energia elétrica, foram assumidos por instâncias governamentais brasileiras preocupadas com a modernização do país, ou



seja, mais precisamente com o seu desenvolvimento econômico, através do fomento das atividades industriais. (REIS, 2012, p. 99).

A presença e a intervenção do Estado na produção de energia elétrica, conforme Reis (2012) “[...] acentuou-se durante o período da Ditadura Militar [...]” com a instalação de hidrelétricas como Sobradinho e o início das hidrelétricas de Itaparica, Itaipú e Balbina; e os projetos e início das etapas das hidrelétricas nas bacias de São Paulo, Paraná e em rios da Amazônia. A diminuição da gestão e controle central, pelo Estado se deu a partir das privatizações de partes do setor elétrico, pelas gestões governamentais, a partir de 1990.

Com a privatização de parte do setor elétrico pelas gestões governamentais federais que se sucederam ao longo da década de 1990 [...] que se prolonga até os dias atuais, e com ele determinadas reestruturações no setor elétrico brasileiro [...] diminuiu a possibilidade de gestão e controle estatal sobre a produção de energia elétrica de um modo geral. (REIS, 2012, p. 102).

A partir das privatizações, a gestão governamental tem sido responsável pela articulação através de estudos e liberações por meio de licenças ambientais, dos locais mais adequados para a implantação e instalação de grandes projetos, como as construções de hidrelétricas, além de arcar com os valores das indenizações aos impactados. Os valores das indenizações são calculados levando-se em consideração critérios estabelecidos pelos próprios representantes do empreendimento, sem a participação dos impactados, situação que dificulta a valorização dos aspectos socioculturais dos impactados.

Em nome do desenvolvimento, expresso através do consumo, a sociedade capitalista, por meio do poder estatal e seus parceiros constituídos pelas empresas e consórcios construtores, exploram o meio ambiente e seus recursos naturais transformando-os em “energia geradora do progresso” para todo o território nacional com a justificativa de que quanto maior o consumo da população maior será a saciedade de suas necessidades.

A sociedade de consumo, que constitui a forma mais acabada do capitalismo, fundamentada sobre uma mistificação: aquela que engendra a idéia de que o desenvolvimento ilimitado do consumo trará a felicidade das sociedades; [...]. Em nome dessa crença, todas as energias, naturais – o mundo mineral, vegetal e animal – e humanas, são obrigadas a responder a essa convocação e obedecer às injunções de seu vetor, o progresso técnico. (ROUX, 2004, p. 53).

A política energética brasileira é uma das utilizadoras dos recursos naturais através da exploração da água, um dos recursos naturais mais abundantes na Terra. Com um volume estimado de 1,36 bilhão de quilômetros cúbicos (km<sup>3</sup>) recobre 2/3 da superfície do planeta sob a forma de oceanos, calotas polares, rios e lagos; é uma das poucas fontes para produção de

energia que não contribui para o aquecimento global (ANEEL, 2008). Mesmo sabendo que é renovável pelos efeitos da energia solar e da força da gravidade, que de líquido transforma-se em vapor que se condensa em nuvens, que retornam à superfície terrestre sob a forma de chuva, a água apresenta seus limites.

[...] em todo o mundo, o Brasil é o país com maior potencial hidrelétrico: um total de 260 mil MW, segundo o Plano 2015 da Eletrobrás, último inventário produzido no país em 1992. Destes, pouco mais de 30% se transformaram em usinas construídas ou outorgadas. De acordo com o Plano Nacional de Energia 2030, o potencial a aproveitar é de cerca de 126.000 MW. Desse total, mais de 70% estão nas bacias do Amazonas e do Tocantins/Araguaia. (ANEEL, 2008, p. 57).

Percebe-se que a definição da região norte como local para a construção de usinas hidrelétricas, se deve às bacias do Amazonas e do Tocantins/Araguaia e suas capacidades de produção. Porém, Parrião (2011) alerta que a utilização dessa fonte geradora de energia corre riscos porque as estiagens causam o baixo nível dos reservatórios. Por esse motivo, a construção das barragens é feita em locais estratégicos que possam oferecer o mínimo possível de riscos.

Apesar das construções de barragens no rio Tocantins serem em locais estratégicos, utilizando as condições geográficas, isso não tem sido suficiente para a manutenção do volume de água no curso do rio e para o desenvolvimento de atividades à jusante das hidrelétricas.

Situações noticiadas em jornais e demais meios de comunicação apresentam a realidade enfrentada em 2016 e 2017 por pescadores e outros ribeirinhos que necessitam do referido rio, nas regiões de Miracema do Tocantins, município localizado a jusante da Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães, e Tocantinópolis (TO), município localizado a jusante da hidrelétrica de Estreito (MA).

As dificuldades enfrentadas pelos ribeirinhos dessas localidades e de outras localizadas às margens do rio Tocantins, em toda a extensão a jusante de hidrelétricas, estão representadas pela falta de peixes no rio, dificuldade para a navegabilidade devido à baixa das águas e o aparecimento de rochas no leito do rio que podem causar acidentes.

Informações da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) registram que o Brasil construiu a primeira hidrelétrica em 1883, no município de Diamantina, no Ribeirão do Inferno, afluente do rio Jequitinhonha, com 0,5 MW (megawatt) de potência e linha de transmissão de dois quilômetros. Nos últimos 30 anos a demanda por energia elétrica aumentou no Brasil, e conseqüentemente a construção de mais hidrelétricas.

A energia hidrelétrica é gerada pelo aproveitamento do fluxo das águas em uma usina na qual as obras civis – que envolvam tanto a construção quanto o desvio do rio e a formação do reservatório – são tão ou mais importantes que os equipamentos instalados. (ANEEL, 2008, p. 53).

Informações apresentadas em Brasil (2007b), sobre o aproveitamento do potencial hidrelétrico brasileiro, por região, relatam que a região norte do Brasil era a que possuía o menor número de usinas hidrelétricas em operação/construção/concessão em 2005, apenas 9% do potencial. Além disso, acrescenta a informação de que 44% do potencial não aproveitado estava inventariado e outros 47% continuavam não aproveitados.

A partir do discurso performativo apresentado pelo Estado e seus parceiros, representados pelo consórcio construtor, e os órgãos ambientais forma-se o enunciado da necessidade de construção do empreendimento no local definido a partir de estudos e pesquisas, seus benefícios e melhorias para a população nacional através da geração de energia elétrica, pois conforme a afirmação de Bourdieu.

[...] a eficácia do discurso performativo que pretende fazer sobrevir o que ele enuncia no próprio acto de o enunciar é proporcional à autoridade daquele que o enuncia: a fórmula <<eu autorizo-vos a partir>> só o é *eo ipso* uma autorização se aquele que pronuncia está autorizado a autorizar, tem autoridade para autorizar”. (BOURDIEU, 1998, p. 116-117, grifo do autor).

O poder do consórcio construtor se apresenta a partir da autorização dos seus representantes que, muito tempo antes de chegarem à região impactada pela construção do lago, já estavam respaldados por documentação dos órgãos ambientais e laudos técnicos sobre aspectos da região favoráveis à construção da barragem, bem como a definição prévia dos impactos ambientais, sociais e culturais os quais seriam concretizados com a desterritorialização causada pela migração compulsória dos atingidos.

O discurso de quem representa autoridade no assunto desterritorialização, através da desocupação da área, para possibilitar a construção do empreendimento e a simplicidade dos impactados, neste caso, os barqueiros e demais moradores de Babaçulândia (TO), bem como a falta de conhecimentos e de diálogo com outros impactados que já teriam passado por situação semelhante em outras localidades.

O desconhecimento de relatos e experiências vividas por outros impactados quando da construção de usinas hidrelétricas, fez com que os barqueiros não buscassem melhorias suficientes para suas situações. Compreende-se, portanto, que o desconhecimento do funcionamento das indenizações a impactados de outras localidades foi fator impeditivo para que os pesquisados obtivessem vantagens nas negociações.

## 2.2 – A legislação ambiental e a construção da UHEE

Em regra, os Estudos de Impactos Ambientais (EIA), descrevem a área a ser afetada pelo empreendimento, podendo, no caso dos empreendimentos hidrelétricos, que atingirem áreas urbanas e rurais, serem apresentadas diferentes alternativas de remanejamento da população, nas quais incluem-se a indenização, via desapropriação por utilidade pública ou não, e o reassentamento habitacional.

O documento denominado EIA esclarece que as indenizações obedeceriam ao rito no qual o empreendedor procuraria privilegiar mecanismos visando a negociação direta com os proprietários dos imóveis atingidos. Com isso, a desapropriação seria o procedimento administrativo pelo qual o Poder Público ou seus delegados, mediante prévia declaração de necessidade pública, utilidade pública ou interesse social, imporiam ao proprietário a perda de um bem, substituindo-o em seu patrimônio por “justa indenização”.

A declaração de utilidade pública já produz alguns efeitos: a) submete o bem à força expropriatória do Estado; b) fixa o estado do bem, isto é, suas condições, melhoramentos, benfeitorias existentes; c) confere ao Poder Público o direito de penetrar no bem a fim de fazer verificações e medições, desde que as autoridades administrativas atuem com moderação e sem excesso de poder; d) dá início ao prazo de caducidade da declaração, o qual, de acordo com o art. 10 do Decreto-lei nº 3.365/41, a desapropriação deverá efetivar-se mediante acordo ou intentar-se judicialmente dentro de cinco anos, contados da data da expedição do respectivo decreto, findos os quais este caducará. (IBAMA, 2001a, p. 89).

Em informações apresentadas pelo IBAMA, no fragmento acima, esclarece-se que a fase executória do procedimento de desapropriação poderia ser tanto administrativa quanto judicial a fim de que a propriedade localizada na área do empreendimento fosse integrada ao patrimônio público. Dessa forma, a execução administrativa aconteceu a partir do acordo a respeito da indenização, entre o atingido e o consórcio construtor, que no caso de bens imóveis, exigiu-se a escritura no Registro de Imóveis. Nos casos em que não houve acordo precedeu-se a fase judicial.

Conforme relatos dos participantes da pesquisa, a negociação do valor de cada imóvel utilizado como moradia, localizado na área impactada, foi realizada pelos representantes do empreendimento com cada proprietário individualmente. Assim sendo, os impactados não tiveram direitos de exigir valores considerados justos, mas sim, tiveram de concordar com os valores oferecidos e considerados “justa indenização” pelos representantes das negociações.

Informações apresentadas no EIA/RIMA, conforme IBAMA, (2001a, p. 90) alertam que “[...] nem sempre a desapropriação constitui a alternativa adequada e satisfatória para

solucionar a questão”. Portanto, para os loteamentos e áreas invadidas ou não regularizadas, a melhor forma seria o reassentamento, uma nova moradia que oferecesse condições de infraestrutura e de financiamento acessível à população. Nenhum dos participantes da pesquisa estava com seu imóvel em situação irregular.

A desapropriação de estabelecimentos industriais, produtores e comerciais, deve levar em consideração o aspecto dos impactos sócio-econômicos e os índices de perda de empregos na Região, em virtude de eventual fechamento desses negócios ou transferência para outro Município e/ou Região. (IBAMA, 2001a, p. 90).

No município de Babaçulândia (TO) não existiam indústrias ou quaisquer outros estabelecimentos comerciais empregadores da população em grande escala, apenas pequenos comércios e duas olarias. Estas olarias fabricavam tijolos e telhas. Estavam localizadas no bairro Palmatuba e na saída de Babaçulândia para Araguaína (TO).

Os habitantes de Babaçulândia com vínculo empregatício eram os servidores do poder público, representado pela prefeitura, rede estadual e correios. Os demais moradores trabalhavam em culturas de subsistência como no cultivo de alimentos para o próprio consumo, extrativismo do coco babaçu e criação de animais de pequeno porte, além dos trabalhos executados em função da existência do rio.

Informações da ANEEL (2008, p. 61) esclarecem que “[...] os maiores entraves à expansão hidrelétrica do país são de natureza ambiental e judicial”, pois são dificultadores do andamento das obras e causadores de atrasos devido as dificuldades para obtenção do licenciamento ambiental “[...] provocados por questionamentos na justiça, ações e liminares” ANEEL (2008, p. 61).

A ANEEL afirma que apesar das construções na região da Amazônia provocarem impactos na vida da população, de forma acentuada, na flora e na fauna “[...] é necessário construir novas usinas – com impacto socioambiental mínimo – para produzir a energia suficiente para o crescimento econômico e a ampliação da oferta de emprego” ANEEL (2008, p. 61).

Observou-se, a partir das visitas *in loco* para realização da pesquisa, que a existência de impactos sociais, ambientais e culturais ocorridos na região de Babaçulândia (TO), são visíveis em todos os aspectos. A ampliação da oferta de emprego não beneficiou aquela região, pois não foi implantado nenhum novo posto de trabalho, apenas extintas as possibilidades de trabalho dos habitantes que utilizavam o rio Tocantins como meio de prover recursos financeiros. Os empregos existentes continuam sendo os mesmos vinculados ao poder público nas três esferas.

O empreendedor apresenta a listagem do caminho seguido na busca do licenciamento para construção, como forma de minimizar os impactos socioambientais e se precaver dos entraves à expansão hidrelétrica, representados pelos questionamentos na justiça, ações e liminares. IBAMA (2001a) esclarece que o rito e as etapas do licenciamento, estabelecidos pela Resolução CONAMA 237/97, foram rigorosamente cumpridos, os quais são:

a) definição pelo órgão ambiental competente, com a participação do empreendedor, dos documentos, projetos e estudos ambientais necessários ao início do processo de licenciamento correspondente à licença a ser requerida; b) requerimento da licença ambiental pelo empreendedor, acompanhado dos documentos, projetos e estudos ambientais pertinentes, dando-lhes a devida publicidade; c) análise pelo órgão ambiental competente dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados e a realização de vistorias técnicas, quando necessárias; d) solicitação de esclarecimentos e complementações pelo órgão ambiental competente, uma única vez, em decorrência da análise dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados, quando couber, podendo haver a reiteração da mesma solicitação caso os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios; e) audiência pública, quando couber, de acordo com a regulamentação pertinente; f) solicitação de esclarecimentos e complementações pelo órgão ambiental competente, decorrentes de audiências públicas, quando couber, podendo haver reiteração da solicitação quando os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios; g) emissão de parecer técnico conclusivo e, quando couber, parecer jurídico; h) deferimento ou indeferimento do pedido de licença, dando-se a devida publicidade. (IBAMA, 2001a, p. 103-104).

Através da definição dos procedimentos relativos ao licenciamento ambiental, ainda sobre a Resolução CONAMA 237/97, IBAMA (2001a, p. 103) esclarece que “[...] a resolução sob análise tem o mérito de, formalmente, facultar ao empreendedor participação mais efetiva e direta na definição dos documentos e estudos que precedem o licenciamento”.

No que se refere à supressão da vegetação, o CESTE distribuiu uma cartilha com informações didáticas e simples, além de ilustrações e um mapa da região impactada. Há na cartilha indicações sobre os municípios que passaram pela supressão da vegetação. Para tanto, esclarece e define o termo supressão da vegetação.

Supressão da vegetação é o nome técnico para a retirada da vegetação nas áreas do reservatório de uma usina hidrelétrica. A supressão só pode ser feita com autorização do IBAMA e com técnicas adequadas de retirada, armazenamento e transporte da vegetação. No caso da Usina Hidrelétrica de Estreito, a supressão da vegetação ocorrerá em algumas áreas do futuro lago. (CESTE, 2008, p. 4).

Depois da definição do que é supressão da vegetação e das informações complementares sobre como ela deveria ser feita, a partir da respectiva autorização do órgão ambiental, a cartilha apresenta um mapa demonstrando os municípios impactados que,

identificados com um círculo verde, tiveram a supressão da vegetação. Apenas sete municípios passaram pelo processo de supressão da vegetação: Palmeiras do Tocantins (TO), Estreito (MA), Darcinópolis (TO), Babaçulândia (TO), Carolina (MA), Filadélfia (TO) e Barra do Ouro (TO), identificados na figura 1

Figura 1 –Supressão da vegetação para formação do lago da UHEE



Fonte: CESTE, 2008.

A supressão da vegetação ocorreu de duas formas: “Na fase de implantação do empreendimento a retirada de vegetação, se processa pela abertura de vias de acesso, limpeza das áreas destinadas ao canteiro de obras [...]” (IBAMA, 2001b, p.79) e pelo enchimento do reservatório, quando “A elevação do nível de água para a formação do reservatório causará um impacto permanente, irreversível e de alta importância sobre a vegetação da região”. (IBAMA, 2001b, p. 80).

Informações apresentadas na cartilha explicam que o destino da madeira seria as madeiras e siderúrgicas da região, contratadas pelo consórcio construtor e, os resultados do projeto seriam revestidos em investimentos na região como: “[...] plantio de árvores, produção de mudas, capacitação de trabalhadores, entre outros” (CESTE, 2008, p. 6). Porém na região de Babaçulândia (TO) não há nenhuma madeireira ou siderúrgica, e conforme relatos de alguns moradores, as árvores retiradas da área da formação do lago, principalmente na margem maranhense do rio Tocantins, foram enterradas em grandes valas.

A cartilha esclarece que na área limpa, ou seja, sem a vegetação a água estaria limpa e própria para o banho, recreação e uso doméstico, além de gerar segurança para a navegação e

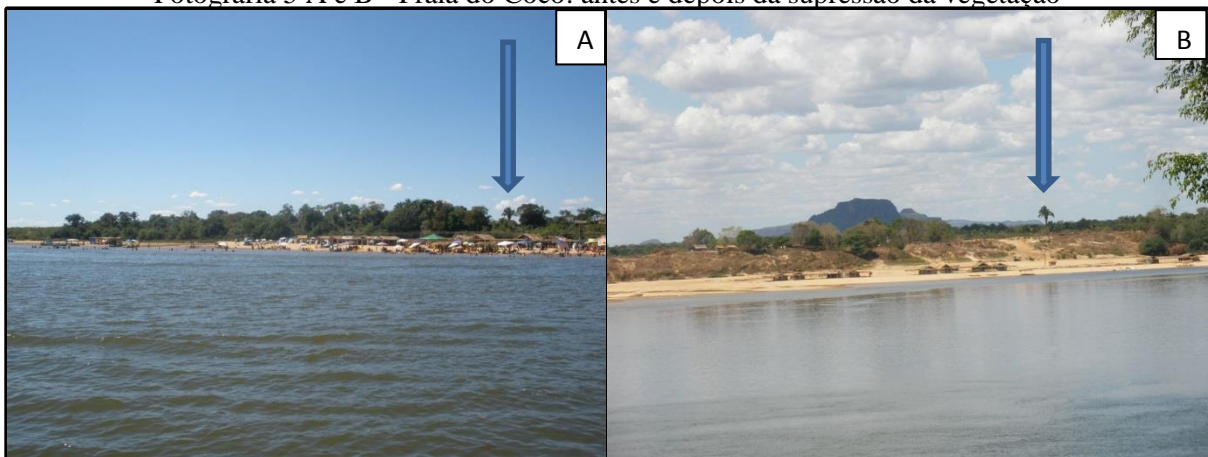
estabelecer empregos, pois muitas pessoas seriam contratadas para trabalhar na supressão e nas madeireiras e carvoarias. Informa ainda que, o CESTE, seguindo as regras do licenciamento contrataria empresas especializadas e equipadas para fazer a supressão, armazenagem e transporte da madeira. Informações apresentadas no IBAMA (2001a) esclarecem que compete ao Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS) algumas atribuições expressas em Lei como:

- I. Propor diretrizes e acompanhar a política estadual de conservação e preservação do meio ambiente, objetivando melhor qualidade de vida;
  - II. Opinar sobre as normas e padrões estaduais de avaliação, controle e manutenção da qualidade do meio ambiente;
  - III. Definir critérios e Estado;
  - IV. Estabelecer diretrizes para avaliação e apreciação dos relatórios de impacto ambiental de obras ou atividades potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente;
  - V. Opinar e/ou deliberar sobre matéria em tramitação no NATURATINS, quando solicitado pelo titular.
- (IBAMA, 2001a, p. 117).

Os Sistemas Estaduais de Gestão Ambiental – Maranhão e Tocantins, conforme informações apresentadas em IBAMA (2001a) foram responsáveis por uma série de autorizações, aprovações e licenciamentos, além “[...] da fixação de medidas relativas ao controle dos padrões de qualidade ambiental e o licenciamento de atividades relacionadas às áreas de apoio, envolvendo os canteiros de obras [...]” (IBAMA 2001a, p. 114), a qual envolve instalações de acampamento, administração, usinas de asfalto, concreto e solo, fábrica dentre outros.

Em se tratando da praia de Coco, localizada na margem maranhense do rio Tocantins, em frente Babaçulândia (TO), a fotografia 5 “A” e 5 “B” mostra o local antes e depois da supressão da vegetação e as modificações no território de atuação dos barqueiros e demais profissionais que dependiam dele para complementação da renda e sustento da família.

Fotografia 5 A e B - Praia do Coco: antes e depois da supressão da vegetação



Fonte: ALVES, 07/2009 e 07/2010



A fotografia 5 “A” foi registrada em 07/2009, a partir de uma embarcação dentro do rio Tocantins. Ela mostra a praia do Coco, localizada no município de Carolina (MA), em frente à cidade de Babaçulândia (TO), em pleno funcionamento, durante a temporada de estiagem do rio Tocantins, meses junho a agosto. Na parte central, da lateral esquerda à direita, observa-se as edificações e estruturas da praia em pleno funcionamento. Logo acima da estrutura da praia observa-se a vegetação local, composta por árvores de grande porte, nota-se, indicado pela seta azul, um coqueiro babaçu entre as demais árvores.

A fotografia 5 “B”, foi registrada em 07/2010, em terra, na margem tocantinense do rio Tocantins, ou seja, bem próximo à rampa de Babaçulândia (TO), afirmação comprovada pelos galhos da árvore presentes na imagem do canto superior. Observa-se o local da praia ainda com algumas barracas de palha, porém já completamente sem vegetação, o que significava o preparo do local para o recebimento das águas e já não havia possibilidade de utilização de suas areias e águas para a temporada de praia. A seta azul indica a permanência da palmeira de babaçu após a supressão da vegetação.

### **2.3 - A usina Hidrelétrica de Estreito e os municípios impactados**

A construção do reservatório para a Usina Hidrelétrica de Estreito, no rio Tocantins, na sub-bacia do Tocantins, na Bacia Amazônica, entre os municípios de Estreito (MA), na margem direita, e o município de Aguiarnópolis (TO) e Palmeiras do Tocantins (TO) na margem esquerda, ocorreu devido às condições favoráveis para a construção da barragem, como a proximidade das margens do rio e a facilidade de acesso através da ferrovia Norte Sul para o escoamento de grãos produzidos na região, dentre eles a soja.

Após a aprovação do Projeto Básico ambiental (PBA) pelo IBAMA foi emitida a Licença de Instalação (LI), que conforme Rocha (2013, p. 64) “O licenciamento de instalação autoriza o início dos trabalhos de engenharia civil no canteiro de obras”, a partir de então se iniciaram as obras de construção da hidrelétrica. Em novembro de 2010, o IBAMA concedeu a Licença de Operação (LO), autorizando o CESTE a dar início ao enchimento do reservatório da UHE Estreito, sendo esta a última etapa antes do funcionamento das turbinas para a geração de energia. Nessa época todos os moradores impactados já haviam sido remanejados da região, pois o EIA/RIMA do empreendimento já previa modificações irreversíveis.

Com a formação do reservatório de Estreito [...] serão inundadas em caráter permanente algumas praias existente no rio Tocantins, bastante utilizadas pela população local e regional destacando-se as praias localizadas próximas às sedes municipais de Babaçulândia, Filadélfia/Carolina, Barra do Ouro e Palmeirante.

[...]

Diante das interferências apontadas faz-se necessário portanto a adoção de medidas de recomposição de locais de lazer, devendo ser viabilizada principalmente a implantação de praias artificiais de grande importância para a população local. (IBAMA, 2001b, p. 274).

O local da barragem foi escolhido em razão da proximidade das margens do rio Tocantins, conforme observa-se na fotografia 6. Outro fator que influenciou na escolha da localidade é o encontro das rodovias federais BR-226, BR-230, e a BR-010 (Belém-Brasília) e ferrovia Norte-Sul, o que facilita o acesso à hidrovia. É no município de Estreito (MA) que ficam as construções das maiores obras da barragem, inclusive a casa de máquinas. O município de Estreito (MA) está por via fluvial a, aproximadamente, 100km de distância da cidade de Babaçulândia.

Fotografia 6 – Área de construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA)



Fonte: Netprecision/2007

O reservatório da UHEE, segundo o CESTE (s.d), tem a extensão de 260,23 km, 400 km<sup>2</sup> de áreas inundadas, vida útil estimada em mais do que 100 anos e interferiu nos municípios de: Estreito e Carolina (MA); Aguiarnópolis, Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Itapiratins, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins e Tupiratins no Tocantins. No total, doze municípios foram atingidos pelo lago, sendo dez tocantinenses e dois maranhenses.

O CESTE afirma que para a construção da UHEE foi necessário o remanejamento de mais de 3.000 propriedades, através da aquisição de imóveis e do deslocamento de

aproximadamente 2.000 famílias de proprietários e não proprietários de imóveis, os quais residiam na área do atual reservatório e da respectiva área de preservação permanente. Esclarece também que famílias foram remanejadas para reassentamentos coletivos construídos pelo Consórcio ou para locais escolhidos pelas próprias famílias, adquiridos por meio de cartas de crédito emitidas pelo grupo de empresas responsável pela construção da barragem.

Um dos locais com maior número de moradores oriundos da área urbana inundada, localizada próxima ao rio, é o bairro Novo Milênio. O bairro está localizado numa área em que o lençol freático está próximo à superfície e isso tem sido um problema, pois as fossas sépticas transbordam durante os períodos chuvosos, além das infiltrações nas paredes das casas e as dificuldades de acesso em partes das ruas devido à falta de pavimentação.

Desde o ano de 2016, o empreendedor, após muitas reclamações dos moradores, tem fornecido ajuda financeira para reformas das casas localizadas no bairro Novo Milênio. Os valores para as reformas variam entre R\$ 5.000,00 a R\$ 15.000,00 dependendo dos critérios estabelecidos, dentre eles, o tamanho da residência.

O Consórcio CESTE afirma que quase 100% das propriedades foram adquiridas por meio de “negociações amigáveis”, porém a população impactada não teve outra opção a não ser aceitar a negociação do valor ofertado pelo empreendedor. Aqueles que questionaram judicialmente os valores das indenizações, tiveram de aguardar durante muito tempo para receber o valor.

Dessa forma, os impactados não podem afirmar que a negociação foi amigável, se foram prejudicados nas negociações e receberam valores insuficientes para aquisição de outra moradia ou propriedade rural. Os atingidos que foram removidos para reassentamentos rurais reclamam que as condições dos lugares não são boas, devido à falta de água. Para os barqueiros, as negociações também não foram amigáveis, pois não tiveram condições de continuar com a atividade no lago.

O município de Babaçulândia foi um dos que mais sofreu modificações provocadas pela construção da UHEE, pois teve a área urbana parcialmente encoberta pelas águas, tendo áreas que desapareceram completamente como, o bairro de Palmatuba, que segundo Amorim e Jesus (2006), possuía em 2006, uma população de 116 moradores em 57 casas; a ilha de São José com população não informada, mas com quantitativo de 25 famílias; e muitas pequenas propriedades rurais localizadas em áreas ribeirinhas.

A figura 2 mostra, no detalhe menor, destacado no canto superior esquerdo, a localização do estado do Tocantins no mapa do Brasil, esse estado está localizado na região

Norte do país. No círculo maior, destacado na parte superior direita da figura, está exibida a localização da região do estado do Tocantins em relação aos demais estados brasileiros, fazendo divisa com o estado do Maranhão.

Na parte inferior e central, da figura 2, está identificado, com um círculo azul marinho preenchido na cor branca por uma imagem no formato de letra “C”, o local de construção do empreendimento, na divisa entre os estados do Maranhão e Tocantins. Neste local foi instalada a construção da casa de máquinas da UHEE, além de mostrar o percurso do rio, na cor azul claro, que é margeado pelos municípios impactados.

Figura 2 – Municípios atingidos pela barragem da UHEE



Fonte: CESTE, [s.d.]

A partir do discurso do empreendedor, através da informação do CESTE sobre a utilidade e benefícios da energia produzida pela UHEE e da necessidade da construção da hidrelétrica para o desenvolvimento do país através da expansão da rede elétrica, percebe-se que o discurso complementa que a construção da hidrelétrica teve como finalidade o aumento da produção de energia elétrica que propiciaria o crescimento da produção de bens e serviços, além de aumentar o bem-estar da população através da utilização de eletrodomésticos que facilitariam o trabalho nas residências. Nesse sentido, compreende-se a relação de poder expressa na busca de produção de capital.

[...] as relações de poder na hidroeletricidade [...] são assimétricas em favor dos empreendedores [...] a instalação de uma hidrelétrica corresponde a um processo de acumulação por meio de expropriação, segundo o qual o capital se estabelece e se reproduz. (ROCHA, 2013, p. 45).

A partir dessa relação assimétrica de poder, compreende-se que o empreendedor assumiu a postura de superioridade sobre as populações moradoras das localidades impactadas e, definiu juntamente com órgãos governamentais e de proteção ambiental, as questões relacionadas aos aspectos cadastrais dos proprietários e moradores, desocupação e fixação de valores sobre os benefícios existentes em cada propriedade.

O município de Estreito (MA) está localizado à margem direita do rio Tocantins, à jusante da barragem, em ponto privilegiado pelo cruzamento das rodovias BR-010 (Belém-Brasília), BR-230 (Transamazônica) e MA-138, além da ferrovia Norte-Sul que liga às cidades de Estreito a Imperatriz e Açailândia, no Maranhão.

Já os municípios de Aguiarnópolis, Palmeiras do Tocantins e Darcinópolis estão localizados à montante da barragem na margem esquerda do rio Tocantins. Aguiarnópolis está localizada no entroncamento da BR-230 com a BR-226, em frente à cidade de Estreito (MA), com a qual se interliga por meio de ponte sobre o rio Tocantins; Palmeiras do Tocantins, conhecida popularmente como Mosquito, localiza-se às margens da BR-226, nas proximidades do rio Mosquito; e Darcinópolis localiza-se às margens da BR-226, nas proximidades do ribeirão Curicaca.

A região que compreende os municípios de Babaçulândia e Filadélfia é um extenso trecho da área de influência direta da UHEE que se estende por aproximadamente 120 km, entre o ribeirão Campo Alegre o rio Grande. Ambos se localizam à margem esquerda do rio Tocantins. Babaçulândia está localizada ao lado direito da foz do ribeirão Coco, e Filadélfia em frente ao município de Carolina (MA).

Nesses municípios destacam-se os povoados de Palmatuba (local onde se originou a cidade de Babaçulândia) e de Canabrava (distrito de Filadélfia,

situado na porção oeste, a cerca de 20 km da sede municipal). No município de Filadélfia, destaca-se o Monumento Natural das Árvores fossilizadas, situado no distrito de Bielândia. (PEDREIRA e ZIMMERMANN, 2014, p. 22).

Carolina (MA) está localizado à margem direita e estende-se por aproximadamente 49 km nas margens do rio Tocantins. O município está localizado entre o ribeirão Urupuchete e a área drenada pelo rio Manuel Alves Grande. Carolina foi fundada em 1859, seu centro urbano tem edificações arquitetônicas da história de seus diferentes ciclos econômicos e interliga-se à cidade de Filadélfia (TO) por balsa<sup>9</sup>.

O trecho que compõe a área atingida do município de Barra do Ouro possui aproximadamente 80 km e está localizado, à montante da barragem, na margem direita do rio Tocantins. Neste trecho, afluem ao rio Tocantins os ribeirões Aldeia Grande, do Ouro, rio Tauá, córrego Sítio Novo, ribeirão Estrema, córregos Aldeia e Fundo e Manuel Alves Pequeno.

A área urbana do município de Goiatins localiza-se na vertente da margem esquerda do rio Manuel Alves Grande, na divisa com o estado do Maranhão. Já a área de Palmeirante se estende por cerca de 60 km ao longo do rio Tocantins, aproximadamente entre o rio Grande e o rio Cajueiro. A cidade de Palmeirante, desmembrada de Filadélfia em 1993, está localizada à margem esquerda do rio Tocantins, próximo à confluência do córrego Cobra Verde.

O município de Tupiratins está na área de influência direta da UHEE, que se estende ao longo de cerca de 85 km do rio Tocantins. Sua sede urbana é assentada à margem esquerda do rio Tocantins em frente a Itapiratins. Enquanto que Itapiratins está localizada na margem direita do rio Tocantins, à montante da barragem.

Estudos preliminares apresentaram informações no EIA/RIMA, conforme IBAMA (2001b), sobre a população urbana que seria atingida, em algumas cidades localizadas na área à montante da construção da barragem, quer dizer, seriam impactadas pela formação do reservatório do lago. Desses municípios listados como mais impactados na área urbana, está a cidade de Babaçulândia em primeiro lugar, com o número de 213 famílias, somando-se a área urbana e o Povoado Palmatuba, totalizando 915 pessoas que foram forçadas a retirar-se de seus locais de moradias.

Conforme relatos do EIA/RIMA, informações apresentadas na tabela 2, a população afetada no núcleo urbano de Babaçulândia (TO) estava composta por 178 famílias totalizando

---

<sup>9</sup> Embarcação utilizada para fazer a travessia de veículos e passageiros de uma margem do rio à outra.

765 moradores. Vale ressaltar que nesses números não estão incluídos os moradores do bairro de Palmatuba, localizado na zona urbana, porém com fortes características rurais, pois “[...] apesar do local ser considerado área urbana, apresentava características rurais com a presença de roças e de plantações em ambiente ribeirinho e extrativista” (SIEBEN, 2012, p. 24).

Tabela 2 – População urbana afetada pela UHE Estreito – projeção 2001

<b>Núcleo urbano</b>	<b>Nº de famílias afetadas</b>	<b>Nº de pessoas afetadas</b>
Carolina	19	86
Filadélfia	10	41
Filadélfia – Povoado de Canabrava	26	106
Babaçulândia	178	765
Babaçulândia – Povoado Palmatuba	35	150
Palmeirante	0	0
Barra do Ouro	0	0
Total	268	1.148

Fonte: IBAMA, 2001b, p. 100.

O povoado Palmatuba, distante cerca de 5 km do núcleo urbano principal e localizado à margem do rio Tocantins, foi impactado e submerso totalmente pelas águas do lago. O número de família moradoras do local era 35 e a população total 150 pessoas. O povoado tinha características rurais e a atividade predominante era a produção de telhas, tijolos de argila, extrativismo do coco babaçu, roça e pescarias.

Os moradores do povoado de Palmatuba, conforme Sieben (2012), a partir da fala do próprio grupo de moradores, apresentavam características de “camponês tradicional”, pois utilizavam o território com o sentido de pertencimento, cultivando a roça, a pesca, além da convivência com o regime de cheias e vazantes do rio Tocantins, portanto dependiam dos bens naturais para viver, em vez dos produtos industrializados e tecnológicos.

[...] ao serem considerados moradores de áreas rurais estas pessoas perdem no sentido de reivindicar melhores indenizações. Para o empreendedor é favorável seguir com o discurso oficial, pois a área era considerada bairro de Babaçulândia. Na condição de moradores em área urbana os custos na indenização diminuem para o empreendedor. (SIEBEN, 2012, p. 35).

A parte do núcleo urbano principal de Babaçulândia mais afetada foi a localizada à margem do rio, área em que estavam concentrados hotel, comércio, área de diversão, igreja, a escola pública mais antiga, ou seja, o maior contingente de famílias impactadas pelo reservatório.

Já a parte urbana denominada Bairro de Areia, localizada na entrada da cidade, que dá acesso aos municípios de Araguaína e Wanderlândia, não sofreu nenhum impacto por

inundação, motivo pelo qual, grande parte dos atingidos que permaneceram no município, terem adquirido terrenos e construídos moradias no bairro.

A população afetada de Babaçulândia constitui-se também de baixa renda (2,5 salários mínimos per capita), embora a maioria tenha afirmado ser proprietária do imóvel, normalmente, de famílias formadas pelo chefe, cônjuge e filhos, sendo poucas as famílias compostas por pessoas com outros graus de parentesco. Cada família é composta, em média, por 4,3 moradores. Sendo que alguns moradores estão estabelecidos há muito tempo no local, cerca de mais de 80% vivem há mais de 20 anos no município. (IBAMA, 2001b, p. 102).

O impacto sofrido pela população do núcleo urbano de Babaçulândia (TO) a partir da fase de formação do lago teve efeito de natureza negativa, pois a interferência foi direta e de forma permanente, ou seja, irreversível, dessa forma, os moradores tiveram de deixar os locais de moradia e fixarem-se em outras localidades urbanas ou rurais dentro do município de Babaçulândia (TO) e até mesmo mudar para outros municípios tocantinsenses como Araguaína, Filadélfia, Araguañã, dentre outros.

#### **2.4 – A desterritorialização e a utilização do trabalho dos impactados**

Desterritorialização é o termo utilizado para definir, neste estudo, a saída dos participantes da pesquisa, da moradia/terreno de forma não programada pelos atingidos. Apesar das realizações de reuniões, diálogos, manifestações e outras formas de tentar conseguir melhores condições de moradia ou condições equivalentes às do local em que os impactados residiam desde muito tempo ou desde sempre, não houve muito êxito por parte dos atingidos da região de Babaçulândia (TO), pois o empreendedor necessitava da desocupação da área definida como apropriada para a formação do lago.

A UHE necessitou desterritorializar os camponeses e outros povos, a fim de expor uma nova territorialidade neste local que é a monocultura da água. Há o processo de expulsão (desapropriação) com as indenizações que cria uma série de condições para que ocorra a saída (diáspora) desta população. Este processo causa danos psicológicos irreversíveis à população que é desapropriada por preços baixos e com medo de não ganhar nada, aceita propostas absurdas. Estas são algumas formas de produzir ou induzir a saída das pessoas que de certa forma obstaculizam o enchimento do lago. (SIEBEN, 2012, p. 107).

A partir da preparação do espaço para a formação do lago houve o processo de cadastramento das famílias residentes nos locais impactados para posterior indenização



através de dinheiro, carta de crédito ou direcionamento para locais definidos pelo empreendedor, os chamados reassentamentos urbanos ou rurais.

Desterritorialização é focalizada quase sempre como um processo genérico (e uniforme), numa relação dicotômica e não intrinsecamente vinculada à sua contraparte, a (re)territorialização; este dualismo mais geral encontra-se ligado a vários outros, como as dissociações entre espaço e tempo, espaço e sociedade, material e imaterial, fixação e mobilidade. (HAESBAERT, 2007, p. 31).

A migração compulsória forçou as buscas por um novo local de moradia, com condições diferentes do local ao qual estavam acostumados e levou os atingidos a novas experiências, compostas por situações diferentes das situações a que estavam acostumados. Santos (2009, p. 329) esclarece que “A memória olha para o passado. A nova consciência olha para o futuro. O espaço é um dado fundamental nessa descoberta”.

Para os migrantes, a memória é inútil [...] trazem consigo todo o cabedal de lembranças e experiências criadas em função de outro meio, e que de pouco lhes serve para a luta cotidiana. [...]suas experiências vividas ficaram para trás e nova residência obriga a novas experiências. (SANTOS, 2009, p. 328).

Apesar do sofrimento provocado pela migração compulsória os participantes da pesquisa e suas famílias tiveram de encarar a realidade do que estava acontecendo e procurar um novo local para fixar moradia e encontrar possibilidades de trabalho. Essa foi a “consciência de olhar para o futuro”.

A busca de um espaço que pudesse ser adquirido/comprado com o valor recebido pela indenização do local impactado ou através de remanejamento para reassentamento, o qual tivesse condições favoráveis para a construção de uma moradia e, no caso de propriedade rural, possibilidade de produção de alimentos, bens e serviços capazes de suprir as necessidades de sustento familiar era a preocupação dos atingidos.

A migração compulsória desfez redes de sociabilidade, como comentado pelo Entrevistado (02/04/2017, 68 anos) que agora mora no município de Filadélfia (TO), “antes da construção da hidrelétrica se fazia festas de fim de temporada de praia” e agora em razão da distância territorial em que se encontram, bem como a falta de geração de recursos financeiros por falta das praias e da navegabilidade no lago da UHEE, essa confraternização já não é mais possível.

[...] o afastamento de pessoas que migraram compulsoriamente, entre eles por vezes parentes, vizinhos, amigos, membros de associações comunitárias de vários tipos, provoca o esfacelamento de suas redes de sociabilidade locais e por vezes, inclusive, a impossibilidade de funcionamento de certos serviços básicos. (REIS, 2012, p. 105).

Em diálogos com os participantes da pesquisa, buscou-se informações sobre a existência de documentos que pudessem ser úteis para os esclarecimentos no que se refere aos valores recebidos por cada um deles como indenização pela casa, terreno que estavam na área impactada, bem como pelo barco que possuíam na época de construção da usina hidrelétrica e durante a formação do lago.

Constatou-se que todos os participantes da pesquisa assinaram documentos relativos ao recebimento das indenizações, porém não receberam cópias desses documentos. Dessa forma, as informações sobre valores incidentes sobre o tamanho das edificações e benfeitorias nos terrenos não puderam ser comparadas pelos atingidos, nem utilizadas nesta pesquisa.

A desinformação, uma das principais estratégias das empresas públicas ou privadas do setor elétrico em seu relacionamento com as pessoas locais, que ocupam as áreas onde elas serão instaladas [...] a forma pura e simples da sonegação de informações. [...] visa possibilitar o ingresso e a circulação de pessoas da Empresa na região e facilitar a conquista de algumas posições no espaço regional. (REIS, 2012, p. 107).

Os participantes da pesquisa relataram que houve, previamente, um cadastramento socioeconômico, para o qual, cada atingido proprietário forneceu informações sobre seus locais de moradia (urbano ou rural). Essas informações nortearam os valores para a indenização e, conseqüentemente, a desocupação da região que seria atingida. Porém esse cadastramento prévio não foi suficiente para garantir a reterritorialização em locais com condições semelhantes às condições do local impactado.

A utilização dos trabalhos dos barqueiros em algumas atividades relacionadas à construção da hidrelétrica é uma das maiores representações de poder, controle e dominação sobre os impactados participantes da pesquisa, que por se virem sem possibilidades de trabalhos e sem forças políticas e legais que os amparasse para impedir a construção do empreendimento, tornam-se colaboradores daquilo que os expulsou de seu território.

O poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas. Pode-se aqui retomar a divisão tripartida em uso na geografia política: a população, o território e os recursos [...]. O território não é menos indispensável, uma vez que a cena do poder é o lugar de todas as relações, mas sem a população, ele se resume a apenas uma potencialidade, um dado estático a organizar e a integrar numa estratégia. Os recursos, enfim determinam os horizontes possíveis da ação. Os recursos condicionam o alcance da ação. (RAFFESTIN, 1993, p. 58).

A partir da afirmação de Raffestin (1993) e da contextualização com a situação pesquisada, compreende-se que o poder do Estado, exercido pelo consórcio construtor através das empreiteiras que atuaram na região, foi executado a partir da dominação e do controle dos

impactados e dos demais moradores da cidade, inclusive dos gestores públicos, representados pelos prefeitos e vereadores que pouco interferiram em prol da população impactada.

O controle e a dominação presentes na maneira como os impactados relatam que foram informados sobre a desocupação do local de moradia e de trabalho, sobre os valores das indenizações, os quais foram calculados a partir do entendimento e regras do empreendedor, sem negociação com os atingidos, expressa a imposição do empreendedor sobre os moradores locais para a desocupação da área de impacto do empreendimento.

Compreende-se que o local de construção da hidrelétrica foi escolhido a partir de estudos, os quais levaram em consideração as potencialidades hídricas e geográficas do local, bem como o menor impacto possível, além da menor densidade populacional. Também foram levadas em consideração as possibilidades de remanejamento dos moradores dos municípios atingidos para outras localidades próximas e/ou a possibilidade de permanência no mesmo município.

Diante de muitas mudanças, dentre elas a extinção de trabalhos tradicionais desenvolvidos pelos moradores dos municípios atingidos, houve a expectativa de geração de emprego e renda dentro da região impactada a partir da chegada de trabalhadores que atuariam em diversas áreas, no desenvolvimento das atividades de construção e suporte do empreendimento. A expectativa de geração de empregos já estava prevista no EIA/RIMA do empreendimento.

Esse impacto caracteriza-se pela expectativa social a ser gerada junto à população rural e urbana em função da possibilidade de contratação da mão-de-obra necessária à construção do reservatório. Tal expectativa ocorre num contexto de desemprego presente em todo o país, que, na escala regional, devido à baixa ocupação e às escassas possibilidades de expansão da oferta de empregos, tende a ser mais contundente. (IBAMA, 2001b, p. 95).

As possibilidades de trabalho surgiram, para os moradores do município de Babaçulândia (TO), principalmente para os homens com idade ativa entre 18 a 50 anos, devido às características de trabalhos braçais e mão de obra não especializada que foi utilizada na parte direcionada à construção civil.

Participantes da pesquisa relataram que foram contratados para prestar serviços com as embarcações, transportando mudanças dos moradores dos locais impactados, transporte de trabalhadores das construtoras, materiais, ferramentas, alimentação dentre outras atividades que necessitassem de transporte fluvial. Com o início das obras houve uma reconfiguração da realidade local no que se refere ao trabalho. “Tendo em vista o campo social, o advento de

uma hidrelétrica em determinada região provoca uma reconfiguração da realidade local, não apenas no aspecto físico, geográfico e ambiental, mas também no aspecto social” (ROCHA, 2013, p. 35).

A partir das informações presentes no EIA/RIMA do empreendimento e dos diálogos com moradores da região, compreendeu-se que as empresas prestadoras de serviços ao consórcio construtor, consideravam os trabalhadores da região com baixos padrões de educação por perceber que as migrações eram predominantemente intraestaduais, com ênfase regional. Essas empresas avaliavam que grande parte da mão de obra poderia ser contratada localmente, principalmente para os trabalhos braçais e não qualificados, como ajudantes, serventes e faxineiros.

Tal hipótese foi levantada cotejando o perfil da população residente com as necessidades de contratação onde 30% da mão-de-obra é não qualificada (ajudantes, serventes, faxineiros), 48% é qualificada (pedreiros, carpinteiros, operadores de máquinas etc.). As demais funções, de perfil mais especializado, administrativas, de nível médio, superior e chefias, são em menor proporção. (IBAMA, 2001b, p. 95).

Informações apresentadas em IBAMA (2001b) afirmam que uma das expectativas da população dos municípios atingidos pelo empreendimento era a geração de empregos, a qual ocorreu nas fases de pré-implantação e implantação, e complementa que, de certa forma foi um impacto de natureza positiva, pois a região tinha carência de empregos, e apesar de ser de forma temporária, representou novas oportunidades de trabalho para a população, principalmente para os homens.

As contratações de mão de obra local, conforme a orientação do IBAMA (2011b, p. 95) era “A fim de minimizar as expectativas sociais deverão ser priorizadas as contratações locais”. Esta foi, de certa forma, uma maneira de minimizar o impacto social negativo na região e suprir a expectativa da população local pela geração de empregos. Apesar de esses empregos serem temporários, pois eram gerados apenas nas fases de pré-implantação e de implantação do empreendimento, chegaram a representar impacto de natureza positiva na região atingida.

Vale ressaltar que os moradores de Babaçulândia (TO) considerados, pelo empreendedor, como mão de obra não qualificada, estavam muito bem qualificados para desenvolver suas atividades, fossem elas com barco, vazantes, produção de alimentos em pequenas propriedades ou qualquer outra atividade relacionada à área ribeirinha e tradicionalmente aprendidas no grupo familiar durante a lida tradicional pela sobrevivência.

Nesse sentido, percebe-se a contradição na desvalorização dos valores tradicionais locais por parte do CESTE.

Compreende-se que os moradores foram motivados diretamente pelo empreendimento, pois as expectativas eram geradas pela possibilidade de contratação aliada às dificuldades de oferta de trabalho na região, apesar da duração ser temporária e imediata a partir da divulgação do empreendimento e durante a fase de construção, quando houve contratações e dispensas.

Os barqueiros que foram contratados pelo CESTE para prestação de serviços utilizando suas embarcações não tiveram alternativas e a única opção foi unir-se ao empreendedor, mesmo que na condição de dominados, devido a aceitação ser resignada. Os trabalhos prestados pelos participantes da pesquisa aos representantes do empreendedor foram de transporte para visitas e negociação das indenizações e transporte de mudanças dos impactados.

Quando os dominados nas relações de forças simbólicas entram na luta em estado isolado, como é o caso das interações da vida quotidiana, não têm outra escolha a não ser a da aceitação (resignada ou provocante, submissa ou revoltada) da definição dominante da sua identidade ou da busca da assimilação a qual supõe um trabalho que faça desaparecer todos os sinais destinados a lembrar o estigma (no estilo de vida, [...]) e que tenha em vista propor, por meio de estratégias de dissimulação ou de embuste, a imagem de si o menos afastado possível da identidade legítima. (BOURDIEU, 1998, p. 124).

A partir dos diálogos com os presidentes da associação e com os demais participantes da pesquisa compreendeu-se que, com a diminuição das possibilidades de navegação nas águas do lago e o fim das praias, o motivo da existência do trabalho de barqueiro nos mesmos moldes também foi extinto.

A alternativa possível, conforme já discutido anteriormente, foi prestar serviços para as empreiteiras que trabalhavam para o consórcio construtor da hidrelétrica. Verifica-se que alguns dos barqueiros atingidos pelo empreendimento se tornaram, durante certo tempo, aliados dos construtores da hidrelétrica, principalmente durante o período do preparo para a formação do lago.

## **2.5 – Medidas compensatórias para o município de Babaçulândia (TO)**

Algumas instalações públicas como escolas, delegacia, presídio feminino, conselho tutelar, cemitério municipal, dentre outros, como por exemplo igrejas, estavam localizadas na

área impactada e, portanto, conforme relatos do CESTE, foram demolidos e reconstruídas em outros locais da cidade, mais distantes do lago. Informações publicadas pela página Tocnotícias em 06/07/2012 descrevem a parceria entre o consórcio construtor e a gestão do município.

[...] o CESTE traça um balanço para destacar as obras e ações desenvolvidas a partir do Termo de Compromisso Mútuo (TCM), iniciativa voluntária do Consórcio, celebrado com a gestão do município de Babaçulândia, que está gerando grandes divisas para a prefeitura e para a população. (TOCNOTÍCIAS, 2012).

A notícia afirma que as ações projetadas e executadas no município contribuíram e reforçaram nas áreas da saúde, educação, infraestrutura e turismo da região. Em seguida, lista as obras doadas pelo CESTE à administração de Babaçulândia, sendo: edificações de um posto de saúde, construção de um matadouro público, de uma creche e de uma escola municipal, construção da sede do Conselho Tutelar, da sede da Secretaria Municipal de Educação, do novo cemitério, a sede da rádio comunitária, sala multiuso para os pescadores, construção da praia permanente e da orla, a qual se estende por 500 metros margeando o lago.

As fotografias 7 “A” e “B” mostram as edificações de duas dessas obras doadas pelo CESTE como medidas compensatórias para o município de Babaçulândia: a creche municipal e a sede do conselho tutelar. Essas edificações foram construídas no Bairro de Areia, local mais distante do lago e que, portanto, não foi atingido.

Fotografia 7 A e B – Doações do CESTE a Babaçulândia: creche e conselho tutelar



Fonte: SILVA, 09/2016

A Fotografia 7 “A” mostra as medidas compensatórias para o município, creche municipal Criança Esperança e a fotografia 7 “B” mostra a sede do conselho tutelar. Visualiza-se que a cobertura da primeira edificação é de telhas de barro, as janelas são altas e possuem vidros e grades. As edificações são rodeadas por calçada estreita, falta calçamento

no trajeto da rua até suas entradas e no entorno. O terreno nas laterais das duas edificações está sem nenhum tipo de calçamento ou gramado.

Algumas das outras obras/edificações citadas foram apresentadas e descritas neste tópico. Outras ações compensatórias realizadas pelo CESTE são listadas pelo fragmento da notícia publicada em 2012.

[...] doação realizada à gestão municipal, de dois veículos para transporte escolar, uma ambulância a diesel, a doação de máquinas e equipamentos para a rede municipal de ensino, veículo para o Conselho Tutelar, e a doação de veículos para a Secretaria de Assistência Social para aprimorar os serviços prestados a comunidade por meio da Prefeitura. [...] o Consórcio investiu nas melhorias para área de segurança pública, através da construção de uma Delegacia para a Polícia Civil. Junto a esta obra o CESTE ainda edificou a Igreja Assembleia de Deus Ciadseta, a Igreja Pentecostal Deus é Amor, o prédio do PETI, da Escola Estadual Leopoldo de Bulhões e o sistema de Captação de Água da Saneatins. (TOCNOTÍCIA, 2012).

As edificações visualizadas nas Fotografias 7 e 8 estão todas localizadas na mesma rua do bairro de Areias. A creche e a sede do conselho tutelar estão construídas uma ao lado a outra. Já a rádio comunitária está localizada um pouco mais próxima ao centro da cidade de Babaçulândia (TO). Nesse sentido, a fotografia 8 mostra a edificação da rádio comunitária, a qual está localizada no Bairro de Areia. Essa edificação também não recebeu nenhum tipo de proteção como muros ou alambrados que possam demarcar o terreno de sua propriedade. O local apresenta, externamente, aspectos de falta de cuidados com a limpeza através da rossagem do mato que cresce em volta.

Fotografia 8 - Obra doada pelo CESTE ao município de Babaçulândia: rádio comunitária



Fonte: SILVA, 09/2016

Tanto a creche, quanto o conselho tutelar e a rádio comunitária estão funcionando e atendendo a população local, porém com a logomarca do município, sem constar qualquer informação que referencie ser um produto de parceria entre o consórcio construtor da UHEE e o município de Babaçulândia. Assim, faltam informações que possam, ao longo do tempo, mostrar traços da história local sobre o impacto da construção da hidrelétrica na região. Nenhuma dessas edificações tem muros ou qualquer outro tipo de delimitação que as proteja.

Levando-se em consideração a quantidade de bens doados ao município, seus valores monetários e utilitários para a realização das atividades básicas na cidade, bem como as edificações dos templos religiosos, pergunta-se: qual foi a contribuição dessas instituições beneficiadas através das doações pelo consórcio construtor da barragem? Essas duas instituições estavam na situação de representantes auxiliares do povo, tanto nos aspectos políticos quanto nos espirituais/religiosos, deveriam estar juntos com os impactados em busca de melhores valores nas indenizações e seguranças nas negociações com os representantes do empreendedor.

Questiona-se o papel dos gestores locais, representados pelos prefeitos e vereadores, bem como pelos religiosos através do discurso performativo (BOURDIEU, 1998) que, diante das narrativas dos barqueiros, pouco fizeram em prol dos impactados para a melhoria dos valores das indenizações recebidos, tanto pelas moradias quanto pela embarcação, considerando o tempo de serviço que ainda teria no decorrer de suas vidas, levando-se em consideração o cálculo do tempo de concessão do CESTE sobre a utilização do lago.

O turismo local estabelecido nas praias sempre necessitou dos barqueiros e de seus barcos para a travessia dos passageiros, bem como para a realização de outras atividades de transporte em geral, como por exemplo, as mercadorias e estruturas para a praia que ficava localizada na outra margem do rio Tocantins.

Informações veiculadas na página da Tocnotícias (2012) reforçam que o turismo planejado pelo CESTE para o município, após a formação do lago, teve como objetivo fortalecer e potencializar o setor pesqueiro de Babaçulândia e o setor de turismo. Esta situação não pode ser comprovada como positiva, a partir das falas dos barqueiros.

Na Fotografia 9 observa-se a edificação doada pelo consórcio construtor da UHEE para ser a sede da colônia dos pescadores, porém o local continua sem uso, apesar de haver estrutura e ser construída na margem do rio e possuir atracadouro. Externamente, o local está pouco conservado com o mato crescendo em volta e a parte de atracadouro dos barcos está danificada.



Fotografia 9 – Sede da colônia dos pescadores de Babaçulândia (TO)



Fonte: SILVA, 12/2016

Mesmo com a entrega pelo CESTE, de uma nova sede para a colônia de pescadores local, a Colônia Z-107, Fotografia 9, a qual até o momento da pesquisa não estava sendo utilizada devido à falta de funcionamento de alguns equipamentos, como por exemplo, a câmara fria que logo após o recebimento apresentou defeito. Assim, foi consertada com recursos dos próprios pescadores, conforme relatos da presidente da colônia de pescadores e, mesmo assim não está funcionando adequadamente.

A partir dessas informações questiona-se qual a utilidade da referida edificação, já que uma das partes mais importantes, a que deveria conservar os pescados até o momento da venda ao consumidor, está sem funcionamento? De que forma essa medida compensatória pode ser útil ao trabalho dos pescadores?

Além das dificuldades estruturais que impedem a utilização da nova sede da colônia dos pescadores, há outro contratempo que é a diminuição da quantidade e da diversidade de espécies de peixes no rio Tocantins, além do fato de que não há criação de peixes em cativeiro que possa suprir o mercado local na época da piracema. Atualmente, conforme informações da presidente da colônia, há o quantitativo de mais de 180 pescadores associados. Os pescadores continuam usando um espaço menor, o qual está localizado ao lado do mercado municipal (fundos) como sede administrativa. Por isso, as vendas de peixes, geralmente, são realizadas individualmente na casa de alguns pescadores.

Na Fotografia 10 “A” e “B” observa-se os bens da medida compensatória entregue aos barqueiros associados, ou seja, medidas compensatórias para a associação dos barqueiros de Babaçulândia (TO).

Fotografia 10 – Sede Associação dos Barqueiros e barco catamarã



Fonte: SILVA, 09/2016

Essa medida compensatória foi reivindicada após discussões em assembleias e, posteriormente, através da implantação do Projeto Banzeiro do Lago, junto a Associação dos Barqueiros de Babaçulândia no Tocantins (ABBT) que recebeu um barco catamarã de dois andares, mobiliado com utensílios para realização de atividades de turismo, e uma estrutura física de aproximadamente 500m<sup>2</sup>, utilizada como sede da associação dos barqueiros. Esta medida compensatória será detalhada no tópico 3.6.

Com essa estrutura, nomeada pelos próprios barqueiros de Banzeiro do Lago, a categoria conta agora com um espaço permanente para realização de capacitações, eventos, execução de práticas pedagógicas para toda a comunidade, cursos para jovens e adultos, além de um amplo espaço para receber o turista de forma planejada, especialmente o turista praticante da pesca esportiva. (TOCNOTÍCIAS, 2012).

Essas medidas compensatórias<sup>10</sup> entregues à associação dos barqueiros, barco catamarã e sede da associação, foram discutidas e planejadas pelos participantes da pesquisa em algumas reuniões ordinárias, durante as quais discutiam entre si e com a participação de alguns dos representantes do consórcio construtor da hidrelétrica, sobre as possibilidades de continuidade do trabalho os barqueiros na região. Conforme registro na ata de 19/12/2011, o presidente da associação afirma que “[...] a associação não vai acabar, por isso foi criado um projeto no qual vai beneficiar os barqueiros”.

<sup>10</sup> São medidas que procuram repor bens socioambientais perdidos em decorrências de ações diretas ou indiretas do empreendimento.

A associação não acabou, mas, para os barqueiros entrevistados, pouco há que se fazer para que continue em funcionamento. Nos relatos dos participantes da pesquisa percebe-se que a insatisfação pela construção da hidrelétrica e pela falta da continuidade do trabalho transportando passageiros para as praias é considerada principal fator de reclamações.

Atualmente, há o barco que deveria ser utilizado para o transporte de turista no lago, porém os associados afirmam que há pouca procura pelos turistas em utilizar o barco. Grande parte de pessoas que fazem passeios no lago, utilizam embarcações particulares que levam de suas cidades até à cidade de Babaçulândia: as canoas conhecidas como “voadeiras”, lanchas e motos náuticas.

Como medida compensatória prevista no Programa de recomposição das áreas de turismo e lazer, disponível no EAI/RIMA, o empreendedor apresenta a proposta de “Elaboração de projetos, contemplando o plano geral da área e os acessos necessários; a localização e detalhamento de equipamentos complementares (abrigo, sanitários, duchas, lanchonete, quiosques, mesas, bancos, lixeiras e outros”. (IBAMA 2001b, 275).

A notícia do *site* Tocnotícias (2012) afirma que outra ação executada pelo CESTE, de grande importância para o turismo do Município, foi a inauguração da praia permanente de Babaçulândia (TO), conhecida como praia do Coco. A informação da notícia justifica que a partir da implantação da estrutura permanente de lazer, foi garantida a possibilidade de utilização da praia o ano todo, e não só nos meses de junho a agosto. Assim, as pessoas podem usufruir da praia em qualquer período do ano, pois a estrutura da praia inclui áreas e espaços adequados que podem ser utilizados, independentemente da vazão ou represamento das águas do lago.

[...] três quiosques exclusivos para os barraqueiros, um palco para shows com camarim, um quiosque para a Polícia Militar, um quiosque para o Corpo de Bombeiros e um quiosque onde funciona um ambulatório, além de quadra poliesportiva para futebol e vôlei de areia, *playground*, calçadas, área para estacionamento, bloco de banheiros masculino e feminino, acesso à praia com um canteiro central e asfaltado. (TOCNOTÍCIAS, 2012).

A Fotografia 11 A e B mostra a praia permanente localizada na zona urbana de Babaçulândia (TO) após a entrega pelo consórcio construtor da UHEE, a qual está com a estrutura inicial modificada através da construção de áreas cobertas com palhas de babaçu junto aos quiosques bem como a construção de galpões cobertos de palha de babaçu na parte mais próxima às águas, nos quais é possível aos frequentadores da praia melhores acomodação e proteção nos horários de sol mais forte. A adaptação dessas áreas fez-se necessária devido ao grande calor e exposição ao sol naquele local e ao fato das edificações

entregues pelo empreendedor serem pequenas para abrigar o quantitativo de pessoas que utiliza o local nos finais de semana.

Fotografia 11 A e B – Atual praia do Coco: estrutura da praia permanente em 2016



Fonte: SILVA, 08/2016

Na lateral esquerda da Fotografia 11 “A” visualiza-se dois quiosques, sendo que os dois foram modificados com a anexação da cobertura de palha, a qual favorece melhor acomodação aos frequentadores do local nos horários de sol mais quente. Ao fundo da fotografia, localiza-se o palco construído para as apresentações artísticas, e na parte da direita visualiza-se uma área coberta com palha de babaçu. Na sustentação da área coberta com palhas foram utilizadas hastes de madeira, nas quais é possível observar a pintura em verde, amarelo e branco, ou seja, cores da administração do município no quadriênio 2012/2016.

Na Fotografia 11 “B” visualiza-se uma pequena construção identificada como posto de saúde, a qual é utilizada nos dias mais movimentados da praia, em pequenos atendimentos e primeiros socorros prestados aos usuários. Porém, conforme informações de moradores locais, nos dias de pouco movimento na praia, o local permanece fechado e os atendimentos são realizados no posto de saúde central.

Observa-se na pintura do local que as cores da administração municipal, no quadriênio 2013 a 2016, branco, verde e amarelo estão presentes nas paredes das edificações e quiosques da orla, bem como nas muretas de proteção que demarcam toda a extensão da orla. O local da praia permanente tem grande quantidade de areia que representa, em parte, os bancos de areia natural formados nas temporadas de estiagem do rio.

A utilização das cores da administração municipal nas edificações localizadas na praia permanente e orla atribui-se à parceria realizada entre empreendedor e prefeitura municipal, situação já prevista no EIA/RIMA a partir da implantação de programas de recomposição local “A responsabilidade pela implantação é do empreendedor; deverão entretanto ser

realizadas parcerias com as prefeituras municipais de Babaçulândia, Carolina, Filadélfia, Barra do Ouro e Palmeirante e possíveis parcerias privadas” (IBAMA 2001b, p. 275).

Outros espaços, conforme fotografia 12, favorecem atividades de lazer no município. Estes estão localizados na orla do lago em Babaçulândia, a qual é calçada com tijolos, possui iluminação, estacionamento para veículos, proteção com muretas, estrutura de ferro para a realização de alguns exercícios físicos, além de proporcionar visão panorâmica do lago e da paisagem.

Fotografia 12 – Orla do lago em Babaçulândia (TO)



Fonte: SILVA 08/2016

Durante as visitas aos barqueiros de Babaçulândia (TO) registrou-se algumas fotografias na orla do lago. Conforme apresentado na fotografia 12, observa-se que a via lateral à orla é asfaltada, possui calçadas e algumas frondosas mangueiras que remetem à presença da territorialização antes da construção do empreendimento e formação do lago, ou seja, as imensas mangueiras são traços representativos da presença de moradias de longo tempo.

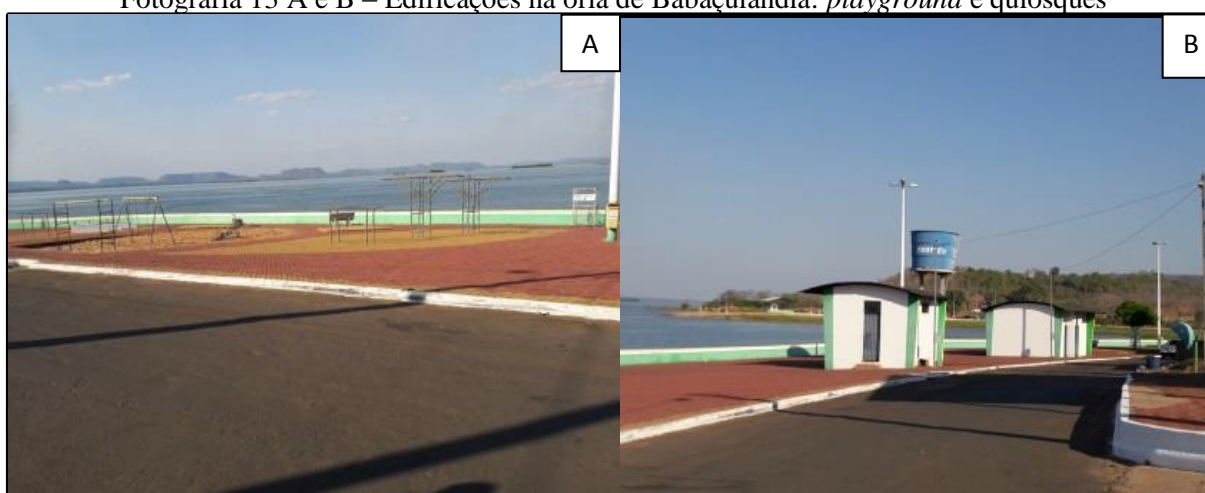
A fotografia 12 mostra parte da orla e seu entorno, na qual durante as visitas, observou-se que estava calçada com tijolos, bem conservados e pintados nas cores marrom e amarelo escuro. Os meios fios que separam o asfalto do calçamento estavam pintados de branco. O asfalto estava bem conservado, o passeio lateral direito, localizado do lado em que estão construídas as casas, estava bem cuidado, o que possibilitava caminhadas. No início da orla, na lateral inferior esquerda da fotografia 12, há uma imagem de São José e, logo bem próximo, a réplica de uma ema (*Rhea americana*).



A área da orla está construída bem próxima à praia permanente e, conforme registrado durante pesquisa de campo, a fotografia 13 “A” mostra que as estruturas de ferro disponíveis no *playground* estavam pintadas e limpas, o que possibilitava a utilização do local a qualquer momento.

Próximo ao *playground*, aparelhos de ginásticas, estacionamento e rampas com acesso ao lago favoreciam que a maior parte dos turistas e moradores locais utilizassem, para banho e diversão, a parte do lago que está localizada na orla e poucos utilizavam a praia permanente, isso devido a área da orla ter mais areia e facilidades para diversão do que a praia. O *playground* devido ser área livre e aberta é utilizado para brincadeiras das crianças e para por alguns adultos para a prática de exercícios físicos.

Fotografia 13 A e B – Edificações na orla de Babaçulândia: *playground* e quiosques



Fonte: SILVA, 08/2016

A fotografia 13 “B” mostra um bloco de banheiros (masculino e feminino) e dois quiosques. Os banheiros construídos na orla estão na edificação apresentada na parte central da fotografia, a qual tem uma caixa azul logo acima do telhado. Porém, durante as pesquisas de campo, estavam sempre fechados, o que impossibilita a utilização por qualquer pessoa que necessite.

Os quiosques, mostrados na fotografia 13 “B”, localizados na parte central à lateral inferior direita, conforme informações de moradores, funcionam apenas no período noturno, com comercialização de alimentação rápida, como cachorro-quente, sanduíches e bebidas. Durante observações nas pesquisas de campo, nos finais de semana, percebeu-se que o fluxo comercial local está concentrado nos pontos de comercialização de alimentos como bares particulares montados nas residências localizadas em frete à orla.

Um dos fatores negativos que dificulta a maior utilização da praia permanente é a pouca quantidade de areia colocada no local, dentro da água, durante sua estruturação. Isso se

dá na observação de que a praia permanente foi construída em um local que apresenta grande incidência de lama, o que fica evidente com a quantidade de pessoas na água, pois com o aumento do fluxo de banhistas utilizando o local as águas tornam-se barrentas e com aspectos de sujeira, ou seja, de águas sem transparência.

Outro fator que tem sido prejudicial para diversão nas águas localizadas junto à orla, parte que não é a praia permanente, é o fato dos banhistas se alimentarem bem próximo da água e descartarem os restos de alimentação ali mesmo nas águas. Essa situação tem atraído piranhas (*Serrasalmus nattereri*), as quais têm atacado as pessoas e gerado muitas reclamações e insatisfação. Há, na praia permanente, uma tela de proteção para evitar que esses predadores acessem à área utilizada pelos banhistas.

## **2.6 – A paisagem das águas no caminho da territorialidade dos barqueiros**

Os barqueiros pesquisados estavam acostumados com a paisagem ribeirinha formada pelas serras, árvores nativas, mangueiras, roças e as estradas de acessos às propriedades localizadas às margens do rio, além das imensas extensões de praias formadas pelos bancos de areia ao longo das margens do rio Tocantins. Esses locais que constituíam a paisagem serviam de referência para o trajeto desses profissionais, que trabalhando com embarcações sem muitos recursos, se guiavam observando a paisagem durante os percursos, inclusive em viagens noturnas.

A partir da supressão da vegetação ribeirinha para a formação do lago e a retirada das moradias das margens do rio, os pontos de referência dos percursos feitos pelos barqueiros foram extintos. Compreende-se que, a partir de então, a necessidade de navegar no lago se tornou mais difícil para quem não conhecia a região tão bem como os barqueiros pesquisados.

Um dos pontos mais conhecidos pela população local e frequentadores da praia, antes da formação do lago, era a rampa de acesso aos barcos. Local que era utilizado para o embarque e o desembarque de passageiros, mercadorias e produtos transportados pelos barcos. Na rampa era possível ter uma visão panorâmica da praia e das águas do rio Tocantins.

As modificações diárias da paisagem no local atingido, a partir da formação do lago, tornaram-se atrações ímpares e motivo de curiosidade para moradores da cidade, turistas, curiosos e pesquisadores que diariamente visitavam a margem do rio ou se arriscavam em passeios no lago em formação para fotografar e filmar as alterações do lugar. Para os que

conheciam há anos a paisagem ribeirinha, as alterações impostas pela formação do lago representavam o fim de algo conhecido e aguçava a curiosidade em saber como seria o futuro.

Os grupos humanos aprendem, pois, a explorar o espaço e a encerrá-lo em sistemas de representações que permitem pensá-lo. Batizando os lugares e os meios, eles os transformam em objetos de discurso. Impondo-lhes suas marcas e instituindo-os, fazem deles uma categoria social. (CLAVAL, 2007, p. 218).

A partir da afirmação de Claval (2007) compreende-se o motivo da curiosidade das pessoas em verificar, acompanhar e registrar as mudanças dos lugares conhecidos e que, desde o início da supressão da vegetação até a formação do lago, a paisagem conhecida passou por modificações drásticas. Além disso, outros lugares da paisagem foram extintos permanentemente. Pois, conforme Gomes (2001, p. 56) “A paisagem só existe a partir do indivíduo que a organiza, combina e promove arranjos do conteúdo e forma dos elementos e processos, num jogo de mosaicos”.

A paisagem é denotada pela morfologia e conotada pelo conteúdo e processo de captura e representação. A paisagem como representação resulta da apreensão do olhar do indivíduo, que, por sua vez, é condicionado por filtros fisiológicos, psicológicos, socioculturais e econômicos, e da esfera da rememoração e da lembrança recorrente. (GOMES, 2001, p. 56).

Compreende-se que a paisagem representava para os barqueiros, a partir das suas vivências socioculturais e de suas necessidades econômicas, o ambiente gerador de parte de seus ganhos financeiros e fontes fisiológicas, pois do rio retiravam o peixe que era utilizado na alimentação da família, além do cultivo de alimentos nas vazantes em suas margens. Essa representatividade da paisagem é explicada por Tuan (2013, p. 13) quando afirma que “O espaço construído pelo homem pode aperfeiçoar a sensação e a percepção humana”.

A partir das conversas com os impactados de Babaçulândia (TO), sobre as modificações na paisagem, durante a formação do lago, verificou-se que a mesma paisagem modificada pela formação do lago representa significados diferentes para os participantes da pesquisa e para os observadores não residentes no município, pesquisadores e moradores do local, pois conforme Tuan (2013, p. 200) “Muitos lugares altamente significantes para muitos indivíduos e grupos, têm pouca notoriedade visual. Esses são conhecidos emocionalmente, e não por meio do olhar crítico ou da mente”.

Para os participantes da pesquisa houve a finalização do território de produção de rendas e de vivências com o grupo de companheiros de trabalho e de outras atividades ribeirinhas. Situação que para Brasil (2010) comprova prejuízos às atividades produtivas locais. Para os observadores não residentes no município, o posicionamento a favor ou contra



a construção da barragem e as modificações socioterritoriais ficam a cargo da eloquência do discurso dos impactados e/ou das informações disponíveis a favor do empreendimento, que para MAB (2004) algumas propagandas evitam que a população da região perceba as verdadeiras consequências das barragens.

Para os pesquisadores, tanto a construção do empreendimento quanto as situações vivenciadas pelos impactados individualmente, bem como os impactos ambientais, tornaram-se fonte de pesquisas, visitas e discussões acadêmicas. Para os moradores do lugar as mudanças ocorridas são consideradas prejudiciais e modificadoras das relações sociais e das condições de trabalho e produção de rendas.

Quanto ao verdadeiro conteúdo de uma paisagem e sua representatividade para as comunidades e/ou indivíduos que dela necessitam e convivem, Luchiari (2001, p. 13) afirma que “Tomada pelo indivíduo, a paisagem é forma e aparência. Seu verdadeiro conteúdo só se revela por meio das funções sociais que lhe são constantemente atribuídas no desenrolar a história”. Dessa forma, as respostas obtidas por essa pesquisa não serão suficientes para explicar o significado da paisagem para os barqueiros, mas alguns traços dessa explicação podem ser obtidos a partir das imagens, como mostra a fotografia 14.

Fotografia 14 – Babaçulândia (TO): rampa de acesso para a praia do Coco



Fonte: SILVA, 01/2011

A fotografia 14 mostra a parte superior da rampa, na altura da rua, na época em que todas as edificações e árvores já haviam sido retiradas e a área estava pronta para receber as águas do lago que subiam continuamente. O local era visitado diariamente por curiosos e

moradores locais que observavam as modificações na paisagem e pelos barqueiros, que necessitavam mudar as embarcações de lugar, ou seja, para áreas inatingíveis pelas águas.

O último bloco de degraus da rampa de acesso ao rio, mostra o local pelo qual eram realizados todos os embarques e desembarques de passageiros e cargas. A pintura nos degraus e no paredão de pedras que sustentava as laterais da descida, ainda mostram as cores azul, branco e vermelho, utilizadas no último período de praias, ou seja, junho a agosto de 2010.

O local atingido, mostrado na fotografia 14, era o mais visitado devido à facilidade de acesso, pois o calçamento da rua não foi retirado e isso favorecia o livre acesso ao local. Fato pelo qual se visualizam seis motocicletas bem próximas à água, possivelmente de pessoas que, por curiosidade, faziam visitas ao local para registrar as mudanças ocorridas na paisagem impactada pela construção da UHEE e formação do lago.

Durante o período de formação do lago, conforme informações dos moradores locais, houve grande movimentação de pessoas que visitavam o local, tanto por curiosidade e para registrar através de fotografias e/ou filmagens as modificações e alterações na paisagem, como por parte de pesquisadores e estudantes de universidades que buscavam respostas às suas indagações sobre as mudanças que ocorriam na vida da população local atingida pela construção do empreendimento.

Para Santos (2009, p. 94) “[...] ações intencionadas podem conduzir a resultados não-intencionados, características, aliás, muito comum no processo de mudança social ou mudanças espacial”. Dessa forma, observa-se que as mudanças irreversíveis ocorridas no centro comercial de Babaçulândia (TO), o qual era localizado na margem do rio, afetou a maior parte dos estabelecimentos comerciais como o hotel, lanchonetes, bares e comércio de gêneros alimentícios, além do local em que os ônibus e vans embarcavam e desembarcavam os passageiros, e também do local de embarques e desembarques dos turistas à praia.

Com a formação do lago as constantes mudanças no ambiente foram diárias e as modificações na paisagem e na vida nos impactados também foram diárias e contínuas. As histórias vividas durante muitos anos, e para alguns durante toda a vida, pois nunca moraram em outra localidade, são submersas no lago a partir da desterritorialização urbana ribeirinha para dar lugar ao lago da hidrelétrica. Histórias de vida, emoções e sentimentos individuais e sofridos coletivamente. “[...] em cada consciência individual as imagens e os pensamentos que resultam dos diversos ambientes que atravessamos se sucedem segundo uma ordem nova e que, neste sentido, cada um de nós tem uma história” (HALBWACHS, 2003, p. 57).

A situação vivenciada pelos atingidos e, mais especificamente, pelos barqueiros associados, que perderam a fonte de renda após a formação do lago, provocou alterações na

maneira tradicional desses pesquisados desenvolverem sua atividade laboral e obter rendimentos financeiros provenientes dela.

Sobre a mudança de hábitos, Halbwachs (2003, p. 157) afirma que “Não é apenas uma questão de aborrecimento que temos em mudar nossos hábitos motores”. Desde o início, a formação do lago modificou, além dos hábitos dos barqueiros, a rotina de cuidado com os barcos que precisavam ser mudados de local durante algumas vezes por dia dependendo do nível das águas.

Com a formação do lago e a falta de local para a ancoragem das embarcações, os participantes da pesquisa, diariamente, mudavam os barcos de lugar sempre para locais mais próximos à cidade. As embarcações menores, canoas, foram retiradas da água e, conforme alguns dos pesquisados relataram durante conversas preliminares e durante as entrevistas, foram levadas para o quintal de casa, pois representava o local mais seguro, já que não havia possibilidade de navegação. A fotografia 15 A e B mostra a mudança de local da ancoragem dos barcos maiores, denominados localmente de barcas.

Fotografia 15 A e B – Formação do lago: falta de local adequado à ancoragem dos barcos



Fonte: SILVA, 01/2011

Os barcos maiores que necessitam de águas mais profundas para ancoragem eram mudados de lugar diariamente para não ficarem tão distantes da margem e, dessa forma serem cuidados pelos seus donos. Observa-se que nas laterais das embarcações, conforme fotografia 15 “A”, eram amarrados pneus para que a partir do atrito ente eles não houvesse danos aos cascos fabricados de madeira.

A necessidade de conservação e manutenção da ferramenta de trabalho, barco, em boas condições de uso, fosse ela para utilização pelo próprio barqueiro associado ou para venda a partir da não possibilidade da continuidade do trabalho, forçava os pesquisados a redobram os cuidados com a embarcação e fazerem várias visitas diariamente para retirada das águas que entravam pelas fissuras entre as tábuas de madeira. Mudar a embarcação de

local, além de fazer alguns reparos na mesma tornou-se os compromissos diários de cada barqueiro.

O local de ancoragem das embarcações da fotografia 15 “A” era a ribanceira do rio, espaço em que, anteriormente, era localizado o pátio de um dos hotéis da cidade. Neste registro visualiza-se cinco embarcações e parte de outra no canto inferior direito. Observa-se que todas as embarcações estão com proteção de plástico/napa, na cor azul nas laterais, o que impedia a entrada de águas das chuvas.

Para fixar as embarcações no local à margem do rio eram fincadas na terra, hastes de ferro nas quais as embarcações eram amarradas com grossas cordas. Na fotografia 15 “A”, entre a primeira e a segunda embarcação, da esquerda para a direita, visualiza-se um coqueiro que fazia parte da paisagem em volta do hotel. Do centro à parte superior da fotografia, observa-se a extensão do lago, e algumas das serras localizadas no estado do Maranhão e as modificações da paisagem.

A paisagem resulta sempre de um processo de acumulação, mas é, ao mesmo tempo, contínua no espaço e no tempo, é uma sem ser totalizante, é compósita, pois resulta sempre de uma mistura, um mosaico de tempos e objetos datados. A paisagem pressupõe, também, um conjunto de formas e funções em constante transformação, seus aspectos “visíveis”, mas, por outro lado, as formas e as funções indicam a estrutura espacial, em princípio, “invisível”, e resulta sempre do casamento da paisagem com a sociedade. (SERPA, 2010, p. 133).

A partir da afirmação de SERPA (2010) sobre a paisagem resultar de um processo de acumulação, compreende-se que os habitantes locais e usuários da região impactada (rio, praia, margens e edificações urbanas) estavam acostumados a observar a mesma paisagem “construída” através do tempo de utilização, bem como utilizá-la para o lazer e como via de locomoção.

Com as intensas modificações na paisagem e os constantes e diários acompanhamentos, pela população local e pelos participantes da pesquisa, a partir de imagens registradas em pontos localizados nas margens do rio Tocantins, de embarcações dentro do lago ou simplesmente pela observação calada e sem registro, percebe-se que a história do lugar foi alterada significativamente.

Na fotografia 15 “B”, registrada durante o período de formação do reservatório da UHEE, registro feito a partir de uma embarcação dentro do lago, observa-se na parte inferior, as águas do lago e, ao centro, nove barcos ancorados na região em que era localizado o a maior parte do comércio e um dos hotéis da cidade, bem próximos à margem do rio Tocantins.

Da parte central à parte superior da fotografia 15 “B” visualiza-se o espaço aberto devido a supressão da vegetação e retirada das edificações. As antigas ruas na época da formação do lago eram utilizadas para o acesso de veículos que transportavam equipamentos e utensílios da cidade para os barcos e vice-versa. Na parte central ao canto superior direito da fotografia é possível observar o depósito da areia que foi utilizada para a formação da praia permanente.

As embarcações apresentadas na fotografia 15 “B” eram consideradas, na localidade, de médio e grande porte, pois transportavam de 12 a 35 passageiros. Com a ressalva de que a segunda embarcação, da esquerda para a direita, não era utilizada pelos participantes da pesquisa nas atividades de transporte de passageiros, ela foi construída por um dos participantes da pesquisa, sob encomenda, para um dos representantes do CESTE.

A fotografia 15 “B” foi registrada em janeiro de 2011 e mostra, a partir da embarcação localizada dentro do lago, nove embarcações ancoradas provisoriamente na margem do rio, enquanto acontecia a formação completa do lago com o acúmulo de mais águas. As nove embarcações que aparecem na fotografia já não podiam mais fazer viagens transportando passageiros para as praias, pois estas já estavam submersas nas águas do lago.

Logo acima dos barcos, do canto esquerdo até ao centro da fotografia 15 “B”, observa-se as copas de algumas árvores grandes, ou seja, das mangueiras que ensombravam os quintais das casas que estavam construídas naquela localização. Já no canto superior direito da fotografia observa-se algumas edificações que não foram atingidas, as quais estão localizadas na rua em frente à orla.

Ainda no canto superior direito da fotografia 15 “B”, é possível observar que há um extenso monte de areia que, conforme informações de moradores, foi colocado ali para ser transportado para posteriormente ser utilizado na construção da praia permanente, porém não houve tempo hábil para isso. Assim, o local tornou-se o mais frequentado pelos banhistas por ter semelhanças com as praias naturais devido à grande quantidade de areia.

A localização do monte de areia, na fotografia 15 “B”, fica logo na entrada da orla de Babaçulândia (TO), ponto em que foram construídos alguns barracões de palha dentro da água, após a mureta de proteção. Observa-se no local, que parte da mureta de proteção foi quebrada para facilitar o acesso dos banhistas às águas do lago. Outro fator que contribui para que o local seja mais frequentado é a concentração de bares e comércios de alimentação em frente a esta parte da orla.

A fotografia 16 mostra parte da vegetação não suprimida, alguns meses após o início da formação do lago. Nesta paisagem os barcos maiores faziam passeios de visitaçao para que

as pessoas fotografassem as modificações do lugar. A cor escura das águas dificultava a observação de suas profundidades e refletia as nuvens e a paisagem arbórea que ainda resistia verde. O aspecto de água parada era outro fator que despertava a curiosidade das pessoas, pois estavam acostumadas com um rio de águas claras e correntes.

Fotografia 16 – Mudanças na paisagem: vista parcial da formação do lago em Babaçulândia



Fonte: SILVA, 01/2011

Os trajetos dos caminhos conhecidos pelos barqueiros, passaram por modificações desde o início dos preparativos para a formação do lago. Dentre essas modificações, a alteração do “caminho das águas” para se chegar às propriedades localizadas as margens do rio. Antes da construção da hidrelétrica era possível observar animais como pássaros e alguns tracajás (*podocnemis unifilis*) sobre os troncos de árvores às margens do rio Tocantins e observar as águas claras.

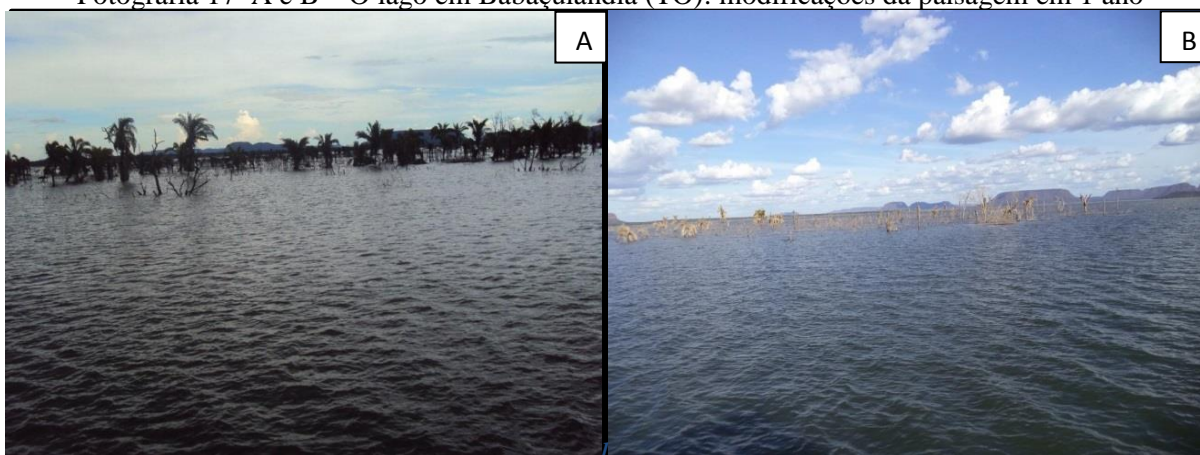
Durante o preparo para a formação do lago, os barqueiros acompanharam as mudanças na vegetação a partir da derrubada das árvores próximas às margens e, após o início da formação do lago, a observação e acompanhamento das mortes das árvores submersas foi uma das situações mais visitadas pelos curiosos, pesquisadores e turistas.

A modificação na paisagem é um fator curioso registrado por algumas pessoas que navegavam no lago, em passeios ou durante pescarias. Acompanhou-se durante alguns anos após a formação do lago, essas modificações e a resistência de algumas árvores. Na fotografia 17, “A” e “B” observa-se ao fundo a paisagem formada pelas serras da chapada das mesas, município de Carolina (MA). Na parte central da imagem, área próxima à cidade de Babaçulândia (TO), observa-se as palmeiras dos coqueiros babaçu que resistiram vivos por



mais de um ano. As demais árvores morreram antes e permaneceram apenas os galhos secos e caules submersos.

Fotografia 17 A e B – O lago em Babaçulândia (TO): modificações da paisagem em 1 ano



Fonte: SILVA, 05/2013.

Fonte: SILVA, 06/2014

A presença dessas árvores dentro do lago em formação é uma prova de que a supressão da vegetação não foi executada da forma apresentada no discurso documental do empreendedor. A Fotografia 17 “A” e “B” mostra parte do lago durante a formação, o mesmo local foi fotografado em dois períodos: maio de 2013 e junho de 2014.

Observa-se que as mudanças ocorridas durante um ano e um mês após o primeiro registro, datado de maio de 2013, mostrado na Fotografia 17 “A”, e o segundo registro, datado de junho de 2014, mostrado na fotografia 17 “B” apresentam modificações na paisagem, tendo como foco principal as árvores, que na fotografia 17 “A” mesmo após mais de um ano dentro da água, permaneciam com as copas verdes e na 17 “B” já estão com os galhos e caules secos.

A Fotografia 17 “A” mostra a situação da paisagem arbórea formada pelas árvores e coqueiros babaçú. As árvores mortas na fotografia 17 “B” estão menos evidentes, pois seus galhos mais finos, secos e frágeis eram quebrados facilmente com os movimentos das águas agitadas pelos fortes ventos dos banzeiros. As palmeiras de coco babaçú estão com as palhas secas caídas em direção à água, sinal de que não ressistiram após dois anos de caule submersos no lago. Ao fundo da fotografia 17 “B”, as montanhas estão mais visíveis, pois já não há as copas das árvores para impedir a visão.

Essas árvores representam perigo para a navegação de lazer realizada por pessoas que utilizam o local para a prática de esportes em motos náuticas, passeios em embarcações pequenas e para pescadores ocasionais, que desconhecem o perigo representado pelos galhos

de árvores submersos nessa área do lago próxima à cidade. Durante a diminuição do volume das águas é possível observar outros aspectos dentro da área do lago, conforme fotografia 18.

Fotografia 18 – Diminuição do volume das águas do lago em 2017: mudança na paisagem



Fonte: SILVA, 01/2017

Durante uma visita de campo à Babaçulândia (TO) realizada no dia 02 de janeiro de 2017, aproveitando a diminuição do nível das águas, realizou-se trajeto aquático em uma canoa e durante o percurso observou-se quão grande é o número de árvores que não foram suprimidas durante o processo de formação do lago.

A fotografia 18 apresenta aspectos observados no lago durante a visita de campo realizada em 02 de janeiro 2017. O local fotografado está localizado a jusante da cidade de Babaçulândia, no lado maranhense do rio Tocantins. Observa-se a quantidade de áreas de terra que estavam visíveis, formando pequenas ilhas. Em algumas dessas áreas era possível ver bancos de areia nos quais ainda sobreviviam alguns tipos de vegetação que não foram afetadas pelas águas.

Na lateral direita da fotografia 18 visualiza-se uma macaubeira (*acrocomia aculeata*) além de vegetações rasteira que crescia nos sedimentos depositados sobre a areia, um tronco de árvore e a grande quantidade de areia que formava uma pequena praia. No local haviam vestígios da passagem de pescadores: uma estrutura de barraca feita com caules de árvores, tijolos de construção no formato de um fogão a lenha, pedaços de madeira e carvão que comprovam que alguém cozinhou no local, prática comum utilizada pelos pescadores da região que preparam a alimentação nesse tipo de fogão improvisado.



## 2.7 – Território e cultura: identidade e o modo de vida tradicional dos barqueiros

É necessário que fique claro os conceitos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. A territorialização é definida por Raffestin (1993, p. 143), quando afirma que “[...] ao apropriar-se de um espaço concreta ou absolutamente (por exemplo, pela representação), o autor ‘territorializa’ o espaço”. E complementa que o espaço é anterior ao território. Dessa forma, compreende-se que a constituição do território dos barqueiros foi efetivada a partir da utilização das águas do rio Tocantins como via de transporte.

Para Haesbaert (2007, p. 78), o território “[...] define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico em que está inserido”, e complementa que “[...] há quem diga que o caráter simbólico do território está se tornando cada vez mais presente, em detrimento de sua dimensão material, mais objetiva” (HAESBAERT, 2007, p. 92). As relações sociais e culturais foram presentes no trabalho dos participantes da pesquisa, pois a partir do trabalho de barqueiro, utilizado pela necessidade de transporte, constituíram a associação, grupo no qual conviviam e compartilhavam trocas.

[...] o território, numa perspectiva histórica, pode também ser amplo, generalizável a ponto de abranger toda a história humana – constituindo assim um ponto de seus componentes “ontológicos” -, ou ser visto de forma mais restrita, relacionando-se apenas a determinados contextos histórico-sociais (HAESBAERT, 2007, p. 77).

A partir desse espaço territorializado é que acontece a desterritorialização, ou seja, a desocupação do lugar. No caso dos barqueiros, além da apropriação ser pela representação, entendida como aquela que acontecia nas águas do rio Tocantins, houve também a desterritorialização do espaço físico representada pela desocupação compulsória das áreas que foram utilizadas para a formação do lago da UHEE. Com a desterritorialização há a necessidade imediata da reterritorialização, que para Haesbaert (2007) uma desterritorialização e uma reterritorialização são contraparte uma da outra.

Desterritorialização é focalizada quase sempre como um processo genérico (e uniforme), numa relação dicotômica e não intrinsecamente vinculada à sua contraparte, a (re) territorialização; este dualismo mais geral encontra-se ligado a vários outros, como as dissociações entre espaço e tempo, espaço e sociedade, material e imaterial, fixação e mobilidade. (HAESBAERT, 2007, p. 31).

Compreende-se que a região de atuação dos barqueiros já existia antes da constituição da associação dos barqueiros e era explorada de forma não organizada, ou seja, sem uma ação conduzida, ou pela associação, ou pelo governo local representado pela prefeitura, que

investia financeiramente na organização da estrutura e manutenção da praia. A partir da organização da praia pela prefeitura municipal de Babaçulândia (TO), ela passa a ter participação nos rendimentos recebidos pelos barqueiros, através da cobrança de porcentagens sobre os serviços desses trabalhadores. A identidade de barqueiro associado foi constituída e controlada a partir das relações de poder estabelecidas.

[...] toda relação de poder espacialmente mediada é também produtora de identidade, pois controla, distingue, separa e, ao separar, de alguma forma nomeia e classifica os indivíduos e os grupos sociais. E vice-versa: todo processo de identificação social é também uma relação política, acionada com estratégia em momentos de conflito e/ou negociação. (HAESBAERT, 2007, p. 89).

Conforme Rocha (2013, p. 41), “As relações sociais entre os agentes, sejam eles aliados ou adversários, baseiam-se no poder”, e essa relação de poder é perceptível nos registros do livro de atas da Associação dos Barqueiros nos relatos das reuniões e assembleias em que há informações sobre a presença do prefeito e de alguns vereadores durante as decisões de valores a serem cobrados nas travessias para a praia, tanto em dias normais como em dias de *shows*. Nessas reuniões sobrepunha-se a vontade e a palavra do gestor municipal na definição do percentual que seria destinado à organização da praia e aos barqueiros.

Devido os recursos naturais serem públicos e passíveis de exploração tanto pelo poder público municipal quanto pelos barqueiros, estes concordavam com os percentuais a serem repassado à organização da praia. Diegues (2000) afirma que o território fornece às populações tradicionais, a natureza do homem como espécie e os meios para subsistência, os meios de trabalho e produção, bem como os meios de produzir os aspectos materiais das reações sociais, principalmente os que compõem a estrutura determinada, expressa nas relações de parentesco, de uma sociedade.

Um elemento importante na relação entre populações tradicionais e a natureza é a noção de *território* que pode ser definido como uma porção da natureza e o espaço sobre o qual uma sociedade determinada reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direito estáveis de acesso, controle ou uso sobre a totalidade ou parte dos recursos naturais aí existentes que ela deseja ou é capaz de utilizar. (DIEGUES, 2000, p. 49, grifo do autor).

Little (2002) afirma que o conceito de povos tradicionais contém tanto uma dimensão empírica quanto uma dimensão política, de tal modo que as duas dimensões são quase inseparáveis. O conceito envolve distintos grupos que historicamente mostraram ter formas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, gerando assim forma de cogestão do território explorado. Para Almeida (2008, p. 38) são povos tradicionais “[...] sujeitos sociais

construídos em consonância com suas condições específicas de existência coletiva e afirmação identitária, a saber: [...] ribeirinhos”.

O uso do conceito de povos tradicionais procura oferecer um mecanismo analítico capaz de juntar fatores como a existência de regimes de propriedade comum, o sentido de pertencimento a um lugar, a procura da autonomia cultural e práticas adaptativas sustentáveis. (LITTLE, 2002, p. 23).

A propriedade comum explorada pelos pesquisados era o território formado pelas águas do rio Tocantins, nas proximidades de Babaçulândia (TO). Os barqueiros levavam turistas às praias localizadas na margem maranhense, bem como, os moradores, às comunidades e propriedades ribeirinhas que necessitavam desse tipo de transporte. À vista disso, é possível compreender que a autodenominação do grupo através da atividade desempenhada é importante para seu reconhecimento como produtores/executores de determinados serviços relacionados ao transporte pelas águas.

[...] o que passa a importar é como esses grupos sociais se auto definem e chamam a si mesmos, e não mais como os outros se designam. Não importa mais como o Estado, os grandes empreendimentos econômicos ou os eruditos os classificam ou querem classificar. (ALMEIDA, 2008, p. 74).

Compreende-se que o sentido de pertencimento ao lugar e ao território, já descrito, era representado, no caso dos barqueiros de Babaçulândia (TO), pelos anos de trabalho na mesma função e pelo fato de que esse trabalho, por ser exercido apenas pelos familiares, era passado de pai para filho e de filho para neto. A autonomia cultural e práticas adaptativas eram representadas pela adequação desses profissionais à sazonalidade do trabalho, formando uma espécie de cultura, pois conforme Geertz (1989, p. 9) “A cultura é pública porque o significado o é”.

Como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis [...] a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível, ou seja, descritos com densidade. (GEERTZ, 1989, p. 10).

A cultura dos barqueiros era originada nas necessidades de locomoção para o transporte de alimentos, passageiros, cargas, materiais de consumo e outros, através da via de transporte mais fácil e em algumas localidades, a única existente, ou seja, as águas. Conforme Yúdice (2004, p. 32) “[...] a cultura produz os padrões de confiança, da cooperação e da interação social que resultam numa economia mais vigorosa, mais democrática [...]”. Nesse contexto, compreende-se que a interação social e a economia estavam presentes nos serviços

de transportes realizados pelos barqueiros e, comprometida pela formação do lago da hidrelétrica.

[...] um determinado modo de vida, típico das populações ribeirinhas e que tem no Tocantins seu principal alicerce, se verá comprometida, face à sucessão de represas que poderá transformar o rio Tocantins em imenso lago. Vinculado a este modo de vida, está a perda das praias fluviais, que também afetará a economia de subsistência das populações ribeirinhas, pois é na temporada de praia – entre junho e agosto, que mais se mobiliza essa economia, com a presença de grande número de turistas. (IBAMA 2001b, p. 313).

Para Roux (2004, p. 54) “[...] o homem, ancorado no coração de um território apropriado na sua complexidade, não é necessariamente um consumidor”. Dessa forma, entende-se que os barqueiros de Babaçulândia (TO), não são beneficiados pelo progresso do desenvolvimento econômico gerado a partir da energia elétrica produzida pela UHEE, mas prejudicados pelo impacto causado a partir da extinção do seu território de trabalho, o qual foi inundado pelas águas do lago da usina. A partir de então, destruídos os postos de trabalho, o que Reis (2012) denomina de rompimento do tecido social comunitário.

Do ponto de vista social, no caso das populações rurais, mais comumente vítimas dos processos em pauta, trata-se da destruição e perda do acesso a áreas de produção e captação de recursos naturais e de postos de trabalho, do rompimento do tecido social comunitário, além da mutilação ou total transformação dos espaços simbolicamente mapeados, tais como bens comunitários – entre outros, escolas, igrejas, cemitérios, áreas de sociabilidade e de lazer, - compreendendo também aspectos cognitivos, mítico e afetivos. (REIS, 2012, p. 104)

Os participantes da pesquisa apresentavam identidades múltiplas no que se refere à execução de atividades nos postos de trabalhos, pois sendo ribeirinhos, exerciam, além da atividade de barqueiro, outras atividades tendo como suporte os recursos naturais, que conforme Almeida (2008, p. 38) “[...] estão na ideia de “terra” e as mobilizações no sentido de sua conservação, servem de reforço à reivindicação da identidade coletiva”. Dentre as outras atividades destacavam-se o cultivo em vazantes nas margens do rio, trabalhos rurais nas pequenas propriedades sobre a ribanceira do rio, pescas, serviços públicos, trabalhadores na construção civil, coletas de frutos, dentre outros.

A partir do impacto causado pelo lago da hidrelétrica, os barqueiros são sujeitos deslocados e continuam com identidades múltiplas, conforme afirma Hall (2014, p. 12) “[...] há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas”. Hall (2014) complementa que a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia.

Diegues (2000) afirma que um aspecto relevante na definição de cultura tradicional é a existência de sistemas de manejo dos recursos naturais marcados pelo respeito aos ciclos naturais. Os barqueiros realizavam seus trabalhos obedecendo aos ciclos das águas, não somente nos períodos das praias, mas também, nos períodos das cheias, momentos em que a navegabilidade ficava mais lenta e era necessário buscar alternativas e formas de adquirir recursos financeiros. Portanto, obedeciam a certa tradição e cultura das águas, pois “[...] a cultura é historicamente reproduzida na ação” Sahlins (1990, p. 7).

[...] *culturas tradicionais* (num certo sentido todas as culturas são tradicionais) são padrões de comportamento transmitidos socialmente, modelos mentais usados para perceber, relatar e interpretar o mundo, símbolos e significados socialmente compartilhados, além de seus produtos materiais, próprios do modo de produção mercantil. (DIEGUES, 2000, p. 51, grifo do autor).

Os barqueiros exerciam seu trabalho e conduziam a associação com pouca ou nenhuma acumulação de capital, usando apenas a força de trabalho individual e familiar, usando os recursos naturais ofertados pela natureza: águas do rio e praia. O conhecimento tradicional era passado de pai para filho, além de outros fatores como o limitado desenvolvimento tecnológico, presente no fato de que algumas das embarcações menores não dispunham sequer de cobertura para proteção do sol ou chuva.

Cada aspecto, cada detalhe desse lugar tem um sentido que só é inteligível para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outros tantos aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, pelo menos o que nela havia de ser mais estável. (HALBWACHS, 2003, p. 160).

O lugar e suas características únicas ofereciam o que os barqueiros necessitavam para desenvolver sua atividade tradicional, a qual pode ser descrita por Diegues (2000) quando apresenta algumas características da cultura das sociedades tradicionais como sendo a noção do território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; moradia e ocupação desse território por várias gerações; reduzida acumulação de capital; importância dada a unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; utilização de tecnologia simples e fraco poder político.

Outro fator que define a cultura tradicional é autorreconhecimento dos membros como pertencentes ao grupo. Um exemplo é que o trabalho de um dos barqueiros passou de pai para filho, não apenas a condução do barco, mas também, a escolha da madeira adequada para

reparos e manutenção da embarcação em boas condições de navegabilidade através dos pequenos consertos e até mesmo da fabricação de barcos.

Esse fator, Almeida (2008, p. 75) chama de saber específico “[...] quem produz se sobrepõe ao produto de seu trabalho, principalmente pela interlocução política e por se apresentar como detentor de um saber específico e não pela produção considerada em si mesma”. Sahlins (1990, p. 192) complementa afirmando que “[...] a cultura é justamente a organização da situação atual em termos do passado”. Compreende-se, então, que o trabalho desenvolvido pelos participantes da pesquisa já era desenvolvido por seus pais e, na atualidade, os barqueiros davam continuidade. Com a construção da hidrelétrica a situação de atingidos, dos barqueiros, tornou-se pública e objeto de pesquisas.

O presente não pode mais simplesmente ser encarado como uma ruptura ou um vínculo com o passado e o futuro, não mais uma presença sincrônica: nossa autopresença mais imediata, nossa imagem pública, vem a “ser revelada por suas descontinuidades, suas desigualdades, suas minorias”. (BHABHA, 2013, p. 24).

Os barqueiros que eram conhecidos no município por seus vizinhos, amigos e outras pessoas que utilizavam seus trabalhos de transporte durante as temporadas de praias eram apenas anônimos trabalhadores que realizavam o transporte de passageiros para a praia. No entanto, a partir do início da construção da hidrelétrica e formação do lago, passaram para a categoria de “participantes da pesquisa”, pois suas situações de atingidos pela construção do empreendimento hidrelétrico tornou-se problema de estudo para várias pesquisas.

Num contexto acentuado, este capítulo abordou concepções a respeito da ação do Estado através dos seus órgãos representativos e do CESTE na construção da UHEE. Além disso, evidenciou-se a realidade vivenciada pelos municípios impactados e pelos barqueiros de Babaçulândia (TO) atingidos pelo lago da usina.

Para um foco mais específico, registram-se no Capítulo 3 os resultados obtidos com as entrevistas. Em detalhes, apresenta-se os participantes da pesquisa e caracteriza-se o trabalho desenvolvido por eles, através dos relatos da memória, do trabalho, dos rendimentos financeiros, da desterritorialização, das indenizações, das medidas compensatórias coletivas, da reterritorialização, dentre outras informações resultantes das entrevistas.

### 3 – A (DES)RETERRITORIALIZAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES

Neste capítulo, as discussões centraram-se no processo de desterritorialização como sendo a saída compulsória dos impactados pelo empreendimento hidrelétrico da sua área da habitação, para outros locais e, reterritorialização como sendo a fixação dos impactados em outro local, no qual podem ou não estar representadas as mesmas condições socioeconômicas, modo de vida e de produção de renda à qual os impactados estavam habituados.

A reterritorialização está relacionada às formas de organização e reorganização social, aos modos distintos de percepção, ao ordenamento, ao reordenamento em termos de relações com o espaço dos impactados pelo empreendimento, neste caso, o hidrelétrico. Além disso, observa-se suas implicações na vida, no trabalho, na família, no círculo de amizades, de costumes dos atingidos e de suas famílias.

Tendo como base os relatos dos barqueiros sobre o processo de desterritorialização através da migração compulsória, a partir do preparo da área para a formação do lago da UHEE, são discutidos alguns conceitos das formas pelas quais os atingidos, que segundo Vainer (2008) significa ter reconhecido como legítimo o direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, foram indenizados, a saber: indenização em dinheiro, carta de crédito ou casa em reassentamento urbano ou terreno em reassentamento rural.

Discute-se as migrações compulsória a partir de alguns teóricos e utiliza-se, para identificar o grupo pesquisado, termos como barqueiros, pesquisados, entrevistados, participantes da pesquisa, associados, atingidos e trabalhadores com barcos. Os barqueiros também estão classificados como povos e comunidades tradicionais, pois são grupo “tradicionalmente diferenciados que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social [...] e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”. (BRASIL, 2007a, p. 1).

Esclarece-se que as discussões apresentadas seguem a ordem das questões abertas e fechadas, conforme estrutura do roteiro de entrevistas (Apêndice 01), aplicando-se a estas algumas adequações para uma melhor articulação e discussão com o assunto. O roteiro de entrevistas foi aplicado entre os dias 02/04/2017 e 13/05/2017, cerca de cinco anos após o início do funcionamento da UHEE.

Para uma contextualização mais específica da realidade constatada, apresenta-se o mapa da reterritorialização dos barqueiros pesquisados, os quais se encontravam residindo nas zonas urbana e rural de Babaçulândia (TO) e nas zonas rurais dos municípios de Carolina (MA) e Filadélfia (TO).

### 3.1 – Identificação dos participantes da pesquisa e caracterização do trabalho

A Associação dos Barqueiros de Babaçulândia (TO) foi constituída em 20/04/2001 como forma de congregar os trabalhadores com barco que transportavam passageiros durante as temporadas de praia no rio Tocantins, da margem tocantinense do rio para a margem maranhense onde ficavam as praias.

Desde quando foi constituída até aos rumores de construção da hidrelétrica, formação do lago e, conseqüentemente, extinção do território de atuação, muitos outros trabalhadores com barco se vincularam à Associação dos Barqueiros de Babaçulândia. A partir de 2009 os associados começaram a pedir desligamento da associação alegando incertezas da continuidade das atividades de barqueiro.

Dos 49 barqueiros que estavam associados em 2007, houve redução para 45 associados em 2009; 31 associados em 2011, época em que treze deles solicitou desvínculo por não acreditar na continuidade do trabalho na região; e, no ano de 2016, início desta pesquisa, apenas 15 barqueiros continuavam associados e todos foram entrevistados em seus respectivos locais de moradia e/ou trabalho.

O quadro 1 lista os barqueiros que compõem o grupo de interesse da pesquisa e apresenta a sintetização com as iniciais do nome de cada participante da pesquisa, data de vínculo com a associação e tempo de atuação na função de barqueiro. Ressalta-se que ordem apresentada no quadro segue a ordem alfabética dos nomes e, nas entrevistas a ordem é a partir da data de entrevista, não tendo nenhuma relação com a sequência apresentada no quadro.

Quadro 1 – Os participantes da pesquisa e vínculo com a associação

<b>Nome</b>	<b>Vínculo desde</b>	<b>Quanto tempo foi barqueiro</b>
A. P. O.	20/04/2001	Mais de 10 anos
A. D. C.	28/06/2002	Quase 30 anos
D. P. S.	22/06/2007	Mais de 3 anos
D. P. R.	02/06/2002	Colocava trabalhador
E. S. M.	20/04/2002	15 anos
J. S. R.	20/04/2001	Não lembra
J. P. F. M.	20/04/2001	Desde menino
J. C. M. S.	20/04/2001	Desde os 12 anos de idade
M. P. S.	20/04/2001	Desde 1981
M. O. O.	20/04/2001	Desde criança
P. C. S.	20/04/2001	Mais de 20 anos
P. B. M.	20/04/2001	Desde 8 anos de idade
R. F. S.	20/04/2001	Desde criança
S. S. N.	20/04/2001	Desde menino
S. R. D.	22/06/2007	Não lembra

Autora: Silva, 05/2017

Fonte: Dados da pesquisa, 2017



A partir das datas de vínculo de cada participante da pesquisa com a associação, e observando-se os registros em atas, compreende-se que a maior parte deles, dez ao todo, está envolvida no processo de organização, gestão e direção da associação desde seu início até os dias atuais.

Durante os diálogos para obtenção de respostas ao roteiro de entrevistas, entendendo a partir de Severino (2007) que a aplicação do roteiro de entrevista é uma interação entre pesquisador e entrevistado, fica clara a preocupação dos barqueiros com a associação e a vontade de promover a sua continuidade.

Compreende-se a partir das informações sobre o início do trabalho como barqueiro, que a maioria dos entrevistados tem um vínculo muito grande com a água e com a embarcação, pois afirmam que foi desde criança, desde menino. Outros afirmam não lembrar do início devido essa atividade ter feito parte de sua infância e ser assimilada como necessária para a sobrevivência do habitante ribeirinho. Além disso, percebe-se que não há necessidade de contagem de tempo de início e, como alguns afirmaram, apenas se conta o tempo do fim, marcado com a construção da usina hidrelétrica de Estreito (MA).

As informações apresentadas no quadro 1, a respeito de quanto tempo cada participante da pesquisa desenvolveu atividades de transporte de passageiros, cargas, dentre outros, foram obtidas durante a aplicação do roteiro de entrevistas. Verifica-se que alguns dos entrevistados, mesmo tendo exercido as atividades desde muito cedo, contam o tempo de trabalho a partir de seu vínculo com a associação. Esse tempo é finalizado, a partir da formação do lago e da impossibilidade de utilização das águas do rio Tocantins para o desenvolvimento de atividades de transporte nas embarcações.

Quando perguntados como iniciaram no trabalho como barqueiros, os participantes da pesquisa afirmam que iniciaram o trabalho em embarcação com algum familiar “foi com tio” (Entrevistado 03, 02/04/2017, 38 anos), “meu pai trabalhava com barco, né. E a gente já acompanhou a função com ele até hoje” (Entrevistado 05, 02/04/2017, 65 anos).

Outros exerciam a atividade de barqueiros para resolver situações do dia a dia “[...] desde menino eu já mexo nessa área de canoa. Que ia pra chácara lá, e já era de rabetinha ou no remo mesmo” (Entrevistado 10, 23/04/2017, 50 anos). Também exerceram a atividade no transporte de cargas para os ribeirinhos, e para a função e motivo dessa pesquisa atuavam no transporte de turistas e passageiros para a praia.

A necessidade de locomoção para os ribeirinhos, no transporte de alimentos produzidos nas vazantes e a necessidade de manter o sustento familiar para um jovem pai de família foram algumas das motivações, seguidas da evolução do transporte de turistas para a

praia, organização para ingressar na associação e a necessidade de ter embarcação maior. O entrevistado 08 disse que começou seu trabalho como barqueiro quando ainda tinha 8 anos de idade, pois “comprava melancia nas vazantes e saía vendendo no beradão, em uma canoa a remo.” (Entrevistado 08, 09/04/2017, 62 anos). Em seguida ele afirma que foi negociando que comprou um motor para a canoa.

[...] foi o tempo que eu tava crescendo e tinha família e mandei fazer uma barca. Essa barca minha era que sustentava o pão de cada dia da família. Nós rodava do Estreito a Carolina... passageiro, carga e passageiro. Na temporada de praia, nós tirava oito, dez mil. De junho, julho e agosto, né. (Entrevistado 08, 09/04/2017, 62 anos).

A experimentação de um novo local de trabalho para o participante da pesquisa que saiu de Goiânia (GO) para passar uma temporada de praia em Babaçulândia (TO) com atividade comercial no ramo da alimentação, tornou-se mais que uma temporada e fixou raízes no território das belas praias e, de certa forma, o incorporou à vivência simples do lugar. Assim, a partir da necessidade de fazer o transporte dos próprios pertences da cidade para a barraca localizada na praia, tornou-se um barqueiro.

Em 1998 fui para a praia, né... barraca, e aí com a necessidade grande de ter uma canoa, né, para carregar minhas próprias coisas, aí eu comprei uma canoa. E aí, nos finais de semana colocava um piloto pra ficar na minha canoa, né, atravessando o pessoal enquanto eu tava na barraca... e meio de semana eu fazia” (Entrevistado 01, 02/04/2017, 50 anos).

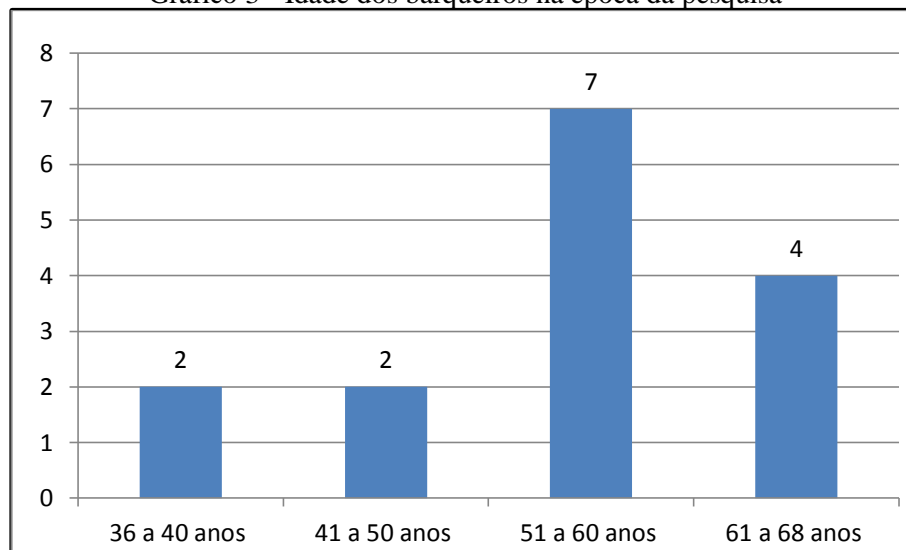
O grau de instrução dos barqueiros associados, declarado durante as entrevistas, varia desde o Ensino Fundamental incompleto ao superior. Um dos entrevistados afirma que seu grau de instrução foi apenas a cartilha e que sabe fazer o próprio nome e algumas contas. Um entrevistado afirmou ter estudado até a terceira série e seis afirmaram ter quarto ano primário completo, estudo que equivale ao sexto ano atualmente. Um dos barqueiros tem ensino fundamental completo, quatro tem Ensino Médio completo, um tem curso superior incompleto e um tem curso superior completo.

Durante a fala dos entrevistados percebeu-se o real significado do território representado pelas águas do rio Tocantins, o local de moradia, a presença dos amigos, parentes e conhecidos que viviam próximos. Nas entrevistas, transcreveu-se as falas, sem correções ortográficas, de forma a não caricaturalizá-las (WHITAKER 2002, *apud* SIEBEN 2012) e manter a forma de falar de todos. A forma como aprenderam a falar com os mais velhos é outro fator que define a pronúncia das palavras.

A idade dos participantes da pesquisa, apresentadas no gráfico 3, varia de 36 a 68 anos, foi um dos itens de identificação no roteiro de entrevistas (Apêndice 1) e mostra que no

ano de 2012, quando a hidrelétrica começou a funcionar, apenas um deles estava em idade suficiente para obter aposentadoria do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), como lavrador. Todos os outros tinham idade inferior a 60 anos.

Gráfico 3 - Idade dos barqueiros na época da pesquisa



Autora: SILVA, 05/2017

Fonte: Dados da pesquisa

O gráfico apresenta dois participantes da pesquisa com idade entre 36 e 40 anos, ou seja, um tem 36 e o outro tem 38 anos de idade. Na segunda coluna, idades entre 41 e 50 anos, há dois entrevistados, porém cada um tem 50 anos de idade. Na terceira coluna, idades entre 51 e 60 anos, há sete dos entrevistados: um tem 54 anos, um tem 55 anos, dois têm 56 anos, um tem 58 anos e dois têm 60 anos de idade. Na última coluna, de 61 a 68 anos, há dois pesquisados, um tem 65 e a outro tem 68 anos de idade.

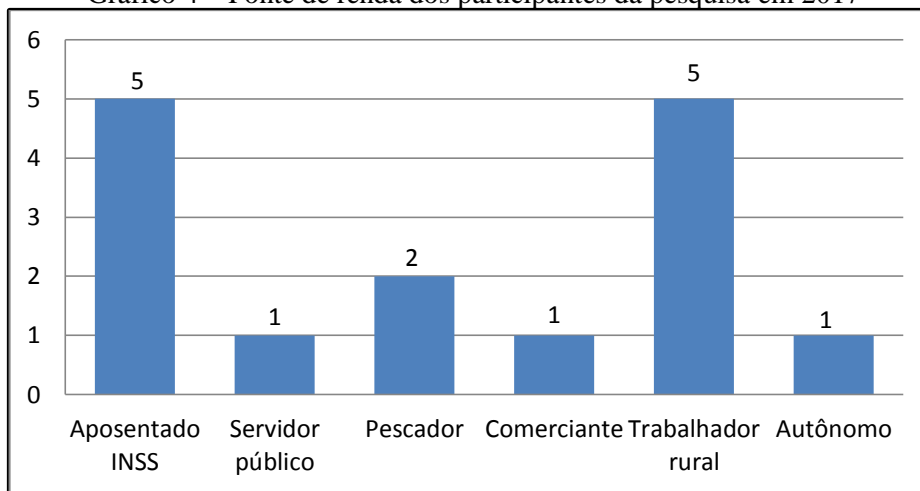
Do total de associados, há apenas seis com idade superior a 60 anos, idade em que é possível o homem trabalhador em condições análogas à rural ou morador da zona rural, solicitar aposentadoria do INSS, porém conforme relatos, apenas cinco estão recebendo benefícios do INSS.

Em razão da idade, percebe-se que os demais têm se desdobrado para se adaptarem a outras realidades de trabalho, o que Almeida (2008) chama de forma de apropriação e uso dos recursos e, conseqüentemente, distinção dos demais agente sociais. Através das funções no trabalho rural, e de alguns ainda relacionados ao rio através da pesca, percebe-se os meios de complementação da alimentação familiar e de renda financeira.

Uma das perguntas do roteiro de entrevistas abordou questionamentos sobre o que os entrevistados faziam após a reterritorialização para a obtenção de rendas. Foram declaradas como ocupação principal o trabalho rural, autônomo, serviço público municipal, pescador, comerciante, além do exercício de outras atividades provedoras de renda para o sustento

familiar, como o cultivo de alimentos, a exemplo do feijão, em pequenas áreas dos terrenos. Nesse contexto, as ocupações e fontes de renda estão apresentadas, detalhadamente, no gráfico 4.

Gráfico 4 – Fonte de renda dos participantes da pesquisa em 2017



Autora: SILVA, 05/2017

Fonte: Dados da pesquisa

Os entrevistados afirmam que essas fontes de rendas precisam ser complementadas com outras para que possam suprir algumas das necessidades financeiras. O aposentado do INSS afirma que complementa a renda “fazendo algum barquim pequeno, canoa pra pescador... mexendo aqui com a chacarazinha, plantando feijão, mandioca e banana” (Entrevistado 05, 02/04/2017, 65 anos). Uma das canoas que o entrevistado 05 afirmou fazer para pescadores pode ser observada na fotografia 19.

Fotografia 19 – Canoa de madeira fabricada por um dos barqueiros



Fonte: SILVA, 10/2016

A fotografia 19 mostra a canoa construída por um dos participantes da pesquisa, ofício que realiza como forma de complementar a renda familiar. No fundo do terreno em que mora, localizado na zona urbana de Babaçulândia. Há uma pequena construção coberta de telhas e com a estrutura para fabricação e conserto de pequenas embarcações de madeira. O entrevistado explicou que só fabrica as canoas sob encomenda. Para tanto, a pessoa que faz a encomenda precisa fornecer a madeira. A fabricação tem duração aproximada de 2 meses e o valor dos serviços varia de R\$ 2.000,00 a R\$ 2.800,00, dependendo da metragem da embarcação.

O servidor público afirma que não tem outra fonte de renda. O pescador afirma que a pesca “Não é essas coisas não... tamo pelejando, né” (Entrevistado 03, 02/04/2017, 38 anos). O comerciante afirma que cria gado, em uma pequena propriedade que adquiriu com a indenização de outras propriedades que tinha às margens do rio Tocantins e de outros pequenos ribeirões próximos à cidade, para complementar a renda. Outro aposentado que mora na zona rural, afirma que complementa a renda da aposentadoria com a farinha feita da mandioca que cultiva no terreno em que mora atualmente.

“Hoje minha fonte de renda aqui é só mandioca... que a terra num ajuda em nada... só é mandioca. Fazer farinha e vendeno pa quem vai aparecendo... vendeno pa comprar as coisas que nós num tem, num produz... sou aposentado do INSS e faço festa no salão aqui.” (Entrevistado 08, 09/04/2017, 62 anos).

O entrevistado 03 explicou que faz festas duas vezes por ano, as quais são frequentadas por moradores de Carolina (MA) e da região próxima à sua moradia. Explicou sobre as dificuldades de acesso ao local de moradia, a falta de estradas, e as dificuldades pela falta de energia elétrica e comunicação. Observou-se que os postes da companhia de energia já estavam, no dia da entrevista, bem próximos à residência, porém ainda não havia energia elétrica no local.

Dos barqueiros que estavam na lida rural durante a pesquisa, um afirmou “crio gado de corte” (Entrevistado 14, 13/05/2017, 36 anos); o outro que “aqui acolá vendendo um bezerrinho... trabalhando... a mulher tem um emprego também” (Entrevistado 15, 13/05/2017, 58 anos); outro disse ter renda “da roça e da pesca” (Entrevistado, 09, 23/04/2017, 55 anos). Além disso, a complementação da renda é através “de algum bezerrinho que a gente vende e alguma mandioquinha que se pranta e só...” (Entrevistado 04, 05/04/2017, 54 anos). E o autônomo explica sua atividade “sou autônomo, né, alugo carro de som e faço eventos” (Entrevistado 01, 02/04/2017, 50 anos).

Os trabalhos desenvolvidos com o barco eram a fonte de renda para o sustento familiar dos participantes da pesquisa. Apenas três dos entrevistados afirmaram que pessoas externas às de suas famílias executavam trabalhos no barco como arrendatário ou como contratado pelo proprietário durante alguns períodos em que este não podia realizar as atividades de transporte. Para obter essas informações de forma mais exata, o roteiro de entrevistas abordou o questionamento sobre quantas pessoas dependiam financeiramente do trabalho do barqueiro e obteve as seguintes respostas, condensadas na tabela 3.

Tabela 3 – Número de pessoas que dependiam financeiramente do barqueiro

<b>Entrevistado</b>	<b>Familiares</b>	<b>Arrendatário/funcionário</b>
01	3	1
02	5	-
03	2	-
04	5	-
05	9	-
06	5	-
07	3	1
08	7	-
09	6	-
10	7	-
11	3	1
12	4	-
13	4	-
14	4	-
15	4	-
Total	71	3

Autora: SILVA, 05/2017

Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se, na tabela 3, que o grupo familiar que dependia diretamente dos rendimentos financeiros adquiridos a partir dos barqueiros era composto por esposa, filhos e pais, no total de 71 pessoas. A esse número acrescentam-se os 15 barqueiros e mais os três funcionários/arrendatários como dependentes diretos do trabalho de barqueiro, totalizando em 89 pessoas.

Já os três dependentes indiretos, conforme apresentados na tabela 3, funcionários ou arrendatários dos barcos durante as temporadas de praia, certamente tinham familiares que dependiam de seus ganhos financeiros, mas não são foco de discussão desta pesquisa. Sobre o item do roteiro de entrevistas, número de pessoas que dependiam financeiramente do trabalho dos barqueiros, os entrevistados responderam de forma argumentativa e explicaram seus motivos.

[...] a gente tinha o barco e sempre meu cunhado trabalhava e o Manuel que era uma espécie quase de cunhado porque a esposa dele foi criada pela minha sogra... a gente dava sempre oportunidade para esse pessoal, mas teve pessoas também fora que sempre ajudou, e a gente tinha um sistema de

quando o turista chegava... aquelas pessoas que ia lá em cima da rampa lá e levava a bagagem dos turistas. Todas as pessoas eram beneficiadas, tinha os carrinhos de mão que levava pra botar dentro da barca dos barqueiros. Então, nem só parente, mas todas as pessoas que tavam lá colaborando. (Entrevistado 07, 05/04/2017, 56 anos)

Percebe-se na fala do entrevistado 07 a importância dada à unidade familiar e às relações de parentesco, caracterizado por Diegues (2000) como características das sociedades tradicionais. O entrevistado 07 explicou que não apenas familiares e arrendatários ou funcionários eram beneficiados com os ganhos financeiros dos trabalhos durante a temporada de praia, mas havia outras pessoas, as quais, certamente foram invisíveis ao empreendedor no que se refere a indenizações, pois não são mencionadas em nenhum registro lido até agora.

Esses outros trabalhadores exerciam funções como autônomos durante as temporadas de praias. Eram homens que utilizam a força braçal para transportar, ladeira abaixo e ladeira acima, os pertences dos turistas e as cargas que chegavam das vazantes, utilizando o próprio corpo ou com o auxílio de carrinhos de mão. Por esses trabalhos, cobravam determinado valor que era acertado entre turista e trabalhador antes do início do transporte.

Quanto ao local de nascimento, a maioria nasceu no estado do Tocantins, sendo: quatro no município de Filadélfia, um em Araguaína, um em Palmeiras do Tocantins e cinco em Babaçulândia. Outros nasceram no estado do Maranhão, sendo: um em Carolina, um em Grajaú e outro em Porto Franco. Apenas um nasceu no estado de Goiás e veio para a região, em busca de desenvolver atividade durante uma temporada de praia e permaneceu na cidade “vim para a região em 1997. Montei uma peixaria na beira do rio, na temporada de praia e fiquei lá” (Entrevistado 01, 02/04/2017, 50 anos).

Os que nasceram no estado do Tocantins afirmam suas fixações ao lugar “sempre morei na bêra do rio” (Entrevistado 02, 02/04/2017, 68 anos). O outro barqueiro afirmou que chegou ao município de Babaçulândia quando ainda era bebê “[...] quando tava engatinhando, ainda não tinha um ano de vida eu vim pra cá, pra Babaçulândia, até hoje eu moro aqui” (Entrevistado 06, 02/04/2017, 60 anos).

Os que nasceram no estado do Maranhão disseram como chegaram à região de Babaçulândia (TO) “quando eu cheguei lá na beira do rio eu era criança, foi em cima dum cavalo e meus pais segurando” (Entrevistado 04, 02/04/2017, 54 anos). Outro afirma que chegou com os familiares “através dos familiares do meu pai em 1977 meus pais mudaram para Babaçulândia” (Entrevistado 07, 02/04/2017, 56 anos).

Durante as entrevistas compreendeu-se que o fato de muitos dos participantes da pesquisa terem nascido no município de Babaçulândia ou nos municípios de Filadélfia (TO) e

Carolina (MA) ou terem chegado aos municípios citados quando ainda eram bem pequenos, foi um dos fatores determinantes para suas permanências nas regiões ribeirinhas ao rio Tocantins, que era desenvolverem atividades com o barco, ou por necessidade de locomoção, pois não havia alternativa de transporte ou por necessidade de assumir os rumos da família.

Meu pai morreu aí eu fui cuidar das atividades. Desde quando ele era vivo ele já tinha uns barquim, né... aí eu fui evoluindo. Mas ele, era canoa mermo... aí eu fui e comprei ur barquim e fui trabaiano, aí surgiu aquele negócio da praia aí a gente trabaiaava, carregava os ceriais pa Estreito, pra cá. Fazias as viagem da precisão, né. Quando a gente quer fazer a feira, a gente levava... tem que levar as coisa pra vender pa arrumá o dinheiro de compra. (Entrevistado 4, 02/04/2017, 54 anos)

A necessidade de dar continuidade ao trabalho exercido pelo pai foi a forma de prover o sustento financeiro para os familiares e fez com que o participante da pesquisa buscasse meios de progresso no exercício da atividade de barqueiro, afirmação que evidencia-se ao dizer que sua embarcação era mais sofisticada do que as embarcações utilizadas pelo seu pai.

Obteve-se também, informações sobre como aconteciam os momentos de diversão dos barqueiros. As respostas de todos, conduziram ao entendimento de que foi um tempo muito bom e festivo “[...] no final da temporada, nós fazia uma reunião... fazia um churrascuzim, bebiam uma cervejinha lá, isso era bom demais” (Entrevistado 02, 02/04/2017, 68 anos). Outro barqueiro afirmou que “Nóis era meio de semana, no final de temporada, as vezes, nós fazia uma festa com barqueiro na praia, reunia todo mundo e nós fazia isso” (Entrevistado, 14, 13/05/2017, 36 anos).

A responsabilidade e compromisso dos barqueiros durante a jornada de trabalho é ressaltada na informação de que “No dia que nós tava trabalhando, era só trabalhando, ninguém bebia, ninguém num fazia nada. Dava seis horas, marrava o barco e aí a hora que podia brincar” (Entrevistado 15, 13/05/2017, 58 anos); “[...] quando era final de temporada, nós se juntava e fazia um churrasco, fazia uma festividade” (Entrevistado 12, 01/05/2017, 61 anos). Outro afirmou que “só naqueles serviço ali, pra mim já era divertimento” (Entrevistado 13, 01/05/2017, 60 anos).

### **3.2 – Migrações compulsórias e as buscas por um novo território**

O local de moradia dos participantes da pesquisa antes da construção da barragem e formação do lago era apenas na zona urbana, para quatro entrevistados; apenas na zona rural, para seis dos entrevistados; nas zonas urbana e rural, para cinco dos entrevistados. Alguns tiveram a propriedade rural e a urbana impactadas, além de outras atividades como o



comércio que estava localizado na área impactada, próxima à margem do rio Tocantins, local em que estava localizado o centro comercial de Babaçulândia (TO).

Em resposta à pergunta sobre a localização da moradia, o entrevistado 01 respondeu que mudou para a casa em 2005 e que o local não foi impactado, “[...] mas, eu tinha um comércio na área impactada, mas comércio foi impactado” (Entrevistado 01, 02/04/2017, 50 anos). Outros entrevistados responderam que o local de moradia “Sempre foi na zona urbana, sempre na periferia do rio, na rua mais próxima do rio. Antes de casar, depois de casado, sempre foi lá” (Entrevistado 07, 02/04/2017, 56 anos); “Era na cidade, próximo da bêra do rio, morei lá uns trinta anos mais ou menos” (Entrevistado 05, 02/04/2017, 60 anos).

Os barqueiros moradores na zona rural informaram que “Morava na zona rural do Maranhão” (Entrevistado 04, 02/04/2017, 54 anos); “Zona rural, morava de agregado” (Entrevistado 02, 02/04/2017, 68 anos); “Era a Ilha de São José. Na ilha eu morei a vida toda, saí de lá pra cá” (Entrevistado 15, 13/05/2017, 58 anos).

Os entrevistados que tinham moradias na zona rural e na cidade explicaram o motivo de terem as duas residências: “Era na zona urbana e rural, moremo nos dois lugar [...] Era na cidade e no sertão... vivia lá e cá... com os meninos no colégio aqui na cidade, nos dois lugar, né” (Entrevistado 05, 02/04/2017, 65 anos); “urbana e rural, a casa da cidade era pros filho estudar” (Entrevistado 09, 23/04/2017, 55 anos); “Sempre eu tinha casa na cidade, mas morava sempre na zona rural. Na casa da cidade fica as minhas meninas. Tem uma lá e tem os neto estudando” (Entrevistado 08, 09/04/2017, 62 anos); “Tinha uma casinha lá na cidade pros meninos estudar” (Entrevistado 12, 01/05/2017, 61 anos).

É clara a preocupação dos entrevistados que moravam na zona rural em manter uma moradia para os filhos na cidade a fim de que eles tivessem/tenham a oportunidade de estudar. A afirmação do entrevistado que estudou apenas a cartilha é de que atualmente mantém uma residência na cidade para que os netos estudem.

O transporte escolar para os filhos dos ribeirinhos era realizado antes da formação do lago e ainda o é atualmente. No entanto, há interrupções causadas por algum desgaste na embarcação e isso tem sido prejudicial aos estudantes porque faltam às aulas e com isso gera descontinuidade do ensino. Outro agravante para a situação é que as residências estão distantes da margem do rio e é necessário caminhar alguns quilômetros até chegar ao ponto em que se tem acesso à embarcação do transporte escolar. Isso ocorre também ao retornarem da escola para casa.

Sobre quando tomaram conhecimento que deveriam sair do local de moradia porque estava na área impactada, os participantes da pesquisa se emocionam e relatam a situação.

Lembram com saudades da vida simples que tinham antes da construção da hidrelétrica, formação do lago e da forma como deixaram a moradia de muitos anos. Para alguns a única moradia que tiveram em toda a vida, que é o caso do ex-morador da Ilha de São José, nunca havia morado em outro lugar e só saiu da ilha devido ao impacto do lago.

A usina hidrelétrica de Estreito (MA) entrou em funcionamento em 2012. A pergunta do roteiro de entrevistas é sobre quantos anos antes de 2012 os participantes da pesquisa foram informados de que sua moradia ou terreno estava na área impactada. Os participantes da pesquisa informaram como e quando tomaram conhecimento da situação: “Aqui acolá eles passavam um aviso... iam avisando, iam avisando até quando chegou o fim, né” (Entrevistado 15, 13/05/2017, 58 anos); “Ué... foi uns dois anos antes. Nem lembro mais” (Entrevistado, 13, 01/05/2017, 60 anos); “Dois anos antes. Foi em 2010 que a gente mudou da beira o lago” (Entrevistado 10, 23/04/2017, 50 anos).

Alguns informaram que já tinham conhecimento de que seriam impactados, uns cinco anos antes da hidrelétrica entrar em funcionamento, ou seja, desde 2007 aproximadamente. “Uns cinco anos talvez... que a gente, antes disso mermo, a gente ainda tentou muito sair pra... ainda andei até por Brasília, por manifestação pra ver se não” (Entrevistado 06, 02/04/2016, 60 anos); “Foi uns cinco anos antes, foi em 2004 que ele passaram lá... uns oito anos antes” (Entrevistado 14, 13/05/2017, 36 anos); “Mais ou menos uns cinco anos antes que eles começaram medir, fazer a medição e avisando pra gente que a área seria atingida” (Entrevistado 11, 24/04/2017, 56 anos).

Outros informaram que há mais de cinco anos tinham conhecimento de que os locais de moradia e de trabalho estavam na área impactada pela formação do lago e, conseqüentemente deveriam ser remanejados para outras áreas. Explicaram a situação vivenciada com a expectativa da saída do lugar e a incerteza sobre a localização do futuro local de moradia.

Ah eu acho que... uns dez anos... dez, quinze anos antes a gente já ouvia falar nesse empreendimento. Só que a gente não tava muito bem... ainda aceitando a ideia, não. Não pegou a gente de surpresa, mas pegou a gente de... digamos assim... despreparados. (Entrevistado 07, 02/04/2017, 56 anos)

Relatos afirmam que a informação da construção da hidrelétrica era certa e que os moradores das áreas impactadas pelo empreendimento deveriam ser remanejados, porém as pessoas não aceitavam a informação e tinham a esperança de que a construção não se concretizasse logo. Diante da possibilidade de construção da usina hidrelétrica e da mudança para outras localidades, a população permaneceu em seus locais de moradia, aguardando uma

proposta do empreendedor sobre valores das indenizações e possíveis locais de realocação das moradias.

Olha... lá da cidade, nos primeiros levantamentos da barragem a gente já ficou sabendo que tinha que mudar... nos primeiros... só que a gente ficou sabendo que ia mudar, mas aí a gente ficou esperando pelas propostas deles, né, eles vim e fazer. Aí quando eles vei e fez o levantamento das propriedade, aí depois esperemos vim os valores, né. Pelo menos lá da minha casa da cidade mermo quando veio o valor foi uma porcaria. (Entrevistado 12, 01/05/2017, 61 anos).

Os entrevistados 07 e 12 relatam o que muitos outros impactados vivenciaram: o de não acreditar que com a construção da usina hidrelétrica e a formação do lago parte da cidade e as propriedades ribeirinhas seriam inundadas. Conforme afirmações dos entrevistados 07 e 12, o impacto era certo que aconteceria, mas esperavam que com as manifestações da população local, a situação tivesse outros direcionamentos.

Antes a gente não acreditava... os pessoal era avisando, era falando que... mas da hora em diante que eles pagou a gente... a gente já ficou assustado, a gente não acreditava... Da hora em diante que água começou a subir e aí foi o jeito a gente ter que sair ou senão ia morar lá que nem os tubarão. (Entrevistado 02, 02/04/2017, 68 anos).

A certeza da concretização da saída do local de moradia, desterritorialização (HAESBAERT, 2007), devido a construção da usina hidrelétrica de Estreito (MA) se deu após o pagamento da indenização, conforme relatos do entrevistado 02, quando afirma “[...] a gente ficou assustado, a gente não acreditava [...]”. O acompanhamento da formação do lago foi um momento de angústia para os entrevistados, pois viam seus locais de moradias destruídos e passaram a ter a certeza de que as águas e as margens do rio Tocantins já não poderiam mais ser seus caminhos para produção de rendas.

Quando a gente descobriu mesmo que ia sair já... porque sempre o povo fala e a gente fica naquela, né. Isso não vai acontecer, não. Que quem não tem costume duma coisa, quem não sabe é como quem não vê, né. A gente quando vem acreditar já tá nos dias... aí a gente acredita nas coisas a num ser... (Entrevistado 04, 02/04/2017, 54 anos).

Os entrevistados 02 e 04 confirmam em seus relatos que também tinham conhecimento de que a área de moradia seria impactada, mas não acreditavam que seria tão rápido. Sempre estavam esperando que algo acontecesse e prorrogasse o dia da triste desocupação do local em que moraram desde muito tempo, pois estavam assustados e não acreditavam na saída, mas a partir do pagamento das indenizações a situação de remoção concretizou-se com o fechamento das comportas em Estreito (MA). A água começou a subir

e, a partir desse momento, como afirma o entrevistado 04, o povo impactado começou a acreditar na saída porque o lago estava em formação e suas águas a subir.

A busca por um novo território de moradia que fosse próximo ao rio Tocantins e que mantivesse algumas das características do local da propriedade impactada era o sonho de consumo de cada participante da pesquisa, principalmente dos que sempre exerceram atividades com características rurais, como a criação de animais e cultivo em vazantes.

Um dos entrevistados vendeu, antecipadamente, seu terreno que estava na área a ser alagada e procurou outro terreno em local próximo “só chegou... assentei em cima e... hoje eles tão correndo comigo pa tirar de riba... aquela casinha de palha lá perto do rio eles querem que tire porquê tá perto da água... pa colocar na distância de cem metro” (Entrevistado 08, 09/04/2017, 62 anos).

O terreno adquirido pelo entrevistado 08 está localizado numa área do estado do Maranhão e ainda não possui título definitivo da terra. Por isso, a expressão “só cheguei e assentei em cima...” explica que ele construiu um barracão próximo ao lago porque a sede da propriedade fica a mais de um quilômetro de distância da margem do rio Tocantins, o qual é seu meio de acesso a outros lugares. Porém, os representantes do construtor da hidrelétrica já estiveram em sua propriedade exigindo que ele retire a construção que está próxima ao lago, tendo um recuo de, no mínimo, 100 metros.

### **3.3 – Os barqueiros e as memórias do trabalho e do lugar**

Os participantes da pesquisa detalharam como era realizado o trabalho do barqueiro, o que transportavam fora das temporadas de praia, como era a rotina do trabalho durante a temporada de praia, e quais os destinos das viagens. Também lembraram o local de moradia, principalmente os que residiam na zona rural. Falaram das vazantes e da farta produção de melancias, melões e abóboras. Os reparos e os cuidados com a embarcação são expressos como forma de realizar um trabalho que agradasse aos usuários do transporte durante a temporada de praia. Para tanto, a embarcação tinha a pintura renovada, como explicou um dos entrevistados.

[...] esse pessoal que mexia com barco, como o Raimundo que reformava, você tinha que correr cedo porque quando desse em maio já estava apertado demais... todo mundo queria reformar seu barco e pintar, arrumar para trabalhar e aí quando terminava as última temporada aí em agosto. Fim de agosto terminava e já ficava com saudade já. (Entrevistado 13, 01/05/2017, 60 anos).

Em resposta à pergunta, como era realizado o trabalho do barqueiro, os entrevistados relataram como ocorria o funcionamento durante a temporada de praia e no decorrer dos outros meses do ano. O relato foi: “Além de frete e excursões, às vezes, levava as pessoas para conhecer o rio, pescar... é tinha várias utilidades. Mas a principal era o transporte de turistas pra praia” (Entrevistado 07, 02/04/2017, 56 anos).

A agilidade no recebimento dos pagamentos pelo transporte era algo que agradava muito. “[...] moço, era bom demais... dinheiro na hora, não tinha o negócio de amanhã não, recebia no dia... botando o dinheiro no bolso” (Entrevistado 13, 01/05/2017, 60 anos). Porém havia a necessidade de se respeitar alguns critérios como ser associado, ter embarcação documentada, ter equipamentos de proteção e respeitar a fila de saída.

Primeiramente a gente tinha que tá associado, o barco tinha que tá legalizado junto à Marinha, tinha que ter os equipamentos, as boias e os coletes e... o piloto ter a carteira, e aí era fácil, era só aguardar o turista chegar. A gente ficava ali na rampa, na fila... era fila. O turista chegava, pegava o barco da vez, aquele saía e o outro tomava o lugar. Era igual ponto e taxi. (Entrevistado 01, 02/04/2017, 50 anos).

O que transportavam durante as viagens de barco foi sendo informado durante a conversa. Nisso, observou-se que a rememoração do tempo do muito trabalho nas águas foi descrita com alegria. Era como se o narrador estivesse em plena atividade novamente. “Antes da temporada de praia a gente carregava frutas de plantio na beira do rio... gente plantava feijão, melancia, abóbora, melão... então a gente transportava isso aí” (Entrevistado 12, 01/05/2017, 61 anos). Assim, observou-se como se dava o trabalho do barqueiro fora da temporada de praia. Além do “Passageiro pra praia... vez pegava o passageiro de Babaçulândia a Filadélfia, algum frete das vazante aí, pra levar abóbora e melancia pra vender em Carolina, Babaçulândia, Filadélfia, na praia... era animando, era bom” (Entrevistado 02, 02/04/2017, 68 anos).

[...] transportava abóbora, melão... mês de dezembro até... começava logo de agosto mexer com abóbora e melão... aí o melão, mais ou menos em setembro acabava e continuava abóbora. Abóbora ia até mês de janeiro que ainda tava carregando abóbora que as terras de lá era terra boa... aí quando era março, abril e maio, nós tava carregando milho e arroz pra Carolina. (Entrevistado 13, 01/05/2017, 60 anos).

Sobre o que transportavam, a afirmação de um dos entrevistados que morava na zona rural foi a de que eram gêneros alimentícios, como por exemplo, “Feijão, galinha, milho, arroz... essas coisas” (Entrevistado 04, 02/04/2017, 54 anos); “Na temporada de praia que a gente atravessava os turista pra praia e tinha as viagens também que aqui acolá a gente pegava

uma viagem pra ir levar pra Carolina, pro Estreito, pra Ilha de São José, a gente usava o barco dessa forma” (Entrevistado 10, 23/04/2017, 50 anos).

Ainda sobre a atividade desenvolvida pelos barqueiros nos demais meses do ano, fora da temporada de praia, o entrevistado afirmou que “O destino das viagem era Babaçulândia e o Estreito... eu ia pa Tocantinópolis, pa Carolina, mais era mais difícil” (Entrevistado 04, 02/04/2017, 54 anos). O barqueiro e sua embarcação, conforme afirma Nolasco (2014), aproximavam os centros urbanos dos povoados estabelecidos ao longo do rio Tocantins.

Era aposentado, todo tipo de passageiro, que levava carga... o pessoal do beradão aí. Tinha três pontos de... tinha Mamoneira, Cana Brava... tinha Correntim... esses pontos tudim. A Ilha dos Bote... tudo eu pegava passageiro... e lá, tinha a Barra do Ouro também... era o local d’eu sair daqui... muita vez eu saía daqui de Babaçulândia com passageiro e outa vez saía sem passageiro e chegava em Carolina lotado... quarenta passageiro. (Entrevistado 06, 02/04/2017, 60 anos).

O transporte de alunos era a principal atividade do entrevistado que morava na Ilha de São José durante o período letivo. Ele afirmou que transportava alunos ribeirinhos para a escola que estava localizada na Ilha de São José e, diariamente, depois das aulas transportava os alunos de volta para os seus locais de moradia.

Sobre os destinos das viagens com as embarcações, os participantes da pesquisa informaram que era “Pra Carolina, Babaçulândia... vendia lá na cidade” (Entrevistado 12, 01/05/2017, 61 anos); “[...] no início era todo movimento em Carolina... tudo era resolvido em Carolina, a maior parte no fórum de Filadélfia” (Entrevistado 06, 02/04/2017, 60 anos); “Era só carregando passageiro pa Carolina, carregando carga, né... e os passageiros que a gente levava carregava as carga dele pra feira” (Entrevistado 05, 02/04/2017, 65 anos).

Durante o mês de junho, julho e agosto... trabalhava na praia. Só que nesse período, como eu fazia linha pra Carolina, eu tirava um dia pra ir lá direto. Aí só daqui pra Carolina, quando terminava essa temporada de praia eu rodava direto pra Carolina, toda semana, duas vez por semana. (Entrevistado 06, 02/04/2017, 60 anos).

Capta-se, a partir do relato do entrevistado, que o barco, as águas do rio Tocantins, os passageiros, a disponibilidade de gêneros alimentícios produzidos pelos ribeirinhos e os pontos comerciais localizados nas cidades de Carolina (MA) e Estreito (MA) formavam seu campo de facilidades econômicas, o qual é apresentado e definido por Sen (2010).

O participante da pesquisa ratifica a facilidade econômica encontrada na região para a realização de aquisição e negociação de gêneros alimentícios, bem como do transporte de passageiros e suas cargas. “No barco, eu fazia linha do Estreito a Carolina carregando carga e

passageiro, comprando arroz, e feijão, e milho no beradão e levando pra Carolina pra niguiciar cum os empresário” (Entrevistado 08, 09/04/2017, 62 anos).

Os nomes dos terrenos e propriedades da zona rural faziam alusão a algum fato, acontecimento ou localização significativa para o entrevistado, como por exemplo uma propriedade que estava localizada entre o rio Tocantins e um ribeirão, motivo pelo qual recebeu o nome de “Fazenda Cercado” (Entrevistado 04, 02/04/2017, 54 anos). O entrevistado 11 afirmou que suas propriedades rurais tinham os seguintes nomes “Chácara Corrente, chácara Garrancho e chácara Ribeirão” (Entrevistado 11, 24/04/2017, 56 anos) e explicou que os nomes de duas das propriedades faziam alusão aos córregos próximos. Garrancho fazia alusão ao povoado de Palmatuba, nome pelo qual era conhecido pela população local.

Outros nomes de terrenos eram nomes de santos, como “São Pedro... quando nós compremo já tinha o nome botados pelos véi, também não disviemo mais dele, ficou aquele mesmo nome” (Entrevistado 08, 04/04/2017, 62 anos); “São José. Por causa da Ilha e do padroeiro” (Entrevistado 15, 13/05/2017, 58 anos). Homenagem a familiar “Fazenda Pai e Filho, homenageando meu pai porque meu pai de deu muito apoio, me ajudou comprar essa propriedadezinha” (Entrevistado 12, 01/05/2017, 61 anos).

Os nomes das embarcações registradas na Marinha do Brasil, conforme informações dos participantes da pesquisa, são nomes de santos como: Santa Clara, Nossa Senhora dos Navegantes, “Barco São Francisco de Assis. Foi minha mãe que escolheu” (Entrevistado 6, 02/04/2017, 60 anos); homenagem ao lugar: Babaçu; São José, em homenagem à ilha; homenagem ao lago: Asa do lago. Essas representações dos nomes das embarcações, conforme Claval (2007) permitem impor marcas e categorias sociais.

Alguns barqueiros usavam as iniciais dos próprios nomes: JCMS, JP1, JP2; datas de nascimento, como: Primeiro de novembro; homenagem aos filhos: Três irmãos; alusão ao mês da praia “Primeiro de julho, porque pra mim o mês de julho é nome muito influente pra essa região.” (Entrevistado 13, 01/05/2017, 60 anos); incentivo a preservação do meio ambiente: Ecológico 1, Ecológico 2. Todos com um significado único e especial para seus proprietários.

Outros afirmaram que colocaram o nome da embarcação aleatoriamente, geralmente nomes femininos como Elanes, pois ao chegar na Marinha precisava colocar um nome no registro da embarcação “Era Rainha do Tocantins. Porque todo barco que a gente ia documentar tinha que botar um apelido nele” (Entrevistado 05, 02/04/2017, 65 anos); “Rio Verde. Fui fazer o documento na marinha lá e nem tinha levado um nome na cabeça, cheguei lá e lembrei esse” (Entrevistado 14, 13/05/2017, 36 anos).

Outros informaram que foi a mãe quem sugeriu um nome para colocar na embarcação no momento do registro, geralmente nomes de santos. O apego ao santo padroeiro do município, São José, está presente não apenas no nome de embarcações e propriedades, mas também nas festividades, como mostra a fotografia 20.

Fotografia 20 – Procissão pelo dia de São José: lago em Babaçulândia (TO)



Fonte: SILVA, 03/2016.

No dia 19 do mês março de 2016, dia de São José Padroeiro, houve uma procissão no lago em Babaçulândia (TO), promovida pela igreja Católica local, com apoio da administração pública municipal, a participação da comunidade em geral e dos barqueiros da região. Conforme visualizado na fotografia 20. A procissão no lago partiu da orla e seguiu em direção à praia permanente. Na lateral esquerda, a partir da parte inferior à superior, observa-se a mureta de proteção da orla e muitas pessoas observando o movimento.

Na parte central observam-se as embarcações, com destaque para o barco catamarã, da associação dos barqueiros, o qual está ornamentado e levou a imagem do santo, bem como as autoridades locais. Várias embarcações menores, todas enfeitadas com bandeirolas brancas fizeram parte da procissão, transportando pessoas. A areia exposta na parte central da fotografia 20, próximo às embarcações na margem do lago, está mais visíveis devido na época do registro da fotografia as águas estarem em nível<sup>11</sup> mais baixo que nos demais meses do

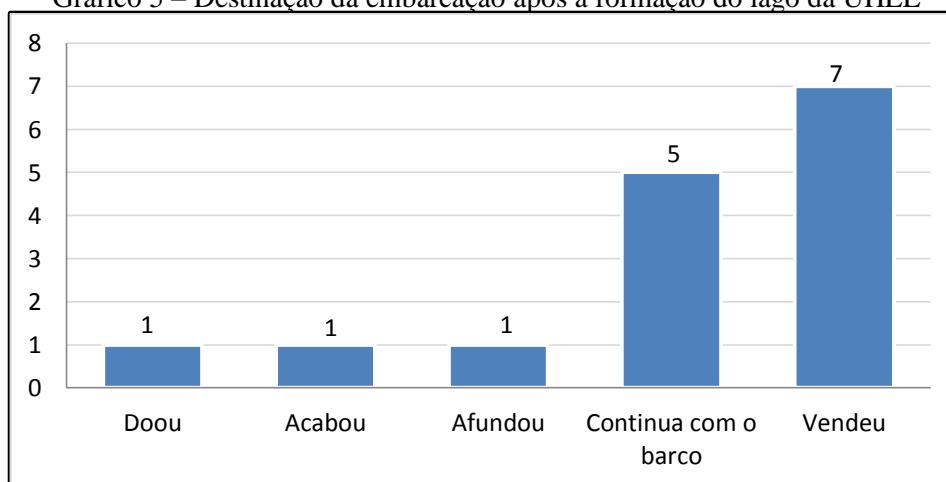
<sup>11</sup> O período de estiagem das águas do rio Tocantins acontecia entre os meses de junho a agosto anualmente. Na fotografia 20 é possível visualizar a baixa das águas durante meados do mês de março. Essa situação apresentada na fotografia, conforme moradores da localidade da pesquisa, deveu-se ao fato da abertura das comportas da barragem para aumentar a vazão da água.



ano. Esta situação propiciou o crescimento da vegetação rasteira visualizada na parte inferior desde a lateral esquerda até a lateral direita.

Após a formação do lago da UHEE, os barqueiros precisaram dar uma destinação às suas embarcações, já que não havia possibilidade de navegação no lago e nem o que transportar. Dessa forma, a resposta de cada entrevistado informando o que fez com a sua embarcação está condensada no gráfico 5.

Gráfico 5 – Destinação da embarcação após a formação do lago da UHEE



Autora: SILVA, 05/2017

Fonte: Dados da pesquisa

Logo após a formação do lago da UHEE e a impossibilidade de utilização dos barcos, foi necessário dar uma destinação a eles. Os barqueiros relatam as situações apresentadas no gráfico 5. “O meu eu doei para um companheiro de pescaria” (Entrevistado 14, 13/05/2017, 36 anos); “O meu se acabou... comprei outro. Era de madeira e não guenta o banzeiro e teve de trocar” (Entrevistado 03, 02/04/2017, 38 anos); “[...] afundou e não tive mais condição de tirar... cabou a renda... e ele ficou no fundo d’água até hoje, nunca mais eu tirei... era um valor de trinta mil que eu tinha naquele tempo... com aquilo ali... acabei mais de me quebrar”. (Entrevistado 08, 09/04/2017, 62 anos).

Cinco barqueiros afirmaram que continuam com a embarcação. Para tanto, justificaram a utilidade: “Utilizo pra fazer viagem pro terreno” (Entrevistado 10, 23/04/2017, 50 anos); “Continuo com o barco, tá bem ali... daqui a gente enxerga ele lá” (Entrevistado 09, 23/04/2017, 55 anos); “Tá tudo ali, tá tudo parado, mas tá ali” (Entrevistado 04, 02/04/2017, 54 anos); “Só pra lazer, pesca, dar uma volta” (Entrevistado 01, 02/04/2017, 50 anos); “Continuo com o barco [...] o CESTE não queria que a gente ficasse com o barco aí... eles indenizaram e queriam que a gente tirasse o barco” (Entrevistado 11, 24/04/2017, 56 anos).

Durante os relatos dos entrevistados, alguns afirmaram permanecer com a embarcação, porém compreende-se que não estão usando o barco para a sua atividade fim, mas para

alguma viagem ou passeio esporádico, possivelmente como forma de relembrar da época das temporadas de praia e dos tempos em que transportavam cargas das vazantes. A fotografia 21 apresenta uma imagem comum nas propriedades de alguns dos entrevistados.

Fotografia 21 – Barco sem uso em propriedade rural após a formação do lago da UHEE



Fonte: SILVA, 04/2017

A fotografia 21, na propriedade rural de um dos participantes da pesquisa, morador da zona rural próximo ao lago, no dia da entrevista, mostra na parte inferior, da esquerda para a direita, uma canoa de alumínio que era utilizada pelo barqueiro e que agora está sem utilização. A falta de uso da embarcação ocorreu devido não ter para onde ir ou o que transportar nas águas do lago. Deixar a canoa na frente da casa foi a forma de cuidado e conservação utilizada pelo barqueiro.

O ato de manter a embarcação próxima a casa tem uma função simbólica de relembrar o passado, mesmo que a embarcação esteja “tudo com a bunda pa riba” como expressou a esposa de um dos participantes da pesquisa enquanto ouvia o marido relatar sua trajetória de desterritorializado pela hidrelétrica. A fotografia 21 mostra o cuidado e o apego do dono do barco e o que a mulher quis dizer com a expressão “bunda pa riba”, que, neste caso significa, canoa no seco e de fundo para cima, ou seja, embarcação sem utilização, porém bem conservada e próximo aos olhos do proprietário.

O melhor local para guardar a embarcação foi em frente da casa, dentro da plantação de árvores frutíferas como coco, laranja e tangerinas. Dessa forma, pode ser observada a partir da área da frente da casa e ao chegar e sair da propriedade, testemunhando o que não pode ser

colocado em palavras, conforme relata (BURKE, 2004). Logo após a embarcação, a fotografia 21 mostra o cercado do curral e mais adiante, na parte central da imagem, visualiza-se a água do lago emoldurada pelas serras distantes.

Sete entrevistados afirmaram que venderam a embarcação devido à não possibilidade de utilização da mesma no lago e apresentaram suas justificativas para essa decisão. Vale ressaltar que algumas das embarcações estavam em perfeito estado de funcionamento: “Foi vendido... está no Araguaia” (Entrevistado 02, 02/04/2017, 68 anos); “Vendi pro moço em Araguanã, tá lá no Araguaia ela” (Entrevistado 05, 02/04/2017, 65 anos). Outros afirmam que venderam em partes por falta de condição de manutenção.

[...] eu fiquei com ele aqui um ano... um ano e pouco, aí não tive condição de arrumar mais ele porque depois que teve esse lago teve muito banheiro forte, só vivia com ele precisando arrumar... aí eu puxei po seco e depois vendi bem baratinho. Vendi ele por quatro mil e quinhentos. (Entrevistado 06, 02/04/2017, 60 anos).

Dois barqueiros relatam que venderam as embarcações em partes separadas, motor e casco, pela falta de serviços e condições de manutenção. “O motor tá aqui e o casco eu vendi bem baratinho [...] porque se num vendesse, ele ia se acabar bem aí que não tinha serviço mais... aí eu preferi vender baratinho. Vendi por mil e quinhentos reais” (Entrevistado 13, 01/05/2017, 60 anos). Outro entrevistado relatou o que aconteceu com a sua embarcação. “Teve dois destinos: o casco ficou com os mandis e o motor, eu doeii... a máquina” (Entrevistado 12, 01/05/2017, 61 anos). A fotografia 22 mostra uma das embarcações que foi desmanchada devido à falta de possibilidade de navegação no lago da UHEE.

Fotografia 22 – Barco sem funcionamento em Babaçulândia (TO) após a formação do lago



Fonte: SILVA, 06/2012.

Na fotografia 22 observa-se uma embarcação de madeira que era utilizada no transporte de passageiros durante a temporada de praias. A capacidade de passageiros nesta embarcação era oitos pessoas. A embarcação tinha o teto feito de madeira e nas laterais um plástico azul como proteção para o sol e a chuva. Nas laterais estavam dispostos, pneus que serviam para amortecer o impacto com outras embarcações.

Na parte superior da fotografia 22 observa-se a estrutura da praia permanente ainda na fase inicial de construção, ou seja, apenas a areia e as edificações dos quiosques, quadra de esportes, iluminação e o estacionamento, sem as modificações complementares feitas com os barracões de palha de coco babaçu.

Em relação à memória do lugar em que moraram, os entrevistados relatam com tristeza sobre o que tinham de plantação de frutas, que animais criavam e qual a destinação da produção no ex-território. “Eu morava de agregado [...] plantava milho, arroz, feijão, fava... mas o que eu mais gostava de mexer mesmo era abóbora, feijão, melancia e melão [...] a parte do milho e o arroz, vendia para Carolina. [...] melão, melancia e abóbora, pra Araguaína” (Entrevistado 13, 01/05/2017, 60 anos). Lembrando-se das árvores frutíferas, o entrevistado, mesmo morando com os pais na época da formação do lago, descreveu o que havia na propriedade.

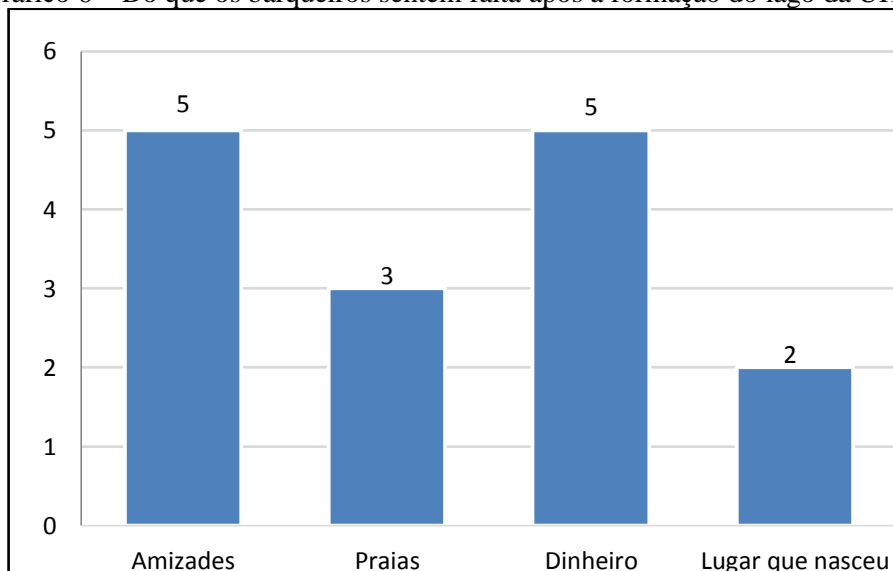
Olha, na minha mesmo quase não tinha porque na época eu era solteiro e morava com meu pai... aí trabalhava na minha propriedade e morava com meu pai. Agora lá no meu pai tinha manga, tinha laranja, tinha lima, tinha cupu, tinha banana. Era propriedade da família. Aliás, o sítio do meu pai quem fez foi eu. (Entrevistado 12, 01/05/2017, 61 anos).

Outros entrevistados listaram quais árvores frutíferas existiam nas propriedades atingidas. “Tinha manga, acerola, coco e goiaba” (Entrevistado 06, 02/04/2017, 60 anos); “era coco, laranja e banana” (Entrevistado 15, 13/05/2017, 58 anos); “laranja, limão, jaca, coco” (Entrevistado 04, 02/04/2017, 54 anos); “pé de coco e pé de manga” (Entrevistado 11, 24/04/2017, 56 anos); “manga, caju, coco, banana, abacate, lima, laranja, mixirica” (Entrevistado 09, 23/04/2017, 55 anos).

A fala do entrevistado 08, relata que os frutos produzidos na região não tinham valor comercial para venda nas cidades, pois em todas as propriedades e nos quintais das residências da zona urbana haviam árvores frutíferas. Nesse sentido, a necessidade de produção para venda estava centrada em gêneros alimentícios como arroz e feijão “lá naquele tempo nós tinha caju, tinha manga, abacate. Era coisa pôca, nós só incutia com ceriais... plantio naquele tempo nós num tinha muito” (Entrevistado 08, 09/04/2017, 62 anos).

A partir da extinção total de algumas propriedades rurais, das ruas próximas à margem do rio, dos locais das vazantes, da praia, das mudanças dos vizinhos, amigos de infância, companheiros de trabalho para área diferentes, distantes, houve o rompimento parcial de laços de amizade e ajuda mútua. O gráfico 6 apresenta a consolidação das informações dos participantes da pesquisa em relação ao que mais sentem falta após a construção da UHEE e a formação do lago.

Gráfico 6 – Do que os barqueiros sentem falta após a formação do lago da UHEE



Autora: SILVA, 05/2017

Fonte: Dados da pesquisa

Ao serem perguntados sobre o que mais sentem falta após a construção da hidrelétrica e formação do lago, os entrevistados responderam que é dos “Dos amigos. Muitos ficaram longe. Era os vizinhos e os colegas de trabalho que agora ficaram tudo longe” (Entrevistado 15, 13/05/2017, 58 anos). De “Parentes, de amigos, de lugares, costumes que a gente não vai ver nunca mais” (Entrevistado 09, 23/04/2017, 55 anos). As respostas indicaram a falta da fonte de renda, da praia, da vazante, de tudo, do lugar em que nasceu e foi criado. Essas alterações das redes de sociabilidade a partir da ruptura de relações importantes para a reprodução social são consideradas para MAB (2011) como perdas.

A gente sente falta do nosso grupo... que a gente vivia junto, né, brincando, se divertindo e prosiando como diz o mineiro, né, e aquilo pra nós era uma grande satisfação de alegria, né. A gente era unido, nós era uma família... nós barqueiro era uma família... aliás samos, né, só desbandalhamo, né... tá todo mundo longe. (Entrevistado 12, 01/05/2017, 61 anos).

A falta das amizades provocada pelo esfacelamento das redes de sociabilidade locais (REIS, 2012) é seguida pelos relatos sobre a falta da praia, local de encontro desses

trabalhadores que exerciam sua função com alegria e que obtinham a maior renda financeira durante a temporada da praia.

Os atingidos que afirmaram sentir falta da praia justificaram que “a gente sente falta porque era um divertimento” (Entrevistado 05, 02/04/2017, 65 anos); “da praia” (Entrevistado 03, 02/04/2017, 38 anos); “da praia natural que nós tinha. Dá a maior saudade do mundo, que a falta sempre tem aqui... é da praia natural que nós tinha... parece que a água num é boa igual era [...] perdeu a renda perdeu tudo” (Entrevistado 11, 24/04/2017, 56 anos). A praia e as margens do rio Tocantins eram áreas de produção, captação de recursos naturais e postos de trabalho (REIS, 2012).

Sete entrevistados afirmaram que sentem muita falta da renda financeira proporcionada pela praia e pelos transportes que faziam no rio Tocantins porque “minha vida era transportar daqui pa Carolina e hoje não existe mais nada disso... nem passageiro, transporte de praia... não existe mais... e nem outro tipo de ganho pro barqueiro” (Entrevistado 06, 02/04/2017, 60 anos).

Outro participante da pesquisa afirma que sente falta “[...] financeiramente, né. Era a principal que a gente ganhava no sábado e domingo... ganhava razoável” (Entrevistado 01, 02/04/2017, 50 anos). Além disso, ressalta que “Na temporada de praia a gente ganhava quase o suficiente do ano e nós não fomos valorizados, ou seja, ressarcidos dessa perda. Então eu acho que a praia foi a maior perda que teve em Babaçulândia... em todos os sentidos” (Entrevistado 07, 02/04/2017, 56 anos).

A fonte de renda ocasionada pela produção, venda e revenda de produtos produzidos nas vazantes foi outro item pontuado por dois dos participantes da pesquisa como sendo uma das coisas de que sente falta “[...] principalmente é da minha fonte de renda porque essa época mesmo aqui era pra mim tá vendendo milho lá em Carolina... vendendo milho, vendendo arroz... e agora tô comprando é milho pra dar minhas galinhas” (Entrevistado 13, 01/05/2017, 60 anos).

Sinto... das vazante mermo que... gente era uma coisa que... que gente ganhava, dava pra discolar um troquim até bom, né. Tinha na época da vazante que você... a gente vendia era dez mil abóboras, né. Era um lucro bom... a melancia também... e eu como pescador também, que lá na chácara que a gente ficava trabalhando lá e pescando, era muito bom pra pegar peixe e hoje tá muito mais difícil. (Entrevistado 10, 23/04/2017, 50 anos).

O entrevistado 10 explica algumas de suas múltiplas atuações no território que foi impactado: vazanteiro, pescador, barqueiro, pequeno produtor rural. Com a extinção do território, definido por Saquet (1993) como o campo de atuação dos trunfos, algumas das



funções foram extintas completamente e outras prejudicadas. O cultivo em vazante já não era possível devido não acontecerem mais os períodos de estiagem e as baixas das águas. Além disso, a quantidade de peixe sofreu grande impacto devido às mudanças de água correntes para água de lago.

A extinção do lugar fez falta para outros entrevistados que afirmaram “se eu tivesse lá tava melhor” (Entrevistado 04, 02/04/2017, 54 anos). O outro afirmou que sente falta “Do lugar onde a gente foi nascido e criado, os grandes sítios que nós tínhamos lá... família, a grande água maravilhosa que era o rio, né” (Entrevistado 02, 02/04/2017, 68 anos). Esses lugares descritos pelos entrevistados 04 e 02 são classificados por Tuan (2013) como altamente significantes e reconhecidos emocionalmente.

O entrevistado 08 relata que, antes da formação do lago, a vivência com os amigos e conhecidos que moravam próximos, na mesma localidade, diminuía as dificuldades. A partir do distanciamento territorial a vida ficou mais difícil, principalmente pela falta de trabalho para os filhos que o ajudavam na lida diária com a embarcação. A mudança de hábitos motores, conforme Halbwachs (2003), é uma questão de aborrecimento.

Pois é, hoje nós tamo num mundo que acabou os amigo. Os amigo ficou longe de um po outro. Naquele tempo a vivência era junto cunzotos, e hoje nós tamo um num pé de serra desse aqui, nós num encontra amigo... produção nossa, que era do dia a dia, hoje nós produz e ela num dá pa dispesa do dia a dia. É muito aperto pra nós pra puder ajudar na dispesa de criar os filho. Tô na data de hoje cum cinco fii aqui e num tem nenhum emprego ainda. Hoje depende tudo de mim... porque na cidade, você chega lá, você num arruma um imprego na prefeitura. Aí a gente num pode ficar esperando... correndo aqui vem pro mato... é prantando, é colhendo, fazendo farinha e subrivendo da vida. (Entrevistado 08, 09/04/2017, 62 anos).

O entrevistado 08 afirma em sua fala que as condições de produção do novo terreno são bem diferentes das condições do terreno anterior, o qual era localizado à margem do rio e tinha os locais propícios para a plantação em vazantes e as águas do rio para pescar. Essa situação é classificada por Little (2002) como práticas adaptativas sustentáveis dos povos tradicionais ribeirinhos. O entrevistado 08 afirmou que, atualmente, está morando em uma região sem as condições semelhantes ao terreno anterior, portanto sua nova realidade humana (SEVERINO, 2007) a partir da reterritorialização, ainda não foi adaptada às novas condições de trabalho.

O entrevistado 08 acrescenta que a produção de farinha na sua área rural, fotografia 23, não tem sido suficiente para suprir as despesas da sua família, pois antes os filhos trabalhavam nas embarcações junto com ele e agora estão sem trabalho, ficando apenas no terreno da zona rural, o qual não tem condições de produzir o suficiente para todos.

Fotografia 23 – Produção de farinha em propriedade rural no município de Carolina (MA)



Fonte: SILVA, 04/2017

Observa-se na fotografia 23 que a produção de farinha do participante da pesquisa é realizada de forma simples e em pequena quantidade. Na parte inferior da fotografia visualiza-se uma pouca de farinha pronta para o consumo. Na parte central da fotografia vê-se um ralador de mandioca adaptado com motor de embarcação, pois na propriedade ainda não havia energia elétrica. O forno de torrar a farinha é aquecido à lenha.

Em relação à percepção se houve progresso para a cidade de Babaçulândia (TO), alguns dos entrevistados responderam que não e justificaram suas respostas “só negativo” (Entrevistado 06, 02/04/2017, 60 anos); “Pra mim, não” (Entrevistado 08, 09/04/2017, 62 anos); “Eu acho que não... na minha ideia, não” (Entrevistado 15, 13/05/2017, 58 anos); “Não, pro meu conhecimento, não vi, não” (Entrevistado 12, 01/05/2017, 61 anos).

Outro entrevistado afirma que não houve progresso “Assim, em termo de turismo, eu acho que não. Porque o fluxo naquele tempo era bem maior, no mês de julho, na praia pra nós” (Entrevistado 14, 13/05/2017, 36 anos). Com base nos relatos dos entrevistados compreende-se que a sociedade de consumo e o progresso técnico (ROX, 2004) constituído a partir do aumento da geração de energia elétrica, não beneficiaram o município de Babaçulândia (TO) e nem os participantes da pesquisa.

Alguns dos entrevistados descrevem o progresso em Babaçulândia (TO) a partir das modificações no território, como a formação do lago e a construção da orla “O progresso só o lago mesmo porque a cidade permanece... bom mesmo só o lago” (Entrevistado 10,



23/05/2017, 50 anos). “Eu acho que foi só aquela orla que é até bonita... não tinha” (Entrevistado 13, 01/05/2017, 60 anos). “Foi aquela orla, né... que ficou mais bonito assim. Acho que é só embelezamento” (Entrevistado 01, 02/04/2017, 50 anos). A modificação na paisagem a partir da construção da orla denota, conforme Gomes (2001), filtros socioculturais ocorridos na cidade.

Outros três participantes da pesquisa afirmaram que houve progresso, mas também houve situações prejudiciais como “[...] pra muitos teve progresso, pra outros foi só derrota” (Entrevistado 05, 02/04/2017, 65 anos). “Houve progresso, houve especulação... houve muita degradação também... porque alguns beneficiados e outros prejudicados. Então eu acho que empatou mais ou menos” (Entrevistado 07, 02/04/2017, 56 anos). “Não tenho muita certeza, mas parece que sim... pouco, mas...” (Entrevistado 11, 24/04/2017, 56 anos).

E quanto ao progresso para os barqueiros no desenvolvimento dos seus trabalhos e vida através das rendas financeiras provedoras de sustento familiar, os entrevistados responderam que estão sem trabalho. “Pros barqueiros a função ficou aí quase... praticamente desativada porque só num acabou mesmo porque ficou aquela casa lá e esse barco, né... se não” (Entrevistado 11, 24/02/2017, 56 anos). “Pros barqueiros zerou... cabou... nada de progresso” (Entrevistado 12, 01/05/2017, 61 anos). “Também não, porque a gente anda correndo atrás ainda da melhoria ainda, né” (Entrevistado 02, 02/04/2017, 68 anos).

Alguns dos participantes da pesquisa entendem que após a construção da hidrelétrica e formação do lago, os barqueiros de Babaçulândia (TO) tiveram grandes prejuízos. “Prejuízo muito... prejuízo de fazer pena até” (Entrevistado 07, 02/04/2017, 56 anos). Outro entrevistado explica o motivo do prejuízo “Porque nós tinha aquela renda do Estreito a Carolina, carregar o passageiro, tinha a praia e vez que acabou tudo pra nós, o barco ficou sem sirvintia” (Entrevistado 08, 09/04/2017, 62 anos).

Outro entrevistado afirmou que o barco catamarã tem dado prejuízo para a Associação do Barqueiros “Progresso pros barqueiros, não... eu acho que até prejuízo porque aquele trem lá não dá conta... tem que tirar dinheiro do bolso pra pagar alguma despesa do bolso por que num dá... aquilo lá não tem renda, não” (Entrevistado 13, 01/05/2017, 60 anos).

Apesar do recebimento do barco catamarã e da sede da associação como medidas compensatórias, os quinze barqueiros que continuam associados não tem, após a formação do lago, condições de produção de rendas capazes de suprir as despesas de manutenção básica da sede e do barco.

[...] a gente não pode dizer que num houve porque nós hoje tem aquele galpão, temo o catamarã.. só que... houve é assim... de qualquer maneira a

gente está sem lucro, né... porque antes a gente tinha o lucro toda temporada de praia, tinha um lucrinho até bom e hoje cabou-se... cabou tudo. (Entrevistado 10, 23/04/2017, 50 anos).

O fim das atividades com embarcações no lago da UHEE em Babaçulândia (TO) é um dos motivos da falta de progresso para os barqueiros após a construção da usina hidrelétrica de Estreito (MA), pois, “[...] antes dessa barragem, a gente sabia viver com barco, hoje ninguém sabe” (Entrevistado 06, 02/04/2017, 60 anos). “[...] de primeiro a gente ganhava dinheiro e cê já comprava fiado no mês... quando chegava junho cê já comprava fiado sabendo que ia pagar em julho... agora compra fiado pa vê se paga” (Entrevistado 04, 02/04/2017, 54 anos). “Pra barqueiro não houve progresso porque acabou a atividade, né, de carregar passageiro, tinha o trabalho da praia...” (Entrevistado 05, 02/04/2017, 65 anos).

### **3.4 – Produção e rendimento do trabalho de barqueiro antes do lago da UHEE**

Em relação à produção e rendimento dos barqueiros durante a temporada de praia, os relatos indicam que os finais de semana era o momento mais esperado, devido ser a época em que havia mais turistas para atravessar. “[...] a gente trabaiava assim de roça... mais quando dava na quinta-feira a gente já tava arrumando as coisinhas pa ir ganhar o dinheiro no final de semana” (Entrevistado 04, 02/04/2017, 54 anos). “[...] durante o mês de julho que era o mês do movimento mais pesado, a gente chegava a ganhar até [...] cinco salários no mês” (Entrevistado 12, 01/05/2017, 61 anos).

Outro entrevistado afirma que apesar do trabalho de barqueiro não ser sua principal fonte de renda, a mesma era uma forma de desaperto que facilitava sanar as dívidas, pois “a gente esperava o mês de julho pra pagar, sanar as dívidas, fazer tudo que a gente conseguia tirar no mês de julho” (Entrevistado 07, 02/04/2017, 56 anos). Nesse foco, outro entrevistado afirmou, em relação ao mês de julho que “[...] ali era um mês que você já planejava comprar alguma coisa porque aquilo ali durante o mês você tinha aquela renda” (Entrevistado 06, 02/04/2017, 60 anos).

Sobre a renda da temporada de praia ser essencial para o sustento familiar ou para a complementação dele, todos são unânimes em afirmar que sim. “[...] eu tinha barraca e barco” (Entrevistado 01, 02/04/2017, 50 anos). “Num mês a gente praticamente ganhava por três anos” (Entrevistado 03, 02/04/2017, 38 anos). Outro ponto favorável ao maior rendimento financeiro durante a temporada de praia era o fato de alguns dos entrevistados terem duas embarcações.

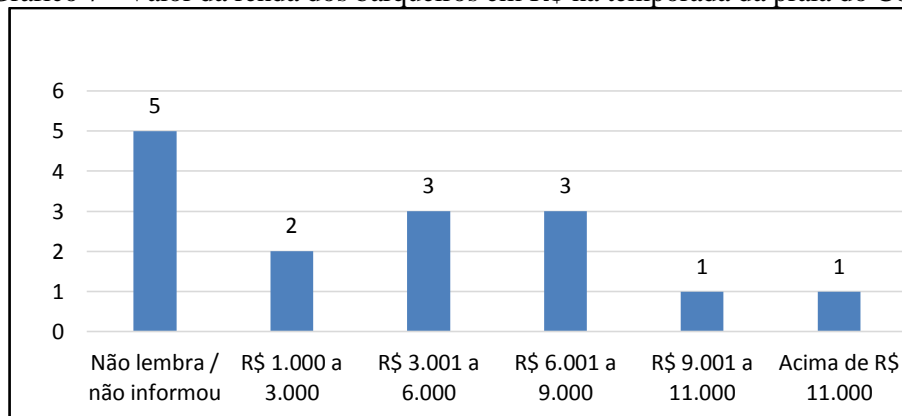
[...] a renda de durante a época de praia... o dinheiro que a gente ganhava lá dava pra gente se manter na praia e ainda comprar algumas coisas, uns outros bens... assim, você comprava gado, outras pessoas comprava motor, outros compravam, pra assim dizer... o que fosse necessário. (Entrevistado 12, 01/05/2017, 61 anos).

Quase todos foram unânimes em afirmar que o dinheiro era suficiente para complementar a renda familiar, ao afirmar que “[...] pagava umas contas e sobrava um pouquinho” (Entrevistado 15, 13/05/2017, 58 anos); “[...] ajudava algumas coisas” (Entrevistado 02, 02/04/2017, 68 anos). Um dos barqueiros disse que devido às muitas despesas, a renda da temporada de praia era insuficiente “[...] não dava para pra sustentar a família. Renda da temporada de praia ajudava muito, mas aí nós tinha muita dispesa pra construir com ela” (Entrevistado 08, 09/04/2017, 62 anos).

O entrevistado 08, foi questionado se a renda era insuficiente porque a família era numerosa, ao que ele respondeu “Tinha a prefeitura que tinha uma arrecadação da nossa renda que também... tirava da nossa renda e o que sobrava não dava pra nossa dispesa... mas cum outro servicinho que nós fazia, interava” (Entrevistado 08, 09/04/2017, 62 anos). O barqueiro enumerou o que denominou de servicinhos como sendo “Vender carga. Comprava feijão, arroz e tornava vender, niguciando” (Entrevistado 08, 09/04/2017, 62 anos).

As rendas obtidas, pelo trabalho de barqueiro, durante a temporada da praia, final do mês de junho e meses de julho e agosto, estão representadas no gráfico 7. Quatro dos entrevistados afirmaram não lembrar ou não quiseram revelar o valor das suas rendas, um afirmou “Ah, eu num lembro... que a gente pegava e ia gastando logo... nem somava o que a gente pegava” (Entrevistado 02, 02/04/2017, 68 anos).

Gráfico 7 - Valor da renda dos barqueiros em R\$ na temporada da praia do Coco



Autora: SILVA, 05/2017

Fonte: Dados da pesquisa

Um dos entrevistados que não informou o valor dos rendimentos disse que quase não transportava passageiros no decorrer do ano. Afirmou que gostava de transportar cargas das

vazantes, mas os valores da temporada de praia “[...] dava pra comprar uma vaca boa... tinha final de semana que não dava não, outros dava muito bem [...] nunca lembro assim... tem vez que tirava mais, tem vez que tirava menos” (Entrevistado 13, 01/05/2017, 60 anos). O entrevistado 13 ainda relatou qual era o destino dos valores adquiridos com o trabalho durante a temporada de praia e no decorrer do ano.

Moço... eu comprava era criação de grado... comprava minha coisinhas, eu num fui doido de pegar meu dinheirinho e gastar [...] eu ia comprando minhas coisinhas. O gadinho que eu ainda tenho é através disso...vender arroz, milho, temporada de praia... arrumando minhas coisinha e consegui minhas coisa. (Entrevistado 13, 01/05/2017, 60 anos).

Dois entrevistados, conforme gráfico 7, afirmaram que tinham renda média entre R\$ 1.000,00 e 3.000,00 durante a temporada de praia e justificaram que “O melhor mesmo era o da época da praia... pode botar aí uns trezentos... trezentos e cinquenta por aí assim mensal” (Entrevistado 11, 24/04/2017, 56 anos); “[...] ali por ano... uns três mil reais” (Entrevistado 05, 02/04/2017, 65 anos).

Quatro entrevistados afirmaram que o rendimento médio na temporada de praia estava entre R\$ 3.000,00 e 6.000,00 “[...] Quatro, cinco, seis mil reais, às vezes... chegava até mais” (Entrevistado 07, 02/04/2017, 56 anos). Vale ressaltar que esses valores eram relativos ao porte da embarcação e à capacidade de passageiros que ela podia transportar durante cada viagem. “[...] Cinco a seis mil, mais ou menos” (Entrevistado 09, 23/04/2017, 55 anos).

Num final de semana, a gente fazia, dependendo do barco, né. Tem o barco pequeno, tem o barco grande. O pessoal que tinha o barco maior eu acho que faturava no mínimo uns cinco mil reais a mais. Eu [...] era a base duns mil e quinhentos a mil e oitocentos reais por final de semana [...] trabalhava mais quinta, sexta, sábado e domingo. (Entrevistado 03, 02/04/2017, 38 anos).

O entrevistado 03 explicou que sua embarcação transportava até oito pessoas e que ele trabalha no transporte de passageiros para a praia apenas nos dias de quinta-feira, sexta-feira, sábado e domingos, durante os meses de junho, julho e agosto. Dessa forma sua renda total aproximada, durante a temporada de praia, era cerca de R\$ 9.000,00. Ele afirmou que essa renda ajudava a complementar o custeio das despesas do ano.

Três participantes da pesquisa informaram ter rendimento médio por temporada entre R\$ 6.001,00 e 9.000,00. Um deles informou que utilizava duas embarcações “Cheguei a faturar oito mil reais na temporada, juntando os três meses” (Entrevistado 01, 02/04/2017, 50 anos). “Era uma faixa de nove mil... oito, nove mil” (Entrevistado 14, 13/05/2017, 36 anos). O entrevistado 14 declarou que ficava, nos demais meses do ano, esperando a temporada da praia para se organizar financeiramente.

O Entrevistado 10 afirmou que não lembrava, exatamente, o valor da renda na temporada de praia, mas relatou a aquisição de uma embarcação, bem como o registro de toda a documentação da referida embarcação na Marinha, com os rendimentos financeiros adquiridos durante a temporada de 2008.

Eu lembro a última... de 2008. Que 2008 eu comprei um barco, né. Eu comprei um barquinho melhor... que eu tinha um rabetão pra trabalhar na praia e nesse 2008 eu comprei um barco. Na época o valor dele ficou nove mil e seiscentos reais... quando eu regularizei na Marinha e tudo pra trabalhar, né. E só esse mês de junho e julho eu fiz onze mil e pouco nesse barco. (Entrevistado 10, 23/04/2017, 50 anos).

Conforme os relatos do entrevistado 10, compreende-se que a capacidade geradora de renda da temporada de praia, através do transporte nas águas do rio Tocantins, aos trabalhadores com barcos, era fundamental para o aquecimento da economia local. Conforme afirmações obtidas durante os diálogos, os entrevistados tinham o costume de comprar fiado no comércio local e a partir dos ganhos com a execução dos trabalhos de barqueiro, saldavam todas as suas dívidas no município.

Com renda média entre R\$ 9.001,00 e 11.000,00, apenas um dos entrevistados declarou que atingiu essa faixa, porém explicou que era renda variável, pois “[...] variava em final de semana, mas tinha vez que a gente fazia um e pouco, dois mil, três mil, dependendo do final de semana” (Entrevistado 04, 02/04/2017, 54 anos). Outro entrevistado afirmou que teve renda superior a R\$ 11.000,00 durante a temporada de praias “[...] quando chegava a temporada de praia você já sabia que ia ganhar um dinheiro a mais e essa renda desse período da praia aí [...] era doze até quinze mil a gente tirava sem trabaia de noite. Que eu mermo num trabaia de noite, só trabaia de dia.” (Entrevistado 06, 02/04/2017, 60 anos).

Sobre o trabalho noturno, todos os entrevistados informaram que não realizavam “[...] não trabalhava à noite, não. Era pouco, sabe” (Entrevistado 01, 02/04/2017, 50 anos). A justificativa era de que “[...] dava uma confusão danada. [...] durante o dia tinha as gurita, tinha as passages [...] de noite o pessoal da gurita saía e aí... o barqueiro mermo que já ia receber [...] uns pagava e outros num pagava... aí eu também preferia ficar queto” (Entrevistado 06, 02/04/2017, 60 anos).

O trabalho dos barqueiros durante a noite, principalmente quando havia apresentações musicais na praia, era considerado mais difícil, pois o recebimento do valor das passages era feito pelo próprio barqueiro, que na maioria das vezes, trabalhava sozinho. Alguns relataram o funcionamento da venda de passages de travessia para a praia através dos guichês mostrados na fotografia 24.

Fotografia 24 – Guichês de venda de passagens de Babaçulândia (TO) para a praia do Coco



Fonte: SILVA, 2009.

Durante o dia os barqueiros não recebiam o dinheiro diretamente do passageiro, recebiam o bilhete da passagem que era adquirida nos guichês instalados na rampa de acesso ao rio, e no final do dia trocavam o bilhete pelo dinheiro. Essa era também uma forma do recolhimento da porcentagem que ia para a prefeitura, segundo informações fornecidas pelos entrevistados.

Em resposta à pergunta sobre a prestação de serviços, utilizando a embarcação às empresas construtoras do empreendimento, poucos participantes da pesquisa afirmaram positivamente e relatam de que forma prestaram os serviços. “[...] eu carreguei muitas mudanças da ilha de São José transportando o povo que foi inundado lá, por conta do CESTE [...] quando tava mudando prá cá pra ir pros assentamento deles” (Entrevistado 05, 02/04/2017, 65 anos). Outro entrevistado que prestou serviços com a embarcação, afirmou que foi “Carregando mudança da ilha pra cá [...] dos morador [...] um bocado de gente que eu transporte da ilha”. (Entrevistado 06, 02/04/2017, 60 anos).

O entrevistado 10 afirmou que prestou serviços de transporte utilizando sua embarcação para três empresas representantes do empreendedor que sempre contratavam seus serviços para fazer as visitas aos comércios ribeirinhos e propriedades de terrenos rurais a fim de fazer as negociações sobre as indenizações.

[...] eu trabalhei com a Barros, com a Engevale... transportando o pessoal. A gente parava em todo porto, eles mexiam mais com morador. A Engevale era com os comerciantes...os comerciante igual na ilha de são José... tinha

muito, né, e teve a [...] CNEC que era o comércio e a Engevale era com os proprietário. (Entrevistado 10, 23/04/2017, 50 anos).

Um dos participantes da pesquisa afirmou que não prestou serviços as construtoras, mas ajudava como cidadão e morador da cidade, além do interesse de cuidar do meio ambiente “[...] desafogando algumas coisas, por exemplo, coisas que a gente via que tava no enchimento do lago [...] a gente socorria com o barco, mas... separado [...] Não tinha nada a ver com as empresas só mesmo por ter aquele interesse ambiental” (Entrevistado 07, 02/04/2017, 56 anos).

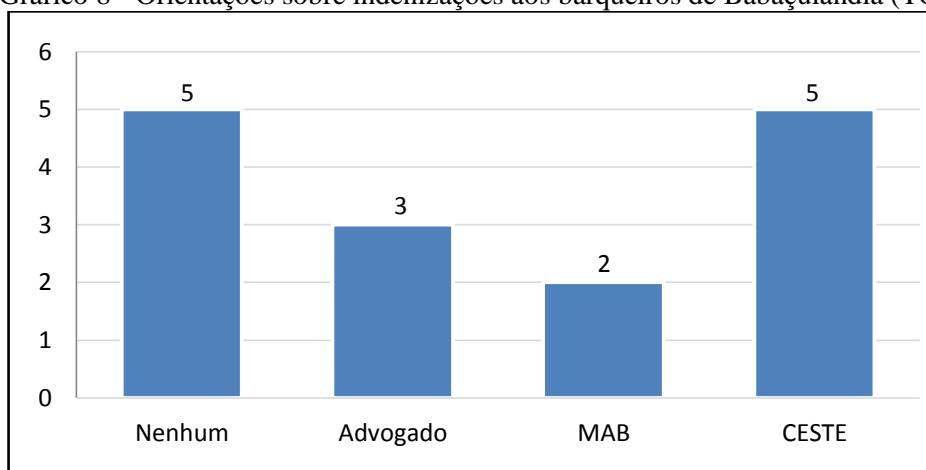
### 3.5 – Indenizações individuais: orientações, valores e utilização

Em resposta à pergunta sobre as indenizações, se houve algum tipo de orientação técnica por profissionais com o intuito de minimizar o impacto traumático da desterritorialização, conforme defende Rothman (2008), por grupos como MAB, por advogados, por representantes do CESTE ou por grupo organizado de moradores impactados, quatro dos participantes da pesquisa relataram que não receberam nenhum tipo de orientação durante o processo de indenização.

Os outros onze relataram que houve orientação sobre as indenizações. Para tanto, disseram que receberam as devidas orientações por parte de advogados, pelo MAB e também pelo CESTE. Essas orientações serviram para que eles tivessem uma noção, pelo menos mais próxima, dos valores que iriam receber.

Os entrevistados descreveram a situação pela qual passaram durante a etapa da migração compulsória e trâmites para o processo indenizatório. Essas informações estão apresentadas no gráfico 8 e descritas por categoria, a partir dos relatos dos entrevistados.

Gráfico 8 - Orientações sobre indenizações aos barqueiros de Babaçulândia (TO)



Autora: SILVA, 05/2017

Fonte: Dados da pesquisa

Cinco dos entrevistados, conforme gráfico 8, que afirmaram não ter recebido nenhum tipo de informação, explicam o motivo de suas afirmações. “[...] não. Houve muita especulação. Muita gente querendo tirar proveito da situação” (Entrevistado 07, 02/04/2017, 56 anos). “A única que nós tivemos lá foi do prefeito, que o prefeito fez a reunião, mandou todo mundo calar a boca dizendo que ia resolver pra todo mundo e resolveu só pra ele” (Entrevistado 12, 01/05/2017, 61 anos).

A interferência da política local, por parte de prefeitos e vereadores, está presente nos relatos dos impactados, não apenas dos barqueiros, mas principalmente daqueles que foram deslocados para a zona rural e que durante o processo de aquisição dos terrenos sofreram com especulação imobiliária na região.

No que se refere à indenização a agregados, um dos participantes da pesquisa afirmou que houve falta de orientação clara por parte do CESTE, sobre quais informações o proprietário do terreno impactado deveria fornecer aos representantes do empreendedor para que os agregados fossem arrolados como indenizados. Reis (2012) afirma que a desinformação é uma das estratégias do empreendedor no que se refere às providências relativas à desapropriação e deslocamento das populações impactadas.

Aqui eles fizeram várias reuniões aí, agora orientação pra ajudar a gente, não. Eu mesmo... meu vaqueiro ficou desprotegido porque eu não sabia que a gente tinha que botar o vaqueiro... se eu soubesse eu tinha colocado. Eles tiveram aí uns certos que receberam terra. É como agregado, mas isso aí eles num falaram pra ninguém. Alguém botou por acaso e depois eles indenizaram, mas eles num avisaram pra todo mundo... eu num sabia.” (Entrevistado 11, 24/04/2017, 56 anos).

A orientação feita pelos advogados contratados por alguns dos próprios entrevistados, não foi positiva e há muita reclamação de que ainda tiveram de retirar parte do valor recebido para pagar honorários. “[...] nós fomos orientado pelos advogado mermo. Só que nada que foi pelos advogado, foi realizado... pelo que era falo” (Entrevistado 06, 02/04/2017, 60 anos) “A indenização que nós tivemos foi só do barco que nós botemo advogado e disse que ia indenizar o barco pra nós, depois que tava cum muito tempo ainda indenizaram em treze mil o barco” (Entrevistado 06, 09/04/2017, 62 anos).

Bom, o CESTE falava que nós não tinha direito, né, e aí a gente foi investigar em Palmas e lá... a barragem de lá eles indenizaram... os barraqueiros e os barqueiros e aí a gente contatou os advogados que tinham trabalhado lá pro pessoal e contratamo ele pra ser nosso advogado aqui, e aí aqui gente conseguiu receber uma pequena indenização de barqueiro. Barraqueiro até hoje tá na justiça e nunca teve nem uma audiência. (Entrevistado 01, 02/04/2017, 50 anos).



Pelo relato do entrevistado 01 em relação à busca de ajuda jurídica para o recebimento das indenizações por cada associado, compreende-se que houve interesse do presidente da associação e da diretoria em conhecer outras realidades de impactados que exerciam a mesma ocupação que os barqueiros e os barraqueiros de Babaçulândia (TO). Por isso, foram conhecer a situação dos impactados pela Usina Hidrelétrica Eduardo Magalhães, localizada próximo à Palmas, capital do estado do Tocantins.

A partir da visita e diálogo com impactados pela Usina Hidrelétrica Eduardo Magalhães e as informações positivas sobre o recebimento de indenizações, os barqueiros de Babaçulândia (TO) entraram em contato com os mesmos advogados para que estes os orientassem juridicamente no recebimento das indenizações. No entanto, esse fato não se consolidou positivamente para alguns dos entrevistados, pois além dos valores das indenizações serem considerados baixos ainda tiveram que pagar os honorários dos advogados.

Dois dos entrevistados afirmaram que foram orientados através das participações do MAB no movimento pelo impactados. “[...] sempre o MAB deu orientação pra nós sobre a indenização do barco nosso lá que ia acabar a atividade, né. Aí foi preciso botar advogado pra ver se ganhava alguma indenização do barco... do CESTE” (Entrevistado 05, 02/04/2017, 65 anos). “O MAB deu muito experiência pra nós, sabe. Só que ele também... nós num botava muita fé nele não.” (Entrevistado 15, 13/05/2017, 58 anos).

[...] ele (MAB) fazia aquele movimentão todim, né... quando chegava no tempo do negócio era pra dar certo... o CESTE, eu acho que recorreu e eles esmorecia... nessa época nós fizemos até um movimento lá no Estreito (MA)... fumos pra lá, passemos uns dias lá... acampado... aquele rolo danado... e no fim se deu em nada... ninguém sabe quem ganhou o dinheiro, né. (Entrevistado 15, 13/05/2017, 58 anos).

A incitação ao descrédito promovido pelos representantes do empreendedor, sobre a atuação dos movimentos sociais, é uma prática recorrente nas lideranças políticas e comunitárias. Os movimentos sociais, na maioria dos casos, são os únicos colaboradores dos atingidos.

A desconfiança dos impactados em relação ao MAB é relatada por pessoas que foram atingidas pelo lago da UHE e, não somente, pelo participante desta pesquisa. O último item do gráfico 8 mostra que a maior parte dos barqueiros afirma ter sido orientada pelos representantes do CESTE. Com base nos valores das indenizações pagas aos impactados e embasada nas afirmações de que as indenizações não foram justas, compreende-se que o

CESTE favoreceu-se, por intermédio de seus representantes, ao pagar indenizações com valores insuficientes para a aquisição de novo local de moradia e trabalho.

Mesmo assim, cinco dos entrevistados afirmaram que foram orientados por representantes do CESTE “[...] chegava em casa e niguciava” (Entrevistado 13, 01/05/2017, 60 anos) outro entrevistado afirmou que “[...] teve os representantes do CESTE, né, que chegava e botava o que eles queriam dá e ficava por aquilo mesmo” (Entrevistado 10, 23/04/2017, 50 anos). Percebe-se, a partir da fala dos entrevistados, que a “pseuda” orientação foi uma forma de imposição do valor da indenização pelos representantes do empreendedor, principalmente por terem sido de forma individualizada.

Fazia individual, quando chegava, ele já ia dizendo... ele media e dizia o seu valor é esse aqui. Pegava ali... levava lá em Carolina quando chegava lá que você ia procurar... não seu valor é esse. Outas vezes advogado chegava nos carrão... chegava e já vinha direto... assina aqui. Num chamava grupo nium pra conversar pa debater... (Entrevistado 04, 02/04/2017, 54 anos).

Os entrevistados relataram de que forma aconteceram as negociações das indenizações. Detalharam que “[...] eles efetuaram os pagamentos das indenizações... ou via cheque, ou via depósito no banco, mas nunca que... o documento que foi assinado, nós tivemos acesso a eles, nem cópia, nem recibo nem nada. Sempre ficou tudo com o CESTE.” (Entrevistado 07, 02/04/2017, 56 anos). “[...] o documento que eles deram pra nós é um documento dessa terra só... outro documento ele não deu não” (Entrevistado 15, 13/05/2017, 58 anos).

Todos os entrevistados relatam que assinaram documentos sobre os recebimentos, mas poucos afirmam ter cópia, porém nenhum mostrou cópia do documento de recebimento da indenização. Os entrevistados firmaram que “Eles num pagava um centavo se não fosse assinado” (Entrevistado 11, 24/02/2017, 56 anos). Se referindo ao documento que assinou para poder receber o valor da indenização, o entrevistado afirmou “[...] aqui eu acho que eu não tenho mais não, mais eu assinei [...] a gente assinou lá no cartório e não pegou cópia nenhuma não” (Entrevistado 12, 01/05/2017, 61 anos).

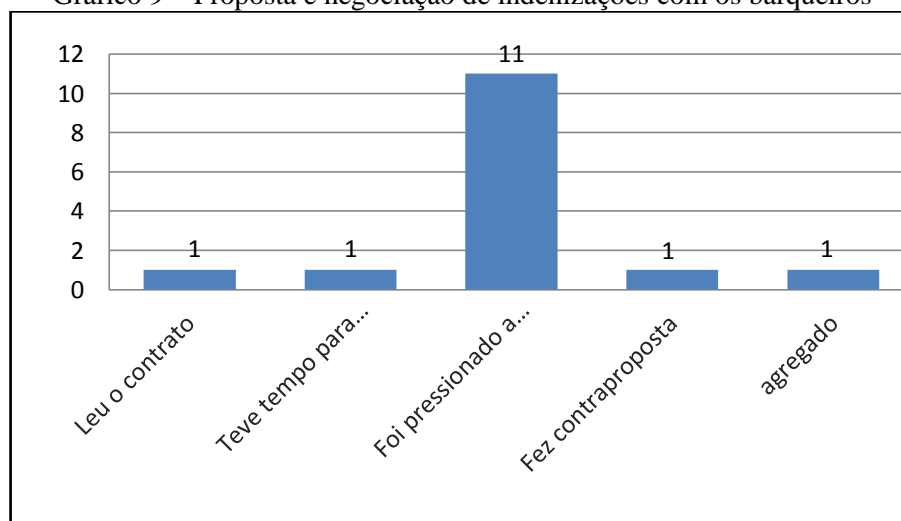
O entrevistado 07 afirmou que a carência por dinheiro, os termos técnicos do documento de indenização e o pouco tempo para a leitura do documento, foram fatores determinantes para a não argumentação sobre valores em forma de contraproposta. Dessa forma, ele argumenta que houve pressão para a aceitação do valor proposto pelo empreendedor.

Era do jeito deles e não tinha como ler porque era uma... era um monte de letras, até muito técnico que não adiantava ler também que não ia entender.

Era muito técnico o que tava sendo elaborado lá naqueles documentos, e não tinha tempo, não dava para ler também. E foi pressionado sim, ou você assinava ou então você ficava fora... ou então... e mediante a necessidade que todo mundo tinha, né, a carência por dinheiro... todo mundo se sujeitou a... eu acredito que, assim como eu, quase todo mundo se sujeitou a fazer do jeito que eles quiseram. (Entrevistado 07, 02/04/2017, 56 anos)

Os participantes da pesquisa explicaram como aconteceu a negociação das indenizações a partir das alternativas: você leu o contrato, teve tempo para pensar na proposta de valores, foi pressionado a assinar ou fez contraposta. Estas situações estão apresentadas no gráfico 9. Um dos participantes da pesquisa informou que alguém do empreendedor leu pra ele “Não li nada, eles que explicaram. Eles só chegaram e niguciou... eu num li nada não” (Entrevistado 13, 01/05/2017, 60 anos).

Gráfico 9 – Proposta e negociação de indenizações com os barqueiros



Autora: SILVA, 05/2017

Fonte: Dados da pesquisa

Como respostas sobre o questionamento, se teve tempo para pensar na proposta de valores, um dos entrevistados respondeu que sim e afirmou que “Teve tempo... ainda teve uma área que eu botei na justiça, não aceitei o valor. Aliás, até recebi... mas depois entrei na justiça. [...] eles me indenizaram de novo, foi o ano passado, [...] uns três anos” (Entrevistado 11, 24/04/2017, 56 anos).

Onze dos participantes da pesquisa afirmaram que foram pressionados e explicaram de que forma a pressão ocorreu revelando que “Fomos pressionado” (Entrevistado 02, 02/04/2017, 68 anos); “Fui pressionado... que eles colocaram o valor e pronto... quem quisesse bem, quem não quisesse entrasse na justiça” (Entrevistado 01, 02/04/2017, 50 anos). “[...] eles fazia era impressionar. Ou marcava o dia você sair, tal tempo vai sair. Se você num receber esse aqui você vai sair cum uma mão na frente e outras atrás, chegava e falava era

assim.” (Entrevistado 04, 02/04/2017, 54 anos). Essa atitude dos representantes do empreendedor forçava os entrevistados a receber a indenização logo na primeira proposta.

Porque era assim, eles botavam uma proposta e quem não aceitava aquela proposta, quando vinha outra... já vinha menos do que aquilo... aí eles, de qualquer maneira... eles marraram todo mundo, né. Quem não aceitava aquela primeira, quando vinha outra já vinha menos. E eu tô falando isso porque eu andava com eles aí e a gente via tudo que eles fazia, né.” (Entrevistado 10, 23/04/2017, 50 anos).

Percebe-se, nas palavras do entrevistado 10, que a recusa a uma proposta de valores de indenizações fazia com que houvesse novo retorno do negociador ao local de moradia do impactado. Pela não aceitação, era tratado por ato de rebeldia e era punido através da diminuição do valor da indenização.

A situação informada pelo entrevistado 10 é confirmada pelo entrevistado 08. “Já teve que aceitar o valor, porque nós fraco de condição, não adianta nós tocar questão com quem tem as coisas proque fica pior pra nós... aí foi preciso acertar [...] do jeito que eles fizeram a proposta, nós aceitou.” (Entrevistado 08, 09/04/2017, 62 anos). Nesse depoimento, observou-se traços da caracterização da aceitação resignada apresentada por Bourdieu (1998).

Onze dos participantes da pesquisa afirmaram que foram pressionados a assinar o documento de recebimento da indenização, com os valores proposto pelos representantes do empreendedor. “[...] a proposta deles é: falou é esse tanto, é esse tanto mesmo, pronto. [...] nós num dissemos proposta, a proposta foi deles... o que eles quiseram, pagaram” (Entrevistado 15, 13/05/2017, 58 anos). “Nós não tivemos como fazer outra proposta... só era a deles... só isso”. (Entrevistado 06, 02/04/2017, 60 anos) em seguida relata como aconteceu a negociação.

Porque nós fomo orientado pelos advogado... que sem nenhuma... sem nenhuma multa nem coisa... os advogado tinham avaliado essa indenização pra nós como barqueiro no valor de cento e vinte mil reais. Isso pra nós entrar em acordo com o CESTE. Nós tinha que entrar num acordo no valor de sessenta mil reais sem ter outra... e aí o que foi botado foi vinte um mil reais, que era a proposta dele e era aquela. Eles aproveitaram de porque nós tava organizado com a associação... eles aproveitaram de acertar lá cum pessoal do Estreito que não tinha associação, não tinha nada, aí eles eram obrigado a aceitar a proposta deles, aí de lá quando eles fizeram a proposta lá, vieram com a merma proposta aqui pra nós. (Entrevistado 06, 02/04/2017, 60 anos).

Em relação à indenização pelo tempo de serviço de cada barqueiro associado, o depoimento do entrevistado 06 evidencia que os cálculos feitos pelos próprios barqueiros impactados e pelos advogados, levando em consideração o valor médio de rendimentos

durante os três meses de temporada de praia e multiplicados pelos trinta anos, tempo de concessão da usina hidrelétrica, foi desconsiderado pelo empreendedor. Os valores pagos foram muito diferentes dos valores calculados pelos participantes da associação, juntamente com os advogados.

O entrevistado 05 afirmou que ao ser informado sobre a quantia na proposta de indenização achou o valor muito pequeno, mas preferiu receber em vez de contratar advogado porque com o advogado teria mais prejuízos, pois precisaria retirar parte do dinheiro da indenização para pagar os honorários.

[...] a moça veio com o valor daquela proposta, do barco, né, aí eu procurei se o valor só era aquele... ela disse que era, se quisesse receber era aquela importância. Então, quem não quiser tinha que botar na justiça, né, aí eu fui pensar que esse negócio de justiça era só pra dá prejuízo... aí eu peguei a proposta deles. (Entrevistado 05, 02/04/2017, 65 anos).

Apesar de considerar sua casa bem estruturada, o entrevistado 12 afirma que ela foi avaliada, pelos representantes do empreendimento, com valor abaixo do preço de mercado “[...] vieram com uma proposta de vinte e sete mil reais na minha casa... minha casa era cem metros quadrados, toda murada, só num tava com acabamento, toda na ferragem, estruturada para forro” e por isso ele questionou aos negociadores se os R\$ 27.000,00 oferecidos como indenização pela casa seriam suficientes para a construção de outra, ao que recebeu como resposta, que não sabiam.

[...] eles vieram com a proposta de vinte e sete mil reais [...] aí eu ainda fiz uma proposta pra eles que se eles me dessem trinta e cinco mil eu pegava... ele levou a proposta de volta, com trinta dias ele voltou dizendo que a proposta era a mesma. Eu falei que não queria e eles falaram que eu tinha três opção... carta de crédito, dinheiro e assentamento. Falei pra ele que carta de crédito eu num quero porque carta de crédito só serve pra comprar tapera dos outro... porque ninguém num pega no dinheiro. Pra você ter uma noção de escolha, caçar e comprar... ninguém num pega no dinheiro, você tem que caçar uma tapera véia pra eles poderem passar o dinheiro, aí quando você acha alguma casa que presta, o dinheiro num cobria... aí você num tinha opção... [...] minha opção foi assentamento... aí até que num foi muito desvantajoso não (Entrevistado 12, 01/05/2017, 61 anos).

A preocupação do entrevistado 12 com o baixo valor da oferta do empreendedor pela sua casa se deu pela dificuldade de aquisição de outra moradia utilizando o valor da indenização, pois a especulação imobiliária havia aumentado bastante dentro do município de Babaçulândia (TO). A oferta de carta de crédito não era interessante, pois no município havia poucas casas prontas e documentadas para venda imediata.

O entrevistado 12 recebeu uma casa localizada num reassentamento urbano localizado na cidade de Babaçulândia (TO). Porém as casas dessa localidade, no ano de 2017, já estavam passando por vistorias de representantes do empreendedor para avaliar os desgastes como rachaduras das paredes. As casas que estão com algum tipo de necessidade de reparos estruturais, os proprietários recebem uma quantia em dinheiro que, conforme informações dos moradores, variam de R\$ 5.000,00 a 15.000,00 para execução dos serviços, os quais são comprovados com fotografias e documentos de aquisição de material de construção e serviços.

Um dos entrevistados respondeu que fez contraproposta “[...] entregamos para um advogado. Aí quando ele veio já fomos assinando” (Entrevistado 14, 13/05/2017, 36 anos). Outro entrevistado respondeu que não se encaixou em nenhuma das alternativas, pois era agregado “[...] recebi de agregado, recebi 27.000,00. Comprei um lote por quinze mil reais” (Entrevistado 03, 02/04/2017, 38 anos) e afirma que utilizou o restante do dinheiro em parte da construção da casa.

[...] aí eles ficava cum negócio de carta de crédito, vai carta de crédito. Aí eu num quiria carta de crédito, que eu quiria ficar na beira o lago. Aí cumo num entremo em comissão, eles niguciam comigo e fui e comprei essa ôta aqui, área que eu tô aqui. Ruim, mais é da gente e, é uma coisa que num tá esperando ser empurrado dos ôtos (Entrevistado 08, 09/04/2017, 62 anos).

O entrevistado 12 relatou a forma inferiorizada como se sentiu diante da decisão do empreendedor sobre o valor da indenização, pela parte do seu terreno rural que foi impactada “[...] quando eles manda uma proposta, eles tem o poder e nós num tem poder pra brigar com eles, aí quando eles manda uma proposta, se você não receber e voltar aquela, quando vem já vem mais pouco, vem só diminuindo, só acabando” (Entrevistado 12, 01/05/2017, 61 anos).

### **3.6 - Medidas compensatórias para a Associação dos Barqueiros de Babaçulândia (TO)**

Conforme registros nas atas da Associação dos Barqueiros de Babaçulândia (TO), após várias discussões sobre as dificuldades para a continuidade de atividade de barqueiro, busca de recebimentos de indenizações individuais, manifestações coletivas, desvínculo de associados, planejamento do que a associação queria receber como medida compensatória, foi aprovado o projeto para a construção do galpão sede da associação e a construção de uma embarcação modelo catamarã. Antes do recebimento da definição e recebimento das medidas compensatórias os barqueiros fizeram manifestações coletivas.

Fizemos até barricadas, fizemos protestos [...] a gente até fechou a rua aqui e ficamos lá durante uns dias [...] até a polícia foi lá e tirou a gente porque a gente tava manifestando atrás daquilo que a gente tava querendo, almejando

[...] que eles não queriam dar nada pra nós, e a gente queria uma compensação porque, a gente todo mês de julho, tinha aquele dinheiro para sanar as nossas dívidas, pra resolver nossos problemas. O CESTE não queria, simplesmente dar nada e depois de muito, nós fomos... chegamos ir ao Estreito, fomos a Carolina, fomos a todos os lugares onde o empreendedor tinha as suas sedes. Buscando alternativa para o nosso problema, mas não fomos... nunca fomos bem recebidos, inclusive tivemos acampados no Estreito lá em frente o empreendimento lá pra gente conseguir falar, mas nunca tivemos acesso a eles... mas fizemos muitos manifestos, muitos, muitos, muitos mesmo... a ponto de ficar acampado passando fome e tudo... atrás dos nossos objetivos, mas praticamente foram em vão, porque foi feito do jeito que eles quiseram. (Entrevistado 07, 02/04/2017, 56 anos)

Em resposta à pergunta sobre a realização de reuniões para decidir sobre os rumos da associação após a formação do lago, essa foi a afirmativa da maioria dos entrevistados “[...] foi feito várias reuniões. Nós se reuniu pra isso aí... foi tudo” (Entrevistado 03, 02/04/2017, 38 anos). Um dos entrevistados afirmou que houve reuniões dos associados para decidir sobre as medidas compensatórias “[...] eu me lembro que nós assinamos concordando com o que eles davam” (Entrevistado 11, 24/04/2017, 56 anos). O outro entrevistado relatou seu conhecimento sobre a reunião e sobre qual seria a utilidade das medidas compensatória: o catamarã e a sede da associação.

Foi feita a reunião que eles queria ver o que o CESTE ia passar pra nós por causa do impacto da barragem, sobre o ganho nosso da praia. Tinha um valor lá pra dá pra nós Só num dava o dinheiro, mas aí construiu um barco pra nós ter alguma renda, carregar turista... e o galpão lá pra fazer reunião. (Entrevistado 05, 02/04/2017, 65 anos).

Alguns dos entrevistados que não faziam parte da diretoria administrativa da associação na época da definição sobre as medidas compensatórias para a associação afirmaram que “[...] teve as reunião, mas na época, o nosso presidente resolveu o problema lá só ele, não chamou ninguém. Ele mermo que fez com a empresa do jeito que ele queria, juntou só a diretoria” (Entrevistado 10, 23/04/2017, 50 anos). “[...] o CESTE mais o presidente da associação fizeram a reunião pra fazer o catamarã e a casa dos barqueiro [...] o presidente só chamava os membro da associação, nós sócio num chegava nem vê nada... só chamava os membro do conselho” (Entrevistado 08, 09/04/2017, 62 anos).

Os participantes da pesquisa que estavam no grupo que compunha a presidência e a diretoria da associação explicaram que em reuniões com os representantes do empreendedor foi esclarecido que a associação não receberia dinheiro em espécie como medida compensatória, mas poderia receber em edificação e embarcação. Para isso, bastava que fosse feito um projeto que seria apresentado ao empreendedor.

[...] foi um projeto meio rápido porque isso não fazia parte dos planos do CESTE e quando a gente viu que o valor era muito pequeno e, que a gente ficou sabendo que eles tinham um projeto de compensação... ficamos sabendo na última hora, a gente procurou o diretor do CESTE e ele mandou que a gente fizesse um projeto que ia tentar encaixar, que já estava no final. Aí nos reunimo... a diretoria, e pensamos num num barco grande, de ferro, num galpão, aí passamo pra eles e eles conseguiram aprovar o projeto em trezentos e oitenta mil reais” (Entrevistado 01, 02/04/2017, 50 anos).

Quando a presidência e diretoria da Associação dos Barqueiros de Babaçulândia (TO) se reuniram para definir o projeto da medida compensatória, o resultado da aceitação ou não por parte do empreendedor era incerto. Depois da aprovação do valor, os entrevistados que estavam na diretoria da associação sempre eram chamados a participar do acompanhamento do projeto. Em seguida, foram informados que eles mesmos não poderiam construir o galpão e o barco, mas precisaria de uma licitação para contratar as empresas que seriam responsáveis pela construção do barco e do galpão.

A finalidade da construção do galpão conforme relatos e um dos entrevistados era “[...] pra atender a necessidade turística, mas até agora não tem nenhum incentivo [...] fomentação para incentivar o turismo no município. E com isso a associação só perdeu, porque nós temos estrutura, mas não temos a demanda” (Entrevistado 07, 02/04/2017, 56 anos). A sede da associação dos barqueiros, conforme fotografia 25, foi entregue no ano de 2012.

Fotografia 25 A e B – Sede da Associação dos Barqueiros de Babaçulândia (TO)



Fonte: SILVA, 06/2012

A nova sede está construída num terreno de frente para a orla do lago, fotografia 25 “A” e “B”, é mobiliada com: equipamentos de escritório, computador, fogão industrial, mesas, cadeiras, condicionador de ar. A estrutura foi avaliada, segundo informações dos participantes da pesquisa, em R\$ 260.000,00. A fotografia 25 “A” mostra o interior do galpão sede de Associação dos Barqueiros de Babaçulândia (TO) em 2012, época em que foi



entregue e ainda não estava mobiliado. Porém, observa-se que no galpão não existem janelas nem equipamento de ventilação no teto.

A fotografia 25 “B” mostra o galpão fechado e observa-se que a construção está no limite do terreno, a qual tem um pequeno portão na lateral direita, indicando a divisão do terreno com um muro. Verifica-se que a entrada do galpão tem um portão que abre da parte central para as duas laterais.

A falta de área nos lados da edificação é um detalhe que deveria ter sido levado em consideração no momento de aquisição do terreno. Da maneira como foi construído dificulta a manutenção de embarcações no interior do galpão em razão da pouca ventilação. Assim, esses serviços poderiam ser realizados no terreno ao lado do prédio. A outra parte da medida compensatória é o barco catamarã apresentado na fotografia 26.

Fotografia 26 – Medida compensatória para a associação dos barqueiros: barco catamarã



Fonte: SILVA, 08/2015

A ABBT recebeu também, um barco catamarã, fotografia 26, o qual é construído em placas de ferro, tem dois pisos, capacidade para 35 passageiros e está equipado com: freezer, micro-ondas, fogão, mesas, cadeiras, sistema de som, banheiro e churrasqueira. Está avaliado em R\$ 81.000,00. Um dos entrevistados que cuida do catamarã afirmou que “[...] hoje ele tá dando tanta despesa que se faz uma viagem tem que arrumar alguma coisa. E tá precisando já de fazer uma reforma nesse barco... e renda pra isso aí num tá tendo de jeito nenhum” (Entrevistado 06, 02/04/2017, 60 anos).

Perguntou-se a todos os entrevistados se a entrega das medidas compensatórias para a associação foi justa. A maioria respondeu que não e justificou o motivo “[...] eu acho que não foi justa não” (Entrevistado 13, 01/05/2017, 60 anos). “Devia ter mais, foi muito barato”

(Entrevistado 05, 02/04/2017, 65 anos). Um dos entrevistados apontou a falta de trabalho na função de barqueiro ao considerar que a medida compensatória foi injusta “Por mais que eles quisessem beneficiar. Se tivesse sido justa, eu acredito que hoje teria todos os associados em ação.” (Entrevistado 07, 02/04/2017, 56 anos).

Não foi justo porque toda vida eles tiram nosso foco. Que nosso foco era a gente viver do que a gente vivia... se fosse pra comprar um carro pra você continuar na linha como a gente sempre falava... transportar passageiro. Aí eles não aceitaram, só aceitaram aquele barco lá e o galpão. (Entrevistado 06, 02/04/2017, 60 anos).

Na fala do entrevistado 06, que transportava passageiros durante todo o ano, uma das opções para a continuidade do trabalho de forma equiparada à de barqueiro, seria o transporte de passageiros com trajeto fixo em determinados dias da semana e, dessa forma, não teria sido tão prejudicado.

Outros entrevistados apontaram sua visão sobre a medida compensatória ter sido insatisfatória em relação ao galpão “[...] antes a gente tinha uma sede, lá próximo do rio. Na época foi comprada com recurso mesmo próprio nosso... hoje se fosse nós fazer uma coisa daquela ali hoje, nós não tinha condição [...] pra manter o barco aí, tá difícil” (Entrevistado 10, 23/04/2017, 50 anos). O entrevistado reconhece que apenas com as contribuições dos associados não seria possível construir um galpão como o que receberam de medida compensatória. Apenas um afirmou positivamente “[...] pelo catamarã e a sede até que tá bom” (Entrevistado 06, 02/04/2017, 38 anos).

Em relação ao barco, um dos participantes da pesquisa afirmou que não foi melhor devido ao alto custo de manutenção “[...] o barco não é bem viável pra nós devido ser muito caro a manutenção dele pra ele funcionar... é muito caro. Tinha que ter sido uma coisa melhor... ele ficou muito difícil pra gente mexer com ele agora” (Entrevistado 11, 24/04/2017, 56 anos). Se referindo ao barco, outro entrevistado afirmou “[...] o que o presidente arruma só dá pra gasolina e consertar o motor... porque a manutenção é cara” (Entrevistado 15, 13/05/2017, 58 anos).

A falta de turistas que queiram fazer passeios de barco foi um dos motivos de frustração na utilização do barco catamarã “[...] a gente pensou que poderia ser que tinha mais turistas... num compensou porque tá parado tudim.” (Entrevistado 14, 13/05/2017, 36 anos). “A sede tudo bem... agora o barco, não. O barco tá parado praticamente” (Entrevistado 09, 23/04/2017, 55 anos). “Não foi justa, não. Aquele barco tá gerando só prejuízo pra nós” (Entrevistado 12, 01/05/2017, 61 anos).

Sobre a utilidade de sede da associação, a maioria dos entrevistados afirma que ela serve apenas para reuniões e está fechada “[...] pra reunião” (Entrevistado 09, 23/04/2017, 55 anos). “Até agora, faz algumas reuniãozinha lá e pronto” (Entrevistado 15, 13/05/2017, 58 anos); “[...] lá num tá ocupando pra nada... tá só fechado mermo agora” (Entrevistado 06, 02/04/2017, 60 anos); “[...] já tentamos fazer uma parceria com a prefeitura, colocar lá um centro de informações turísticas [...] foi alugado para uma academia de ginástica que também não deu certo [...] aí hoje tá parado” (Entrevistado 01, 02/04/2017, 50 anos).

Percebe-se, a partir dos relatos dos entrevistados, que foram feitas algumas alternativas de prover recursos financeiros para pagar as despesas básicas da sede da Associação dos Barqueiros de Babaçulândia (TO), mas todas, até a data da pesquisa não foram bem-sucedidas. Então o espaço tem sido utilizado para outras atividades sociais e familiares “Às vezes a gente cede para alguns eventos, aniversários, formaturas, festas da terceira idade no município, pra prefeitura [...] fazerem algum evento lá no prédio. E o catamarã... quando aparece alguém a gente aluga para fazer passeio no lago” (Entrevistado 07, 02/04/2017, 56 anos).

Um dos participantes da pesquisa fez um questionamento em tom de possibilidade de utilização da sede da associação “O galpão num tá servindo pra nós [...] nós como sócio... o galpão tá lá aberto, era pra nós ter uma chave pra quando nós chegar com o motor, nós ter onde guardar aquele motor lá dentro... nós num tem esse direito” (Entrevistado 08, 09/04/2017, 62 anos). Os entrevistados que ainda possuem embarcação, estão com elas próximas a residência ou na margem do rio, quando de fato, poderiam ser guardadas dentro da sede da associação já que ela está localizada em frente ao reservatório do lago e facilitaria o acesso das embarcações às águas.

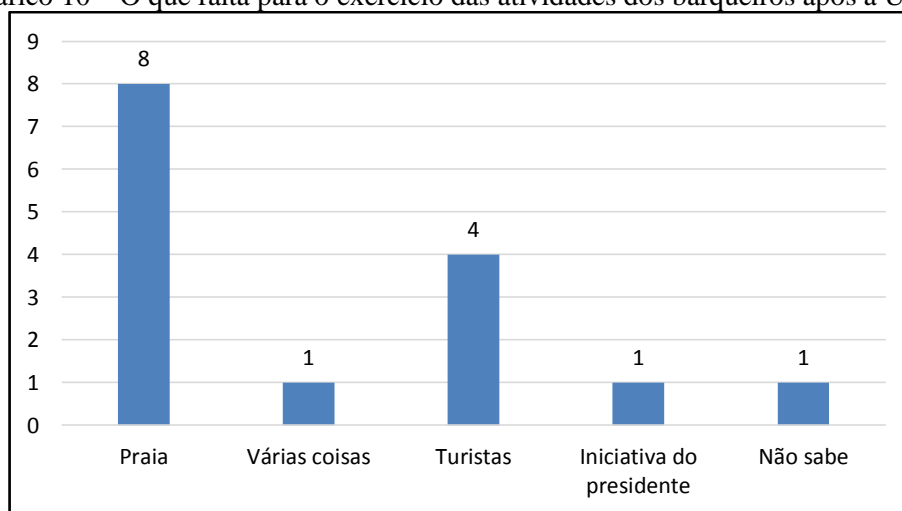
Quanto à utilização do barco catamarã os entrevistados afirmaram que “[...]o barco já me serviu, já trouxe ele aqui em casa, fazendo uma participação no dia a dia da família” (Entrevistado 08, 09/04/2017, 62 anos). “O catamarã não tem renda, não” (Entrevistado 13, 01/05/2017, 60 anos); “[...] parado” (Entrevistado 10, 22/04/2017, 50 anos); “[...] ele nunca deu resultado, não... lá sempre dá, toda vida no vermelho” (Entrevistado 11, 24/04/2017, 56 anos); “Não tá dando nem pras despesas dele mesmo” (Entrevistado 06, 02/04/2017, 60 anos).

Os entrevistados afirmam que o barco catamarã tem sido pouco utilizado devido a fatores como a falta de turistas e a falta de roteiro para passeios “[...] o barco, a renda tem sido muito pouca porque não aparece turista para andar nele” (Entrevistado 05, 02/04/2017, 65 anos); “[...] ele tá a disposição de aluguel pra passeio” (Entrevistado 02, 02/04/2017, 50 anos).

“Hoje ele tá lá disposto pra reserva, aluguel, fazer passeios no lago” (Entrevistado 14, 13/05/2017, 36 anos).

Quanto às possibilidades de continuarem exercendo as atividades de barqueiro, as respostas dos entrevistados são variadas e todas abordam algum tipo de falta ou algo que dependa de condições naturais. Houve, por exemplo, a falta das praias, a pouca procura de pessoas que queiram utilizar o catamarã e embarcações menores, em passeios no lago e, até mesmo a iniciativa de quem está na presidência da associação. Estas situações estão sintetizadas no gráfico 10.

Gráfico 10 – O que falta para o exercício das atividades dos barqueiros após a UHEE



Autora: SILVA, 05/2017

Fonte: Dados da pesquisa

O gráfico 10 mostra as respostas dadas pelos entrevistados no que se refere a continuidade das atividades como barqueiros na região de Babaçulândia (TO), na condição de impactada pelo lago da UHEE. A falta de praias a partir da diminuição do volume das águas, durante o período de estiagem, os meses de junho a agosto, foi indicada por sete dos participantes da pesquisa “[...] falta praia, falta um bucado de coisa” (Entrevistado 04, 02/04/2017, 54 anos).

A falta de um destino para as viagens é outro ponto de reclamação por parte dos entrevistados “Não tem pra onde ir... precisa de uma praia particular, sem ser no porto [...] ter como o barqueiro ganhar dinheiro travessando turista” (Entrevistado 15, 13/05/2017, 58 anos). “O que mais falta é praia... não tem” (Entrevistado 03, 02/04/2017, 38 anos); “[...] a demanda do serviço que não tem, falta praia” (Entrevistado, 01, 02/04/2017, 50 anos).

Eu acho que falta uma praia, num lugar pra onde o barco possa transportar o pessoal porque se num for assim não tem como nós botar pra funcionar essa atividade, não. Se for pra esperar um passeinho de ano em ano, uma pessoa chegar pra dar uma viagensinha, não tem como. (Entrevistado 12, 01/05/2017, 61 anos).

Em relação à falta de uma praia, os entrevistados também afirmam que “[...] eu achava que se fosse arrumar uma ilha aqui de frente da orla [...] fazer uma praia lá, artificial, aí tinha como ter uma renda porque cê tinha como relocar o turista daqui pra lá” (Entrevistado 06, 02/04/2017, 60 anos). “O que falta é uma praia... nós conseguimos uma praia com a empresa [...] pra criar uma nova atividade pra ver se nós melhora a situação porque o negócio tá feio” (Entrevistado 02, 02/04/2017, 68 anos).

Outro entrevistado complementou que “[...] tinha que ter uma praia do outro lado do rio, pra você poder atravessar turistas [...] que na época eles queriam que a gente fizesse a praia era no Maranhão, não sei porque não houve o acordo” (Entrevistado 11, 24/04/2017, 56 anos).

A partir da fala de dois entrevistados é possível identificar a desterritorialização citada por Haesbaert (1971), pois “[...] não há mais ninguém nessa beira de lago a fora. Depende tudo de vindo das cidade grande pra cá... e quando vem se aquieta por ali mesmo, pela orla” (Entrevistado 14, 13/05/2017, 36 anos); “[...] acabou o povo do beradão, num existe mais carga pra nós comprar no beradão aí [...]” (Entrevistado 08, 09/04/2017, 62 anos).

Nestas afirmações, compreende-se que os barqueiros, principalmente os que transportavam passageiros e compravam gêneros alimentícios dos ribeirinhos, eram o elo entre o povo que mora próximo ao rio Tocantins e os municípios de Babaçulândia (TO), Filadélfia (TO), Carolina (MA) e Estreito (MA).

A falta de turista foi a afirmação de quatro dos entrevistados “[...] falta quem vai utilizar do serviço” (Entrevistado 07, 02/04/2017, 56 anos). “Falta só aparecer turista pra andar” (Entrevistado 05, 02/04/2017, 65 anos); “[...] num tem quem queira andar, não” (Entrevistado 13, 01/05/2017, 60 anos); “[...] turistas pra fretar o barco, pra gente poder fazer a viagem” (Entrevistado 10, 23/04/2017, 50 anos).

O que tá faltando é... só o nosso presidente controlar a nossa região... do barco e do galpão e dá um jeito de recardar pra ele ter renda pra nós subviver, porque o galpão tá lá sem renda, tá parado, só fazendo dispesa de água e energia e num tem lucro nenhum. (Entrevistado 08, 09/04/2017, 62 anos).

Durante as falas dos participantes da pesquisa, percebe-se que estão esperando que o presidente da associação faça algo pela categoria de barqueiros e pela associação, a fim de que os bens recebidos como medida compensatória sejam capazes de produzir recursos financeiros que possam ser divididos entre os associados. No entanto, essa é uma situação que precisa ser discutida em assembleia, de forma que todos possa assumir a responsabilidade como coproprietário do galpão e do barco catamarã e, junto com os demais associados e o

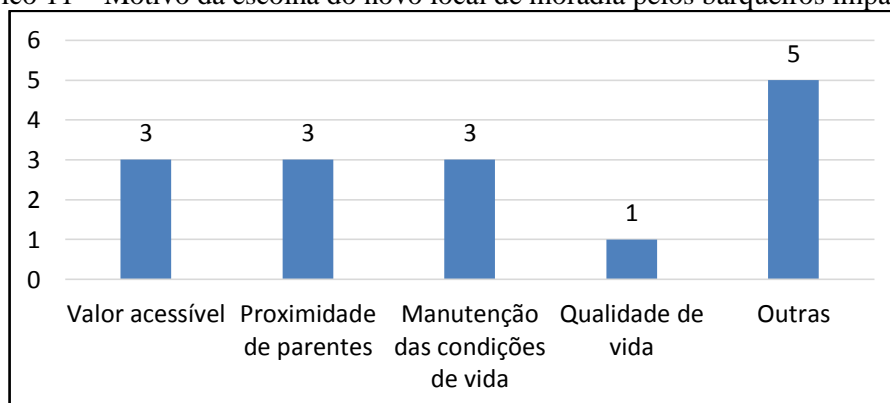
poder público municipal, possam divulgar rotas turísticas e atrativos locais para a captação de pessoas que loquem a embarcação para turismo e, conseqüentemente, contribua para a economia local.

### 3.7 – A reterritorialização dos barqueiros de Babaçulândia (TO)

A escolha do novo local de moradia dependeu de alguns fatores como o valor acessível, proximidade a parentes ou amigos, manutenção das condições de vida semelhantes às anteriores. Houve também a situação de terrenos rurais que tiveram uma parte impactada e isso fez com que o atingido readequasse as condições de moradia e produção.

Outra situação foi dos impactados que tiveram de se mudar para reassentamento rural com condições de vida e trabalho completamente diferentes das condições às quais estavam acostumados desde a infância. O gráfico 11 apresenta a síntese das respostas obtidas dos entrevistados. Após esse ponto, são relatados os detalhes da escolha do local de reterritorialização.

Gráfico 11 – Motivo da escolha do novo local de moradia pelos barqueiros impactados



Autora: SILVA, 05/2017

Fonte: Dados da pesquisa

A aquisição do novo local de moradia foi condicionada ao valor acessível para três dos entrevistados. Um deles afirmou que comprou o que apareceu mais rápido “[...] porque num tinha pra onde a gente ir” (Entrevistado 09, 23/04/2017, 55 anos). “O valor mais baixo e a forma de pagamento foi a que eu tive condição de comprar” (Entrevistado 14, 13/05/2017, 36 anos).

Um dos entrevistados adquiriu terreno na zona rural de Carolina (MA) por ter valor mais acessível e em razão das condições de permanecer nas imediações do rio Tocantins, próximo ao lago, apesar das condições de ribeirinho de lago serem diferentes de quando morava à margem do rio Tocantins.

[...] eu achei que o preço tava mais suficiente pra mim apuderar da região... de que deixar mais pra frente que eu num tinha como comprar outra área... aqui por causa do preço... no Tocantins tava mais caro... no Tocantins, custava vinte mil um alqueire de terra... aqui eu comprei a dois mil mermo... muita diferença, né. (Entrevistado 08, 09/04/2017, 62 anos).

Com base no relato do entrevistado 08 compreende-se que a especulação imobiliária no estado do Tocantins foi alta em relação à venda de imóveis para os impactados pela usina hidrelétrica de Estreito (MA), principalmente em relação aos imóveis localizados nas proximidades do lago. Em referência à oferta de terrenos na região de Babaçulândia, o entrevistado 04 (02/04/2017, 54 anos) afirmou que quando alguém anunciava um terreno para vender logo aparecia um comprador, pois “[...] na hora que um abria a boca ante bem de fechar já tinha gente dizendo, não se fulano não quiser eu quero... aí fazer o quê?”.

A proximidade de familiares, parentes e conhecidos foi um dos fatores que motivou a escolha do novo local de moradia, indicado por três dos entrevistados. Um deles complementou que “[...] a gente naquele tempo queria era achar um pedacinho pra comprar, o primeiro que você achava, você já niguciava logo” (Entrevistado 04, 02/04/2017, 54 anos).

A manutenção de condições de vida semelhantes à condição em que viviam antes do impacto da construção da hidrelétrica foi a resposta de três dos participantes da pesquisa. Um deles buscou elo com as condições rurais mesmo dentro da área urbana “[...] esse local aqui eu achei porque era assim um lotim maior que a gente podia plantar algum feijão, uma mandioca pra ir se mantendo... umas frutas” (Entrevistado 05, 02/04/2017, 65 anos).

O entrevistado 05 explicou que adquiriu um terreno urbano composto de quatro lotes com a área total de 68 metros de frente por 120 metros de fundo. Construiu a sua casa e a casa de dois filhos na parte da frente do terreno e, na parte do fundo, cultivava banana, feijão, abóbora. Além disso, fez a plantação de árvores frutíferas como manga, goiaba, limão, cupuaçu, acerola, cacau, coco e caju.

Dois dos participantes da pesquisa tiveram parte da propriedade rural impactada pelo lago, mas permaneceram na outra parte do mesmo terreno “[...] é a mesma área, é a parte que não foi inundada” (Entrevistado 12, 01/05/2017, 61 anos). Um deles afirmou “[...] eu nasci e me criei dentro dessa fazenda e eu quero ser enterrado aqui dentro mesmo” (Entrevistado 13, 01/05/2017, 60 anos).

O entrevistado 11 (24/04/2017, 56 anos) mora e trabalha na zona urbana, mas adquiriu um terreno na zona rural, afirmou sobre a área rural que “[...] foi o que eu achei e foi a melhor área do terreno”. O atingido esclareceu que observou vários terrenos e escolheu a área que

considerou mais adequada para a continuidade das atividades rurais que já desenvolvia antes de ser impactado pela construção da usina hidrelétrica de Estreito (MA).

Conforme gráfico 11 houve outros motivos apresentados pelos entrevistados para escolha ou permanência na moradia atual. Dentre eles, não estar na área de impacto do lago, deslocamento para reassentamento rural e a permanência próximo ao local de trabalho. “Nóis optemos por essa casa aqui porque nós trabaia bem aqui perto” (Entrevistado 06, 02/04/2017, 60 anos). Dois dos entrevistados não tinham terrenos na zona rural e suas residências na zona urbana não sofreram impacto direto, ou seja, não estavam na área de formação do lago.

Os atingidos que foram deslocados para reassentamentos rurais relataram como ocorreu o processo para a realocação no novo local de moradia. “Foi sorteio. Ninguém escolheu... era no papelzinho, chegou ali, onde caiu fica lá” (Entrevistado 15, 13/05/2017, 58 anos). Além disso, relataram que a área rural foi adquirida pelo empreendedor, o qual se responsabilizou pela construção de casas com cinco cômodos e fez o sorteio de cada área para os impactados.

O entrevistado 02 relatou as dificuldades e as visitas, junto com representantes do empreendedor, a possíveis locais que seriam adquiridos para o reassentamento rural “[...] eles andaram com a gente em vários lugares” (Entrevistado 02, 02/04/2017, 68 anos). O entrevistado relatou sobre as interferências de pessoas, representantes da comunidade impactada, que poderiam estar buscando benefícios coletivos em vez de vantagens pessoais “[...] eu tenho um cunhado que era o presidente da associação [...] o pessoal do CESTE andava com ele pra riba e pra baixo, toda fazenda que amostrava ele num gostava” (Entrevistado 02, 02/04/2017, 68 anos).

O alerta de pessoas externas aos impactos e às negociações, mas que estavam ocupando funções que conheciam o processo de negociação, foi importante para que os moradores ribeirinhos se organizassem e buscassem diálogo com o empreendedor a fim de decidirem sobre a definição e a aquisição de um local para o reassentamento rural coletivo. O principal alerta foi dado por um fiscal amigo do entrevistado.

Vocês fica veaco que senão vocês vão morar debaixo do chapéu, sem ter pra onde ir. Tu forma o teu grupo e vai no CESTE e procura logo uma fazenda dessas ou duas fazenda. Leva teus pedido lá... que eles tem que comprar dum fazendeiro desses pra assentar vocês, é por lei.” (Entrevistado 02, 02/04/2017, 68 anos).

O entrevistado 02 explicou que se juntou com outros onze impactados que estavam na mesma situação que a sua e foram até à cidade de Carolina (MA) solicitar junto ao empreendedor a disponibilização de uma fazenda próxima ao local em que eles moravam



antes do impacto do lago. A formação do grupo para reivindicar um local de reterritorialização é denominada por Haesbaert (2007) como relação produtora de identidade, pois classificou os impactados no grupo que buscava um novo local de moradia através do estabelecimento de estratégias em momento de negociação.

O local escolhido pelo grupo como o local ideal para a reterritorialização foi uma fazenda pertencente a um grupo familiar e tinha muitos donos: mãe, cunhado e filhos. Houve desacordo para venda, entre os donos e em seguida a informação de que venderiam apenas uma parte. O CESTE não aceitou adquirir apenas parte e adquiriu outra propriedade.

O terreno adquirido para o reassentamento está longe do lago, em uma região seca com muitas serras e rochas, ou seja, com características muito diferentes da área em que os impactados viviam. A insatisfação pelas condições do lugar é perceptível na fala do entrevistado “[...] aí negociaram e aí jogaram nós pra cá. Aqui no loteamento da vila, os lotes é cinco alqueire” (Entrevistado 02/04/2017, 68 anos). A fotografia 27 mostra o que é observado por quem está área da casa do participante da pesquisa.

Fotografia 27 – Novo local de moradia de impactado pela UHEE



Fonte: SILVA, 04/2017

A fotografia 27 mostra a paisagem observada por um dos participantes da pesquisa, a partir da área de sua moradia atual, a qual está localizada num reassentamento rural. Para quem estava acostumado desde a infância a observar as águas do rio Tocantins como ele afirmou que sempre morou na beira do rio, agora ele observa as serras próximas à residência. Esse local não tem nenhum rio ou córrego nas imediações, a água que abastece a moradia é proveniente de uma mina que fica localizada próxima à serra e chega até a propriedade por meio de canos.

No terreno adquirido para o reassentamento rural moram onze famílias que receberam lotes de terrenos variando de tamanho entre cinco e oito alqueires e oito cabeças de gado para cria. O entrevistado relata que foi cadastrado previamente como pecuarista, mas após se mudar para o reassentamento foi procurado pelos representantes do empreendedor que fizeram a seguinte proposta “[...] eles vieram aqui e fez uma proposta pra mim, me dar mais dois alqueiro no lugar dos oito cabeças de gado, disse que era mais vantagem pra mim porque os gado podia ser gadim que não compensava o valor” (Entrevistado 02, 02/04/2017, 68 anos). Assim, afirmou que a negociação foi vantajosa pra ele, porém no seu terreno tem apenas um pequeno pedaço de pasto para o gado. O seu gado está nos terrenos dos filhos.

Os entrevistados moradores da zona rural, e até mesmo aquele que está morando em uma chácara na zona urbana, afirmaram que as estradas que dão acesso à cidade não são boas “[...] agora melhorou, mas a daqui estava acabada” (Entrevistado 15, 13/05/2017, 58 anos). “[...] essa nossa aqui tá precária demais, cabando, tá acabando até a manilha ali” (Entrevistado 13, 01/05/2017, 60 anos). A fotografia 28 mostra o cesso à chácara de um dos participantes da pesquisa localizada na zona urbana de Babaçulândia (TO).

Fotografia 28 – Estrada para chácara na zona urbana em Babaçulândia (TO)



Fonte: SILVA, 04/2017

Dependendo da época do ano as estradas podem ser boas ou ruins “As estradas no verão é boa, no inverno, não” (Entrevistado 14, 13/05/2017, 36 anos). Ao ser perguntado se carro chegava à sua casa, o morador da chácara urbana respondeu “Se a estrada estiver arrumada ali... chega. Hoje não tá chegando, não” (Entrevistado 04, 02/04/2017, 54 anos).

A ênfase na afirmação “[...] péssima, péssima, péssima” (Entrevistado 02, 02/04/2017, 68 anos) expressa a dificuldade de transporte na localidade. O entrevistado 02 explicou que para poder resolver alguma situação na cidade precisa sair do seu local de moradia no reassentamento rural e caminhar cerca de quatro quilômetros até um povoado próximo do qual sai carro diariamente para a cidade de Filadélfia (TO).

O entrevistado que mora na zona rural de Carolina (MA) próximo ao lago, afirmou que o acesso à cidade de Babaçulândia (TO) é possível somente por água “[...] é pelo barco... num tem estrada de chão que vá pra Babaçulândia... daqui pra Carolina tem um Toyotão que roda duas vezes por semana também” (Entrevistado 08, 09/04/2017, 62 anos).

No local de moradia após o impacto da hidrelétrica a abundância e o fornecimento de água variam de um local para outro. O entrevistado que adquiriu uma chácara na zona urbana de Babaçulândia (TO), mesmo estando a menos de um quilômetro da rua principal, não tem água encanada. Por isso, teve que pagar para fazer um poço artesiano na propriedade.

Nos dois assentamentos rurais visitados para entrevistar os participantes desta pesquisa, também não há água de rio ou córrego. Em um dos reassentamentos a água é encanada a partir de uma nascente próxima à serra. No outro reassentamento a água é distribuída diariamente por caminhão pipa, menos nos dias de domingo, o que forçou o reterritorializados e sua família a mudar seus hábitos. A água é depositada em caixas d’água conforme fotografia 29.

Fotografia 29 – Base do reservatório de água em reassentamento rural Babaçulândia (TO)



Fonte: SILVA, 05/2017

A fotografia 29 feita no dia 13/05/2017, dia da visita de campo para entrevista, mostra os reservatórios de água que a família dispõe (um reservatório suspenso e outro no chão) para



utilizar no consumo e afazeres domésticos. Dessa forma, conforme Burke (2004) a imagem fornece evidência prática da situação vivida pelos moradores do reassentamento.

Observa-se na fotografia 29 que o reservatório de água utilizado para o consumo humano está sobre uma estrutura de concreto. Ao lado visualiza-se uma escada de ferro, pintada na cor azul, a qual é utilizada para verificação do nível da água e para acesso em momentos de limpeza do reservatório. O reservatório que está no chão é utilizado para colocar a água que abastece o consumo de pequenos animais, como as galinhas e para lavar roupas.

Em relação à água de poço artesiano, o participante da pesquisa afirmou que “[...] água aqui não presta não” (Entrevistado 15, 13/05/2017, 58 anos). O entrevistado explicou que a água do poço artesiano é muito salgada e só utilizava para molhar as poucas árvores frutíferas que plantou próximo à casa, como por exemplo os coqueiros.

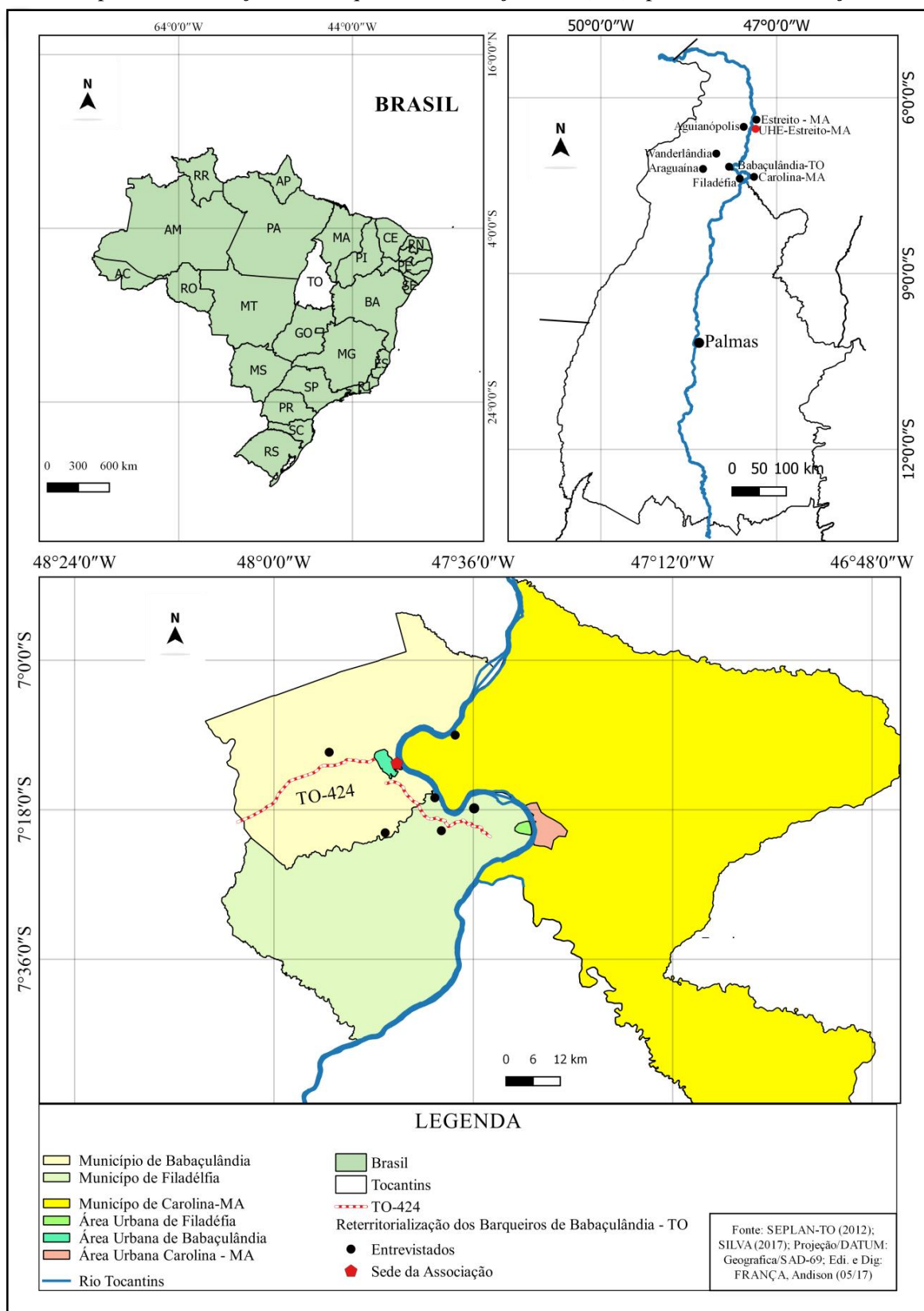
Outro aspecto observado na parte estrutural nas propriedades rurais dos participantes da pesquisa foi o fornecimento de energia elétrica. Constatou-se que apenas uma das propriedades rurais visitadas durante a pesquisa ainda não tinha energia elétrica, mas os postes da concessionária já estavam instalados dentro da propriedade “[...] a energia tá chegando agora” (Entrevistado 08, 09/04/2017, 62 anos). Essa é uma situação que chama a atenção, pois foram desterritorializados para dar lugar a um empreendimento produtor de energia elétrica e, no entanto, ainda há dificuldades em ter a energia elétrica na propriedade.

Até a data da visita de campo, um dos entrevistados, morador da zona rural precisava ir à cidade de Babaçulândia (TO) para recarregar a bateria do telefone celular que utilizam na propriedade. Quatro dos entrevistados, moradores da zona rural, não utilizavam telefone celular na propriedade porque não havia sinal de operadora, nem mesmo com a utilização de antena. Apesar de um deles afirmar que o sinal que chegava à propriedade era de uma operadora no estado do Maranhão, as ligações ficavam muito caras. Assim, ficavam sem possibilidade de utilização para se comunicar com outros telefones de operadoras localizadas no estado do Tocantins.

O mapa 2 destaca a localização dos participantes da pesquisa que estão morando na zona rural após o impacto da UHEE. Os participantes da pesquisa que residem na zona urbana de Babaçulândia (TO) não constam nesta localização devido não haver necessidade de localização individual. Há indicação apenas do ponto de localização da sede da Associação dos Barqueiros, como ponto de referência para os demais pontos de moradia dos entrevistados moradores das zonas rurais dos municípios de Babaçulândia (TO), Filadélfia (TO) e Carolina (MA). Na lateral superior esquerda, apresenta o mapa do Brasil com todos os estados e o

Distrito Federal, identificados na cor verde, com destaque para o estado do Tocantins, na cor branca.

Mapa 2 – Localização dos barqueiros de Babaçulândia (TO) após a reterritorialização



Na lateral superior direita o mapa do estado do Tocantins mostra em destaque o rio Tocantins que corta o estado de sul a norte. Observa-se a localização da capital Palmas (TO), a 446 km de Babaçulândia (TO), além de alguns municípios impactados, como Aguiarnópolis, Filadélfia e Babaçulândia no Tocantins, Estreito e Carolina no Maranhão. A localização da casa de força Usina Hidrelétrica de Estreito (MA) está identificada com um círculo vermelho, entre os municípios de Estreito (MA) e Aguiarnópolis (TO).

Em destaque, na área central no mapa 2, está o mapa da reterritorialização dos participantes da pesquisa. A área em amarelo claro representa o município de Babaçulândia (TO) e a pequena área destacada em verde representa a parte urbana, na qual está a sede da Associação dos Barqueiros identificada com um pentágono na cor vermelha. A sede da Associação dos Barqueiros está edificada em frente à orla do lago.

O tracejado em vermelho indica a extensão da TO-424, que segue a partir da TO-222, desde o entroncamento do município de Babaçulândia (TO) até à cidade de Filadélfia (TO). A parte da estrada entre o entroncamento e a cidade de Babaçulândia é toda asfaltada, porém a parte que segue de Babaçulândia até Filadélfia, passando pelo povoado de Canabrava e dentro do reassentamento Vila Dom Bosco, local em que estão residindo algumas famílias impactadas, não há asfalto.

Na zona urbana de Babaçulândia estão residindo nove dos entrevistados e, na zona rural, dois. Os moradores da zona rural, um está num reassentamento rural localizado próximo à TO-424, sentido Araguaína. O assentamento Baixão é formado por impactados da Ilha de São José, 26 famílias ao todo. O outro reterritorializado mora na zona rural de Babaçulândia (TO) e trabalha na sua propriedade rural localizada no reassentamento Vila Dom Bosco, próxima à divisa com o município de Filadélfia (TO), ficando a 25 km da cidade de Filadélfia.

As áreas dos terrenos dos reassentamentos rurais apresentam condições completamente diferentes das condições em que os entrevistados moravam antes de ser impactados pela construção da UHEE. A área está localizada numa região rochosa e de serras, além disso não tem rios ou córregos próximos. A água utilizada na propriedade do município de Filadélfia (TO) é em quantidade reduzida e chega por canalização.

A área territorial do município de Filadélfia (TO) está identificada na cor verde claro e a sede do município, localizada bem próximo à linha que identifica o rio Tocantins, em outro tom de verde mais escuro. Na zona rural de Filadélfia estão reterritorializados 3 dos participantes da pesquisa. Dois em propriedades próximas ao lago, porém sem utilização das águas para a realização de atividades com as embarcações.

A parte do mapa central, destacada em amarelo forte, representa a área territorial do município de Carolina (MA) com a localização da área urbana indicada na cor rosa. Na área rural de Carolina (MA), a cerca de 1 km do rio, mora um dos participantes da pesquisa. No local da reterritorialização desse entrevistado, que fica mais distante da sede do município de Carolina (MA) do que da sede do município de Babaçulândia (TO), ainda não há estrutura básica em estrada e energia elétrica.

O participante da pesquisa, morador da zona rural de Carolina (MA), relatou que utiliza telefone celular na propriedade, mas precisa se deslocar até à cidade de Babaçulândia (TO), cerca de 25 km, de barco, para recarregar a bateria do telefone celular. Da mesma forma, quando há necessidade de resolver algum problema de saúde ou aquisição de produtos no comércio, ele precisa se deslocar até à cidade de Babaçulândia (TO).

Finalizando este capítulo, ressalta-se que todos os barqueiros estão vivendo sem exercer a atividade que realizaram por muitos anos, alguns ao longo de toda a vida, pois começaram a lidar com barcos e o trabalho em função do rio Tocantins, ainda quando eram meninos. Alguns têm barco apenas para realizar pequenos passeio de lazer que remetam à lembrança dos tempos da existência da praia e do transporte de gêneros alimentícios das vazantes para a cidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo apresentar a reterritorialização dos barqueiros de Babaçulândia (TO) atingidos pela Usina Hidrelétrica de Estreito (MA). Para tanto, foram apresentadas situações e informações referentes ao local da pesquisa, ou seja, o município de Babaçulândia (TO) através da caracterização socioeconômica, ambiental e a própria Associação dos Barqueiros. As informações preliminares foram obtidas através de diálogos com o presidente e com dois ex-presidentes, bem como na documentação registrada desde a época de constituição da Associação, como atas e Estatuto Social.

Os objetivos específicos desta pesquisa foram três. O primeiro apresentou a trajetória da pesquisa, tendo como foco os participantes, o lugar e a paisagem; o segundo objetivo discutiu o papel do Estado diante da implantação da Usina Hidrelétrica de Energia Estreito (UHEE). O terceiro objetivo descreveu o processo de migração compulsória pelo qual passaram os barqueiros de Babaçulândia (TO), seguido do processo indenizatório e da reterritorialização.

A UHEE foi construída pelo Consórcio Estreito Energia (CESTE), o qual era formado pelas empresas GDF SUEZ S.A, francesa (energia); Vale, brasileira (mineração); Alcoa, brasileira (alumínio); e Camargo Correa Energia, brasileira (energia, construção e engenharia). A licitação do empreendimento aconteceu no ano de 2005, as obras foram iniciadas no ano de 2007 e a inauguração ocorreu em 17/10/2012. O remanejamento dos impactados ocorreu no período entre os anos de 2010 e 2011.

A categoria atingidos por barragens foi o foco da análise nesta pesquisa, tendo como recorte principal os integrantes da Associação dos Barqueiros de Babaçulândia (TO), totalizando 15 homens que exerciam atividades relacionadas diretamente com o rio Tocantins. O motivo da escolha da associação deve-se ao fato desta pesquisa verificar os impactos da construção da hidrelétrica não apenas individualmente, mas no que se refere a aspectos relacionados ao grupo organizado e constituído legalmente, ou seja, impactos sobre o associativismo.

A pesquisa de campo, em busca de informações preliminares, foi iniciada no segundo semestre do ano de 2016 constituindo-se de visitas à associação e observações durante momentos de realização de assembleias. Em seguida foi elaborado o roteiro de entrevistas, o qual foi submetido, juntamente com demais documentação exigida, para análise pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres Humanos (CEP) da Universidade Federal do Tocantins



(UFT). O projeto foi aprovado em 24/02/2017 e as entrevistas individuais foram aplicadas entre os dias 02/04/2017 e 13/05/2017.

O caminho percorrido em busca das informações conduziu à discussão pelo viés do território e a relação dos barqueiros com o lugar, a paisagem e a interação com a natureza. Foram utilizadas fontes bibliográficas como suporte teórico para a definição de alguns termos como atingidos por barragens, associação, povos tradicionais, desterritorialização, reterritorialização, dentre outros.

As informações obtidas durante as conversas com o presidente da associação e alguns dos demais associados foram importantes para a complementação das discussões teóricas e nortear a organização do roteiro de entrevistas e estruturá-lo em partes, como: a identificação, memórias do trabalho, do lugar, produção, rendimento, impactos causados pela construção da hidrelétrica os quais foram decisórios para a desapropriação e como aconteceu a definição do novo local de moradia (reterritorialização). O tópico final teve como foco a obtenção de respostas sobre como aconteceu e de que forma estão sendo utilizadas as medidas compensatórias recebidas coletivamente: o galpão sede da associação e o barco catamarã.

A apresentação de informações, sobre o município de Babaçulândia, como principais fontes de rendas locais, número de habitantes dentre outras, fizeram-se necessárias para a descrição do potencial da geração de rendas durante a temporada de praia, bem como fora dela. O transporte de passageiros e gêneros alimentícios no decorrer do ano acontecia durante a temporada de estiagem, os barqueiros transportavam turistas, saindo de Babaçulândia (TO) para as praias localizadas na margem maranhense do rio Tocantins.

As informações sobre a constituição da Associação dos Barqueiros apresentou os motivos pelos quais os barqueiros, que já exerciam atividades de transporte de passageiros e cargas, se reuniram juridicamente. Foram apresentados gráficos sobre a quantidade de associados, vínculos com a associação, local de moradia e autodeclaração sobre a ocupação principal antes da construção da UHEE, apesar dos participantes da pesquisa exercerem múltiplas funções em busca do sustento financeiro.

O conceito de atingido foi apresentado e discutido por alguns teóricos como forma de reforçar que todos os moradores na área de construção da hidrelétrica tiveram de ser remanejados e, dessa forma, com direito a indenizações, fossem elas em forma de dinheiro, carta de crédito ou remanejamento para reassento urbano ou rural.

Todos os participantes da pesquisa foram impactados, pois perderam o território praia, porém no que se refere à mudança dos locais de moradia, 13 do total de 15 entrevistados, tiveram que se mudar. Sendo que nove estão residindo na área urbana de Babaçulândia, 2 na

área rural de Babaçulândia, um na zona rural de Carolina (MA) e três na zona rural de Filadélfia (TO).

Os entrevistados que estão residindo na zona rural não têm as mesmas características dos terrenos anteriores, apesar de três deles localizarem-se próximos ao lago. Dois estão morando em reassentamentos rurais com situações completamente diferentes das condições em que viviam antes da construção da UHEE, pois nos reassentamentos existe água em abundância.

A condição de atingidos, dos participantes da pesquisa, não foi reconhecida completamente pelo empreendedor, situação ratificada pelos baixos valores das indenizações e pela não consideração do tempo de serviço que os barqueiros ainda teriam, já que parte deles, na época das indenizações, estava com idade entre 30 e 57 anos. Dessa forma ainda poderiam exercer as atividades de barqueiros por alguns anos. Ressalta-se também que o trabalho realizado por esses atingidos era realizado no grupo familiar, ou seja, os filhos e netos assumiam o trabalho no lugar dos familiares mais velhos.

A reterritorialização dos barqueiros aconteceu de forma fragmentada, fragilizada e incompleta, pois os terrenos adquiridos nas zonas urbanas e rurais de Babaçulândia (TO), zonas rurais de Filadélfia (TO) e de Carolina (MA), áreas onde moram os atingidos na atualidade, não apresentam condições naturais semelhantes às existentes antes da formação do reservatório do lago.

Os entrevistados relataram que exerciam funções variadas durante o ano para a obtenção de recursos financeiros capazes de sustentar seu grupo familiar. Todos os entrevistados afirmaram que os ganhos da temporada de praia era a renda extra para quitar as contas. Assim conseguiam pagar as compras feitas à prazo (fiado) no comércio local e adquirir bens como embarcação nova, motor para o barco, gado, eletrodomésticos, dentre outras necessidades familiares.

A ruptura do vínculo com o rio Tocantins, águas, praias, vazantes e outras atividades rurais ribeirinhas ocasionou a perda de trabalhos e, conseqüentemente, de rendas das quais os barqueiros dependiam economicamente, afetando o modo de vida e a subsistência individual e do grupo constituído.

Com o fim da praia e das atividades dos barqueiros restou aos atingidos procurar outras fontes de renda como pescaria, que também sofreu grande impacto; atividade rural de subsistência através da criação de animais para consumo familiar ou revenda e a produção de gêneros alimentícios, principalmente a mandioca para a fabricação de farinha.

Quatro dos entrevistados já estão aposentados como trabalhadores rurais e o valor da aposentadoria tem sido o ganho principal, mas precisa ser complementado com a venda de alguns produtos/criação proveniente do novo local de moradia, como: algum bezerro, a fabricação de canoa, a venda de farinha, a venda de queijo e requeijão. Os outros entrevistados estão com idade entre 36 e 60 anos e desenvolvem atividades produtoras de fontes de rendas alternativas como o comércio, criação de gado para revenda ou corte, serviço público, pescaria, lavrador e o trabalho autônomo.

Alguns dos entrevistados ainda têm uma embarcação, a qual é usada apenas para lazer e pescarias. A partir da formação do reservatório do lago, alguns dos barqueiros precisaram vender seu instrumento de trabalho por não haver possibilidades de utilização devido aos ventos fortes que causam ondas (banzeiros) e desestabilizam os barcos menores podendo naufraga-los. A falta de trabalho para os barqueiros deve-se a fatores como a falta de praias, ou seja, destino para as viagens, falta de turistas, dentre outros, como por exemplo, inexistência de vazantes que produziam gêneros alimentícios nas margens do rio Tocantins.

O progresso para o município foi inexistente, apesar de ter havido aquecimento na economia local durante as obras de construção do empreendimento, representadas por alugueis de moradias, vendas de alimentação e bebidas. As edificações entregues pelo CESTE como medidas compensatórias para o município ou a grupos organizados como associações e igrejas, já existiam na área impactada, ou seja, foram apenas reconstruídas em outros locais.

O que há de novidade na cidade, que alguns indicaram ser progresso, é apenas a orla do lago que, de qualquer forma teria que ser construída. A praia permanente pouco agrada aos moradores locais que estavam acostumados com a natural formada por areias limpas e águas claras. Além disso, a praia natural estendia-se por vários quilômetros à margem direita do rio Tocantins (margem maranhense).

A escolha do novo local de moradia foi definida por fatores como valor acessível, já que na época das migrações compulsórias houve especulação imobiliária no município de Babaçulândia, a proximidade de parentes e conhecidos foi outro motivo que influenciou na escolha, bem como a manutenção de condições de vida semelhantes à anterior, ou seja, em atividades rurais próximas ao lago.

A situação para os pesquisados moradores nos reassentamentos rurais é a mais crítica de todas, pois estão em terrenos que não lembram em nada as condições das moradias anteriores à formação do lago. A pouca água fornecida por encação em um dos reassentamentos e por carro pipa, durante seis dias por semana, no outro, além da falta de áreas para plantação em condições semelhantes às terras das vazantes às margens do rio

Tocantins, não representam ou relembram nada dos tempos passados. Isto causa dor e sofrimento aos participantes da pesquisa quando necessitam relatar suas memórias a pesquisadores que buscam informações.

As medidas compensatórias coletivas não estão sendo utilizadas da forma para a qual foram planejadas, pois o galpão não tem gerado lucros apesar de já ter sido cedido para a Prefeitura municipal na administração do quadriênio 2012/2016 para ser utilizado como Centro de Informações Turísticas. Em contrapartida, a prefeitura assumiria as despesas de água, energia e internet, além de disponibilizar um servidor para permanecer no local.

O barco catamarã tem sido pouco utilizado para passeios turísticos no lago, pois tem manutenção com valores elevados, fato que torna sua locação cara e pouco procurada pelos turistas. Apesar disso, acredita-se que a divulgação de roteiros turísticos por parte do poder público municipal, juntamente com os membros da Associação dos Barqueiros pode aumentar a movimentação em torno do lago no município e, dessa forma, tanto o município de Babaçulândia como os barqueiros podem ser beneficiados.

Durante as entrevistas percebeu-se que alguns dos associados esperam que o presidente da associação tome a iniciativa e faça com que o galpão, sede da associação, e o barco catamarã produzam recursos financeiros que possam ser redistribuídos entre os associados, ou seja, não se sentem proprietários das medidas compensatórias recebidas coletivamente. No entanto, essa é uma situação que não deve existir dentro de uma organização associativa e autogestionada, pois todos são proprietários e precisam trabalhar unidos em prol de um objetivo comum, neste caso, a geração de rendas utilizando-se os recursos da associação dos barqueiros.

Faz-se necessário estabelecer parcerias com instituições, como universidades e SEBRAE e outras, as quais possam colaborar com a identificação das potencialidades locais, colaborar no estudo de viabilidade econômica de determinados produtos e serviços capazes de serem produzidos no município, capacitar os possíveis interessados em empreender, além da participação de instituições de fomento que possam emprestar capital com taxas de juros reduzidas.

Como forma alternativa para a continuidade dos trabalhos na Associação dos Barqueiros de Babaçulândia (TO) sugere-se a parceria do poder público municipal na criação de rotas e atrativos turísticos, como a promoção de eventos, que envolvam o lago e a história do lugar; a parceria de instituições de ensino e pesquisadores que possam disponibilizar os conhecimentos teóricos e coloca-los em prática através de promoção de diálogos, palestras, cursos e socialização de conhecimentos percebidos/vivenciados em outras localidades.

Sugere-se que os barqueiros promovam atividades de utilização das medidas compensatórias coletivas. O galpão pode ser utilizado em dia e horário a ser combinado entre os associados, para a comercialização de produtos e serviços dos associados e seus núcleos familiares (filhos, esposa, genro, pais).

O barco catamarã pode ser utilizado ancorado na margem do lago, dessa forma sem o consumo de combustível, para a realização de eventos como: festas de confraternização, aniversário, dentre outros. Outra sugestão de utilização é a realização de passeios panorâmicos nas proximidades da orla, realizados pela própria associação cobrando valores individuais, em dias e horários programados, para os quais tenha ampla divulgação tanto aos moradores do município quanto aos usuários da orla e praia permanente.

Para finalizar, o ciclo desta pesquisa encerra-se, porém toda pesquisa ao produzir conhecimento gera novas indagações. Acredita-se que a partir deste estudo muitas lacunas precisam ser preenchidas com as respostas para algumas novas indagações, as quais deverão ser buscadas junto aos atingidos em outros momentos por outros pesquisadores.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo W. B. de. **Antropologia dos Archivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8/Fundação Universidade do Amazonas, 2008. 192 p.
- ALVES, Samuel O. **Praia do Coco**. 2009. 2 fotografias.
- ALVES, Samuel O. **Praia do Coco**. 2010. 1 fotografia.
- AMORIM, Fred L. e JESUS, Antonivaldo de. **Impactos socioambientais da construção da UHE – Estreito na comunidade de Palmatuba em Babaçulândia-TO**. Revista Eletrônica do Curso de Geografia do Campus de Jataí GO. N.7 jul-dez 2006. ISSN 1679-9860. Disponível em: <<http://revistas.jatai.ufg.br/index.php/geoambiente/article/view/25913>> Acesso em: 19 out. 2015.
- ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. **Atlas de Energia Elétrica do Brasil**. 3ª edição. 2008. Disponível em: <<http://www2.aneel.gov.br/arquivos/pdf/atlas3ed.pdf>> Acesso em: 19 out. 2015
- ABBT - Associação dos Barqueiros de Babaçulândia Tocantins. **Estatuto Social**. Acervo da Associação. 2003.
- ABBT - Associação dos Barqueiros de Babaçulândia Tocantins. **Livro de Atas**. Acervo da Associação.
- BHABHA, Homik. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliane Lourenço de Lima Reis, Gláucia R. Gonçalves. – 2. ed. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. 441 p.
- BONOMI, Andrea. **Fenomenologia e estruturalismo**. Coleção Debates. Trad. João Paulo Monteiro, Patrícia Piozzi e Mauro A. Alves. São Paulo: SP, Editora Perspectiva, 2001. 167 p.
- BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: Ensaio de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, 219 p.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 2. ed. – Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998. 322 p.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**: Texto constitucional de 05 de outubro de 1988. Ed. Atual. 1988.
- \_\_\_\_\_. **Dados Técnicos**: localização. Disponível em: <[http://www.uhe-estreito.com.br/ver\\_secao.php?session\\_id=73](http://www.uhe-estreito.com.br/ver_secao.php?session_id=73)> Acesso em: 16 abr. 2016.
- \_\_\_\_\_. **Decreto 6.040**, de 7 de fevereiro de 2007a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)> Acesso em: 16 set. 2016.
- \_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.342**, de 26 de outubro de 2010. Diário Oficial da União: República Federativa do Brasil – Seção 1, página 2. Disponível em:<

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7342.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7342.htm)>. Acesso em: 16 de set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Empresa de Pesquisa Energética**. Plano Nacional de Energia 2030. Rio de Janeiro: EPE, 2007b. 408 p. Disponível em: < [http://www.epe.gov.br/PNE/20080111\\_1.pdf](http://www.epe.gov.br/PNE/20080111_1.pdf)>. Acesso em: 25 mai. 2016.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**; tradução Vera Maria Xavier dos Santos; revisão técnica Daniel Aarão Reis Filho. Bauru, SP: Edux, 2004. 270 p.

CESTE, Consórcio Estreito Energia. **Perguntas mais frequentes**. [s.n.t.]. [s.d.] Disponível em: <[http://www.uhe-estreiro.com.br/ver\\_secao.php?session\\_id=91](http://www.uhe-estreiro.com.br/ver_secao.php?session_id=91)>. Acesso em: 19 out. 2015.

CESTE. **Supressão da vegetação da Usina Hidrelétrica de Estreito**. Cartilha para colorir. 2008. 20 p.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Tradução de Luíz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 3. ed. – Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007. 453 p.

CONEXÃO TOCANTINS. **Babaçulândia abre temporada de praia no sábado**. Disponível em: < [http://conexaoto.com.br/2009/07/01/babaculandia-abre-temporada-de-praia-no-sabado#pp\[noticia\]/0/](http://conexaoto.com.br/2009/07/01/babaculandia-abre-temporada-de-praia-no-sabado#pp[noticia]/0/)> Acesso em: 20 maio 2016.

DIEGUES, Antonio C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª ed. – São Paulo: Hucitec Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000. 161 p.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989, 213 p.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010, 176 p.

GOLDEMBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2009. 101 p.

GOMES, Edvânia T. A. Natureza e cultura – representações na paisagem. In: ROSENDAHL, Zeni, CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.) **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. 228. p. p. 49-70.

GÜNTHER, Hartmut. **Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: Esta é a questão?**. Revista Psicologia e Pesquisa, mai-ago 2006, n. 2, p.201-210.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003. 224 p.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014. 58 p.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 400 p.

IBAMA. **EIA/RIMA - ITENS 1 A 5:** Introdução, caracterização do empreendimento, legislação ambiental, plano e projetos co-localizados e concepção geral dos trabalhos e definição das áreas de estudo. 2001a. Disponível em: <

[http://licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/Estreito%20-%20Rio%20Tocantins/Estreito%20EIA%201/EIA\\_Estreito/CD-01/CAP%cdTULO%2001%20a%2005/>](http://licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/Estreito%20-%20Rio%20Tocantins/Estreito%20EIA%201/EIA_Estreito/CD-01/CAP%cdTULO%2001%20a%2005/>) Acesso em: 12 dez. 2016.

IBAMA. **EIA/RIMA - Impactos:** Identificação, características e avaliação de impactos ambientais. 2001b. Disponível em:

<[http://licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/Estreito%20-%20Rio%20Tocantins/Estreito%20EIA%201/EIA\\_Estreito/CD-01/CAP%cdTULO%2009/>](http://licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/Estreito%20-%20Rio%20Tocantins/Estreito%20EIA%201/EIA_Estreito/CD-01/CAP%cdTULO%2009/>)> Acesso em: 12 dez. 2016.

IBAMA. **EIA/RIMA - Plano de Remanejamento da População.** 2007. Disponível em:

<<http://licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/Estreito%20-%20Rio%20Tocantins/AHE%20Estreito%20-%20Plano%20de%20Remanejamento%20da%20Popula%e7ao.pdf>> Acesso em: 12 dez. 2016

IBGE. **População recenseada e estimada, segundo os municípios - Tocantins - 2007.**

Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 19 out. 2015.

\_\_\_\_\_. **Tocantins: Babaçulândia:** Histórico do município – 2015. Disponível em:

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=170300&search=tocantins|b|abaculandia>. Acesso em: 25 out. 2016.

LEANDRO, José J. **Babaçulândia: dos tempos de Coco aos dias de Agimiro Costa.**

Goiânia: Kelps, 2008. 150 p.

LETURCQ, Guillaume. **A diversidade dos atingidos por barragens no Brasil.** II Encontro Brasileiro Ciências Sociais e Barragens e I Encuentro Latinoamericano Ciências Sociales y Represas, Salvador: Brasil (2007). Halshs\_00381079, versions 1-5 May 2009. Revisora da tradução: Vera Dias. Disponível em: <<https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00381079/document>> Acesso em: 16 abr. 2016.

LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e povos tradicionais no Brasil:** Por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia n° 322. Brasília: Departamento de Antropologia Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Brasília, 2002. 32 p. Disponível em: <[http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/PaulLittle\\_\\_1.pdf](http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/PaulLittle__1.pdf)> Acesso em 12 de abr. 2016.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. *In:* ROSENDAHL, Zeni, CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.) **Paisagem, imaginário e espaço.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. 228. p. p. 9-28.

MAB - Movimento dos Atingidos por barragens. Secretaria Nacional. **Dossiê Ditadura contra as populações atingidas por barragens aumenta a pobreza do povo brasileiro.**

2004. Disponível em:

<<http://riosvivos.org.br/a/Noticia/MAB+apresenta++dossie+sobre+atingidos+por+barragens/3086>> Acesso em: 22 out. 2015.



MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens. **Definição do conceito de atingido.** Publicado em 2011. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/content/defini-do-conceito-atingido>> Acesso em: 22 out. 2015.

MARTINS, José de S. **Sociologia da fotografia e da imagem.** 1ª ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2009. 208 p.

MEIHY, José C. S. B. **Manual de história oral.** 5. ed. ver. ampli. São Paulo: Edições Loyla, 2005. 291 p.

MENDES, Estevane de P. P. PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Técnicas de investigação e estudos agrários: entrevistas, registros de observações e aplicação de roteiro de entrevistas *In:* RAMIRES, Julio Cesar de Lima. PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. (Orgs). **Geografia e pesquisa qualitativa:** nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009. 544 p. p. 509-537.

MINAYO, Maria C. de S. O desafio da pesquisa social. *In:* MINAYO, Maria Cecília de Souza *at al.* **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 31. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 108 p.

NARRADORES DE JAVÉ. Filme brasileiro de 2003. Direção: Eliane Caffé. Duração: 100 minutos. Gênero: Drama. Roteiro: Eliane Caffé, Luis Alberto de Abreu. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=Trm-CyihYs8>> Acesso em: 20 fev. 2016.

NETPRECISION, 2007. **Construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Estreito-MA.** Disponível em: <[https://www.google.com.br/search?q=uhe+estreito&biw=1280&bih=913&source=lnms&tbm=isch&a=X&ved=0ahUKEwjK4syQsMvQAhXEFpAKHfMGBWkQ\\_AUIBigB#imgdii=KS\\_aFfS8KAoujM%3A%3BKS\\_aFfS8KAoujM%3A%3BwIdGzk5ouAVxJM%3A&imgrc=KS\\_aFfS8KAoujM%3A](https://www.google.com.br/search?q=uhe+estreito&biw=1280&bih=913&source=lnms&tbm=isch&a=X&ved=0ahUKEwjK4syQsMvQAhXEFpAKHfMGBWkQ_AUIBigB#imgdii=KS_aFfS8KAoujM%3A%3BKS_aFfS8KAoujM%3A%3BwIdGzk5ouAVxJM%3A&imgrc=KS_aFfS8KAoujM%3A)> Acesso em: 25 de set. de 2015.

NOLASCO, Genilson R. S. Identidades culturais em movimento: um olhar sobre as culturas do norte tocantinense e do sudoeste maranhense. *In:* PEDREIRA, Antonia C. (Org.). **A região de UHE Estreito:** investigação e interpretação da sucessão temporal e espacial em que se dá a história humana. Palmas, TO: UNITINS, 2014. 200 p.

PARRIÃO, Dimas M. S. **IMPACTOS SOCIAIS:** construção da usina hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães. Palmas: 2011. 63 f. (Monografia) Departamento e Administração. UnB.

PEDREIRA, Antonia C. ZIMMERMANN, Marcos A. Programa SALTESTREITO: a pesquisa na abrangência da UHE Estreito. *In:* PEDREIRA, Antonia Custódia (Org.). **A região da UHE Estreito:** investigação e interpretação da sucessão temporal e espacial em que se dá a história humana. Palmas, TO: UNITINS, 2014. 200 p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder.** Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

REIS, Maria J. **Projetos de grande escala e campos sociais de conflito:** considerações sobre as implicações socioambientais e políticas da instalação de hidrelétricas. Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis. Vol. 9 – n. 01, jan/jun 2012. Florianópolis, SC. Disponível em: <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:XogH5YqytswJ:https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/download/1807-1384.2012v9n1p96/22698>>

+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em: 29 mai. 2016.

RELPH, Edwuard. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência do lugar. *In*: MIRANDOLA JR, E; HOLZER, W; OLIVEIRA, L. (Orgs.) **Qual o espaço do lugar?:** geografia, epistemologia, fenomenologia. – São Paulo: Perspectiva, 2012, 307p. p. 17-32.

ROCHA, José da. **Relações de poder na instalação de hidrelétricas.** Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2013. 348 p.

ROTHMAN, Daniel F. Assessoria aos atingidos por barragens em Minas Gerais: desafios, limites e potenciais. *In*: **Vidas Alagadas** – conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. Viçosa, MG: ED. UFV, 2008. 344 p.

ROUX, Michel. O re-encantamento do território (o território nos rastros da complexidade). *In*: SILVA, Aldo Aloísio Dantas da; GALENO Alex (orgs.) **Geografia: ciência do complexus:** ensaios transdisciplinares. Porto Alegre: Sulamitas, 2004. 334 p.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de histórias.** Tradução de Barbara Sette; Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1990, 218 p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 5. Reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, 384 p.

SAQUET, Marcos A. **Abordagens e concepções sobre território.** 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 200 p.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Associativismo.** Série Empreendimentos Coletivos, 2009. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/DAD2C8C4D5F6C26B8325766A005102D0/\\$File/NT00042C26.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/DAD2C8C4D5F6C26B8325766A005102D0/$File/NT00042C26.pdf)> Acesso em: 19 out. 2015.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 461 p.

SERPA, Angelo. **Milton Santos e a paisagem:** parâmetros para a construção de uma crítica contemporânea. Paisagem ambiente: Ensaios – nº 27 – São Paulo – p. 131-138, 2010. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/276846420\\_Milton\\_Santos\\_e\\_a\\_Paisagem\\_Parametros\\_para\\_a\\_Construcao\\_de\\_uma\\_Critica\\_da\\_Paisagem\\_Contemporanea/fulltext/5634102b08aebc003ffde666/276846420\\_Milton\\_Santos\\_e\\_a\\_Paisagem\\_Parametros\\_para\\_a\\_Construcao\\_de\\_uma\\_Critica\\_da\\_Paisagem\\_Contemporanea.pdf?origin=publication\\_detail](https://www.researchgate.net/publication/276846420_Milton_Santos_e_a_Paisagem_Parametros_para_a_Construcao_de_uma_Critica_da_Paisagem_Contemporanea/fulltext/5634102b08aebc003ffde666/276846420_Milton_Santos_e_a_Paisagem_Parametros_para_a_Construcao_de_uma_Critica_da_Paisagem_Contemporanea.pdf?origin=publication_detail). Acesso em: 05 jun. 2015.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico.** – 23. ed. rev. atual. – São Paulo: Cortez, 2007. 304 p.

SIEBEN, Airton. **Estado e Política Energética:** a desterritorialização da Comunidade Rural de Palmatuba em Babaçulândia (TO) pela Usina Hidrelétrica de Estreito. Uberlândia: UFU, 2012. 203 f. (Tese) Doutorado em Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

\_\_\_\_\_, Airton. CLEPS JUNIOR, João. Entrevista: instrumento de pesquisa no estudo da Comunidade de Palmatuba (Babaçulândia/TO). In: MARAFON, Glaucio José. *et al.* **Pesquisa qualitativa em Geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, 542 p. p.241-256

SILVA, Jonas C. e ERTZOGUE, Marina H. **Cosmologia, paisagem, lugar e o método fenomenológico**: possíveis reflexões em uma cidade impactada por barragem. PRACS: Revista eletrônica de Humanidades do curso de Ciências Sociais da UNIFAP. ISSN 1984-4532. Macapá, v. 8, n. 1, p. 11-24, jan.-jun. 2015. Disponível em:<<https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/download/1149/silvav8n1.pdf>> Acesso em: 10 de mar. 2017.

SOKOLOWSKI, Robert. **Introdução à fenomenologia**. Trad. Alfredo de Oliveira Moraes – 3. ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2012, 247 p.

SOUSA, Antonio B. **A grande mudança**. (Poema). Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/poesiasdesaude/3647608>> Acesso em: 24 abr. 2016.

TOCANTINS. **Atlas do Tocantins**: subsídios ao planejamento da gestão territorial. 2012. Diretoria de Zoneamento Ecológico-Econômico. 5. Ed. Palmas: Secretaria do Planejamento e Meio ambiente, 2008. 62 p.

TOCNOTÍCIAS. Portal de notícias de Tocantinópolis e Região. **CESTE Faz Balanço de Ações Realizadas em Babaçulândia (TO) Que Estão Esquentando a Economia Local**. Disponível em: < [http://www.tocnoticias.com.br/ler\\_noticia03.php?idnoticia=1934](http://www.tocnoticias.com.br/ler_noticia03.php?idnoticia=1934)>. Acesso em: 9 set. 2016.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. 1. ed. 18 reimpr. São Paulo: Alas, 2009, 175 p.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução de Lívia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2013. 248 p.

TURATO, Egberto R. “Decidindo quais indivíduos estudar”. **Tratando da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas de saúde e humanas. Petrópolis: Vozes, 2003, 351 p.

VAINER, Carlos B. **Conceito de “atingidos”**: uma revisão do debate e diretrizes. Observatório Socioambiental de Barragens. 2008. Disponível em: <<http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/publicacoes>> Acesso em: 16 out. 2015.

VASCONCELOS, Eduardo M. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar**: epistemologia e metodologia operativa. Petrópolis: Vozes, 2002, 209 p.

YIN, Robert. K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005, 212p.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura**: usos da cultura na era global; Tradução Marie-Anne Kremer. Belo Horizonte: Editora UFMG; 2004, 615 p.

APÊNDICE 1 - Roteiro de entrevistas com questões abertas e fechadas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CÂMPUS DE ARAGUAÍNA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE  
CULTURA E TERRITÓRIO – PPGCULT



Av. Paraguai, s/n, com Rua das Uxiramas Setor Cimba – 77824.838 – Araguaína TO  
Coord. (63) 2112-2295 Secret. (63) 2112-2253 e 2286 – [www.uft.edu.br](http://www.uft.edu.br)  
[ppgcult@uft.edu.br](mailto:ppgcult@uft.edu.br) – [secretariappgcult@uft.edu.br](mailto:secretariappgcult@uft.edu.br)

**ROTEIRO DE ENTREVISTAS DESTINADO AOS MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO  
DOS BARQUEIROS DE BABAÇULÂNDIA-TO**

Data \_\_\_/\_\_\_/2017 Iniciais do entrevistado: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_ anos

Durante quantos anos trabalhou como barqueiro? \_\_\_\_\_

Grau de instrução: \_\_\_\_\_

Local/endereço:

**I – IDENTIFICAÇÃO E MEMÓRIAS DO TRABALHO E DO LUGAR**

1) Nasceu em qual cidade/estado? \_\_\_\_\_

2) Como aconteceu sua chegada a essa região?

3) De que forma e quando começou a trabalhar como barqueiro?

4) Quantas pessoas dependiam financeiramente do seu trabalho? Qual o vínculo familiar?

( ) filhos \_\_\_\_\_ ( ) netos \_\_\_\_\_ ( ) enteados \_\_\_\_\_ ( ) pais \_\_\_\_\_

( ) outros \_\_\_\_\_

5) Qual o seu local de moradia antes da construção da barragem e enchimento do lago?

( ) zona urbana ( ) zona rural ( ) zona urbana e rural

Por quanto tempo morou no local? \_\_\_\_\_

6) Você tinha terreno/casa na área impactada/alagada? Qual era o tamanho da sua terra/lote?

7) O que você cultivava/produzia em seu local de moradia?

( ) frutas ( ) verduras ( ) grãos (feijão, milho, fava) ( ) mandioca/farinha

( ) animais (leite, ovos, carne) ( ) outros \_\_\_\_\_

O que você produzia de alimentos era vendido ou só para consumo próprio?

8) Que árvores frutíferas estavam plantadas na propriedade/lote? Tinham quantos anos (aproximadamente)? Quem as plantou? Tinham algum valor emocional?

- 9) Houve algum progresso na cidade durante e depois da construção da barragem? E para os barqueiros, houve progresso?
- 10) Qual era o nome do seu terreno/chácara/fazenda? Por qual motivo tinha esse nome?
- 11) Seus filhos/netos nasceram no terreno/casa impactada?
- 12) Do que você sente falta? (amigos, lugares, costumes)

## II – PRODUÇÃO E RENDIMENTO

- 13) A atividade com o barco foi a principal para a renda da família ou particular?
- 14) Qual era o nome do seu barco? Qual o motivo desse nome? Homenagem a alguém?
- 15) Qual era o trabalho do barqueiro? Como era realizado?
- 16) Quais os destinos das viagens? O que transportavam?
- 17) A renda da temporada de praia era suficiente para sustentar a família? Qual era a renda total (aproximada) pela temporada de praia?
- 18) Durante o enchimento do lago, você prestou algum tipo de serviço para as empresas construtoras, utilizando o seu barco? ( ) sim ( ) não

Quais serviços? \_\_\_\_\_

- 19) Qual a fonte de renda atual?
- ( ) pensionista do INSS \_\_\_\_\_ ( ) Servidor público ( ) Comércio
- ( ) Outro. Qual? \_\_\_\_\_
- 20) Qual foi o destino do barco após a construção da barragem?
- ( ) vendeu ( ) doou ( ) desmanchou ( ) continuo com o barco
- ( ) outra situação. Qual? \_\_\_\_\_

## III – IMPACTOS DO EMPREENDIMENTO, PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÃO E DEFINIÇÃO DO NOVO LOCAL DE MORADIA/TRABALHO

- 21) A hidrelétrica começou a funcionar em 2012. Quando você tomou conhecimento da implantação da UHEE e que deveria sair da casa/terreno e praias?
- ( ) 1 ano antes ( ) 3 anos antes ( ) 5 anos antes ( ) 8 anos antes
- 22) Em que data ocorreu a sua saída da casa/terreno? \_\_\_\_\_
- 23) ( ) Houve alguma orientação no processo de indenizações? ( ) Não houve

- pelo MAB
- por advogados
- por grupos organizados pelas pessoas atingidas
- por representantes do consórcio CESTE

As reuniões foram:  individuais ou  coletivas

24) Há algum documento assinado por você comprovando o recebimento da indenização?

25) Como foi a negociação da indenização?

- você leu o contrato
- você teve tempo para pensar na proposta de valores
- você foi pressionado a assinar o contrato
- você fez contra proposta

26) O novo local de moradia está localizado

- zona urbana  zona rural  reassentamento

Se zona rural e reassentamento, descrever as condições do lugar (água, estradas, transporte, comunicação, acesso à escolas, possibilidades de trabalho)

27) Qual o motivo da escolha do local atual?

- valor acessível
- proximidade de parentes e/ou conhecidos
- manutenção de condições de vida semelhante à anterior
- melhoria na qualidade de vida....

#### **IV - MEDIDAS COMPENSATÓRIAS PARA A ASSOCIAÇÃO**

28) Os barqueiros fizeram reuniões para discutir os rumos da associação? Houve planejamento do que queriam receber como medidas compensatórias?

- sim  não  poucas vezes  só ouviu falar

29) Você participou da organização do projeto para o recebimento das medidas compensatórias (sede da associação e barco)?

- sim  não  poucas vezes  só ouviu falar

30) A indenização pela associação foi justa?

sim  não  não sei opinar

31) O galpão e o barco (catamarã) têm servido para que os associados tenham alguma remuneração?

sim  não  pouca Qual? \_\_\_\_\_

32) Qual a utilidade da sede da associação dos barqueiros atualmente? Você utiliza o espaço para alguma atividade?

33) Qual a utilidade do catamarã atualmente? Você já teve a oportunidade de passear nele (barco)?

34) Você participa de todas reuniões da associação atualmente?

sim

algumas vezes

não. Por qual motivo não participa? \_\_\_\_\_

35) O que falta para que os barqueiros exerçam a profissão atualmente?

36) a indenização pelo (seu) barco e pelo tempo de serviço que você ainda teria foi justa?

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
 CÂMPUS DE ARAGUAÍNA  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE  
 CULTURA E TERRITÓRIO – PPGCULT



Av. Paraguai, s/n, com Rua das Uxiramas Setor Cimba – 77824.838 – Araguaína TO  
 Coord. (63) 2112-2295 Secret. (63) 2112-2253 e 2286 – [www.uft.edu.br](http://www.uft.edu.br)  
[ppgcult@uft.edu.br](mailto:ppgcult@uft.edu.br) – [secretariappgcult@uft.edu.br](mailto:secretariappgcult@uft.edu.br)

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Convidamos o Sr \_\_\_\_\_ para participar da pesquisa intitulada “A RETERRITORIALIZAÇÃO DOS BARQUEIROS DE BABAÇULÂNDIA (TO) ATINGIDOS PELA USINA HIDRELÉTRICA DE ESTREITO (MA)” sob a responsabilidade da pesquisadora Súsie Fernandes Santos Silva, a qual pretende conhecer e compreender as situações de trabalho e moradia dos barqueiros antes e depois da construção da referida hidrelétrica.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de respostas às perguntas contidas no roteiro de entrevista, que será lido e explicado antes de iniciar a gravação, sendo que algumas informações serão anotadas e outras gravadas em áudio, além do registro fotográfico de alguns aspectos considerados necessários para reforçarem as informações fornecidas. O local da entrevista e o horário serão agendados previamente com o sr. Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento você não precisa realizá-lo.

Se o Sr aceitar participar, estará contribuindo para a divulgação de informações sobre a situação vivenciada pelos atingidos por barragens, desde o início do empreendimento até a fase posterior. Dessa forma estará beneficiando estudos e diálogos sobre a temática em várias regiões do país, principalmente nos aspectos que se referem a grupos organizados em associações ou cooperativas.

Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa podem acontecer no momento da gravação do áudio, em que o senhor poderá se sentir inibido com a gravação; poderá também ficar emocionado ao relembrar fatos bons e/ou ruins vivenciados durante a execução do trabalho de barqueiro e nos momentos em que necessitou migrar da moradia ou terreno. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você terá direito a indenização.

O Senhor tem o direito de ser mantido informado sobre os resultados parciais da pesquisa e caso seja solicitado, darei todas as informações que solicitar. Não existirão despesas ou compensações pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Eu me comprometo a utilizar os dados coletados somente para pesquisa e os resultados serão veiculados por meio de artigos científicos em revistas especializadas e/ou em encontros científicos e congressos, sem nunca tornar possível a sua identificação.

A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. Se depois de consentir em sua participação o Sr desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer



fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O Sr não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para obtenção de qualquer tipo de informação sobre os seus dados, esclarecimentos, ou críticas, em qualquer fase do estudo, o Sr poderá entrar em contato com o pesquisador no endereço [susiefernandes@uft.edu.br](mailto:susiefernandes@uft.edu.br), ou pelo telefone (63) 99203-8520. Em caso de dúvidas quanto aos aspectos éticos da pesquisa o Sr poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFT, (Universidade Federal do Tocantins UFT – 109 Norte Av. NS-15, ALCNO-14, Plano Diretor Norte, Palmas TO, Prédio do almoxarifado, sala do CEP, telefone (63) 3232-8023 de segunda a sexta no horário comercial (exceto feriados), *e-mail* [cep\\_uft@mail.uft.edu.br](mailto:cep_uft@mail.uft.edu.br).

### CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não receberei nenhum tipo de compensação financeira pela minha participação neste estudo e que posso sair quando quiser. Também sei que caso existam gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós. Reclamações e/ou insatisfações relacionadas à sua participação na pesquisa poderão ser comunicadas por escrito à Secretaria do CEP/UFT.

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Colaborador

\_\_\_\_\_  
Assinatura da pesquisadora

## ANEXO 1 - Parecer Consubstanciado do CEP

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO TOCANTINS



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** A reterritorialização dos barqueiros de Babaçulândia (TO) atingidos pela Usina Hidrelétrica de Estreito (MA)

**Pesquisador:** SUSIE FERNANDES SANTOS SILVA

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 63262316.2.0000.5519

**Instituição Proponente:** Fundação Universidade Federal do Tocantins

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 1.942.947

**Apresentação do Projeto:**

Estuda a proporção os impactos causados pela construção da UHE atingiram o associativismo constituído, dos barqueiros, em torno do Rio Tocantins no município de Babaçulândia-TO

**Objetivo da Pesquisa:**

Conhecer e compreender a migração dos barqueiros a partir dos impactos da reterritorialização causados pela construção da barragem e formação do reservatório da UHE/MA, através das mudanças na vida e no trabalho dos associados que exploravam o Rio Tocantins na região de Babaçulândia-TO, os quais sobreviviam do transporte de turistas durante as temporadas de praias e, outras formas de prestação de serviços de transporte durante todo o ano

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Os riscos decorrentes da participação dos barqueiros na pesquisa podem acontecer no momento da gravação do áudio, em que o participante poderá se sentir inibido com a gravação; poderá também ficar emocionado ao lembrar fatos bons e/ou ruins vivenciados durante a execução do trabalho de barqueiro e nos momentos em que necessitou migrar da moradia ou terreno. Em qualquer momento, se o participante da pesquisa sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, ele terá direito a indenização. Essa pesquisa terá como benefício o entendimento e o conhecimento acerca dos impactos da desterritorialização e da reterritorialização na vida e no

**Endereço:** Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoxarifado  
**Bairro:** Plano Diretor Norte **CEP:** 77.001-090  
**UF:** TO **Município:** PALMAS  
**Telefone:** (63)3232-8023 **E-mail:** cep\_uft@uft.edu.br

Continuação do Parecer: 1.942.947

trabalho dos barqueiros pesquisados. A pesquisa também terá a oportunidade de propor um debate crítico e reflexivo no meio social, acadêmico e jurídico, sobre os efeitos da migração compulsória aos atingidos por empreendimentos hidrelétricos.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A população a ser estudada é composta pelos associados da Associação dos Barqueiros de Babaçulândia Tocantins, que atualmente tem apenas 14 sócios e todos serão entrevistados. São todos do sexo masculino, com idade entre 30 e 70 anos, todos desenvolviam trabalho no transporte de passageiros e cargas no rio Rio Tocantins na região de Babaçulândia. A pesquisadora se compromete com total sigilo dos participantes, sendo que em momento algum os seus respectivos nomes serão divulgados na publicação dos resultados, para tanto todos serão identificados como: Entrevistado 1, Entrevistado 2, e assim sucessivamente. Os resultados do estudo serão apresentados aos pesquisados e instituição representativa antes da publicação da mesma.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Os termos obrigatórios foram devidamente apresentados. Apresenta no TCLE riscos e benefícios da pesquisa, bem como o compromisso de aceitar a desistência do participante e o processo indenizatório caso haja constrangimento aos entrevistados.

**Recomendações:**

No item 3.2 do projeto que trata "População e Amostra" a pesquisadora afirma que "A população a ser estudada é composta pelos associados da Associação dos Barqueiros de Babaçulândia Tocantins, que atualmente tem apenas 14 sócios e todos serão entrevistados". Porém, considerando que ao participante é garantido o direito de recusa em participar, recomendamos a retirada do trecho "e todos serão entrevistados".

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Sem pendências.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_805770.pdf	21/12/2016 12:23:43		Aceito

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoarifado  
 Bairro: Plano Diretor Norte CEP: 77.001-090  
 UF: TO Município: PALMAS  
 Telefone: (63)3232-8023 E-mail: cep\_uft@uft.edu.br

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO TOCANTINS



Continuação do Parecer: 1.942.947

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_mestrado_Susie_UFT_2015.docx	21/12/2016 12:22:47	SUSIE FERNANDES SANTOS SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_UFT.docx	16/11/2016 15:01:34	SUSIE FERNANDES SANTOS SILVA	Aceito
Outros	Termo_de_Fiel_Depositario.pdf	16/11/2016 15:00:52	SUSIE FERNANDES SANTOS SILVA	Aceito
Outros	Carta_de_apresentacao.pdf	16/11/2016 14:59:49	SUSIE FERNANDES SANTOS SILVA	Aceito
Outros	Declaracao_do_orientador.pdf	16/11/2016 14:58:28	SUSIE FERNANDES SANTOS SILVA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_de_fase_inicial.pdf	16/11/2016 14:57:20	SUSIE FERNANDES SANTOS SILVA	Aceito
Orçamento	Orcamento_financeiro.pdf	16/11/2016 14:55:48	SUSIE FERNANDES SANTOS SILVA	Aceito
Cronograma	Cronograma_de_execucao_da_pesquisa.pdf	16/11/2016 14:54:13	SUSIE FERNANDES SANTOS SILVA	Aceito
Outros	Autorizacao_para_pesquisa.pdf	16/11/2016 14:47:02	SUSIE FERNANDES SANTOS SILVA	Aceito
Folha de Rosto	Susie_folha_de_rosto.pdf	11/10/2016 09:35:41	SUSIE FERNANDES SANTOS SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PALMAS, 24 de Fevereiro de 2017

Assinado por:  
Patrick Letouze Moreira  
(Coordenador)

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoarifado

Bairro: Plano Diretor Norte CEP: 77.001-090

UF: TO Município: PALMAS

Telefone: (63)3232-8023

E-mail: cep\_uft@uft.edu.br